

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GEISA LOURENÇO RIBEIRO

**“O GLORIOSO ATO DE 13 DE MAIO”: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE  
NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE MONTE  
ALEGRE, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES (1885-2019)**

VITÓRIA

2021

GEISA LOURENÇO RIBEIRO

**“O GLORIOSO ATO DE 13 DE MAIO”: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE  
NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE MONTE  
ALEGRE, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES (1885-2019)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Pereira Campos.

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de  
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

R484" Ribeiro, Geisa Lourenço, 1986-  
"O Glorioso ato de 13 de Maio" : escravidão e liberdade na  
Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre,  
Cachoeiro de Itapemirim-ES (1885-2019) / Geisa Lourenço  
Ribeiro. - 2021.  
329 f. : il.

Orientadora: Adriana Pereira Campos.  
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Escravidão. 2. Abolição. 3. Pós-abolição. 4. História Oral. 5.  
Quilombola. I. Campos, Adriana Pereira. II. Universidade  
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e  
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

GEISA LOURENÇO RIBEIRO

“O GLORIOSO ATO DE 13 DE MAIO”: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE  
NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE MONTE  
ALEGRE, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES (1885-2019)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Pereira Campos (Orientadora)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Coutinho da Costa (Membro externo)  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rafaela Domingos Lago (Membro Externo)  
Faculdade Novo Milênio

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Dadalto (Membro Interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto (Membro Interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

Às minhas avós Idalina e Concelita (*in memoriam*).

À Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre.

## AGRADECIMENTOS

Por mais que existam momentos solitários na jornada de produção de uma tese em História, a verdade é que se trata de trabalho coletivo, realizado a muitas mãos. Desta forma, há muito o que agradecer.

Primeiramente, agradeço ao PPGHIS-UFES pela oportunidade de cursar este doutorado, à sua equipe de técnicos-administrativos sempre dispostos a ajudar, ao excelente corpo docente e ao coordenador, prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto. De forma especial, agradeço à prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Pereira Campos, minha orientadora, pelo incentivo, dedicação e paciência. Desde a graduação, ela é fonte de inspiração e admiração. Esta jornada não teria sido possível sem sua ajuda.

Agradeço à prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Dadalto, por sua disciplina História Oral, que ofereceu fundamento teórico e metodológico ao trabalho; por sua valiosa contribuição na banca de qualificação; e por todos os momentos de aprendizado que tem me oportunizado nos últimos anos, em especial o *Seminario Nuove Metodologie per lo Studio dela Storia ORale*.

Agradeço ao prof. Dr. Carlos Eduardo Coutinho da Costa, por integrar a banca de qualificação e por todas as excelentes sugestões oferecidas naquela ocasião e durante o simpósio da ANPUH, em 2018.

Agradeço aos colegas do Laboratório História, Poder e Linguagens pelas parcerias e pelas observações realizadas durante a Jornada Acadêmica 2021, organizada pelas professoras Dr.<sup>a</sup> Adriana Campos, Dr.<sup>a</sup> Kátia Sausen da Motta e Dr.<sup>a</sup> Karulliny Silverol Siqueira. Também agradeço a professora Karulliny por suas valiosas contribuições realizadas durante o Seminário de Pesquisa e após a leitura de dois capítulos da tese.

Ao IFES, instituição na qual tenho o orgulho de trabalhar, sou grata pela oportunidade de me dedicar à tese durante a licença de dois anos. Agradeço, de forma específica, aos atuais e antigos colegas e alunos dos *campi* Viana e Centro-Serrano.

A compreensão pelas ausências, o incentivo e o suporte afetivo da minha família foram essenciais para completar a jornada. Sou grata a meus pais, Sebastiana e Mançuir, por me ensinar a importância da dedicação aos estudos e pela torcida; a Geani, minha irmã e cúmplice, por ter suportado as crises com amor e por ter trazido para minha vida Gustavo e Helena; a Júlio, Valdinéia e Pâmela, irmãos com que a vida me presenteou, pelo suporte e por alegrar a caminhada; às minhas madrinhas,

Marilene e Marlete, e padrinho Aroldo, por todo amor e apoio ao longo da vida. Registro um agradecimento póstumo às minhas avós Idalina e Concelita, referências fundamentais, que partiram durante o doutorado. As despedidas adicionaram à sua longa lista de ensinamentos a importância de viver no presente e não negligenciar quem amamos.

Aos amigos, novos e antigos, que amenizaram as angústias dessa fase e colaboraram mais do que imaginam para que eu não perdesse a sanidade, meu agradecimento sincero. Peço perdão por não mencionar o nome de todos, mas preciso apontar alguns que ofereceram apoio inestimável nesta jornada: Kátia da Motta, Karulliny Siqueira, Sheila Pezzin, Robson Malacarne, Alana Ximenes, Rafael Marques, Thalismar Gonçalves, Alba Janes Lima, Soraia Braga, Lauro Sá e Adriana Barbosa.

Aos professores Carlos Eduardo Coutinho da Costa, Rafaela Domingos Lago, Maria Cristina Dadalto e Belchior Monteiro Lima Neto, minha gratidão por terem gentilmente aceitado integrar a banca de defesa da tese.

Agradeço ao Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim (Cartório Braga) e a seus funcionários por sua gentileza e assistência no processo. Agradeço a ajuda de Juliana Sabino Simonato, Rafaela Lago e Gabriela Lorenzon para fotografar os inventários.

A Comunidade Quilombola de Monte Alegre, por ter participado deste trabalho, pela confiança e pela acolhida, sempre terá minha gratidão.

Certamente, não citei o nome de todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, com o trabalho. Então, registro meus agradecimentos a todas elas e assumo a responsabilidade por não ter conseguido praticar todas as sugestões recebidas.

Ao Senhor Jesus, que nos ensina a amar a humanidade sem distinção e a lutar por uma sociedade justa para todas as pessoas, agradeço por ter me amparado e permitido a conclusão desta jornada, que foi mais surpreendente do que poderia imaginar.

“Acima de um passado que está enraizado  
na dor  
Eu me levanto  
Eu sou um oceano negro, vasto e irrequieto  
Indo e vindo contra as marés, eu me levanto  
Deixando para trás noites de terror e medo  
Eu me levanto  
Em uma madrugada que é  
maravilhosamente clara  
Eu me levanto  
Trazendo os dons que meus ancestrais  
deram  
Eu sou o sonho e as esperanças dos  
escravos  
Eu me levanto  
Eu me levanto  
Eu me levanto.”  
(Maya Angelou)



## RESUMO

A proposta desta tese é analisar os últimos anos da escravidão e o pós-abolição em Cachoeiro de Itapemirim, município com a maior concentração escrava do Espírito Santo naquele período. O foco do estudo voltou-se aos elementos constitutivos de uma comunidade negra, como a ocupação de terras, a perpetuação dos laços de interdependência, responsabilidade e solidariedade, forjados no tempo do cativo, bem como sua memória da escravidão e da abolição. As fontes compõem-se, principalmente, de dois conjuntos. O primeiro é formado pelos periódicos *O Cachoeirano* e *O Constitucional*, examinados segundo a análise de conteúdo. O segundo conjunto constitui-se de entrevistas de História Oral, realizadas com membros da Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre, no ano de 2019. Outras fontes foram utilizadas de forma complementar, como inventários *post-mortem*, censos e legislação. A análise dos periódicos na fase de desestruturação do sistema escravista demonstrou a força da escravidão na região, que manteve o controle da população escravizada até a abolição oficial, a despeito da crescente agitação. O apego à instituição revelou-se na tentativa de controle dos libertos e de seus descendentes no pós-abolição, ao mesmo tempo em que se criavam estereótipos negativos a partir de sua resistência. O discurso sobre a desorganização do trabalho, base para a defesa da imigração europeia, foi constante, embora contrariado pelas evidências do próprio jornal. A preocupação central com a defesa da grande lavoura proporcionou a disputa de narrativas sobre o 13 de Maio, prevalecendo, em um dos jornais, a associação da lei com um “golpe” na lavoura. Constatou-se que os laços familiares construídos durante a escravidão foram fundamentais para a inserção social dos ancestrais da Comunidade de Monte Alegre no mundo livre e para sua permanência e união até a atualidade. Também ficou evidenciado que a preservação da memória genealógica da escravidão e da abolição constitui a base para a afirmação da identidade quilombola (em construção) e para a celebração do 13 de Maio como acontecimento fundamental em sua história. O diálogo entre os dois conjuntos de fontes, ao iluminar versões diferentes dos mesmos objetos, ampliou o conhecimento sobre a escravidão, a abolição e o pós-abolição no Espírito Santo.

Palavras-chaves: Escravidão; Abolição; Pós-abolição; História Oral; Quilombola.

## ABSTRACT

This doctoral dissertation aims to analyze the last years of slavery and the post-abolition period in Cachoeiro de Itapemirim, a county with the highest concentration of slaves in Espírito Santo in that time. The focus of the study turned to the constituent elements of a black community, such as the land occupation, the perpetuation of the interdependence bonds, responsibility and solidarity forged *in the captivity time*, as well as the memory of slavery and the abolition of the community. The sources are mainly composed by two sets. The first is formed by *O Cachoeirano* and *O Constitucional* journals, that were examined according to content analysis. The second set consists of Oral History interviews, which were carried out with members of the Remnant Community of Monte Alegre in 2019. Other sources were used in a complementary way, such as *post-mortem* inventories, censuses and legislation. The analysis of journals in the period of the slavery system disruption demonstrated the strength of slavery in the region, which kept control over the enslaved population until its definitive abolition, despite of the growing turmoil. The attachment to the institution was revealed in the attempt to control the freed slaves and their descendants in the post-abolition period, whereas negative stereotypes were created based on their resistance. The discourse about the disorganization of work, the basis for the European immigration defense, was constant, although it was contradicted by the evidence from the journal itself. The central concern with the defense of large crops led to the dispute of narratives about the 13<sup>th</sup> of May, prevailing in one of the newspapers the association of the law with a “coup” in the crops. It was found that the family bonds built during slavery were fundamental for the social insertion of the ancestors of the Monte Alegre Community in the free world and for their permanence and union until present days. It was also evidenced that the preservation of the genealogical memory of slavery and abolition constitutes the basis for the *quilombola* identity’s affirmation (under construction) and for the celebration of the 13<sup>th</sup> of May as a fundamental event in its history. The dialogue between the two sets of sources, by illuminating different versions of the same objects, expanded knowledge about slavery, abolition and post-abolition in Espírito Santo.

Keywords: Slavery; Abolition; Post-abolition; Oral History; *Quilombola*.

## RESUMEN

El propósito de esta tesis doctoral es analizar los últimos años de la esclavitud y el período posterior a la abolición en Cachoeiro de Itapemirim, comuna con la mayor concentración de esclavos en Espírito Santo en ese período. El foco del estudio se centró en los elementos constitutivos de una comunidad negra, como la ocupación de la tierra, la perpetuación de los lazos de interdependencia, responsabilidad y solidaridad forjados en la época del cautiverio, así como su memoria de esclavitud y abolición. Las fuentes se componen, principalmente, de dos conjuntos. El primer grupo está formado por las revistas *O Cachoeirano* y *O Constitucional*, que fueron examinadas según análisis de contenido. El segundo conjunto consta de entrevistas de Historia Oral realizadas a miembros de la Comunidad Remanente del Quilombo de Monte Alegre en 2019. Otras fuentes fueron utilizadas de manera complementaria, como inventarios *post-mortem*, censos y legislación. El análisis de publicaciones periódicas en el período de desestructuración del sistema esclavista demostró la fuerza de la esclavitud en la región, que mantuvo el control de la población esclavizada hasta su abolición oficial, a pesar de la creciente inquietud. El apego a la institución se reveló en el intento de controlar a los esclavos liberados y a sus descendientes en el período posterior a la abolición, al mismo tiempo, en el que se crearon estereotipos negativos a partir de su resistencia. El discurso sobre la desorganización del trabajo, base de la defensa de la inmigración europea, fue constante, aunque contradicho por las evidencias del propio periódico. La preocupación central por la defensa de las grandes plantaciones proporcionó la disputa de narrativas sobre el 13 de mayo, prevaleciendo, en uno de los periódicos, la asociación de la ley con un “golpe” en las plantaciones. Se encontró que los lazos familiares construidos durante la esclavitud fueron fundamentales para la inclusión social de los antepasados de la Comunidad de Monte Alegre en el mundo libre y para su permanencia y unión hasta la actualidad. También se evidenció que la preservación de la memoria genealógica de la esclavitud y de la abolición constituye la base para la afirmación de la identidad *quilombola* (en construcción) y para la celebración del 13 de mayo como hecho fundamental en su historia. El diálogo entre los dos conjuntos de fuentes, al iluminar diferentes versiones de los mismos objetos, aumentó el conocimiento sobre la esclavitud, la abolición y la post-abolición en Espírito Santo.

Palabras llave: Esclavitud; Abolición; Post-abolición; Historia Oral; *Quilombola*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Interlocutores da pesquisa na Comunidade de Monte Alegre.....	31
Figura 2 - Mapa de Cachoeiro de Itapemirim-ES .....	75
Figura 3 - Jornais e número de edições consultadas (1885-1888).....	78
Figura 4 - Temas sobre a escravidão em O Cachoeirano e O Constitucional (1885-1888) .....	79
Figura 5 - Primeira página da edição comemorativa à Lei Áurea de O Cachoeirano .....	111
Figura 6 - Primeira página da edição comemorativa à Lei Áurea de O Constitucional .....	112
Figura 7 - A Abolição nos periódicos de Cachoeiro de Itapemirim-ES (1888-1889)	118
Figura 8 - A abolição nos jornais de Cachoeiro de Itapemirim-ES por categorias (1888-1889) .....	119
Figura 9 - Temas relacionados à abolição nos periódicos O Cachoeirano e O Constitucional (1888-1889) .....	121
Figura 10 - Comemorações da Lei Áurea na imprensa de Cachoeiro de Itapemirim-ES (1888-1898).....	141
Figura 11 - O Cachoeirano: temas frequentes nos primeiros anos da República ...	147
Figura 12 - Leonardo Marcelino Ventura.....	178
Figura 13 - Mapa da Comunidade Quilombola de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim-ES) .....	193
Figura 14 - Arilson Ventura.....	196
Figura 15 - Uniões do tronco Ventura com os troncos Adão e Veridiano .....	202
Figura 16 - Maria Laurinda Adão.....	205
Figura 17 - Genealogia de Maria Laurinda Adão.....	206
Figura 18 - Jadir e Paulo Cesar Verediano .....	211
Figura 19 - Enlaces entre a Família de Veridiana, Ventura e Adão.....	216
Figura 20 - Neuma Verediano Roque.....	218
Figura 21 - Maria Deolinda Alves .....	243
Figura 22 - Família de Dona Neuma Verediano Roque .....	252
Figura 23 - Enlaces familiares em Monte Alegre.....	284

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1. “SALVE, PÁTRIA LIVRE”: O FIM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL</b> .....	<b>41</b>
1.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	41
1.2 SENTIDOS ATRIBUÍDOS À HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO.....	42
1.3 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO OITOCENTOS .....	59
1.4 A ABOLIÇÃO NA HISTORIOGRAFIA CAPIXABA .....	68
1.5 “UM SONHO IMPOSSÍVEL”: OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES.....	74
<b>2. “O GRANDE DIA 13 DE MAIO” E OS “NOVOS CIDADÃOS” NOS JORNAIS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES</b> .....	<b>111</b>
2.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	111
2.2 AS NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO NA IMPRENSA CACHOEIRENSE .....	117
2.3 A ABOLIÇÃO NA IMPRENSA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA.....	139
<b>3. A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE</b> .....	<b>176</b>
3.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	176
3.2 SOBRE QUILOMBOS E QUILOMBOLAS .....	180
3.3 AS ORIGENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE .....	192
3.3.1 OS VENTURA: O TRONCO FORMADO POR MIGRANTES .....	198
3.3.2 ADÃO: TRABALHO, ORAÇÃO, CAXAMBU E REBELDIA .....	204
3.3.3 VERIDIANO: A FAMÍLIA DE VERIDIANA.....	213
<b>4. A ESCRAVIDÃO, O 13 DE MAIO E O PÓS-ABOLIÇÃO NA MEMÓRIA DE DESCENDENTES DE ESCRAVOS</b> .....	<b>224</b>
4.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	224
4.2 TEMPO DO CATIVEIRO .....	226
4.3 O RAIAR DA LIBERDADE .....	238
4.4 TEMPO DOS QUILOMBOLAS .....	251
4.4.1 DONA NEUMA VEREDIANO ROQUE.....	251
4.4.2 SENHOR ALECIO VERIDIANO VENTURA.....	273
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>290</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>297</b>
<b>ANEXO A – JONGOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE</b>	<b>321</b>
<b>APÊNDICE A – JONGOS DE MONTE ALEGRE (PARTE II).....</b>	<b>326</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS.....</b>	<b>328</b>

## INTRODUÇÃO

LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888.<sup>1</sup>

Declara extinta a escravidão no Brasil.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.<sup>2</sup>

A Lei Áurea, como ficou popularmente conhecida, aboliu a escravidão no Brasil, instituição que perdurou por mais de trezentos anos no país e foi responsável pelo sequestro e exploração de, pelo menos, cinco milhões de africanos,<sup>3</sup> e de seus descendentes ao longo desse período.

Estima-se que, em 1888, após décadas do encerramento do tráfico de africanos por meio da Lei Eusébio de Queirós (1850), da vigência de leis emancipacionistas como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), do movimento abolicionista e, evidentemente, da ação dos escravizados em direção a sua liberdade, cerca de 700 mil pessoas foram beneficiadas pela lei.<sup>4</sup> O número pode parecer pequeno, considerando o total de africanos deslocados para seu território ou o levantamento realizado pelo censo, em 1872, que estimou cerca de 1,5 milhão de

<sup>1</sup> Para facilitar a leitura, optou-se por atualizar a grafia de todas as fontes citadas (à exceção de nomes próprios), mas respeitou-se as demais características dos textos originais.

<sup>2</sup> BRASIL. Legislação Histórica do Planalto. Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 3 de julho de 2019.

<sup>3</sup> O Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico aponta que 5.534.118 africanos desembarcaram no Brasil entre meados do século XVI e a segunda metade do século XIX. Cf. *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>>. Acesso em 21 de outubro de 2021.

<sup>4</sup> COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Global Ed, 1988; MORAES, Evaristo. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. 2 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1986; MATTOS, Hebe Maria. *Marcas da Escravidão: Biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil*. TESE apresentada como parte dos requisitos para o concurso de Professor Titular de História do Brasil. Niterói: 2004.

peças na condição escrava naquela data. De fato, a historiografia já observou,<sup>5</sup> com razão, que a maioria dos escravizados, adotando uma multiplicidade de estratégias, já havia liberto a si mesmo muito antes da abolição geral, bem como constatou a ausência de dispositivos na legislação ou medidas complementares para a inserção social dos ex-escravos.

As denúncias sobre a insuficiência da lei são registradas há muito tempo. Ainda na década de 1920, Evaristo de Moraes, contemporâneo e atuante na *Campanha Abolicionista*, questionava: “Qual poderá ser o termo de expiação deste crime secular? Quando teremos suficientemente pago a enorme dívida, que contraímos para com os míseros africanos e os seus descendentes?”<sup>6</sup> Para o autor, ainda que a população escrava houvesse participado ativamente do processo de destruição do regime, a ausência de medidas visando a sua inclusão exigiria um conjunto de reformas visando “atenuar os efeitos da escravidão, destruir as sobrevivências do regime por ela instituído”.<sup>7</sup>

A ideia de uma herança da escravidão balizou diversos trabalhos, publicados nas décadas de 1960 e 1970,<sup>8</sup> que denunciaram os horrores da escravidão brasileira e o descaso em relação aos libertos. A ênfase dos trabalhos desses historiadores e sociólogos sobre a violência, é importante que se aponte, foi determinada por sua oposição à outra corrente acadêmica, derivada de Gilberto Freyre nos anos 1930,<sup>9</sup> que defendia que a escravidão teria sido mais “branda” no Brasil do que em lugares como os Estados Unidos, bem como à consequência lógica derivada de tal afirmação – a de que o racismo não existiria ou seria menos influente do que aquele existente na América do Norte. A crítica incisiva da Escola Paulista, como ficou conhecido esse grupo, à ideia de democracia racial os levou ao extremo de reduzir os escravizados a

---

<sup>5</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900). Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 2004; RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; SALLES, Ricardo. E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>6</sup> MORAES, ca. 1986, p. 316.

<sup>7</sup> MORAES, ca. 1986, p. 316.

<sup>8</sup> FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978, vol. 1; IANNI, Octavio. *Raças e classe sociais no Brasil*. 3 ed. Editora Brasiliense, São Paulo: Brasiliense, 1987; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

<sup>9</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.



coisas, vítimas passivas, sem capacidade de ação política. Um dos expoentes dessa escola, Florestan Fernandes, afirmou

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.<sup>10</sup>

Diante da situação do antigo agente do trabalho escravo, visto por Fernandes como “massa de percussão” dirigida pelos abolicionistas, a abolição seria uma “espoliação extrema e cruel.”<sup>11</sup> A denúncia sobre as limitações do 13 de Maio, especialmente a partir dos anos 1980, foi endossada por outros estudiosos, ainda que discordassem sobre a incapacidade de ação política dos escravizados e da ausência de “meios morais”, como ficou comprovado, por exemplo, pela existência da família entre eles.<sup>12</sup>

O intelectual Clóvis Moura, um dos primeiros a defender a articulação da resistência negra no Brasil e seu papel fundamental para a desestruturação do sistema escravista,<sup>13</sup> fez um balanço sobre a situação da população negra no centenário da abolição e concluiu que

Com a Abolição, criam-se mecanismos estimuladores para a migração europeia que entra no lugar dessa grande massa de trabalho nacional, marginalizando-a irremediavelmente. A situação dos descendentes de escravos, nesse processo de marginalizar o trabalhador não-branco em face da filosofia de branqueamento (o Brasil seria tanto mais civilizado quanto mais se branqueasse) se reflete, atualmente, na situação em que se encontra a população negra e mestiça de um modo geral no Brasil.<sup>14</sup>

Outros trabalhos, como o de José Murilo de Carvalho apontaram a desconsideração dos apelos de abolicionistas, como André Rebouças, para a assistência governamental – baseada em terra e educação – aos ex-escravos. Segundo o autor,

<sup>10</sup> FERNANDES, 1978, p. 15.

<sup>11</sup> FERNANDES, 1978, p. 15.

<sup>12</sup> SLENES, Robert. Escravidão e famílias: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, p. 2119-2134, 1984; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. FLORENTINO, Manolo. & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>13</sup> MOURA, Clóvis: *Rebeliões da Senzalas (Quilombos, insurreições, guerrilhas)*. 4ª ed. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1988. [A publicação original é de 1959.]

<sup>14</sup> MOURA, Clóvis. Cem Anos de Abolição do Escravismo no Brasil. In: *Revista Princípios*, n. 15, maio, 1988, pp. 5-10.

“uma vez libertado, o negro foi abandonado pelo governo, abandono que se acentuou com a República, cujos valores se aproximavam mais do darwinismo social do que do paternalismo monárquico”.<sup>15</sup>

Os movimentos negros não ficaram ausentes do debate a respeito da insuficiência da abolição. A denúncia da situação do negro após o fim da escravidão, da ausência de medidas para inseri-lo na sociedade, da perpetuação de estigmas referentes a sua “raça”, enfim, do que foi considerado “farsa” da abolição, foi sintetizada na contestação ao 13 de Maio elaborada pelo Grupo Palmares, em 1971.<sup>16</sup> Em substituição ao seu “oficialismo”, o coletivo propôs o 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, com o intuito de oferecer alternativas de “datas, fatos e nomes” à comunidade negra e à sociedade de forma geral e enfatizar a liberdade como conquista do povo negro em contraste à ideia de doação da Princesa Isabel. Divulgada pelo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), a partir de 1978, como dia da Consciência Negra, a data seria reivindicada como ocasião importante de reflexão e denúncia pelo movimento social e foi incorporada ao calendário escolar nacional por meio da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira.<sup>17</sup>

Nessa conjuntura, assinalada por “tantos ataques, a data de aniversário da Abolição cambaleou, se não foi proscrita do calendário”,<sup>18</sup> como observou Petrônio Domingues, em 2011. Nos últimos anos, porém, observa-se uma movimentação em torno da data, marcada por disputas de significados e de narrativas, tanto no meio acadêmico – como aponta o próprio trabalho de Domingues – quanto na sociedade de uma forma geral. O ato solene realizado em 2019 na Câmara dos Deputados para comemorar os 131 anos da Lei Áurea exemplifica a afirmação. Enquanto deputados ligados ao atual Governo faziam agradecimentos à Princesa Isabel, cujo papel no combate à escravidão foi destacado, o movimento negro e deputados da oposição criticaram o ato por desvalorizar a luta dos escravizados e invisibilizar personagens negros

---

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados*. Escritos de história política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 76.

<sup>16</sup> SILVEIRA, Oliveira. Vinte de novembro: história e conteúdo. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 23-24.

<sup>17</sup> PLANALTO. Lei 10.639/2003. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

<sup>18</sup> DOMINGUES, Petrônio. “A redempção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48 – 2011. p. 21.

atuantes contra a escravidão, além de defender que o dia 13 de Maio deve ser marcado por reflexão sobre a escravidão e a desigualdade racial, que perdura até o presente.<sup>19</sup>

É interessante notar que como um *acontecimento espetáculo*, tal qual definido por Pierre Nora,<sup>20</sup> o 13 de Maio engendrou sua própria comemoração desde o princípio. A multidão que se aglomerava na frente do Paço Imperial, onde a Princesa assinava a lei,<sup>21</sup> inaugurou as celebrações que se espalharam pelo país envolvendo abolicionistas, órgãos de imprensa, autoridades, libertos e o povo em geral. Várias pesquisas em diversas localidades do país, atestam que os libertos e seus descendentes continuaram celebrando a data por décadas após 1888. De acordo com Petrônio Domingues, que pesquisou as manifestações em torno da efeméride em São Paulo nos primeiros decênios do século XX, as lideranças negras protestaram contra a extinção do feriado por Getúlio Vargas, em 1930, por “passar a esponja do esquecimento” sobre capítulo fundamental da história do Brasil. Nas palavras do autor, “momento singular de construção de uma memória coletiva, a efeméride concomitantemente servia para manter vivas as lembranças da escravidão na sociedade brasileira.”<sup>22</sup> As festividades cívicas em torno do 13 de Maio, demonstra Domingues, foram revestidas de sentidos morais, pedagógicos e políticos diversos, sendo constantemente apropriadas como palco de discussões e reivindicações da população negra.

Em Campinas-SP, o pesquisador Cleber Maciel identificou que, nos primeiros anos após a abolição, as comemorações foram dirigidas pelas elites, porém, depois de 1900, houve um desinteresse da população branca pela data, que passou a ser celebrada basicamente por entidades negras. A mudança no “controle” das celebrações foi acompanhada por uma mudança no discurso e inclusão de

---

<sup>19</sup> XAVIER, Luís Gustavo. Protesto marca sessão solene que homenageou os 131 anos da lei áurea. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/557470-PROTESTO-MARCA-SESSAO-SOLENE-QUE-HOMENAGEOU-OS-131-ANOS-DA-ASSINATURA-DA-LEI-AUREA>>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

<sup>20</sup> NORA. P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*. São Paulo (10), dez, 1993.

<sup>21</sup> MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. 2012. 325 f. Tese (doutorado) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. p. 39.

<sup>22</sup> DOMINGUES, 2011, p. 35.

personagens a serem celebrados: as homenagens à Princesa Isabel receberam a companhia das “entidades organizativas mobilizadoras da comunidade”.<sup>23</sup>

Fernando Bartholomey Filho destacou a popularidade do feriado de 13 de Maio em Santa Catarina nos primeiros anos da República. Na capital, a participação popular diminuiu com a apropriação da data pelas elites que a transformaram em “elegantes manifestações cívicas” para uma população restrita. Entretanto, no interior do estado, o autor constatou a participação regular da população negra por meio de diversas associações que aproveitavam “o dia 13 de Maio não somente para evocar a memória do cativo e da libertação, mas também para ocupar os espaços públicos dessas cidades para comemorar o dia da liberdade.”<sup>24</sup>

As festividades do 13 de Maio no Rio de Janeiro durante os primeiros anos da República foram caracterizadas por ambiguidades, de acordo com as pesquisas de Renata de Moraes.<sup>25</sup> Os públicos e sentidos diversos percebidos na primeira festa da abolição se desagregaram à medida que sujeitos diversos passaram a promover as festas. Para a pesquisadora,

Os primeiros trinta anos de liberdade oficial foram marcados por disputas simbólicas e de reapropriações da data por aqueles que viam relevância em destacar o 13 de maio como marco político e social. Ao mesmo tempo, essas solenidades não deixavam de ser momentos de denúncia de permanências e de apagamentos de uma história. Parecia ser necessário preservar a memória da celebração da liberdade por parte dos ex-escravos e seus descendentes, na medida em que o peso político da festa era reduzido por autoridades e governos.<sup>26</sup>

As dificuldades enfrentadas pelos negros após a abolição no Brasil, denunciadas no passado e no presente, não eliminaram as motivações dos libertos para celebrar o 13 de Maio, como demonstram os estudos apontados anteriormente. A constatação, aliás, não se limita ao Brasil. Eric Foner, ao estudar o pós-abolição nos Estados Unidos, afirmou sobre a população liberta durante a Guerra Civil, que “apesar dos muitos desapontamentos que se seguiram, esta geração de negros guardaria para

---

<sup>23</sup> MACIEL, Cleber da Silva. *Negros em Campinas (1888-1926): alguns aspectos*. Dissertação (mestrado). Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 1985. 199f. p. 68.

<sup>24</sup> BARTOLOMEY FILHO, Fernando. As festas em memória da abolição: comemorações cívicas do feriado de 13 de maio na capital e no interior do estado de Santa Catarina (1890-1915). In: *Memórias Rurais e Urbanas* – v. 28, n. 42 (Jun/2015) – ISSN 2175-0173. p. 22.

<sup>25</sup> MORAES, Renata Figueiredo. A República e as festas da abolição Resistência e liberdade no pós-abolição. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 40-62, jan./abr. 2020.

<sup>26</sup> MORAES, 2020, p. 60.

sempre este momento em que ‘o sol da liberdade apareceu’ como o grande divisor de águas de suas vidas.”<sup>27</sup>

Os trabalhos mencionados evidenciam a necessidade de um olhar mais crítico a respeito da abolição. Os libertos e descendentes que comemoram a lei em 1888 e em seus aniversários durante a primeira República atribuíam-lhes significados que uma leitura contemporânea e apressada pode deixar escapar. Mais do que um feriado nacional, a data demarcava o fim de um regime que durou mais de três séculos no Brasil e abria um campo de possibilidades e expectativas para as milhares de pessoas que permaneciam no cativeiro e para seus descendentes. Para essas pessoas, a comemoração revestia-se de sentidos próprios relacionados à memória da escravidão e da abolição. Os sentidos e as formas de comemorar, porém, parecem diferenciar-se no tempo e no amplo território nacional. Assim, esta pesquisa visa a oferecer contribuição ao incluir o Espírito Santo no debate, buscando, por meio de periódicos e de entrevistas de História Oral, investigar as narrativas construídas sobre o 13 de Maio no imediato pós-abolição por parte das elites e a memória de descendentes de escravizados sobre a data. O reconhecimento legal dos remanescentes de quilombos no início dos anos 2000, o processo de certificação como quilombola e a luta por direitos relacionados a essa identidade impactaram a memória das comunidades formadas por descendentes de escravos? Há substituição do 13 de Maio pelo 20 de novembro? Qual é o significado, atualmente, dessa data para comunidades negras com ascendência escrava?

Partindo do pressuposto de que os escravizados eram sujeitos históricos dotados da capacidade de ação social, no sentido weberiano,<sup>28</sup> e que essa mesma capacidade não desapareceu com a abolição, acreditamos que a investigação a respeito dos significados do 13 de Maio podem ajudar a compreender o período do pós-abolição, em que se procura destacar as relações de seus descendentes com a memória da escravidão e da abolição.

---

<sup>27</sup> FONER, Eric. O significado da Liberdade. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 9-36, mar.88/ago.88. p. 10.

<sup>28</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília - DF. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.

O recorte espacial da tese constitui-se da localização geográfica da Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre,<sup>29</sup> localizada no município de Cachoeiro de Itapemirim, ao sul do estado do Espírito Santo. A escolha desse *locus* investigativo não ocorreu de maneira ortodoxa e impactou os rumos da pesquisa, motivos pelos quais torna-se relevante sua explicitação. A ideia inicial era responder aos questionamentos suscitados durante o mestrado, em que se investigou a importância da família escrava em duas regiões capixabas ao longo do século XIX: a região próxima à capital, Vitória, caracterizada por colonização antiga e dedicada fundamentalmente à produção de alimentos para o mercado interno; e a região sul, especialmente Cachoeiro de Itapemirim, de ocupação de meados dos Oitocentos, dedicada à produção de café para exportação e caracterizada pela maior concentração de escravos na província nos últimos anos da escravidão.

O que teria acontecido com aquelas famílias escravas após a implantação da Lei do Ventre Livre, marco final do trabalho? Qual foi a atuação daquelas pessoas durante a desagregação do sistema escravista e como foram impactadas pelo seu fim? Como elas (re)construíram suas vidas no mundo *livre*? Permaneceram na mesma região onde foram escravizadas ou as abandonaram?

As perguntas eram muitas e os estudos sobre o tema são limitados no Espírito Santo. A maioria dos trabalhos existentes concentra-se na escravidão, apenas tangenciando a abolição e o período imediatamente posterior.<sup>30</sup> A partir dessa constatação, pensou-se em selecionar a região central como recorte espacial da temática. Todavia, durante a construção do projeto para o doutorado recebi o contato via rede social de uma das lideranças da comunidade quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, que suspeitava ter encontrado alguns ancestrais no meu trabalho de dissertação. O contato da liderança quilombola, Leonardo Marcelino Ventura, em busca da ampliação de sua árvore genealógica provocou considerável impacto nos rumos da pesquisa por diversas razões. Primeiramente, reavivou a curiosidade sobre os destinos daquelas personagens conhecidas durante a dissertação. Em segundo lugar, oferecia a oportunidade de driblar uma das dificuldades com o trabalho do pós-abolição, que é a

---

<sup>29</sup> Nome oficial da comunidade conforme certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares. Ao longo do texto, serão empregadas expressões mais comuns para se referir a ela por parte dos moradores: comunidade de Monte Alegre; Comunidade Quilombola de Monte Alegre; ou, simplesmente, Monte Alegre.

<sup>30</sup> Importante exceção é a tese defendida recentemente no PPGHIS: LAGO, Rafaela Domingos. *Entre a escravidão e a liberdade em Vitória/ES (1871-1920)*. Tese (doutorado) em História. Vitória, 2018.

identificação dos libertos em um mundo de estatutos diferenciais da escravidão oficialmente extintos. Por último, a possibilidade de trabalhar com descendentes de escravizados, trouxe à tese novo objeto, novas perspectivas e nova abordagem.

A limitação ao acesso às fontes cartoriais e eclesiásticas<sup>31</sup> e a pandemia de Covid-19, que amputou as fases finais das entrevistas orais,<sup>32</sup> trouxeram desafios extras ao projeto. Diante deles, a proposta sofreu profunda revisão, delimitando melhor o objeto.

A exploração inicial das fontes evidenciou algumas questões. A História Oral, metodologia prevista desde o início por inspiração no trabalho de Ana Maria Rios e Hebe Mattos,<sup>33</sup> ultrapassou o interesse como fonte de informações, deslocando-o para a memória em si. O contato com uma comunidade que se reconhece como descendente de escravos, permitiu refletir sobre a memória familiar da escravidão e da abolição, suas interações com a história e com a memória de outros grupos na mesma sociedade. No caso do Espírito Santo, que privilegia uma memória europeia, especialmente italiana, torna-se particularmente interessante a reflexão sobre as populações afrodescendentes.

Reconhecemos, com Ana Lugão Rios e Hebe Mattos,<sup>34</sup> que há uma desproporção entre os estudos sobre as elites e seus projetos para os libertos no pós-abolição e o conhecimento sobre estes. Ainda, como demarcado pelas mesmas autoras, é necessário considerar que tais “projetos estiveram informados por um conhecimento pragmático das elites agrárias sobre as expectativas dos últimos libertos” e investigar “de que maneira interagiram com as atitudes e opções adotadas por eles após o fim da

---

<sup>31</sup> A arquidiocese de Cachoeiro de Itapemirim negou o acesso às fontes e qualquer parceria para sua digitalização, alegando fragilidade nos documentos e a existência de um projeto próprio para digitalizá-las. O acesso aos registros civis foi solicitado à 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual do Município de Cachoeiro de Itapemirim, mas depois de um longo processo, não foi permitido o registro dos documentos, o que inviabiliza seu uso na pesquisa.

<sup>32</sup> A fim de contornar as dificuldades de acesso à comunidade, localizada no interior do município e em uma região de floresta, e ampliar os horários para a realização das entrevistas (várias pessoas só dispunham do período noturno), fiquei hospedada na casa da família de Leonardo Marcelino Ventura. Mais uma vez agradeço a acolhida e generosidade dele, de sua esposa Luzia, e dos filhos, Isabel, Juliana, Felipe e Sara. A estadia na comunidade foi uma limitação para o retorno às entrevistas ou sua devolução mesmo nos períodos de relaxamento do isolamento social, pois a convivência aumenta o risco do contágio e, de maneira alguma, os colocaria em perigo. Considerando a natureza da metodologia da História Oral e o conhecimento sobre a realidade da região, descartei a possibilidade de entrevistas virtuais. A partir disso, realizei um recorte no material coletado e farei a devolução das transcrições após a vacinação alcançar um patamar seguro para a realização dessa atividade.

<sup>33</sup> RIOS; MATTOS, 2005.

<sup>34</sup> RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

escravidão”.<sup>35</sup> Assim, os protagonistas nesta tese são os libertos e descendentes, mas é crucial identificar os grupos com os quais interagiram, motivo pelo qual investigaremos as ações dos senhores no contexto da desagregação do sistema escravista na região estudada, a visão sobre a abolição e o lugar dos libertos em seus projetos para uma sociedade livre.

O marco temporal inicial da pesquisa, que entende a necessidade de investigar o período anterior à abolição, situa-se em 1885, ano de promulgação da Lei dos Sexagenários no contexto da campanha abolicionista nacional. O marco final é 2019, pois é o ano da realização das entrevistas na Comunidade Quilombola de Monte Alegre. Importa destacar que a História Oral é manifestação contemporânea, seu tempo é o presente no qual os entrevistados elaboram suas narrativas, que se tornarão documentos.<sup>36</sup>

O Brasil perdeu a oportunidade de registrar os depoimentos da última geração escrava de maneira extensa e sistemática,<sup>37</sup> como feito nos Estados Unidos,<sup>38</sup> mas há a possibilidade de refletir sobre a memória de seus descendentes em relação à escravidão e ao período posterior à abolição. Iniciativas na área foram realizadas na década de 1980, como provam o trabalho com famílias negras de São Paulo, realizado por Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Suely Robles Reis de Queiroz.<sup>39</sup> Nos anos 1990 e 2000, destaca-se a produção do acervo *Memórias do cativo* do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sob coordenação da professora Hebe Mattos. O material foi produzido a partir das pesquisas de Ana Lugão Rios, Robson Martins e de entrevistas produzidas pela equipe do LABHOI.<sup>40</sup> Todavia, o Espírito Santo, e mais especificamente Cachoeiro de Itapemirim, ainda é região pouco explorada pelas pesquisas históricas, o que a torna capaz de colaborar para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil.

---

<sup>35</sup> RIOS; MATTOS, 2004, p. 170.

<sup>36</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

<sup>37</sup> O trabalho do professor Mário José Maestri Filho é uma exceção importante produzido na década de 1980. Cf. MAESTRI FILHO, Mário José. *Depoimentos de escravos brasileiros*. São Paulo: Ícone, 1988.

<sup>38</sup> O *Federal Writers Project* recolheu, entre 1934 e 1939, uma importante coleção de depoimentos de ex-escravos que foi reunida em 17 volumes. Cf. MAESTRI FILHO, 1988, p. 9.

<sup>39</sup> JANOTTI, M. de L. M.; QUEIRÓZ, Sueli. R. R. de. Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo: (projeto de pesquisa). *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (28), 1988, pp. 77-89. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i28p77-89>.

<sup>40</sup> RIOS; MATTOS, 2005, p. 15.



Como mencionado, esta tese, deseja combinar a análise das narrativas da abolição presentes nos periódicos – cuja visão das elites locais se destaca – com a reflexão sobre a memória de descendentes de escravizados que permaneceram na localidade onde seus ancestrais foram explorados. Não se trata de acareação ou hierarquização das fontes. Acreditamos que o exercício de observação do enquadramento da memória operada por grupos sociais distintos, inclusive temporalmente, pode ser fecundo tanto para o conhecimento do passado quanto para pensar as disputas de narrativas contemporâneas.

A tese, assim, insere-se no campo de estudos do pós-abolição, tema mais desenvolvido nas duas últimas décadas. De acordo com as observações de Ana Rios e Hebe Mattos,<sup>41</sup> até os anos 1990, os planos e destinos da última geração escrava não eram considerados pela historiografia, que enfatizava sua marginalização no mercado de trabalho. Isso conduziu a lacuna nos estudos sobre os libertos, como pontuado anteriormente. Segundo as autoras: “com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus.”<sup>42</sup> A situação, no entanto, vem mudando nas últimas décadas, como reforça Petrônio Domingues.<sup>43</sup> À medida que negro deixa de ser apreendido como sinônimo de escravo, abre-se um caminho para as pesquisas a respeito das histórias das experiências e vivências desse segmento populacional além da escravidão.<sup>44</sup>

A partir dos novos marcos historiográficos, os historiadores voltaram-se para o pós-abolição como problema histórico que não se reduz à situação dos libertos e de seus descendentes como simples herança do cativo. Buscam-se as interações sociais realizadas pelos libertos e descendentes capazes de interferir nas reconfigurações das relações raciais e de poder após 1888. Rebecca Scott,<sup>45</sup> ao estabelecer comparação entre a Louisiana e Cuba, lembrou que “um substrato de tensão, estereótipo e preconceito pode bem ser a herança universal dos sistemas de

---

<sup>41</sup> RIOS; MATTOS, 2004, pp. 170-198.

<sup>42</sup> RIOS; MATTOS, 2004b, p. 170.

<sup>43</sup> DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. *TOPOI*, v. 12, n. 23, 2011, p. 118-139.

<sup>44</sup> DOMINGUES, 2011, p. 120.

<sup>45</sup> SCOTT, Rebecca J. Fronteiras móveis, “linhas de cor” e divisões partidárias. In: COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca J.; HOLT, Thomas. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Tradução Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 133-200.

escravidão definidos como raciais”, porém, há que se tomar muito cuidado para não encarar o significado da raça e conflitos do pós-emancipação como “herança necessária da escravidão”. No período, aberto às ressignificações, deve-se considerar as circunstâncias em que os grupos “se constituíam e se enfrentavam e de decisões e iniciativas políticas específicas adotadas pelos líderes.”<sup>46</sup>

No caso do Brasil, a abolição oficial não causou transformação imediata e total na sociedade, em vista dos esforços dos ex-senhores para manter práticas consolidadas durante séculos no período escravista.<sup>47</sup> Todavia, não se pode desconsiderar, como enfatiza Rodrigo Weimer, a importância histórica da abolição como “divisor de águas. Não pela concessão da princesa, mas porque a ordem jurídica mudou radicalmente.”<sup>48</sup> É importante investigar a velocidade da mudança que não se deu de forma homogênea em todas as regiões do país e pensar, a partir da experiência local, as estratégias adotadas pelos ex-senhores e ex-escravos nas reconfigurações das relações sociais.

As críticas à insuficiência da Lei Áurea e à falta de medidas complementares para inserir na sociedade a população recém-egressa do cativeiro e seus descendentes não devem apagar a agência daqueles sujeitos na construção do seu sonho de liberdade, nem silenciar a voz de seus descendentes sobre os significados atribuídos ao 13 de Maio.

A análise dos dois conjuntos documentais, por sua natureza distinta, requereu metodologias diferentes. O primeiro conjunto é formado por dois periódicos publicados na região sul do Espírito Santo, disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:<sup>49</sup> *O Cachoeirano: Órgão Imparcial* e *O Constitucional: Órgão do Partido Conservador – Jornal Agrícola, Político e Commercial*. Os periódicos, que serão descritos com mais detalhes no primeiro capítulo, pertencem a espectros políticos divergentes, uma vez que o *Cachoeirano* procurou manter a neutralidade em relação aos partidos monárquicos desde sua origem, demonstrando, ao longo dos últimos anos da escravidão, tendência republicana, explicitada após a abolição. O segundo

---

<sup>46</sup> SCOTT, 2005, p. 199-200.

<sup>47</sup> Cf. RIOS; MATTOS, 2004; LAGO, 2018.

<sup>48</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. 2007. 336f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

<sup>49</sup> O material pode ser consultado em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

periódico, *O Constitucional*, vinculava-se ao Partido Conservador e carregou no nome a afiliação política em toda a sua existência.

O longo recorte temporal foi subdividido de acordo com as fontes e os objetivos da pesquisa. Sendo assim, o primeiro período situa-se entre 1885 e 1888 e engloba a análise dos dois periódicos a fim de observar como a elite se manifestava a respeito da escravidão em seus últimos anos de existência, bem como para descrever os indícios da ação dos escravizados naquele contexto. A segunda subdivisão, situada entre a abolição e a queda da monarquia, consiste na análise dos dois periódicos no período imediatamente posterior à abolição na busca por compreender como o fenômeno foi narrado pela imprensa cachoeirense, com atenção aos personagens relacionados ao 13 de Maio. Apenas o jornal republicano sobreviveu ao fim da monarquia, por isso os primeiros anos da República são analisados com base em *O Cachoeirano*. Investigou-se até o décimo aniversário da Lei Áurea, em 1898, o discurso referente à abolição após os desaparecimentos do concorrente e da Monarquia; além de pistas sobre as manifestações dos libertos e de projetos pensados por eles ou para eles na “pátria livre”.

A apreciação do primeiro conjunto documental foi realizada de acordo com a análise de conteúdo. De acordo com Laurence Bardin, a análise de conteúdo consiste no esforço de interpretação que “oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”.<sup>50</sup> Assim, por meio das três etapas exigidas pela metodologia – a descrição, a inferência e a interpretação –, a pesquisadora pode compreender o sentido da comunicação e ultrapassá-lo ao identificar “outra significação, uma outra mensagem através ou ao lado da mensagem primeira”.<sup>51</sup>

No campo da História, verifica-se o uso da análise de conteúdo pelo menos desde as décadas de 1950 e 1960, de acordo com Renée Zicman. A adoção da metodologia, em concordância com Bardin, constitui “um exercício de desocultação fornecendo-nos uma melhor ‘descrição’ dos textos e permitindo-nos avançar para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea”<sup>52</sup>. A análise de conteúdos permite evitar a limitação dos trabalhos de História que usam a imprensa de forma simples e acrítica, como se fosse possível

---

<sup>50</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004. pp. 7-13.

<sup>51</sup> BARDIN, 2004, p. 36.

<sup>52</sup> ZICMAN, 1988, p. 94.

recuperar o fato histórico.<sup>53</sup> No mesmo sentido, Maria Helena Capelatto, estudiosa da *Imprensa e História do Brasil*, afirma:

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas. [...] A reconstituição dos liames entre a história e a política implica reverter o sentido do que foi descrito para desvendar os artifícios dos construtores da memória.<sup>54</sup>

A partir de tais considerações, a pesquisa desta tese insere-se, consoante René Zicman, na *História através da imprensa*,<sup>55</sup> uma vez que os periódicos não serão usados apenas para consulta, mas submetidos à análise sistemática. Com tal objetivo, adotou-se a análise temática – um dos tipos de análise de conteúdo – por considerá-la mais propícia à interpretação dos discursos próprios da imprensa. Cumprindo as etapas da metodologia, realizou-se a caracterização dos jornais consultados quanto aos seus aspectos formais/materiais, históricos, econômicos e público-leitor alvo.

A leitura atenta de todo o conjunto pesquisado deu-se na sequência, bem como o fichamento de todas as publicações relacionadas ao tema pesquisado. Optou-se por não adotar o mecanismo de busca por palavras-chave disponibilizado pela Hemeroteca Digital por entender que a leitura do conjunto permitia uma visão geral do periódico e para evitar ocultamentos provocados por variações na grafia ou defeitos no documento original. Todavia, utilizou-se a ferramenta de busca fora do recorte estipulado para investigar de forma pontual e complementar algumas questões, como notícias sobre quilombos na primeira metade da década de 1880.

A construção de um banco de dados no Excel seguiu-se à leitura (e releitura) dos fichamentos, e incluiu informações básicas sobre a edição e um resumo da publicação. A etapa considerou temas de significação, relacionados ao objeto de estudo, os quais foram analisados de acordo com sua presença e frequência em cada periódico anualmente.<sup>56</sup> Os resultados foram apresentados em quadros com dados absolutos e relativos. A análise quantitativa foi combinada com a análise qualitativa, uma das vantagens da análise de conteúdo. Houve atenção, portanto, não apenas à

---

<sup>53</sup> ZICMAN, 1988, p. 90.

<sup>54</sup> CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. pp. 24-25.

<sup>55</sup> ZICMAN, 1988, p. 89.

<sup>56</sup> ZICMAN, 1988, p. 94.

frequência de determinados temas ou índices, mas à sua própria presença em contextos específicos.<sup>57</sup>

O segundo conjunto documental é formado pelas entrevistas produzidas em 2019 na comunidade quilombola de Monte Alegre, localizada em Cachoeiro de Itapemirim, no âmbito da História Oral.

Conforme alertam José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda,<sup>58</sup> a produção de entrevistas pode ser utilizada para preencher lacunas deixadas por documentos oficiais ou para complementá-los, porém elas são discursos independentes, com significação em si, o que permite considerá-las igualmente de forma independente, e propor análises das narrativas para a verificação de aspectos não contemplados nas fontes escritas tradicionais.<sup>59</sup> A materialização das entrevistas, por meio dos documentos escritos, confere ao texto caráter testemunhal e a objetividade de qualquer fonte escrita, devendo, porém, a subjetividade de sua produção ser considerada na interpretação. Afinal, a palavra falada e gravada não existe como ação isolada. Em concordância com Meihy e Holanda, a historiadora Chiara Vangelista, que empregou a História Oral para estudar uma comunidade rural em São Paulo na década de 1980, alerta sobre uma das etapas fundamentais dessa metodologia:

na delicada passagem da fala para a escrita, através da transcrição e dos reajustes posteriores, perdem-se, inevitavelmente, muitos dos pormenores que fazem da entrevista uma experiência única, irrepetível e irreprodutível na sua inteireza: os gestos, os olhares, as tensões, os silêncios, as emoções, as dinâmicas, entre depoente e pesquisador. É fundamental incorporar tais dinâmicas na análise da fonte e na construção do discurso histórico, as quais, por sua labilidade, sujeitam-se ao olvido pelo próprio investigador, no demorado roteiro da pesquisa.<sup>60</sup>

Seguindo tais alertas e considerando a possibilidade de transformação dos discursos orais durante a transcrição, procurou-se incluir a dinâmica das entrevistas na apresentação dos relatos. O processo impactou na presença explícita da autora no texto mais do que o usual em trabalhos acadêmicos na área da História. Contudo, deve-se considerar que a entrevista é uma relação dialógica,<sup>61</sup> na qual a interação entre as duas partes é determinante para o resultado e, em diversos casos, como defendido por Vangelista, as referências à pesquisadora não se limitam a um valor

---

<sup>57</sup> BARDIN, 2004, p. 109.

<sup>58</sup> MEIHY; HOLANDA, 2017.

<sup>59</sup> MEIHY; HOLANDA, 2017, p. 23-24.

<sup>60</sup> VANGELISTA, Chiara. (Auto)Biografia de um bairro rural paulista: mistérios, olvidos, segredos. In: *Educação*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 123-136, maio/ago. 2011.

<sup>61</sup> MEIHY; HOLANDA, 2017, p. 19.

autobiográfico, possuindo uma “função analítica, indispensável para individuar e acompanhar os processos de interação no âmbito de uma pesquisa de história oral”.<sup>62</sup>

As múltiplas interações que se dão no campo da produção das entrevistas e no convívio com os entrevistados, de uma forma mais ampla, revestem-se da capacidade de afetar pessoalmente todas as pessoas envolvidas. Aliás, como explorado por Jeanne Favre-Saada, permitir-se ser afetado pode garantir a viabilidade de algumas pesquisas.<sup>63</sup> A situação possui diversas implicações, que passam pelo questionamento da ideia positivista da neutralidade científica com um convite à exploração das subjetividades inerentes dos envolvidos, como abordado por Alistar Thompson.<sup>64</sup> Alessandro Portelli, por sua vez, reforça esse posicionamento ao criticar “a utopia da objetividade”,<sup>65</sup> e completa:

A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.<sup>66</sup>

Enquanto sujeitos, os pesquisadores não estão isentos de sentimentos, os mais diversos, originados das interações humanas. No caso da História Oral, isso se torna mais intenso pelas relações pessoais estabelecidas entre pesquisadora e os entrevistados.<sup>67</sup> Trabalhar com fontes vivas foi um desafio para alguém acostumada a um distanciamento superior a um século de seu *corpus* documental, pois documentos escritos não possuem expectativas, nem geram afetos. Todavia, o reconhecimento não suspende o dever, como esclarecido por Portelli,<sup>68</sup> de interpretar criticamente todo o material produzido, estabelecendo-se, com o devido respeito aos entrevistados e as suas emoções e motivações, o distanciamento necessário para a análise das narrativas como qualquer fonte histórica.

---

<sup>62</sup> VANGELISTA. 2011, p. 124.

<sup>63</sup> FAVREET-SAADA, Jeanne. Bein affected. Translated from the French by Mylene Hengen and Matthew Carey. In: HAU: Journal of Ethnographic Theory, 2012, v. 2 (1): 435–445.

<sup>64</sup> THOMPSON, A. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional. Proj. História, São Paulo, n. 16 p. 277-296, fev. 1998.

<sup>65</sup> PORTELLI. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, vol 1, n. 2, 1996, p. 59-72. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-3.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf)>. Acesso em 28/10/2019. p. 59.

<sup>66</sup> PORTELLI, 1996, p. 60.

<sup>67</sup> THOMPSON, 1998, p. 296.

<sup>68</sup> PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944). In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

As entrevistas em História Oral implicam, portanto, uma sensibilidade extra na produção da documentação. Além dos afetos que podem ser gerados entre as duas partes, os entrevistados possuem seus próprios objetivos e questões pessoais. Por isso, recorda Vangelista, é preciso ficar atenta para não ultrapassar os limites da entrevista histórica, não a assemelhando a um interrogatório ou a uma conversa psicanalítica para as quais, aliás, não se possuem ferramentas apropriadas.<sup>69</sup> Em outras palavras, deve-se “evitar, na produção e na análise de fontes orais, a procura do fato histórico em si e da veracidade do narrado”, pois “a entrevista é mais do que uma fonte que evidencia a elaboração individual e coletiva do passado na sua relação com o presente, na qual a narração entrecruza-se com a fabulação e até com o mito.”<sup>70</sup>

A etapa da gravação das entrevistas foi realizada entre janeiro e novembro de 2019. Quase todas as entrevistas tiveram lugar na comunidade quilombola pesquisada às exceções de um encontro ocorrido na residência de um casal na área urbana de Cachoeiro de Itapemirim e um encontro na Câmara Municipal. No total, entrevistei 32 pessoas. As entrevistas, em sua maioria, ocorreram em duplas ou pequenos grupos formados espontaneamente por familiares, integrantes ou não do núcleo familiar, que se interessavam pela conversa ou para elas eram “puxados” pelos entrevistados originais. Os objetivos da pesquisa e a dinâmica da entrevista foram explicados antes das gravações e novamente ao final no momento de assinatura dos termos de autorização de uso dos depoimentos e imagens (Apêndice B), o que permitiu que todos, inclusive os participantes espontâneos, ficassem cientes dos procedimentos. O resultado dessas interações foram 38 horas de áudio transcritas literalmente, pois consideramos importante respeitar a variação linguística e demarcar o caráter fluído das conversas – nas quais, nem a pesquisadora usa, ininterruptamente, a norma culta da língua portuguesa. Inspirada no trabalho de Rodrigo Weimer,<sup>71</sup> criou-se no Excel um banco de dados com registros temáticos e nominais para administrar o volume de informações recolhido e favorecer sua análise. A figura a seguir reúne entrevistados citados diretamente na tese.

---

<sup>69</sup> VANGELISTA, 2011, p. 124.

<sup>70</sup> VANGELISTA, 2011, p. 124.

<sup>71</sup> WEIMER, Rodrigo. *Felisberta e sua gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

Figura 1 - Interlocutores da pesquisa na Comunidade de Monte Alegre

Nome	Ano de nascimento
Adevalmira Adão Felipe	1940
Aguilar Barbosa	1942
Alecio Veridiano Ventura	1932
Arilson Ventura	1971
Jadir Verediano	1953
Jonaci Ventura	1938
Lair Alves	1971
Leni Barbosa Ventura	1946
Leonardo Marcelino Ventura	1964
Maria Deolinda Alves	1938
Maria Laurinda Adão	1943
Maria Souza Ventura	1932
Neuma Verediano Roque	1943
Paulo Cesar Verediano	1958
Sebastião Marcelino Ventura	1947
Sebastião Souza	1929

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora na Comunidade (2019).

Se nem todas as entrevistas foram mencionadas diretamente neste trabalho, importa ressaltar que em seu conjunto contribuírem para compor o entendimento sobre a comunidade e oferecem possibilidades para futuras pesquisas. Igualmente é válido ressaltar que nos trechos dos relatos apresentados nesta tese, optou-se por excluir minhas intervenções quando não comprometiam seu entendimento a fim de facilitar a leitura. Além das gravações, foi muito útil manter um caderno de campo, ao qual recorri durante a fase das entrevistas, da transcrição e, especialmente, na produção do texto final.

Quanto ao gênero das entrevistas, seguiu-se a sugestão de Janotti e Queiroz<sup>72</sup> de empregar Histórias de Vida, usadas pelas pesquisadoras no projeto pioneiro com famílias negras na década de 1980. Optou-se por introduzir questionamentos, especialmente a respeito da origem da comunidade, da memória da escravidão e da abolição, a partir dos elementos presentes nas narrativas dos entrevistados, fossem eles abordados antes ou depois das gravações. A escolha revelou-se acertada diante da humildade de alguns colaboradores sobre a capacidade de oferecer contribuição para o trabalho.

<sup>72</sup> JANOTTI; QUEIROZ, 1988.



A comunidade de Monte Alegre, vale esclarecer, recebe pesquisadores de várias áreas do conhecimento há anos, notadamente após a certificação como quilombola, ocorrida em 2005. Por esse motivo, vários entrevistados já haviam concedido entrevistas para outros pesquisadores, porém, isso não facilitou o trabalho atual. Primeiramente, a presença de um gravador causa certa inibição pelo caráter formal que impõe à conversa, consistindo em um motivador para a atenção redobrada sobre o que se expõe a fim de proteger segredos, evitar punições, mal-entendidos.<sup>73</sup> Em segundo lugar, a ausência de retorno dos resultados das pesquisas anteriores para a comunidade e a perda de contato com os próprios pesquisadores foi constantemente apontada fora das gravações, o que parece se relacionar com afirmações sobre “não saber de muita coisa”. A título de exemplo, cito o casal Leni Barbosa Ventura e Sebastião Marcelino Ventura que demonstrou muita preocupação com uma pesquisadora que passou pela comunidade e havia interrompido a pesquisa para se mudar para uma região do país marcada por conflitos e violências.<sup>74</sup> Afirmaram, emocionados ao se recordar de sua relação com a moça, que ela continua em suas orações, também oferecidas e aceitas por mim.

Outras pessoas, ao receber a transcrição das entrevistas, se espantaram dizendo que nunca haviam recebido esse tipo de retorno. Além disso, a certificação como quilombola e os programas sociais e políticas públicas a ela relacionados, são fonte de tensões internas e externas na comunidade, e interferem na produção das entrevistas. O processo de escolha dos entrevistados integrou essas considerações, motivo pelo qual foram ouvidas pessoas dos principais “troncos” formadores da comunidade: Veridiano, Ventura e Adão. Assim, “testemunhas autorizadas”,<sup>75</sup> incluindo o “historiador da comunidade”, e aquelas que se consideravam não autorizadas a falar sobre a história de Monte Alegre tornaram-se interlocutoras desta pesquisa.

A proposta de falar sobre a própria vida e sobre a comunidade motivou a participação dos entrevistados, que, em geral, manifestaram, após superar a timidez inicial, satisfação por participar e gratidão pela realização de um trabalho que, em sua visão,

---

<sup>73</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212. p. 8.

<sup>74</sup> VENTURA, Leni Barbosa; VENTURA, Sebastião Marcelino. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 29 de janeiro de 2019a.

<sup>75</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 10.

pode divulgar a história de Monte Alegre e, talvez, contribuir para as lutas da comunidade, como a demarcação de seu território. A devolução social,<sup>76</sup> etapa fundamental da História Oral, iniciou-se ao final de 2019, por meio da entrega das transcrições das entrevistas para os colaboradores. Porém, o processo, e o aprofundamento de algumas entrevistas, visto como necessário após a qualificação no doutorado, foi interrompido pela pandemia de Covid-19, conforme explicado anteriormente. Após o retorno à normalidade, todas as transcrições serão entregues, assim como a cópia impressa da tese – o arquivo digital será disponibilizado após as correções solicitadas pela banca de defesa.

Os documentos escritos serão arquivados no Laboratório de História, Poder e Linguagens (ligado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo), coordenado pela professora Dr.<sup>a</sup> Adriana Pereira Campos.

De forma complementar, outras fontes, além dos dois grupos principais – os periódicos e as entrevistas – foram consultadas para a produção desta tese, entre eles relatórios governamentais, inventários *post-mortem*, recenseamentos, leis, regulamentos. Nesse caso, os limites temporais foram ultrapassados quando se julgou necessário.

A análise desse amplo *corpus* documental tem como finalidade a comprovação da hipótese levantada neste trabalho, qual seja, a de que os laços familiares estabelecidos na vigência da escravidão na atual Comunidade Quilombola de Monte Alegre, interior do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, foram fundamentais para a inserção social na localidade após a Abolição, para sua permanência e união até os dias atuais e para a preservação de uma memória genealógica da escravidão e da abolição, que constitui a base para a afirmação da identidade quilombola e para a celebração atual do 13 de Maio.

A tese empregou alguns conceitos, que convém esclarecer. Primeiramente, compreende-se a dificuldade de definir o pós-abolição na historiografia, uma vez que seus limites cronológicos não são fixos, ocorrendo uma variação de acordo com os critérios adotados em cada pesquisa e com a realidade de cada experiência histórica. Todavia, para os objetivos desta pesquisa, considera-se a promulgação da Lei Áurea como seu marco inicial. Estabelecer seu marco final é igualmente tarefa complexa,

---

<sup>76</sup> MEIHY; HOLANDA, 2017, p. 30.

talvez ainda mais, pois passa pelo debate da apropriação da liberdade pelos libertos e descendentes, por sua inclusão na sociedade brasileira, na reparação histórica etc.<sup>77</sup> Assim, pensando nesta tese, compreenderemos o pós-abolição de forma ampliada, como o período de liberdade oficial inaugurado no Brasil em 13 de Maio de 1888 e ainda em curso, considerando a realidade da comunidade que luta pela concessão de seus direitos, como a titulação do território, com base na memória da escravidão.

Devemos ressaltar que toda a leitura da documentação partiu do pressuposto de que o escravo, o liberto e seus descendentes eram/são sujeitos históricos, influenciados pela realidade social, mas também agentes de sua transformação. O sociólogo Max Weber<sup>78</sup> oferece um conceito importante para entender as ações daqueles sujeitos históricos. A “ação social”, explica-nos o autor, é orientada pelo comportamento de outros, não importando a temporalidade desse referencial que pode ser passado, presente ou mesmo futuro. Os “outros”, cabe salientar, podem ser indivíduos ou coletivos, conhecidos ou desconhecidos.

É interessante observar ainda que a ação social pode gerar um tipo de relação social, a “relação comunitária”, pertinente na análise da comunidade formada por libertos e descendentes. Segundo Weber, não é a convivência num mesmo local ou a existência de semelhanças que formará uma relação comunitária. Ela será constituída quando as pessoas começarem a orientar seu comportamento pelo das outras pessoas e nessa relação se manifestar o sentimento de pertencimento ao mesmo grupo. No caso da comunidade em análise neste trabalho, torna-se relevante considerar o conceito weberiano de comunidade étnica, no qual se destaca a ideia de pertencimento como característica comum mais do que características raciais ou culturais. O grupo étnico é definido, segundo Weber, por sua crença subjetiva em uma origem em comum. Sendo assim, as “disposições raciais”, relacionadas à herança biológica, não são suficientes para explicar as organizações coletivas, pois pode existir união entre pessoas de grupos raciais diferentes e, ainda assim, persistir a crença em uma origem comum. Importa ainda ressaltar, de acordo com Weber, que os motivos das singularidades de cada grupo étnico, cuja identidade é construída em contraste com os “outros”, são invenções sujeitas a alterações por condições sociais e históricas.

---

<sup>77</sup> Sobre as diferentes definições do pós-abolição, cf. WEIMER, 2015; GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. (Orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

<sup>78</sup> WEBER, 1999.

O antropólogo Marshall Sahlins<sup>79</sup> oferece importante contribuição ao arcabouço teórico deste trabalho ao apresentar a cultura como algo dinâmico, historicamente construído, responsável por ordenar os eventos e, durante o processo, ser reordenado. De acordo com Sahlins:

por um lado, as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural. Nesses termos, a cultura é historicamente reproduzida na ação. As circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais. É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação.<sup>80</sup>

O antropólogo alerta ainda para a importância de relacionar o evento e a estrutura. Ambos só podem ser compreendidos quando analisados de maneira conjunta. O evento em si é a relação entre um acontecimento e a(s) estrutura(s). Por isso, ainda que um evento seja importante, por “forças e razões próprias”, ele “transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação”. Continua o autor, “somente quando apropriado por, e através do esquema cultural, é que adquire uma significância histórica”.<sup>81</sup>

Sidney Mintz,<sup>82</sup> outro antropólogo que contribui para fundamentar teoricamente este trabalho, enfatiza que “o comportamento humano não pode ser plenamente entendido pelo (ou reduzido ao) exame de indivíduos isoladamente” já que todos os seus atos e consequências são sempre sociais.<sup>83</sup> Ainda de acordo com o autor, não é correto pensar que cada sociedade possui uma cultura e que cada segmento social possui uma subcultura. Essa visão empobrece a análise já que um grupo humano pode ter mais de uma cultura, ampliando, dessa forma, suas possibilidades de ação. Também é possível que um grupo adote posição contrária, especializando-se em determinado conjunto de formas culturais e assim evitando possíveis alternativas. Considerar a existência de várias culturas na mesma sociedade, portanto, não é hierarquizá-las. A criação de grupos pelos indivíduos não diferencia qualitativamente suas “culturas”. Eles apenas optam por alternativas culturais distintas que parecem mais apropriadas em determinados contextos. Outro cenário possível, alerta Mintz, é que “pessoas em posições diferentes podem concebivelmente fazer a mesma coisa, pretendendo

---

<sup>79</sup> SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

<sup>80</sup> SAHLINS, 1997, p. 7.

<sup>81</sup> SAHLINS, 1997, p. 14.

<sup>82</sup> MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. Tradução de James Emanuel de Albuquerque. In: *Revista Tempo*. 14 (28) Jun. 2010, pp. 223-237.

<sup>83</sup> MINTZ, 2010. p. 228.

coisas bem diferentes ao fazê-la, e provocar consequências bem diferentes através de seus atos similares.”<sup>84</sup>

É importante ter em vista que as manobras humanas, isto é, os elementos de ação, nem sempre são conscientes e racionais. O ator individual, informado pela prática passada, pela experiência, pode perceber oportunidades entre as práticas existentes, que são adequadas às suas inclinações pessoais e às promessas de benefícios especiais. A ação das pessoas, em geral, ocorre de acordo com um “código socialmente herdado de comportamento padronizado, um código histórico de longa permanência. Mas esse código não é jamais uma camisa-de-força; existem escolhas e alternativas.”<sup>85</sup> Até a “não ação” dos indivíduos é uma alternativa e deve ser pensada dessa forma.

A comunidade estudada é vista, segundo definição de Osvaldo de Oliveira Martins, como um território negro. Nas palavras do antropólogo,

o território negro é uma construção social, cultural e política da realidade, pois o “nós”, os principais atores desta construção, estão em relação aos “outros”, e nessa relação, valorizam as diferenças de seus códigos morais, valores culturais, regras de residência, princípios e crenças acerca da formação do grupo. Acrescento ainda que não são apenas os laços econômicos com a terra que garantem a construção do território, mas também os laços afetivos socialmente significativos, a partir dos quais os membros do grupo constroem princípios morais que norteiam suas ações e re-significam a terra deixada como herança pelos ancestrais.<sup>86</sup>

Emprego o termo *negro* seguindo os mesmos critérios adotados por Osvaldo de Oliveira em sua pesquisa sobre outra comunidade formada por descendente de africanos no Espírito Santo, ou seja, como “categoria relacional de autodefinição e de definição por outros”. Também em Monte Alegre, percebe-se a apropriação local para estabelecer a diferenciação observada entre o “nós” (negros) e os “outros” (brancos, fazendeiros, italianos).<sup>87</sup>

A comunidade estudada emprega o termo “escravo” para se referir ao seus ancestrais, motivo pelo qual o adoto preferencialmente nos capítulos baseados em suas entrevistas. Estou ciente da discussão sobre seu uso, algo questionado desde o século XIX pelos abolicionistas e reforçado nas últimas décadas com a substituição

---

<sup>84</sup> MINTZ, 2010, p. 234.

<sup>85</sup> MINTZ, 2010, p. 236.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras*. Teses (doutorado). Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), 2005. p. 21.

<sup>87</sup> OLIVEIRA, 2005, p. 1.

pelo termo “escravizado” por autores da área de História<sup>88</sup> e de outras áreas<sup>89</sup> e por movimentos sociais. Todavia, a escolha por respeitar a expressão dos entrevistados, como ensinado por Alessandro Portelli,<sup>90</sup> reforça a preocupação com a humanização da história e destaca o caráter especial da História Oral que, por trabalhar com fontes vivas, exige sensibilidade extra.

A partir de Michael Pollak, compreende-se a memória como um “fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”.<sup>91</sup> Todavia, há elementos na memória, tanto individual quanto coletiva, que são imutáveis, a saber, os acontecimentos, os personagens e os lugares<sup>92</sup> – os três elementos receberão destaque nesta investigação ao abordarmos a memória da comunidade quilombola de Monte Alegre. Enquanto operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se deseja preservar, afirma Pollak, a memória possui a capacidade de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre diferentes dimensões de coletividades como partidos, igrejas, famílias, comunidades, nações.

Se a memória é coletiva, deve-se considerar que quem lembra é o indivíduo e este exercício de buscar a lembrança, de lutar contra o esquecimento,<sup>93</sup> é realizado no presente. A memória é um fenômeno construído e o trabalho de construção, que é uma organização do que será lembrado, recalcado, excluído, ocorre em nível individual.<sup>94</sup> O esforço do indivíduo para controlar “as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais”<sup>95</sup> é atividade da História Oral, que se baseia na memória individual, para revelar o trabalho de enquadramento, o qual é alimentado pela história e por outros tipos de produções como textos de ficção, teatro, panfletos, fotos, quadros, filmes. Esse material será reinterpretado em função dos combates do presente e do futuro. Contudo, ressalta-

---

<sup>88</sup> Cf. a crítica de Hilary McD. Beckles ao uso do termo “escravo” em vez de “escravizado” no capítulo “João Pedro Marques, slave revolts and the abolition of slavery: a misinterpretation” e a resposta a essa crítica realizada por João Pedro Marques no capítulo “*Is there a central flaw in my reasoning?*” In: MARQUES, 2010.

<sup>89</sup>KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

<sup>90</sup> PORTELLI, 1998.

<sup>91</sup> POLLAK, 1992, p. 201.

<sup>92</sup> POLLAK, 1992, p. 201-202.

<sup>93</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Iain François [et al.]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007. p. 71.

<sup>94</sup> POLLAK, 1992, p. 204.

<sup>95</sup> POLLAK, 1989, p. 12.

se, o trabalho de enquadramento da memória coletiva não pode ser realizado de forma arbitrária. Ele possui limites e deve obedecer a exigências de justificação. Afinal, o próprio sentido da identidade, individual ou grupal, está assentado na memória.<sup>96</sup>

Existe, segundo Pollak, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos separada pelo indizível de uma memória coletiva organizada (resumo de uma imagem que a sociedade majoritária ou o Estado desejam impor). Todavia, essa divisão, embora esteja geralmente relacionada a fenômenos de dominação, é mais comum entre grupos minoritários e a sociedade englobante. A emergência das memórias marginalizadas em conjunturas favoráveis atesta o quanto o presente pode colorir o passado e indaga sobre a capacidade de sobrevivência e de transmissão oral dessas lembranças.<sup>97</sup> Nesse sentido, Rodrigo Weimer, destaca que

Na “transmissão” de uma memória, o polo receptor assimila, reinterpreta, rememora e reproduz as narrativas em questão, e são esses imperativos, operados pelo presente, que levam a falar ou silenciar sobre as memórias do passado.<sup>98</sup>

Paul Ricoeur aponta uma outra característica da memória que precisa ser sublinhada. Se ela é, em certo sentido, uma luta contra o esquecimento, não existe uma “memória que nada esqueceria”.<sup>99</sup> Além dos déficits e ciladas que ameaçam a memória, é importante atentar para “os entraves impostos ao trabalho da memória, os quais, por sua vez, se converteram em oportunidades de usos e abusos para o esquecimento”.<sup>100</sup>

O conceito de consciência histórica proposto por Amos Funkestein<sup>101</sup> será empregado na análise das entrevistas. Para ele, a consciência histórica é uma construção heurística, um degrau da liberdade criativa no uso e interpretação dos conteúdos da memória coletiva, cujo grau difere em momentos diferentes na mesma cultura ou em diferentes níveis sociais da mesma cultura em determinado tempo. Nesse sentido, para Funkestein, a consciência histórica ocidental não contradiz a memória coletiva, mas é uma forma desenvolvida e organizada dela. Ela também não contradiz a criação historiográfica, uma vez que ambas estão em sua base e são nutridas por ela. O autor ressalta que reconhecer que a consciência histórica começa com os dados do

---

<sup>96</sup> POLLAK, 1989, p. 10.

<sup>97</sup> POLLAK, 1989, p. 8.

<sup>98</sup> WEIMER, 2015, p. 186.

<sup>99</sup> RICOEUR, 2007, p. 424.

<sup>100</sup> RICOEUR, 2007, p. 436.

<sup>101</sup> FUNKENSTEIN, Amos. Collective Memory and Historical Consciousness. *History and Memory*, vol. 1, no. 1, 1989, pp. 5–26. *JSTOR*, [www.jstor.org/stable/25618571](http://www.jstor.org/stable/25618571).

presente não é impeditivo para a produção de conhecimento adicional – respeitada a base factual – assim como o reconhecimento da influência do “ponto de vista” do historiador pelo seu tempo e lugar, dos quais é impossível se desvincular totalmente, não impede o conhecimento histórico.

Quanto à estrutura, a tese está organizada em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo, *“Salve, pátria livre”: o fim da escravidão no Brasil*, aborda a discussão historiográfica sobre a abolição no Brasil a fim de mostrar as narrativas sobre a abolição desde seu próprio acontecimento, apresentar o cenário em que a abolição ocorreu, identificar os atores envolvidos segundo as principais narrativas, e as implicações de seu desfecho para a posteridade. Dedicamos uma seção para falar sobre a discussão historiográfica no Espírito Santo, procurando ressaltar como a região foi incluída nesse debate. Por fim, como principal contribuição do capítulo, investigou-se a desestruturação do sistema escravista em Cachoeiro de Itapemirim, o mais importante município cafeeiro do Espírito Santo nas décadas finais do século XIX, por meio da análise de conteúdo de dois periódicos produzidos na região, *O Cachoeirano* e *O Constitucional*.

O segundo capítulo, *“O grande dia 13 de maio de 1888” e os “novos cidadãos” nos jornais de Cachoeiro de Itapemirim-ES*, analisa as narrativas dos dois periódicos locais sobre o acontecimento comparando seus discursos nas edições comemorativas da abolição com aqueles construídos nos anos seguintes sobre o tema e, também, com aqueles produzidos na vigência da escravidão a respeito da *questão servil*. A análise contempla os primeiros anos da República tendo em vista que engloba as edições publicadas até o décimo aniversário da Lei Áurea. A leitura dos periódicos foi realizada com atenção especial à presença dos libertos, seja por meio de suas ações e das avaliações sobre elas, seja por meio de seu lugar nos projetos de “Pátria Livre” elaborados pelas elites.

A *Comunidade Quilombola de Monte Alegre* é apresentada no terceiro capítulo. A formação da comunidade e seus principais “trancos” – expressão usada pelos moradores para se referir as bases de suas famílias – são abordados a partir do cruzamento das fontes orais e fontes escritas tradicionais. O capítulo também faz uma discussão teórica sobre os conceitos de quilombo e de quilombolas, mostrando sua transformação histórica e política e como são apropriados na contemporaneidade.



O último capítulo, *A escravidão, o 13 de Maio e o pós-abolição na memória de descendentes de escravos*, emprega a História Oral para ouvir vozes marginalizadas na produção da história e da sociedade brasileira. A história da escravidão e do pós-abolição no Espírito Santo, abordadas nos primeiros capítulos, são enriquecidas com a memória genealógica dos quilombolas de Monte Alegre. Os relatos sobre o cativo de seus ancestrais, suas estratégias de resistência para criar brechas de liberdade e para (re)reconstruir suas vidas após o “raiar da liberdade” são fontes de informação sobre aquele período e foram ouvidos com atenção ao processo de ressignificação da memória da escravidão na afirmação da identidade quilombola. Após abordar o tempo do cativo e o “raiar da liberdade” de uma forma geral para a comunidade, destaquei duas histórias de vida do tempo dos quilombolas por entender que elas permitem abordagem mais específica sobre as motivações para as escolhas dos sujeitos a respeito de temas como a permanência na região versus imigração e interações com outros grupos, e as estratégias para ascensão social. Considerando que as “histórias de vida têm o mérito de atuar enquanto elemento relativizador de certezas”,<sup>102</sup> sua análise mais detida revela as estratégias para expressar o indizível, a transformação de descendentes de escravos em quilombolas e o trabalho para ressignificar a história através da memória da escravidão e do 13 de Maio.

---

<sup>102</sup> JANOTTI; QUEIROZ, 1988, p. 84.

# 1. “SALVE, PÁTRIA LIVRE”: O FIM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

## 1.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

A Pátria Livre

Não há mais escravos no Brasil, eis a exclamação que irrompe de todas as bocas! [...]

Tudo isso parece um sonho, um impossível. [...]

A alegria da Pátria é intensa. Não há um só coração brasileiro que não transborde de júbilo!

Aos olhos do velho mundo aparecemos regenerados.

Ninguém mais se recusará a emigrar para a nossa terra natal.

O trabalho nobilitou-se, só tem um estímulo: a ambição da independência.

Desataram-se as correntes que entorpeciam o caminhar do carro do progresso. [...]

A abolição da escravidão se fez sem que fosse derramada uma só gota de sangue. [...]

Que lição sublime demos a humanidade!

Éramos um país de escravos, mas reabilitamos o cativo de ontem, elevando-o com júbilo no conceito social.

Restituímos-lhe os seus direitos no meio do maior entusiasmo.

Ressurgi de vossos túmulos manes [sic] de Eusebio de Queiroz, Rio Branco e José Bonifácio. [...]

O que se está passando é fruto de vossa obra também.

Sete de Novembro de 1831 e 28 de Setembro de 1871 são os precursores de 13 de Maio de 1888. [...]

Os três golpes de morte da escravidão por honra nossa se deram pela propaganda pacífica e prudente que incutiu no ânimo do povo a convicção da necessidade da extirpação de um cancro que nos corroía. [...]

O preconceito, que outrora existia e constituía a razão suprema para se adiar o golpe fatal, bem depressa se desvaneceu. [...]

O acontecimento cresce de vulto se atentarmos que ele representa grande diminuição na fortuna particular, porquanto o facto se realizou sem indenização por parte do Governo e atualmente nenhuma voz a reclamou. [...]

Felicita os libertos de 13 de Maio e incita-os a que trabalhem para que cada vez mais se eleve o nosso caro Brasil.

À imprensa do país o Constitucional dirige suas congratulações e de coração toma parte em todas as suas manifestações de regozijo.<sup>103</sup>

O editorial acima foi publicado pelo periódico *O Constitucional: Órgão do Partido Conservador – Jornal Agrícola, Político e Commercial*, sediado em Cachoeiro de Itapemirim, em edição especialmente dedicada à celebração da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. O tom comemorativo estava presente desde a primeira página em que se imprimiu a Lei Áurea e se teceram elogios e “salves” aos “cooperadores da abolição”, ao Imperador, à Regente, a Eusébio de Queiroz, a Rio Branco, a João Alfredo, à “Pátria Livre”. Segundo o artigo do número especial do periódico do Sul do Espírito Santo, o fim da escravidão teria sido resultado da vontade geral da população brasileira, já que se constituía em barreira ao progresso e à imigração. Superado o obstáculo, o trabalho estaria automaticamente nobilitado e o país apareceria mais do

<sup>103</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 5, de 20 de maio de 1888, p. 2.

que regenerado diante do mundo civilizado, pois havia lhe dado uma sublime lição. Segundo o redator, diferentemente dos Estados Unidos e das colônias europeias, onde a escravidão acabou em meio a conflitos violentos, sublevações e/ou ressarcimento aos proprietários, no Brasil teria ocorrido, consoante à folha, “sem sangue” e sem indenização, graças à generosidade dos brasileiros. Repousa nesse “sonho impossível” – que teria se tornado realidade devido ao caráter pacífico e benevolente do povo, guiado por estadistas como José Bonifácio, Eusébio de Queiroz e Rio Branco – a felicidade geral da nação.<sup>104</sup>

Mais do que comemorar a “imorredoura lei”, *O Constitucional* buscou, no número especial produzido apenas uma semana após a abolição, o sentido do acontecimento por meio de narrativa composta da seleção de eventos da história brasileira.

Decorridos mais de 130 anos, o debate sobre a desagregação do sistema escravista brasileiro continua aberto e caro à sociedade. Importa, pois, conhecer o cenário em que a abolição ocorreu, pensar sobre os atores envolvidos e sobre as implicações de seu desfecho para a posteridade. Ainda que o cenário do pós-abolição tenha problemas específicos, não podendo ser considerado simplesmente uma continuidade da escravidão, nesta tese considerou-se importante destacar que as interações sociais estabelecidas após 13 de maio de 1888 envolveram pessoas que nasceram sob o signo da escravidão. Assim, como ocorreu a desagregação do regime de trabalho compulsório no Espírito Santo? Como senhores, escravos e livres reagiram às leis emancipacionistas e ao movimento abolicionista? Como terminou a escravidão no maior município cafeeiro e maior polo de concentração escrava do Espírito Santo no final do século XIX? Antes de retomar essas questões norteadoras do trabalho, consideramos importante apresentar as interpretações sobre a abolição no Brasil.

## 1.2 SENTIDOS ATRIBUÍDOS À HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO

No artigo “A Pátria Livre”, citado no início do capítulo, o periódico *O Constitucional*, ao mesmo tempo que incentivava a imigração europeia, exaltou o fim do “cancro” que corroía a nação. Com igual entusiasmo, “aconselhou-se” aos libertos o trabalho,

---

<sup>104</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 5, de 20 de maio de 1888, p. 2.

retórica que condenava o abandono das antigas propriedades senhoriais. Descreveu-se a Lei Áurea como desfecho de um longo processo que teria se iniciado com a luta contra o tráfico de africanos para o Brasil, por meio de lei decretada em 1831, mas somente levada a cabo com a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850; e que teria outro ponto de inflexão com a promulgação da Lei Rio Branco, em 1871 que, entre outras medidas, libertou o ventre das escravas, impossibilitando a última via de reprodução da escravidão no Brasil.

Para o redator d'O *Constitucional*, as medidas graduais tomadas por estadistas puseram termo ao regime escravocrata sem derramar “uma só gota de sangue”, pois seriam resultado da “propaganda pacífica e prudente”, que convenceu todos os corações brasileiros a “reabilitar” os cativos. Naturalmente, a versão causa curiosidade, senão estranheza, pela comparação com a posição do Partido Conservador até pouco tempo antes da abolição. No momento oportuno, iremos retornar a esse ponto, bem como às narrativas realizadas pelos periódicos locais. Por hora, basta lembrar que o esforço interpretativo é tão antigo quanto o próprio acontecimento e, ao envolver contemporâneos, ressaltou a presença de interesses além de sua própria compreensão.

O abolicionista Joaquim Nabuco foi uma das testemunhas do evento que deixou conhecido relato sobre a abolição. Em *Minha Formação*<sup>105</sup>, Nabuco narra não apenas sua trajetória pessoal, como também oferece sua versão sobre a trajetória do abolicionismo no Brasil e explicação para o fim da escravidão no país. Tratando-se de material já exaustivamente analisado pela historiografia,<sup>106</sup> interessa destacar que Joaquim Nabuco demarcou o ano de 1879 como o início da “campanha” ativa contra a escravidão no Brasil, com o pronunciamento de Jerônimo Sodré na Câmara:

[...] porque o movimento [abolicionista] começou na Câmara em 1879, e não, como se tem dito, na *Gazeta da Tarde* de Ferreira de Meneses, que é de 1880, nem na *Gazeta de Notícias*, onde então José do Patrocínio, escrevendo

---

<sup>105</sup> Minha formação compõe-se de textos publicados por Joaquim Nabuco para o Jornal “Comércio de S. Paulo, em 1895. Mais tarde, a “Revista Brasileira” compilou os artigos. No prefácio, o autor explica que se devem considerar os anos de 1893 a 1899 como os referenciais da obra. Ver NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Introdução de Gilberto Freyre. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 27.

<sup>106</sup> Angela Alonso, ao analisar o abolicionismo como movimento social, não apenas aborda o papel de Joaquim Nabuco, como destaca o lugar da sua obra na periodização clássica do movimento e as consequências para sua própria compreensão. Cf. ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. In: *Novos estudos*, 100, nov. 2014, pp. 115-137.

a “Semana Política”, não fazia senão nos apoiar e ainda não adivinhava a sua missão.<sup>107</sup>

No entanto, Nabuco reconhece que o “movimento” abolicionista era anterior à campanha iniciada em 1879. Ele admite a ação de indivíduos como Luiz Gama, que muito antes de sua estreia na Câmara, já lutava pela liberdade dos escravos. Privilegiando, porém, sua própria atuação, conforme destacado por Angela Alonso,<sup>108</sup> Nabuco não os inclui entre os integrantes da “campanha” que conduzirá ao fim da escravidão. Para ele, tais ações não constituíam o “verdadeiro abolicionismo”, mas um outro movimento no Brasil anterior a 1879.<sup>109</sup>

De maneira similar ao que ele próprio participou, o movimento anterior também não se assentaria, segundo Nabuco, na iniciativa popular. O desejo pela emancipação teria partido do Imperador e a liderança coube a seu pai, José Tomás Nabuco de Araújo, em parceria com o Gabinete Rio Branco, constituindo-se “o principal agitador da libertação das gerações futuras”,<sup>110</sup> em 1871. Para Joaquim Nabuco, seu pai fora responsável por encerrar definitivamente o tráfico de africanos, ferido de morte por Eusébio de Queiroz.<sup>111</sup> Ao enfatizar o papel do Imperador e de seu pai, Joaquim Nabuco alargou a preponderância do poder político-institucional para o encaminhamento da emancipação da escravidão como questão nacional, da qual ele se encarregaria ao assumir a cadeira de deputado.

Por último, queremos destacar na obra de Joaquim Nabuco a sua interpretação do evento. Algumas figuras consideradas importantes não eram novidade em sua narrativa, conforme a leitura d’*O Constitucional* permite constatar, embora cada um privilegie seu grupo político. Ao oferecer sua versão do fenômeno, Nabuco expõe sua crença na impossibilidade de contemporâneos ao evento realizarem uma história imparcial, livre das paixões políticas e da fascinação pessoal. Feita a ressalva, que pode ser tomada como uma advertência a respeito de todas as explicações do

---

<sup>107</sup> NABUCO, 1998, p. 192.

<sup>108</sup> ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. In: *Novos estudos*, 100, nov. 2014, pp. 115-137.

<sup>109</sup> Em *Minha Formação*, produzida após a abolição, Nabuco apenas comenta, sem maiores detalhes, sobre o “movimento”. Em outra obra, *O Abolicionismo*, escrita em 1883, isto é, ainda durante a campanha abolicionista, ele explica melhor a ideia quando apresenta as três ondas do abolicionismo: a primeira seria o ataque ao tráfico de africanos; a segunda, a libertação do ventre; e a terceira, da qual ele fazia parte, considerada o “verdadeiro” abolicionismo com pretensões de libertar as massas escravas e os ingênuos. NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 27 e p. 73.

<sup>110</sup> NABUCO, 1998, p. 166.

<sup>111</sup> NABUCO, 1998, p. 163.

período, Nabuco construiu uma versão em que cinco diferentes ações cooperaram para o êxito da abolição: “a ação motora dos espíritos” realizada pelos abolicionistas na criação de opinião pública pela emancipação; “a ação coerciva dos que se propunham destruir o formidável aparelho da escravidão”; “a ação complementar dos proprietários”, que passaram a libertar em massa as suas “fábricas” à medida que o movimento avançava; “a ação política dos estadistas” por meio de concessões do governo; e “a ação dinástica”.<sup>112</sup>

A explicação de Nabuco, portanto, exalta a ação dos abolicionistas (agindo dentro das instituições, mas também fora delas), apresenta como fundamental a participação dos estadistas e da Coroa e, de forma complementar, dos proprietários. Os escravos aparecem de forma passiva, guiados pelos abolicionistas nas fugas ou sendo libertados pelos senhores. Não há surpresa, porém, nesse ponto de vista, já que Nabuco defendeu posições legalistas durante todo o movimento. Ele já afirmara na obra *O Abolicionismo*, escrita durante a campanha, que

A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É, assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade. Em semelhante luta, a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da humanidade toda.<sup>113</sup>

Realizada a abolição, Nabuco até reconheceu que a ala revolucionária do movimento – na qual se incluía José do Patrocínio – ocupou papel importante ao adiantar a obra da abolição, mas não o fez sem lamentar e responsabilizá-la (ao menos parcialmente) pela dispersão do próprio “movimento” no dia posterior à abolição.<sup>114</sup>

A versão de Nabuco influenciou por muito tempo a narrativa sobre o movimento. Sua divisão cronológica seria aproveitada, por exemplo, por Evaristo de Moraes. A *campanha abolicionista (1879-1888)*, produzida na década de 1920, confessa no título tal influência. Entretanto, o autor, que se reconhece como “jovem soldado” republicano e abolicionista, promete ser historiador-juiz, isto é, afastar-se das paixões dos propagandistas para escrever da forma mais imparcial possível a história da “campanha política e democrática mais intensa e meritória” do Brasil.<sup>115</sup>

---

<sup>112</sup> NABUCO, 1998, p. 190

<sup>113</sup> NABUCO, 2003, p. 44.

<sup>114</sup> NABUCO, 1998, P. 201.

<sup>115</sup> MORAES, ca.1986. p. 3.

A obra de Moraes procura retratar a intensidade da campanha, detalhando os acontecimentos e descrevendo os personagens que julgou mais relevantes. Em seu intento, adotou o conceito de abolicionismo e a cronologia elaborados por Nabuco,<sup>116</sup> bem como compartilhou o sentimento sobre a importância dos abolicionistas, porém não se restringiu à interpretação anterior sobre o fenômeno. Pode-se observar as mudanças na escolha de José do Patrocínio como o maior destaque da “campanha abolicionista”, na menor atribuição de valor para a participação da Coroa, ou ainda na apresentação de Eusébio de Queiroz e Rio Branco como os verdadeiros propulsores do movimento libertador.

A criação de opinião pública favorável à abolição foi, na opinião de Evaristo de Moraes, a grande realização dos abolicionistas – entre os quais o autor se incluía. Diferentemente de Joaquim Nabuco, Evaristo de Moraes não ignorava a ação dos próprios escravos no processo de emancipação. A revogação da pena de açoites, em 1886, foi apontada como uma das causas da extinção virtual da escravidão, isto é, da queda do regime do cativo antes da Lei Áurea.<sup>117</sup> Outra causa, em parte tributária da revogação da pena de açoites, foi “o protesto enérgico oposto pelos escravos ao fato da própria escravidão, traduzindo-se por fugas em massa e pelas exigências de libertação e salário”.<sup>118</sup> Em sua opinião, a pacífica revolta dos escravos já seria suficiente, mesmo sem outros fatos, para abolir a escravidão. Moraes opina, assim, que a abolição, de fato, fora atingida revolucionariamente, mas sem violência material, sem efusão de sangue, sem perda de vidas.<sup>119</sup> Os governantes, em 13 de maio de 1888, teriam reconhecido o fato e impedido que a revolução se aprofundasse.

É interessante notar que, mesmo descrevendo a resistência de muitos senhores e políticos à propaganda abolicionista, o que diversas vezes ocasionou episódios de violência descritos na obra, além do clima de tensão gerado pela desorganização geral do trabalho, Evaristo de Moraes mantém a tese de abolição pacífica da escravidão. Reconheceu, para a reta final da campanha, a importância da ação de figuras como o Imperador, a Princesa e alguns políticos, mas também ressalta em sua

---

<sup>116</sup> Evaristo de Moraes adota a divisão realizada na obra *O Abolicionismo*, na qual o combate à escravidão aconteceu em três fases: primeiramente contra o tráfico, depois contra a reprodução dos escravos via nascimento e, por último, contra a escravidão em si, ou seja, com o objetivo de libertar todos os escravos. Tanto para Nabuco quanto para Moraes, é o último movimento que se reconhece como abolicionista.

<sup>117</sup> MORAES, ca.1986, p. 243.

<sup>118</sup> MORAES, ca.1986, p. 243.

<sup>119</sup> MORAES, ca.1986, p. 311.

obra o quanto “os escravos deveram a si mesmos – nas fugas, nas lutas, nas revoltas – pela sua libertação final”.<sup>120</sup> A maior diferença entre sua versão e as anteriores consiste na inclusão dos escravos como sujeitos, como participantes na destruição do regime escravista – algo que só seria retomado muitas décadas depois.

A partir de meados do século XX, com especial destaque às décadas de 1960 e 1970, surgiu e ganhou força uma nova corrente interpretativa que deslocou o foco dos sujeitos para as estruturas. As explicações de viés marxista radicalizaram a proposta de afastamento de visões românticas que pintavam o passado de “cor-de-rosa”,<sup>121</sup> ignorando os horrores da escravidão, algo já proposto por Evaristo de Moraes na década de 1920. Essa subsequente revisão da escravidão e da abolição, portanto, reduziu a importância das ações políticas de figuras proeminentes, como a Princesa Isabel ou de estadistas, e praticamente anulou o papel dos escravos no processo abolicionista. A denúncia da violência do cativo provocou a dificuldade de enxergar os cativos como sujeitos ativos durante o regime escravocrata. A posição ativa dos escravos, quando admitida, não poderia ser mais do que casual, limitada a atos violentos em razão da violência do cativo.<sup>122</sup>

A abordagem notabilizou-se na obra “Da senzala à Colônia”, de Emília Viotti da Costa, publicada pela primeira vez em 1966.<sup>123</sup> A autora defendeu interpretação materialista, relacionando as esferas econômica, política e ideológica. No plano econômico, Emília Viotti postulou a incompatibilidade da escravidão com o avanço do capitalismo, que, no século XIX, havia ultrapassado a fase de acumulação primitiva característica do período colonial. Em âmbito internacional, argumentou que o choque entre o capitalismo e o Estado absolutista e sua economia mercantilista havia criado os instrumentos teóricos – a filosofia iluminista e a economia liberal clássica – base da condenação moral, religiosa e econômica da escravidão.

No âmbito doméstico, consoante Viotti da Costa, o desaparecimento do tráfico de africanos, após 1850, incentivado pela pressão externa, teria levado à ladinização da

---

<sup>120</sup> MORAES, ca. 1986, p. 11.

<sup>121</sup> MORAES, ca. 1986, p. 11.

<sup>122</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

<sup>123</sup> COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à Colônia*. 4ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.



população cativa.<sup>124</sup> A população afrodescendente foi assimilada à sociedade, abrindo espaço para o desenvolvimento de novas sociabilidades que permitiriam maior solidariedade entre os escravos.<sup>125</sup> Paralelamente, o crescimento de centros urbanos teria proporcionado o surgimento de grupos sociais menos dependentes do trabalho cativo e desejosos de autonomia em relação às oligarquias rurais. A luta por reformas, que incluíram o fim da escravidão, seria consequência de tais mudanças e seria utilizada no “jogo dos partidos”.<sup>126</sup> Dentro dessa perspectiva, o abolicionismo se constituiria primordialmente como questão socioeconômica, ainda que houvesse ataque moral e ideológico à escravidão.

Nesse contexto de mudanças e de ascensão do abolicionismo, Emília Viotti da Costa defende que novos significados são atribuídos às fugas e revoltas escravas do final do século XIX por parte da sociedade brasileira. Até meados dos Oitocentos, a reprovação coletiva, a condenação e a repressão eram as respostas para os constantes e persistentes protestos dos escravos. Todavia, segundo a autora, nas últimas décadas daquele século, os escravos passaram a contar com a “simpatia de amplos setores da população”, que deixavam de ver a escravidão como uma instituição natural, para algo ilegítimo e condenável.<sup>127</sup> As leis emancipacionistas, como a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários, e a agitação dos abolicionistas teriam contribuído não apenas para desqualificar o trabalho escravo e desmoralizar a escravidão, mas para organizar as movimentações escravas e transformar a rebelião das senzalas, registradas na sociedade colonial desde o século XVI, em ação política. Em outras palavras, os escravos não foram capazes de se colocar como sujeitos ativos no processo de destruição do escravismo, cabendo a ação política aos livres em geral, aos parlamentares e autoridades governamentais.

---

<sup>124</sup> O termo “ladinização” refere-se ao processo de transformação do africano “boçal” (expressão utilizada para designar o africano novo, recém-chegado do tráfico) em um ladino, isto é, em alguém que conhecia e utilizava elementos culturais da sociedade que o explorava como escravo.

<sup>125</sup> Para Emília Viotti da Costa, até a primeira metade dos Oitocentos, no qual a reposição de mão de obra era facilitada pelo comércio atlântico, o regime escravista brasileiro não permitiria a construção de laços familiares estáveis. Nas décadas seguintes, a historiografia revisionista contestou essa afirmação provando não apenas a existência, como a fundamental importância da família escrava para o sistema escravista e para os próprios indivíduos escravizados. Cf. FLORENTINO, Manolo. & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>126</sup> COSTA, 1998, p. 41.

<sup>127</sup> COSTA, 1998, p. 43-46.

Mesmo com descendentes de escravos entre os mais ardorosos abolicionistas, como Luís Gama, José do Patrocínio e André Rebouças,<sup>128</sup> a questão não se colocaria em termos raciais, pois o movimento não pretenderia a libertação da “raça” escravizada, mas a libertação do país dos malefícios da escravidão, dos entraves que a instituição representava para a economia. Segundo Emília Viotti da Costa, a mudança da opinião pública e a ação dos abolicionistas e governantes, embora importantes, também limitaram o resultado da emancipação, uma vez que as mudanças das condições estruturais, ocorridas durante o século XIX, possibilitariam “a colocação do problema do trabalho em termos que irão favorecer, se não forçar mesmo, a transição para o trabalho livre, e a desintegração definitiva do sistema escravista.”<sup>129</sup>

A suposta incapacidade de ação política do escravo, cuja reação ao sistema sem a colaboração dos abolicionistas se daria apenas em termos de rebeldia, de violência direta contra senhores e feitores, reafirmada na teoria de Emília Viotti da Costa, recebeu forte oposição a partir da década de 1980.<sup>130</sup> A perspectiva completamente diferente da nova historiografia pode ser observada no trabalho *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*,<sup>131</sup> de Sidney Chalhoub, que já se tornou um clássico da historiografia brasileira. Afirma o autor:

O meu texto é, então, um esforço de descrição e interpretação de mudanças históricas, mas receio que se torne também uma demonstração de como a memória da Abolição transformou-se em apologia ou em farsa o que foi, e é, fundamentalmente, luta e sonho de liberdade.<sup>132</sup>

O autor procura demonstrar que a luta pela liberdade empreendida pelos próprios escravos foi fundamental para a desagregação do sistema escravista. Longe de serem reificados pela violência do regime, como proposto por Fernando Henrique Cardoso,<sup>133</sup> os escravos estavam atentos às transformações, bem como forçaram algumas que iriam corroer moralmente o cativo. A lei Rio Branco, de 1871, por exemplo, seria o reconhecimento legal de direitos adquiridos pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros: a prática do pecúlio, a alforria por

<sup>128</sup> COSTA, 1998, p. 496.

<sup>129</sup> COSTA, 1998, p. 390.

<sup>130</sup> CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados*. Escritos de história política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 69.

<sup>131</sup> CHALHOUB, 1990.

<sup>132</sup> CHALHOUB, 1990, p. 102.

<sup>133</sup> Integrante da chamada Escola Paulista, que fez importante denúncia contra a violência da escravidão e contra a existência do racismo no Brasil em meados dos anos 1950, Fernando Henrique Cardoso, afirmou que os escravos foram reduzidos a coisas e instrumentos de trabalho pela violência da sociedade escravocrata. Cf. CARDOSO, 1977.

meio de indenização forçada, a preferência pela libertação das mulheres – e dessa forma, das futuras gerações. Embora a legislação também possa ser interpretada como “exemplo de instinto de sobrevivência” da classe senhorial, por ser vista como uma forma de dar esperança aos escravos e acalmar sua “impaciência”, na opinião do autor, não haveria como negar que os principais dispositivos da lei – extremamente criticados pelos proprietários – foram “arrancados” pelos escravos e geraram consequências importantes para o processo de abolição.<sup>134</sup>

Para Sidney Chalhoub, os escravos não pressionaram a sociedade em direção à liberdade apenas por meios institucionais, embora isso tenha sido fundamental para o fim da escravidão. Além da exigência para a legalização de suas seculares práticas, a rebeldia também ocupou papel de destaque, porém, sob nova abordagem. Não se tratava da violência de seres brutalizados e incapazes de responder de outra maneira ao escravismo. Segundo Chalhoub, a intensificação do tráfico interprovincial, na segunda metade do século XIX, elevou a níveis intoleráveis as tensões sociais no Sudeste e, dessa forma, contribuiu para “cavar finalmente a sepultura da instituição da escravidão.”<sup>135</sup>

O inconformismo dos escravos, manifestado através de ações institucionais ou atos rebeldes, aponta para a inversão de papéis em relação à historiografia precedente. O protagonismo, anteriormente atribuído aos abolicionistas, é transferido aos escravos. A atuação de indivíduos como Joaquim Nabuco, de curadores e juizes simpáticos à causa dos escravos, teria contribuído para a luta pela liberdade, mas esta era essencialmente a “causa dos negros”, com significados elaborados na experiência do cativo. O valor do abolicionismo, bem como do paternalismo do imperador, seria o de oferecer esperança aos negros, sujeitos históricos responsáveis por politizar o cotidiano do cativo.

Ciente da existência das batalhas acadêmicas e políticas para determinar as razões do desaparecimento da escravidão, bem como da atuação dos escravos dentro do regime escravista e no processo abolicionista, José Murilo de Carvalho<sup>136</sup> apresenta explicação no final da década de 1980, retomando alguns elementos de interpretações

---

<sup>134</sup> CHALHOUB, 1990, p. 159-161.

<sup>135</sup> CHALHOUB, 1990, p. 243.

<sup>136</sup> CARVALHO, 1998.

anteriores, apontando algumas novidades e criticando a substituição do mito da abolição como dádiva da Coroa pelo da conquista exclusiva do escravo.

A tese sobre o protagonismo dos escravos deveria ser amparada, segundo Carvalho,<sup>137</sup> por comprovação empírica do aumento da rebeldia nos anos que precederam a aprovação da lei de 1871.<sup>138</sup> Entretanto, para o autor, não se observam rebeliões escravas antes da aprovação do projeto e nem nos anos seguintes – elas só se tornariam comuns na segunda metade da década de 1880. Para Carvalho, a Lei do Ventre Livre resultaria da iniciativa “da Coroa, secundada pelo gabinete Conservador e apoiada pela imprensa abolicionista e parte do Partido Liberal”.<sup>139</sup> A ênfase no processo político e nesses atores sociais não impede o autor de considerar os receios da elite em relação aos escravos, nem sua contribuição ao processo, constatando um aumento da resistência a partir da política de manumissão para o serviço militar – a discussão sobre a referida lei inicia-se durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) e é retomada após sua conclusão. O reconhecimento da atuação dos escravos, ressalta Carvalho, não deve ser “exagerado”. Se não houve passividade, tampouco haveria motivos para afirmar que eles foram os únicos responsáveis pela abolição, mesmo admitindo-se o crescimento das fugas em massa a partir de 1887.

De maneira similar às interpretações dos tempos de Joaquim Nabuco e Evaristo de Moraes, José Murilo de Carvalho vê a abolição como processo político dividido em três etapas: o fim do tráfico, a libertação do ventre e a campanha abolicionista, que, em sua opinião, teria começado em 1884. O autor não nega a influência da pressão externa sobre os acontecimentos que resultaram na Lei Eusébio de Queiroz, mas afirma categoricamente que o mesmo não pode ser dito em relação à segunda etapa, iniciada em 1866, isto é, a iniciativa do debate que conduziu à aprovação da Lei Rio Branco teria sido do imperador. A participação da Coroa teria sido constante até a aprovação da reforma, em 1871, e ainda poderia ser percebida na condescendência em relação à campanha abolicionista, ainda que nela tenha sido preponderante a participação popular.

---

<sup>137</sup> CARVALHO, 2008.

<sup>138</sup> Embora tenhamos apresentado o trabalho de Chalhoub para discutir a influência escrava sobre a aprovação da lei Rio Branco, a ideia já havia sido abordada anteriormente por Warren Dean. Nossa escolha se baseou no maior conhecimento da obra de Chalhoub, que aprofundou a tese. Cf. DEAN, 1977.

<sup>139</sup> CARVALHO, 2008, p. 314.

Dois elementos diferentes, destacados por José Murilo de Carvalho na reação dos senhores à campanha abolicionista da década de 1880, merecem atenção neste trabalho. Em contraste com as primeiras interpretações sobre a abolição, nas quais se enfatizou a benevolência dos proprietários que alforriaram seus escravos voluntariamente, o autor recorda que, em São Paulo, onde a campanha popular fora mais intensa, houve violência dos escravistas contra seus oponentes, manifestada através das repressões à campanha abolicionista e até assassinatos.<sup>140</sup> A reação violenta por parte de alguns só teria diminuído frente às proporções tomadas pelo movimento, que minou a solidariedade dos fazendeiros, quando alguns deles, diante da desorganização do trabalho ocasionada pelas fugas em massa instigadas pelos abolicionistas, passaram a contratar fugitivos.<sup>141</sup>

Outra questão interessante, levantada por José Murilo de Carvalho,<sup>142</sup> diz respeito à concentração demográfica de escravos nas províncias cafeeiras, após a intensificação do tráfico interprovincial da segunda metade do Oitocentos, o que, supostamente, teria dividido geograficamente o país, como apontado por Robert Conrad.<sup>143</sup> A diferença entre o Norte e o Sul realmente se apresentou na aprovação das leis emancipacionistas, especialmente a de 1871. Entretanto, Carvalho conclui que a redução do número de escravos na região Norte serviu para atenuar a resistência à abolição, enquanto o Sul escravista/cafeeiro mantinha-se na férrea defesa da escravidão. Ao considerar a ocupação dos parlamentares, Carvalho percebeu que a maioria dos representantes do Norte na Câmara seria formada por funcionários públicos e magistrados, que tendiam a ser favoráveis ao governo. Além disso, o autor lembra a diversidade dentro de cada região brasileira, onde pequenos proprietários, como os do Ceará, encaravam a abolição com maior facilidade do que os grandes proprietários, tanto do Norte quanto do Sul. Se alguns destes alforriaram em massa seus escravos no final da década de 1880, ou se empregaram fugitivos, ou ainda se passaram a adotar mão de obra imigrante, não foi devido à benevolência ou a uma

---

<sup>140</sup> A esse respeito, é interessante rever o trabalho de Evaristo de Moraes, que detalha as “renhidas” batalhas contra a escravidão, promovidas pelos abolicionistas, especialmente os de Campos, com ataques realizados por fazendeiros e pelas autoridades policiais, mas com conclusão diferente do que sugere sua obra. Décadas depois, autores que enfocaram a violência da escravidão contra o escravo, também a enfatizaram na luta contra a escravidão. Cf. LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

<sup>141</sup> CARVALHO, 2008, p. 320.

<sup>142</sup> CARVALHO, 2008.

<sup>143</sup> Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

mentalidade progressista, mas a seu pragmatismo, baseado em uma lógica própria de raciocínio, que visava, primordialmente, à manutenção de trabalhadores. Mesmo no oeste paulista, que investiu na atração de imigrantes, “os cafeicultores combinaram o trabalho escravo com o livre e as libertações eram feitas sobre o cálculo de que seria a melhor maneira de conservar o trabalho dos ex-escravos.”<sup>144</sup>

José Murilo de Carvalho destaca, assim, as ações da Coroa e do abolicionismo. A primeira teria agido de forma constante, pelo menos desde 1866, iniciando discussões, usando o poder moderador para substituir gabinetes, encorajando a ação dos abolicionistas e reduzindo a credibilidade das medidas repressivas por parte do governo.<sup>145</sup> Somente na década de 1880, o movimento popular ganharia importância, abrangendo elementos da burocracia estatal, incluindo a magistratura e as forças armadas. A participação de ex-escravos e descendentes não foi descartada pelo autor, pois alguns dos maiores destaques no movimento eram negros, como José do Patrocínio, André Rebouças e Luiz Gama. Contudo, seriam honrosas exceções, dada a ausência de cultura que valorizasse a liberdade individual na sociedade brasileira.<sup>146</sup>

Em reflexão realizada no centenário da Abolição, José Murilo de Carvalho<sup>147</sup> enfatizou a ausência de valores mais individualistas como diferencial na comparação entre a emancipação nos Estados Unidos e no Brasil. Na América do Norte, a cultura liberal e religiosa proporcionava instrumentos ideológicos e práticos para a luta pela liberdade de forma mais intensa que na sociedade brasileira. A divisão geográfica existente nos Estados Unidos, com os estados do Norte se constituindo como “quilombos” na prática, facilitaria a ação de escravos, libertos e descendentes.<sup>148</sup> No Brasil, como se sabe, apenas em 1884 uma província pôde se declarar livre da escravidão.<sup>149</sup> Sendo assim, a divisão física não foi marcante na “grande senzala” que

---

<sup>144</sup> CARVALHO, 2008, p. 308.

<sup>145</sup> CARVALHO, 2008, p. 320.

<sup>146</sup> CARVALHO, 1998, p. 76.

<sup>147</sup> CARVALHO, 1998.

<sup>148</sup> CARVALHO, 1998, p. 35-64.

<sup>149</sup> O Ceará foi a primeira província a proclamar-se livre da escravidão no dia 25 de março de 1884. Em julho, seria a vez do Amazonas. A campanha de libertação de territórios continuou, mas não há registro de mais províncias que tenham alcançado o feito. Cf. MORAES, ca. 1986. Atualmente, há trabalhos que contestam essa data, ainda que reconheçam a importância simbólica para o movimento abolicionista no Brasil. MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense*. Dissertação apresentada ao ICHF da Universidade Federal Fluminense, 2012.

era o Brasil, o que também reforça o argumento do autor sobre a limitação da simples divisão no país entre o Norte livre e o Sul escravista.

Em trabalho publicado em 2008, Ricardo Salles analisa um município no coração do Império brasileiro para compreender a história das relações entre senhores e escravos a partir de meados do século XIX.<sup>150</sup> Apoiado em ampla e diversificada produção acadêmica dos anos 1990 e 2000, Salles questiona a condenação do sistema escravista brasileiro pela proibição do tráfico em 1850. Embora em meados do século houvesse tensão antiescravista, a escravidão só começaria a se desintegrar em 1871, quando a Lei do Ventre Livre interrompeu a tendência à estabilização, ou até mesmo ao crescimento, da população escrava.

O fim do tráfico de africanos em meados de 1850 teria contribuído, segundo Salles, para alterar as relações entre senhores e escravos e o próprio perfil da população (mais crioula e com maior participação em famílias e outras redes de solidariedade).<sup>151</sup> Assim, os cativos puderam agir de forma mais ativa no enfrentamento ao escravismo na década de 1880. A mudança na relação de forças com os senhores seria acompanhada por alterações mais gerais no plano nacional, como a exacerbação da tensão antiescravista motivada pelas contradições expostas na Guerra do Paraguai, a concentração social e territorial da propriedade cativa, a dificuldade crescente de aquisição de terras e o crescimento de grupos urbanos mais independentes em relação à escravidão. O protesto escravo assumiria nova conotação e passaria a ser incentivado e respaldado pelo movimento abolicionista.<sup>152</sup> Até aquele momento, nenhum movimento social, protagonizado por escravos ou em seu nome, teria colocado em questão a ordem escravista.<sup>153</sup>

Para Ricardo Salles, os membros do Conselho de Estado que encaminharam a legislação emancipacionista eram integrantes da classe senhorial e, portanto, defensores dos mesmos interesses. A relativa autonomia da elite política em relação aos fazendeiros se apresentaria na capacidade de perceber e formular soluções para problemas de médio e longo prazo. A elite política teria atuado com o objetivo de preservar a escravidão pelo maior tempo possível. Somente “quando isso se mostrou

---

<sup>150</sup> SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>151</sup> SALLES, 2008, p. 59.

<sup>152</sup> SALLES, 2008, p. 59.

<sup>153</sup> SALLES, 2008, p. 45.

inviável e desastroso a médio prazo, buscaram encaminhar a substituição gradativa do trabalho escravo sem comprometer os demais aspectos da ordem senhorial – antes, preservando-os.”<sup>154</sup> Em outras palavras, os nomes mais celebrados como defensores da abolição em narrativas anteriores, como Eusébio de Queiroz e Rio Branco, tiveram seu papel revisado, enquanto o abolicionismo e a ação escrava, na década de 1880, assumiram – dentro do contexto moldado por fatores nacionais e internacionais – a principal responsabilidade pelo fim da escravidão.

O papel dos escravos e do abolicionismo para o fim da escravidão foi destacado no fim do primeiro decênio dos anos 2000 no trabalho de João Pedro Marques, que propôs o debate internacional com a seguinte questão: “Quem aboliu a escravidão?”<sup>155</sup> Se as revoltas escravas eram endêmicas ao escravismo desde a antiguidade, questiona João Pedro Marques, por que elas só destruíram a escravidão no século XIX? Para o autor, a resposta está no surgimento da variável estratégica do abolicionismo sobre a forma de ver as rebeliões escravas. As revoltas ocorridas nos três primeiros séculos da escravidão africana na América não podem, segundo Marques, ser classificadas como oposição direta ao escravismo. Os rebeldes lutaram por objetivos mais visíveis no horizonte de possibilidades, como vingança, terra e liberdade individual ou grupal, mas não objetivavam o fim da escravidão enquanto sistema – em sua maioria. Daí a importância da ação abolicionista, que emerge e se afirma enquanto ideologia, a partir do último quartel dos Setecentos e primeiras décadas dos Oitocentos, quando surgiram novas esperanças para o progresso humano na “era das revoluções”.<sup>156</sup>

Ao considerar que o número de revoltas escravas no mundo afro-americano aumentou depois do fortalecimento do abolicionismo como ideologia, e após analisar algumas delas, João Pedro Marques reafirma a impossibilidade de se estabelecer uma conexão entre resistência escrava e as leis emancipacionistas no Ocidente. Ou seja,

---

<sup>154</sup> SALLES, 2008, p. 129.

<sup>155</sup> MARQUES, João Pedro. *Who abolished slavery? Slave revolts and abolitionism*. A debate with João Pedro Marques. Edited by Seymour Drescher & Pieter C. Emmer. Berghan Books. European expansion & Global Interaction, 2010. Após a exposição da tese do autor, são apresentadas várias análises críticas a respeito dela, sobre as quais não nos deteremos aqui. De maneira geral, como conclui o próprio autor na terceira parte da obra, na qual responde às críticas, a maioria concorda com sua tese central, ou pelo menos, não a refuta. A crítica mais contundente, que, de fato, discorda da tese de Marques é a de Hilary Beckles no capítulo “João Pedro Marques, slave revolts and the abolition of slavery: a misinterpretation”.

<sup>156</sup> MARQUES, 2010, p. 18.



o fim da escravidão enquanto sistema, na maior parte do mundo ocidental, não seria resultado das fugas e rebeliões escravas, mas do abolicionismo.<sup>157</sup>

Em geral, as revoltas escravas teriam contribuído mais para atrapalhar a luta pela liberdade, do que para apressar sua conquista. Entretanto, o autor ressalva que o Brasil foi o único caso em que se poderia traçar uma relação causal entre a resistência escrava e o abolicionismo com resultado favorável à bandeira da emancipação. Para Marques, as fugas frequentes no final da década de 1880, incentivadas e estruturadas pelos abolicionistas, teriam implodido virtualmente a escravidão antes que a Lei Áurea a reconhecesse oficialmente.<sup>158</sup> O sucesso dessa relação resultou no encurtamento do prazo da escravidão brasileira, mas apenas porque as fugas seriam pacíficas, sem violência generalizada e destruição.<sup>159</sup> Mesmo que o caso brasileiro se diferencie do padrão observado no restante da América, o abolicionismo teria sido o fator que permitiu a mudança da visão sobre as revoltas escravas e, portanto, se constituiria como o principal agente da abolição.

A pesquisa de Ângela Alonso não descarta as teses anteriores, que ressaltaram a lógica econômica,<sup>160</sup> a importância das instituições políticas ou ainda a resistência dos escravos para a compreensão do complexo fenômeno da abolição. A obra apresenta a relevância do abolicionismo, entendido como movimento social, para o resultado do processo político que levou à abolição no Brasil em 1888. Alonso estabelece o marco inicial do abolicionismo brasileiro em 1868, deslocando o foco dos discursos para a prática e permitindo perceber a atuação de personagens durante todo o movimento, mas ocultados por figuras que só surgiriam nas últimas décadas dos Oitocentos.<sup>161</sup>

---

<sup>157</sup> MARQUES, 2010, p. 75.

<sup>158</sup> MARQUES, 2010, p. 54.

<sup>159</sup> A ideia da abolição sem sangue, já antiga nas narrativas sobre o assunto, também foi defendida por outros autores do período, assim como o encurtamento da escravidão por causa da ação abolicionista. Cf. DRESCHER, Seymour. A abolição brasileira em perspectiva comparativa. In: *História Social*, Campinas-SP, p. 2, 115-162, 1995.

<sup>160</sup> A autora vê a abolição brasileira dentro do ciclo de mobilização internacional, que começou na Inglaterra no final do século XVIII e se estendeu até a segunda metade do século XIX, no qual as mudanças estruturais compeliram ao abandono do escravismo em prol do trabalho livre, mais compatível com as formas capitalistas de produção e com a expansão de mercados consumidores. Entretanto, Alonso defende que cada país o fez no seu ritmo e ao seu modo e, no caso brasileiro, não seria diferente. ALONSO, 2014, p. 122.

<sup>161</sup> Para Alonso, embora Joaquim Nabuco seja o nome mais conhecido do abolicionismo brasileiro, o mais importante articulador do movimento teria sido André Rebouças, que permaneceu ativo de 1868 até a abolição. ALONSO, 2014, p. 132.

Associações antiescravistas surgiram no Brasil, consoante Alonso, por volta de 1850, com as discussões a respeito da proibição do tráfico atlântico. No entanto, somente 18 anos depois surgiram as condições para o debate que daria origem à Lei Rio Branco e ao crescimento das associações para se estabelecer o início do movimento social. Para Alonso, a conjuntura favorável à inclusão da abolição na agenda brasileira teria sido formada por três fatores: o fim da Guerra Civil nos EUA e a discussão sobre a abolição nas colônias espanholas; a crise política doméstica, que levaria o Partido Liberal a defender publicamente reformas modernizadoras, entre as quais o fim da escravidão, a partir de 1868; e a reforma modernizadora realizada pelo Partido Conservador em resposta à crise, que incluiu a expansão do acesso ao ensino superior,<sup>162</sup> a possibilidade da criação de jornais, além da aprovação da Lei Rio Branco, em 1871.<sup>163</sup>

O primeiro ciclo de mobilizações antiescravistas no espaço público brasileiro, para Alonso, seria resultado, portanto, da conjugação de elementos externos e internos, atuantes no final da década de 1860. A nacionalização do movimento, todavia, seria marcada mais por fatores internos, como a saída do Partido Conservador do governo, em 1878, e a proximidade do oitavo aniversário da lei do Ventre Livre.<sup>164</sup> Tanto essa etapa, denominada como fase das flores, pelo predomínio das manifestações públicas e pacíficas e pela libertação de territórios, quanto a fase dos votos (período de institucionalização do movimento a partir da ascensão de Dantas ao governo, em 1884) e a fase das balas (marcada pela desobediência civil dos abolicionistas, a partir de 1885, após serem “enxotados” do espaço público e pela reação agressiva do contramovimento com repressão legal e extralegal) teriam sido influenciadas por elementos nacionais.

Ao denominar como “fase das balas” uma das etapas do abolicionismo, Ângela Alonso rejeita a persistente visão sobre a abolição que, desde os primeiros dias após o 13 de Maio divulgou a ideia de processo pacífico em que os senhores restituíram aos

---

<sup>162</sup> Sobre a geração de 1870, fruto dessa reforma no ensino superior, cf. COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Global Ed, 1988.

<sup>163</sup> ALONSO, 2014, p. 127.

<sup>164</sup> A Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, determinava que os proprietários de escravas que tivessem filhos após sua promulgação, em 1871, deveriam escolher o destino desses ingênuos quando eles completassem oito anos de idade. Duas opções eram dadas: manter a criança e receber indenização a partir da exploração de seu trabalho até que ela completasse 21 anos de idade; ou entregar a criança ao governo com indenização por meio de títulos públicos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 03 de abril de 2019.

escravos “seus direitos no meio do maior entusiasmo”, oferecendo à humanidade uma “lição sublime” – como pode ser constatado por meio da leitura do periódico *O Constitucional*.<sup>165</sup>

De fato, no Brasil, o fim da escravidão não se assemelhou aos violentos processos observados nos Estados Unidos da América ou no Haiti. Entretanto, o trabalho de Alonso demonstra que não é possível ignorar a ação agressiva por parte do contramovimento dos senhores que defenderam o que julgavam ser seus direitos por meio da contratação de milícias particulares. A autora também ressaltou as medidas repressivas do Governo do Barão de Cotegipe que, com abordagens legais e extralegais até fevereiro de 1888, encorajava atitudes de autoridades subalternas.

Em segundo lugar, a abordagem do abolicionismo como movimento social captou sua dimensão popular, atacando as teses defensoras da abolição como obra da Coroa. Para Alonso, longe de conduzir o processo político que acabaria com a escravidão, o poder moderador agiu pressionado pelas forças em jogo. A abolição não seria conquistada através da ação particular de um ator, mas do confronto entre grupos e forças sociais distintas. Somente em fevereiro de 1888, diante do agravamento do conflito político, quando vários segmentos da elite já haviam se declarado a favor da abolição em curto prazo por conta das circunstâncias, após o alinhamento do Exército com a causa abolicionista diminuir a possibilidade de repressão às fugas que ocorreriam em massa, é que a Coroa se manifesta no mesmo sentido. Se não houve derramamento de sangue na escala do ocorrido nos EUA, foi pelo reconhecimento da gravidade do conflito por parte dos atores envolvidos, que, mediados pelo Estado, assumiram o compromisso de desarmar o confronto entre abolicionistas e escravistas e impedir a possível guerra civil.<sup>166</sup>

Por fim, gostaríamos de destacar duas conclusões da autora sobre o fim da escravidão no Brasil. Primeiro, a atuação dinâmica do primeiro movimento social brasileiro, tanto em mobilizações populares no espaço público quanto na pressão contínua sobre as instituições políticas, que teve papel decisivo para o desfecho do processo político que resultou na abolição. Na segunda metade da década de 1880, afirma Alonso, ainda havia proposta para prorrogar a escravidão até 1930. Portanto, o abolicionismo teve,

---

<sup>165</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 3, de 20 de maio de 1888, p. 2.

<sup>166</sup> ALONSO, 2014, p. 130.

no mínimo, o mérito de diminuir o prazo do regime escravista, que acabaria eventualmente algum dia não muito próximo, se fosse deixado à própria sorte.<sup>167</sup>

Um segundo ponto refere-se às consequências para a sociedade brasileira, particularmente para os negros, da forma pela qual se realizou a abolição.<sup>168</sup> A solução conciliatória pode ter evitado a possível guerra civil, mas dificultou a realização da totalidade do programa de reformas do abolicionismo que incluíam reforma agrária e expansão da educação. Em nome da urgência, a lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, não reconheceu o direito de propriedade dos escravistas, mas também não adotou medidas para amparar os explorados e seus descendentes.

Se a nova era, iniciada após a abolição, não pode ser considerada uma simples continuidade da escravidão, possuindo problemas específicos em um contexto de “reconfigurações de relações sociais e identitárias”,<sup>169</sup> como bem pontuaram Hebe Mattos e Ana Lugão, o período precedente à Lei Áurea é fundamental para iniciar o diálogo sobre a inserção dos libertos na sociedade brasileira, a partir de então como pessoas livres. O acordo entre escravistas e abolicionistas teria impedido que as tensões se transformassem em conflito de maiores proporções, porém é difícil imaginar que as tenha extinguido, ou anulado os interesses envolvidos no processo. A fim de examinar tal possibilidade, propomos direcionar a atenção para Cachoeiro de Itapemirim, importante município cafeeiro, localizado no Sul da província do Espírito Santo. Começaremos por destacar a importância da escravidão no cenário da província espírito-santense, pois, ainda que tenha sido uma das quatro principais produtoras de café do Império na segunda metade do século XIX, é menos conhecida que suas congêneres.

### 1.3 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO OITOCENTOS

A economia do Espírito Santo baseou-se na cafeicultura desde meados do século XIX, quando a rubiácea africana se tornou febre entre os lavradores, substituindo em algumas regiões os velhos canaviais, infiltrando-se nas roças ao lado da mandioca e

---

<sup>167</sup> ALONSO, 2014, p. 133.

<sup>168</sup> Cf. CARVALHO, 1998; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>169</sup> RIOS; MATTOS, 2005, p. 34.

do milho, ou ocupando matas virgens. Ao se tornar a esperança dos grandes e pequenos agricultores, como notado pelo presidente, Dr. José Fernandes Costa Pereira,<sup>170</sup> o café causou significativo impacto na receita provincial. Em 1851, quando o cultivo estava na fase inicial e sua produção ainda era muito menor do que a do açúcar – até então, o principal produto exportado pelo Espírito Santo – já havia assumido o primeiro lugar em valores na pauta de exportação. Nesse ano, a quantidade exportada de café foi de 83.790 arrobas, cerca de metade da produção de açúcar, que foi de 153.790 arrobas. Quanto às rendas, a situação foi inversa, já que o café gerou uma receita de 206:645\$700, aproximadamente o dobro da gerada pelo açúcar (108:100\$860).<sup>171</sup> Os preços atraentes e a crescente demanda internacional garantiram o entusiasmo da província com o novo produto e sua expressiva expansão nos decênios seguintes.<sup>172</sup>

O impulso econômico foi acompanhado por significativo incremento na população, que passou de 49.092, em 1856, para 81.889, em 1872.<sup>173</sup> São números modestos no cenário nacional, mas quando são desdobrados em segmentos, demonstram a proximidade dos interesses capixabas das outras três províncias cafeeiras, priorizadas nas discussões políticas pelos contemporâneos e, posteriormente, pela historiografia.

Na década de 1850, o Espírito Santo contabilizava 12.269 escravos, o equivalente a 25% de sua população. Em 1872, quando foi realizado o primeiro censo no Império, os capixabas registraram 22.552 escravos em sua posse.<sup>174</sup> Considerando-se que o período após a lei Eusébio de Queiroz foi de redução da população escrava no quadro

---

<sup>170</sup> ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório que o Exmo. Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. José Fernandes da Costa Pereira Jr., dirigiu à Assembleia Legislativa na Sessão Ordinária de 23 de maio de 1862, p. 82. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em 25 de junho de 2019.

<sup>171</sup> ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000. p. 41.

<sup>172</sup> O primeiro registro da produção de café no Espírito Santo é do ano de 1826, quando foram exportadas apenas 150 arrobas. A partir da metade da década de 1840 é que a produção realmente ganha vigor, superando as 32 mil arrobas. A partir daí a produção cresce de forma inversamente proporcional ao açúcar, assumindo o primeiro lugar em valores na pauta de exportação em 1851 e a primazia na quantidade no ano de 1853. Para se ter uma noção, no ano de 1845, foram exportadas 226.032 arrobas de açúcar e 32.033 de café. No ano de 1885/86, foram exportadas 33.458 arrobas de açúcar e 1.229.780 arrobas de café. Cf. OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008, p. 278.

<sup>173</sup> ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p. 69.

<sup>174</sup> CENSO, 1872.

nacional, é notável que a população escrava dessa província tenha quase duplicado. Em 1872, a população cativa provincial representava menos de 1,5% das 1.510.806 pessoas escravizadas no Brasil, mas em termos proporcionais, esses números revelam a segunda maior concentração da população escrava do país. Enquanto se registravam em âmbito nacional 5,5 pessoas livres para cada escravizada, a província capixaba detinha uma proporção de 2,6 por 1.<sup>175</sup>

O crescimento da população escrava no Espírito Santo foi, então, significativo, e representou as mudanças econômicas vividas pela província na segunda metade do Oitocentos, proporcionadas pela cultura cafeeira, que invadira, de forma diferenciada, suas terras. De forma geral, o maior incremento ocorreu no Sul da província, o que conferiu a Cachoeiro de Itapemirim o título de reduto das grandes propriedades cafeeiras do Espírito Santo. Na região central, nos arredores da Capital, Vitória, o café dividiu espaço com as roças de alimentos que abasteciam a própria região e permitiam algum comércio com províncias vizinhas. Foi para as margens dos rios Itabapoana e Itapemirim que se deslocaram em meados do século muitos senhores fluminenses e mineiros – além de homens livres pobres – junto de seus escravos,<sup>176</sup> em busca de terras virgens e férteis para a cultura, que já dominava o vale do Paraíba há algum tempo. A chegada de novos escravos contribuiu para que a proporção desse segmento da população aumentasse para 27,5% em 1872, mas não alterou os traços gerais da demografia escrava na região da Capital ou em Cachoeiro de Itapemirim: durante todo o período se manteve o equilíbrio sexual, a predominância de crioulos e uma marcante presença de crianças.<sup>177</sup> A combinação de tais características aponta para a importância da reprodução natural para a manutenção da sociedade escravista

---

<sup>175</sup> O primeiro lugar pertencia ao Rio de Janeiro que registrava 1,6 habitantes livres para cada escravo. Cf. CENSO, 1872.

<sup>176</sup> ALMADA, 1984.

<sup>177</sup> Cf. MERLO, Patrícia M. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Tese (doutorado): Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2008; RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) — UFES, Vitória, 2012; LAGO, Rafaela Domingos. *Aos olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo*. Dissertação (mestrado) – UFES, 2013.

espírito-santense<sup>178</sup> e, portanto, para a ideia defendida por Ricardo Salles, de que a desestruturação do escravismo brasileiro começa com a libertação do ventre, em 1871, e não com a proibição do tráfico, em meados do século, como se costumava afirmar.<sup>179</sup>

Os dados apresentados permitem estabelecer algumas semelhanças e diferenças da província capixaba em relação às suas vizinhas mais conhecidas. A expansão cafeeira no Espírito Santo foi suficiente para animar a economia local e dar-lhe alguma esperança de “futuro lisonjeiro”,<sup>180</sup> mas seu ritmo foi inferior ao das demais províncias ao longo do século XIX. Duas décadas após o café se tornar o carro chefe da economia capixaba, foram exportadas 538.864 arrobas. No mesmo ano, isto é, no exercício fiscal de 1871/72, o Rio de Janeiro exportava quase 7 milhões de arrobas de café e São Paulo e Minas Gerais superavam a marca de 2 milhões cada um.<sup>181</sup> A contribuição de 2,9% na exportação nacional era, portanto, modesta, e assim seguiria pelo restante do século.<sup>182</sup> Interessa destacar que tal modéstia não era determinada por limitação espacial, uma vez que, em 1888, o Espírito Santo possuía cerca de 15,4% de sua área oficialmente ocupada.<sup>183</sup>

Estabelecer as semelhanças e diferenças entre o Espírito Santo e as outras províncias cafeeiras é importante para situarmos a experiência capixaba durante o período de desestruturação do sistema escravista. Seu menor dinamismo pode ser relacionado, por exemplo, ao seu comportamento neutro em relação ao projeto imperial de

---

<sup>178</sup> Um trabalho recente em Itapemirim apontou dados um pouco diferentes dos encontrados em Cachoeiro e Vitória, especialmente no que se relaciona à presença de africanos na população cativa. Ainda assim, a pesquisa afirmou a relevância da reprodução endógena para a manutenção da escravidão, especialmente após o fim do tráfico atlântico em 1850 (ainda que ele tenha persistido ilegalmente na região). O registro detalhado da ocupação da região Sul também pode ser conferido nesse trabalho. Cf. MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da escravidão em Itapemirim: uma análise das famílias escravas entre 1831 e 1888*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

<sup>179</sup> SALLES, 2008.

<sup>180</sup> Relatório do presidente Sebastião Machado Nunes apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no dia 24 de maio de 1854. In: ALMADA, 1984, p. 61.

<sup>181</sup> ROCHA, 2000, p. 53.

<sup>182</sup> Em 1876, o ES contribuía com 3% da produção nacional, enquanto SP com 21,3%; em 1885, sua contribuição foi de 2,9%, enquanto SP contribuiu com 26,5%; em 1890, o índice de participação do ES foi de 5,4%, enquanto o de SP foi de 56,8%. Durante todo o período, os índices de crescimento da produção capixaba foram incríveis, chegando à marca de 266%, o que causou importante impacto local. Entretanto, ficou muito aquém do desenvolvimento experimentado por SP, por exemplo, que ultrapassou a produção do RJ na virada da década. ROCHA, Haroldo; CASSETI, Maria da Penha. *Dinâmica Cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo (1850-1930)*. Vitória: Núcleo de Estudos e Pesquisas / Departamento de Economia / UFES, 1983, p. 10.

<sup>183</sup> ALMADA, 1984, p. 83.

promoção da colonização estrangeira em núcleos de pequenas propriedades. Conforme pesquisa de Gilda Rocha,<sup>184</sup> diferentemente de São Paulo ou Rio de Janeiro, onde os grandes fazendeiros se opunham a esses projetos desde a década de 1870 por considerar que desviavam braços das lavouras, na província capixaba as críticas da lavoura só começaram efetivamente após o 13 de Maio e a preocupação com a mão de obra que teria lhe seguido. Até às vésperas da abolição, segundo a autora, a imigração era vista como um meio de aumentar a população, ocupar as imensas terras devolutas, produzir riqueza, impulsionar o progresso.

A despreocupação dos fazendeiros baseava-se, segundo Rocha, no fato de estarem bem abastecidos de escravos. Sem negar essa afirmação, gostaríamos de acrescentar dois elementos complementares. Primeiramente, o fluxo imigratório para o Espírito Santo até 1888 foi bastante modesto, não despertando ameaça à grande propriedade. Entre 1847 e 1887, ingressaram 15.203 imigrantes.<sup>185</sup> Já a escravidão assentava-se na capacidade reprodutiva da população escrava, isto é, na família. O principal município cafeeiro capixaba, de acordo com análise realizada em inventários *post-mortem* para o período entre 1850 e 1871, acompanhou a tendência verificada na região central desde o período colonial, de crescimento pela via natural. Nesse intervalo, 39% das escravarias eram compostas por menores de 14 anos.<sup>186</sup>

A lei de 28 de setembro de 1871 parece ter sido realmente capital para a desestruturação do escravismo no Espírito Santo, por abolir uma das importantes vias de sua reprodução – além de contribuir para aumentar as oportunidades de os escravos buscarem legalmente sua libertação e, portanto, para transformar a cultura escravista local. Ao estudar a desagregação do regime escravista na Corte, Sidney Chalhoub já havia advertido sobre a importância dessa lei que, segundo ele, pode ser interpretada como uma conquista dos escravos, por conter em suas disposições alguns dos objetivos das lutas dos negros, como a liberdade do ventre e o direito ao pecúlio.<sup>187</sup> No caso do Espírito Santo, Michel Dal Col Costa apresentou concordância sobre a importância da legislação, afirmando que:

A grande maioria dos processos, como vimos, tinha ligação com a Lei de 1871, o que por si só fornece indícios sobre como o processo de emancipação gradual se deu no Espírito Santo, bem como sobre a luta dos escravos e suas

---

<sup>184</sup> ROCHA, 2000.

<sup>185</sup> ROCHA, 2000, p. 96 e 102.

<sup>186</sup> RIBEIRO, 2012, p. 71.

<sup>187</sup> CHALHOUB, 1990, p. 159-161.



comunidades naqueles tempos. É possível observar, na documentação levantada, indícios contundentes de certa dinâmica proporcionada pela citada lei, das relações sociais e das movimentações entre escravos, seus familiares e redes de convívio no sentido de alcançar o sonho da liberdade oficial.<sup>188</sup>

A objeção dos capixabas à aprovação da legislação pode ser indicada pela posição dos jornais locais que silenciaram sobre o debate nacional a respeito da reforma, bem como pela totalidade dos votos dos representantes da província na Câmara contrários à Lei do Ventre Livre.<sup>189</sup> Antes das mudanças ocasionadas pela lei, vejamos a situação do principal reduto cafeeiro da província.

No relatório apresentado pelo presidente da província, o barão de Itapemirim, em 1857, o distrito de *Caxoeiro*, até então integrante do termo de Itapemirim, registrava 2.739 almas, sendo 1.254 delas escravizadas.<sup>190</sup> Quando o censo foi realizado em 1872, o antigo distrito já havia se tornado o município de Cachoeiro de Itapemirim e contabilizava 18.495 habitantes. Destes, cerca de 40% da população, ou 7.482, eram escravos.<sup>191</sup> O aumento superior a 500% no segmento escravo em 15 anos é extremo, especialmente considerando-se a conjuntura vivida pelo país de retração da população cativa.<sup>192</sup> Em âmbito local, o número representava um terço da população escrava do Espírito Santo e oferece indícios para refletir sobre a dependência em relação à mão de obra compulsória.

A comparação com Vassouras talvez ajude a avaliar os números apresentados. No período também houve aumento da população escrava naquele município fluminense, que possuía, em 1850, 19.210 escravos e, em 1872, 20.168.<sup>193</sup> Cachoeiro de Itapemirim não chegaria aos patamares de riqueza vivenciados nos principais municípios do Vale do Paraíba, mas o crescimento originado pelo café a partir de

---

<sup>188</sup> COSTA, Michel Dal Col. *Caminhos da emancipação: redes solidárias de libertação dos escravos na região central do Espírito Santo oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2013, p. 98.

<sup>189</sup> ALMADA, 1984, p. 190.

<sup>190</sup> O Relatório do Barão de Itapemirim não distingue a população escrava da livre. No entanto, é possível estimar essa informação com base no Relatório de José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, produzido poucos meses antes. No documento, o Presidente informa a existência de 1.494 livres e 1.254 escravos, totalizando 2.748 indivíduos (número ligeiramente diferente do informado pelo Barão de Itapemirim). Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou à administração da Província ao Exmo. Sr. Comendador, José Francisco de Andrade e Almeida e Monjardim, segundo vice-presidente, em 13 de fevereiro de 1857. p. 13. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.

<sup>191</sup> CENSO, 1872, p. 76/77.

<sup>192</sup> Entre 1850 e 1872, o número de escravos no Brasil foi reduzido de 2.500.000 para 1.510.806. Cf. SALLES, 2008, p. 57.

<sup>193</sup> SALLES, 2008, p. 159.

meados do século foi expressivo para os padrões locais e, proporcionalmente, até mesmo para os nacionais.

Assim como ocorrido no restante país, a dependência da mão de obra escrava também foi variável na província espírito-santense. Os dados produzidos a partir do levantamento previsto pela lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, e determinado pelo decreto nº 9.517, de 14 de novembro do mesmo ano, que estipulava a matrícula dos menores de 60 anos e arrolamento daqueles com idade de 60 ou superior, são representativos da atuação das forças a favor e contra o escravismo no período de desagregação da instituição na província. Acompanhem as informações da tabela a seguir, que especifica a distribuição dos escravos por município.

Tabela 1 - População escrava na Província do Espírito Santo (1887)

Municípios	Matriculados (< 60 anos)	Arrolados (> 60 anos)
Vitória e Villa do Espírito Santo	1.127	8
Viana	399	–
Santa Leopoldina	544	2
São Matheus	1.146	22
Barra	215	9
Santa Cruz	560	8
Serra e Nova Almeida	728	6
Benevente	388	5
Guarapary	252	2
Itapemirim	1.078	40
Cachoeiro de Itapemirim	6.965	259
Total	12.275	361
Total geral	12.636	

Fonte: *O Constitucional*, n. 31, de 26 de abril de 1887, p. 2.

Observação: o jornal informa que ainda havia 16 matrículas pendentes: 5 em Vitória e 11 na Serra/Nova Almeida.

Os dados acima foram coletados a partir da nova matrícula de escravos, determinada pela Lei dos Sexagenários, cujo prazo final seria 30 de março de 1887. Na edição de 10 de maio de 1887, o jornal indicaria resultado diferente, o qual não poderia ser justificado pela informação anterior das 16 matrículas pendentes, já que o número

saltou para 13.402.<sup>194</sup> Mesmo ressalvada a imprecisão, os dados da tabela permitem observar o quadro espírito-santense de forma geral.

Em relação ao censo de 1872, percebe-se que a província perdeu cerca de 40% dos escravos, com a impossibilidade da reposição das escravarias pelo nascimento, a partir de 1871, somada à mortalidade, à venda e às alforrias. A tendência só poderia ser o encolhimento, tornando compreensível a queda verificada nos 15 anos que separam os dois registros. Contudo, os dados da tabela permitem notar que a redução não foi homogênea entre as regiões capixabas. Em 1872, Vitória possuía 3.687 escravos e a Vila do Espírito Santo, 511.<sup>195</sup> Juntas, as duas localidades totalizavam 4.198 escravos.<sup>196</sup> De acordo com os dados produzidos pela nova matrícula, houve diminuição próxima a 70%.<sup>197</sup> Enquanto isso, no reduto das grandes propriedades cafeicultoras capixabas, a redução entre os dois registros foi inferior a 10%.

Como explicar a diferença abismal entre as duas regiões? A resposta passa pela atividade econômica e o grau de dependência em relação à mão de obra escrava. O encarecimento de africanos a partir do fim do tráfico atlântico acarretou a concentração social e territorial da propriedade escrava no país.<sup>198</sup> A análise de amostras de inventários *post-mortem* de Vitória demonstrou a dificuldade dos pequenos lavradores de manter a posse escrava na segunda metade do Oitocentos. Enquanto na passagem do século XVIII para o XIX, 90% das propriedades continham escravos, no período entre 1850 e 1871, a proporção caiu para 66%. No mesmo intervalo, em Cachoeiro de Itapemirim, 95% dos inventários registraram a presença escrava.<sup>199</sup>

A ocupação da região Sul do Espírito Santo no século XIX lembra fenômeno semelhante ao ocorrido no Oeste Paulista. Os migrantes levavam, além de escravos, seu apego à instituição e ao estilo de vida senhorial, que defenderam da forma que puderam até a última hora. O incentivo à imigração europeia, como já demonstrado

---

<sup>194</sup> O número é apresentado em uma notícia sobre o encerramento das matrículas em diversas províncias, entre elas a do Espírito Santo. Apresenta-se apenas o total da população escrava, sem divisão por regiões. O CONSTITUCIONAL, n. 33, de 10 de maio de 1887, p. 1.

<sup>195</sup> CENSO, 1872.

<sup>196</sup> O jornal fala no número de 4.089 matrículas primitivas para Vitória e Vila do Espírito Santo. Cf. O *constitucional*, n. 31, de 26 de abril de 1887, p. 2.

<sup>197</sup> O cálculo considerou a perda dos cativos de Santa Leopoldina, que era freguesia de Vitória no registro anterior.

<sup>198</sup> SALLES, 2008, p. 64.

<sup>199</sup> RIBEIRO, 2012.

por diversas pesquisas, não aconteceu devido a um avançado espírito capitalista, mas ao contexto de desestruturação do sistema escravista e a consequente preocupação com a reposição da mão de obra.<sup>200</sup> Em outras palavras, a adoção de mão de obra imigrante não foi incompatível com a defesa da escravidão. O esforço pela manutenção do regime escravista só arrefeceu quando o controle sobre os escravos já se tornara impossível. Os senhores foram, portanto, convertidos ao abolicionismo pelos próprios escravos, e somente na última hora.<sup>201</sup>

Os dados demográficos de Cachoeiro de Itapemirim, apresentados na tabela 1, indicam que, ao menos naquela região, o apego dos senhores à mão de obra escrava foi intenso, à semelhança do que foi experimentado em outros lugares do Sudeste. Entretanto, a defesa do escravismo nas terras capixabas seria realizada sem os recursos materiais e políticos disponíveis aos senhores de São Paulo ou Rio de Janeiro, por conta do desenvolvimento mais limitado. Como visto na primeira parte do capítulo, a historiografia discorda sobre os motivos que conduziram ao fim da escravidão, mas parece haver unanimidade sobre a intensificação da rebeldia escrava na década de 1880, bem como a intensificação das ações legais e clandestinas do movimento abolicionista no mesmo período. A maioria desses estudos igualmente destacou, de forma geral, que a crioulização ocorrida no Brasil, a partir do final do tráfico, e a formação de famílias contribuíram de forma significativa para favorecer a ação dos escravos contra o sistema escravista, dando-lhes maiores condições de resistência naquela que seria a última década da escravidão. No entanto, os trabalhos a respeito do assunto tendem a generalizar suas conclusões, comumente realizadas a partir de investigações sobre São Paulo ou Rio de Janeiro, para todo o país.

Assim, é interessante saber, a partir das condições específicas do Espírito Santo, como se posicionaram senhores, abolicionistas e escravos nos anos finais da escravidão e do império brasileiro, agitado período no qual se observa um fortalecimento do republicanismo no Sul da província.<sup>202</sup> Teria sido de forma semelhante ao de outras províncias ou suas peculiaridades ditaram um caminho alternativo? Responder a essa questão importa para entender a sociedade em que os

---

<sup>200</sup> GRAHAM, 1979; CARVALHO, 2008; SALLES, 2008.

<sup>201</sup> CONRAD, 1978; CHALHOUN, 1990.

<sup>202</sup> SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O império das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016, 313 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

libertos pela Lei Áurea se inseriram como pessoas livres após o 13 de Maio. O fim da escravidão por meio de legislação, resultante de um grande acordo nacional, não apenas interrompeu o crescente conflito entre as forças políticas que lutavam contra e a favor da instituição, mas também interferiu no aprofundamento das reformas sociais e implicou consequências para o período posterior.

O estudo de dois periódicos do Sul do Espírito Santo, guiado pela análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin,<sup>203</sup> nos permite identificar a ação de escravos, senhores e abolicionistas nos anos finais da escravidão. Antes, porém, de apresentarmos tais dados, é importante lembrar que, ainda que esse período já tenha sido estudado anteriormente por diversos pesquisadores da historiografia capixaba, é um campo de estudos que está longe de se esgotar, conforme procuraremos mostrar no próximo tópico.

#### 1.4 A ABOLIÇÃO NA HISTORIOGRAFIA CAPIXABA

A obra pioneira sobre a abolição no Espírito Santo foi produzida por incentivo de um concurso promovido pela Assembleia Legislativa, em 1961-1962, que procurava estimular a história e literatura regionais.<sup>204</sup> A vencedora do prêmio literário e científico foi a obra “A escravidão e a abolição no Espírito Santo”, escrita por Maria Stella de Novaes, publicada em 1963.

Preocupada em “viver” nas “histórias daquele tempo”, Novaes afirma que procurou “repetir as narrativas das vovós, didis e babás, dos pais velhos e avozinhos, animados pela saudade, ou entristecidos pela recordação indelével do sofrimento!”<sup>205</sup> De fato, a autora, que é descendente dos fundadores da rica fazenda Monte Líbano – grande produtora de café com base na mão de obra escrava em Cachoeiro de Itapemirim, na segunda metade do século XIX – recorreu aos “documentos vivos” para produzir a obra, tanto de “negros velhos” e libertos quanto das recordações de sua própria mãe. Junto aos depoimentos, a autora explora jornais, legislação, folclore, inventários e outros documentos, para oferecer uma história geral sobre a escravidão e a abolição

---

<sup>203</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Ed 70, 2011.

<sup>204</sup> NOVAES, Maria Stella de. *A abolição e a escravidão no Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2010. p. 7.

<sup>205</sup> NOVAES, 2010, p. 13.

nas terras capixabas, procurando abordar desde os “horrores do sofrimento” até a liberdade, passando pela “glorificação da mãe preta”.

À semelhança da produção intelectual predominante na década de 1960, Maria Stella de Novaes enfatiza em sua obra a violência do cativo, que teria reduzido os escravos a “apenas um instrumento de trabalho, máquina, tolhido de receber educação moral e intelectual!”<sup>206</sup> Ainda que a autora faça uma ressalva importante quanto à existência de senhores e senhoras bondosos, que seriam dignos de receber de seus escravos gratidão após o 13 de Maio, bem como aponte exemplos de ternura, capacidade criativa e coragem entre eles, destaca o tratamento violento, o desrespeito às famílias, as lendas e poemas pejorativos em relação aos negros, os castigos desumanos.

A voz de Novaes fez coro à denúncia dos horrores da escravidão, que marcou a década de 1960, como vimos anteriormente, e ressaltou a violência das respostas dos escravos, que se dariam por meio de fugas, assassinatos, suicídios, revoltas e formação de quilombos. A autora considera que essa dinâmica se deu por todo o período escravagista e, portanto, não caberia aos escravos, “vítimas indefesas da crueldade”,<sup>207</sup> a luta pela sua liberdade, mas aos abolicionistas.

Segundo Maria Stella de Novaes, o Espírito Santo acompanhou a propaganda abolicionista nacional com entusiasmo, mas sem renunciar a seus escravos. A alforria, seja por meio de ações de sociedades abolicionistas ou de legislação provincial/nacional, seria o método preferível dos capixabas que acompanharam as luzes do tempo e a evolução “natural da sociedade” em prol do fim da escravidão a partir de 1869. Assim, não é surpresa que a preocupação com o futuro das fazendas e com o controle dos libertos tenha integrado o abolicionismo capixaba, que se caracterizaria por seu cunho moderado, legalista e filantrópico.

O apego dos capixabas à escravidão, notado por Novaes, foi destacado na obra de Vilma Almada, publicada em 1984, que ressaltou a falta de esforços para impedir a entrada de escravos por meio do comércio interprovincial na segunda metade do século XIX, a oposição dos deputados provinciais à lei do Ventre Livre (1871) e o atraso na distribuição de cotas do Fundo de Emancipação em diversos municípios. O

---

<sup>206</sup> NOVAES, 2010, p. 16.

<sup>207</sup> NOVAES, 2020, p. 87.

resultado dessa postura foi o expressivo crescimento da população escrava entre a proibição do tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queirós, em 1850, e o primeiro censo realizado no Império, em 1872, período de forte expansão cafeeira na província. Almada chama atenção para o fato de a valorização dos escravos, motivada pela contradição entre o aumento da necessidade de mão de obra e a promoção de medidas restritivas da escravidão, contribuir para explicar o apego dos fazendeiros no Espírito Santo – muitos deles mineiros, fluminenses e paulistas – à instituição, visto que o capital imobilizado era cada vez maior.

O trabalho de Vilma Almada também não desprezou a ação dos abolicionistas, mas o enxergou como resultado do amadurecimento da sociedade brasileira, influenciada por fatores internos e externos ao longo da segunda metade do século XIX.<sup>208</sup> Sua obra, “Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)”, diferentemente do que fora postulado pelos pesquisadores que viam o escravo como coisa, reflexo do tratamento violento a ele dispensado, procurou ressaltar seu papel como agente histórico. A partir dessa premissa, a historiadora percebeu as fugas em massa dos escravos em 1887 e 1888, incentivadas pelos abolicionistas, como fundamentais para a desorganização do trabalho, para a falência moral dos senhores e, portanto, para a desagregação do sistema escravista. A conjuntura, que incentivou os fazendeiros de São Paulo a libertarem seus escravos na esperança de mantê-los como mão de obra – expediente que a autora diferencia do abolicionismo – teve impacto limitado no Espírito Santo, mesmo na principal região produtora de café. Isso pode ser percebido pela solução “sui generis”, segundo Almada, adotada pelos fazendeiros de Cachoeiro de Itapemirim, que responderam ao aumento da agitação dos escravos nos anos finais da escravidão, não com a libertação sob condição de prestação de serviço, como o fizeram seus pares de São Paulo, mas com a promessa de liberdade para o final do ano de 1891.<sup>209</sup> Dessa forma, afirma a autora, se os “fazendeiros paulistas foram abolicionistas de ‘última hora’, os capixabas o foram só depois de soada a hora da libertação.”<sup>210</sup> A explicação de Vilma Almada assenta-se no apego à escravidão, motivado pela situação econômica, à qual teria se somado a ausência de um abolicionismo radical, aos moldes do que foi verificado nas províncias vizinhas. A

---

<sup>208</sup> Entre eles, estão o fim do tráfico de africanos e seu efeito sobre a sociedade brasileira, no plano interno. No plano externo, destaca-se a Guerra Civil e o fim da escravidão nos Estados Unidos. ALMADA, 1984, pp. 188-189.

<sup>209</sup> ALMADA, 1984, p. 55.

<sup>210</sup> ALMADA, 1984, p. 200.

autora reconhece que não constatou evidências que indicassem a atuação de abolicionistas capixabas incentivando fugas ou agindo de outras formas ilegais. Nesse aspecto, Almada corrobora o trabalho de Maria Stella de Novaes, a respeito de o movimento abolicionista do Espírito Santo caracterizar-se pela moderação, por sua atuação no trabalho de conscientização do povo contra a escravidão através dos jornais, pela formação de sociedades emancipacionistas (de vida efêmera) e de legislação local.

A moderação do abolicionismo capixaba foi reafirmada na dissertação de Robson Martins, defendida em 1997, sob o título “Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo 1884-1888”.<sup>211</sup> O autor, que dedicou especial atenção ao papel dos escravos na desestruturação do sistema escravista, procurou ressaltar as limitações dos abolicionistas frente à luta dos negros, chamando atenção para os preconceitos de cor e culturais daqueles, bem como para sua tentativa de controle sobre o futuro dos libertos. No caso do *locus* investigativo do autor, esses aspectos ainda se tornariam mais claros pela ausência de participação de líderes abolicionistas em ações mais radicais, como o incentivo e cobertura das fugas em massa. Todavia, em discordância com as autoras precedentes, Robson Martins defende que a ausência de lideranças livres junto aos escravos não os impediu de se movimentar de forma intensa na segunda metade da década de 1880 e, dessa forma, contribuir para o fim da escravidão.

Os líderes revolucionários do processo de emancipação no Espírito Santo existiram, sim, mas saíram da própria massa escrava; agenciavam fugas de outros escravos, pegavam em armas e realizavam revoltas que, na maioria das vezes, nunca chegaram a se concretizar, por serem sufocadas pelo poder imperial.<sup>212</sup>

O movimento abolicionista no Espírito Santo, segundo Martins, não ultrapassou a fase filantrópica de arrecadação de fundos para a alforria, mas influenciou a comunidade cativa, atenta ao seu entorno e capaz de elaborar interpretações próprias sobre suas manifestações. Em outras palavras, ainda que o projeto político dos abolicionistas retirasse dos escravos a condição de agentes de sua libertação, posto que preocupado em transformá-los em cidadãos “úteis”, estes teriam aproveitado as discussões e oportunidades que se abriram na conjuntura para reivindicar sua

---

<sup>211</sup> MARTINS, Robson Luís Machado. *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo 1884-1888*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

<sup>212</sup> MARTINS, 1997, p. 34.



liberdade. A ação dos escravos, do Norte ao Sul da província, organizando insurreições, revoltas e fugas, teria transformado o Espírito Santo em um “barril de pólvora” nos últimos anos da escravidão, que não teria estourado devido à cumplicidade de algumas autoridades e da estratégia empregada pelos senhores de alforriá-los nos primeiros meses de 1888.<sup>213</sup>

Assim como o trabalho de Vilma Almada, a dissertação de Robson Martins não apresenta dados anteriores ao período estudado para sustentar a ideia de intensificação da resistência escrava em território capixaba na segunda metade da década de 1880. Nesse período que, de fato, foi analisado por Martins através dos jornais, a explicação para a limitação das ocorrências de propagação das revoltas escravas e conflitos com senhores e policiais seria a censura, realizada com o objetivo de não despertar o pânico na população da província.<sup>214</sup> A disposição dos senhores do Sul do Espírito Santo de alforriar em massa os escravos no início de 1888, além de se caracterizar como uma tentativa de vinculá-los à terra após a abolição, confirmaria, a exemplo do ocorrido em outras províncias, o estado dos distúrbios promovidos pelos cativos.<sup>215</sup>

A dissertação de Mariana Pícoli, defendida em 2009 com o título “Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)”,<sup>216</sup> ratifica os trabalhos precedentes a respeito da moderação do movimento abolicionista no Espírito Santo, porém discorda de alguns aspectos importantes defendidos por Robson Martins. A autora defende que o abolicionismo foi um movimento capaz de modificar a concepção política da sociedade e, dessa forma, contribuir de forma fundamental para o fim da escravidão em 1888. No território capixaba, o debate sobre o fim da escravidão também teria incentivado mudanças na sociedade, mas a autora ressalva que

Sem dúvida, na província do Espírito Santo, foram os homens mais abastados e educados da sociedade que impulsionaram a campanha libertária. Por meio dos jornais e das associações, promoveram entre os menos favorecidos as ideias de contenção da escravidão. Grande parte dos idealizadores do movimento cumpriu mandato de deputado provincial, ou ocupou algum posto político municipal. Concentrando assim, em torno de uma minoria de sujeitos, o poder político, econômico e cultural da província. Muitos deles eram proprietários de escravos, fato que não chega a ser uma

---

<sup>213</sup> MARTINS, 1997, p. 78.

<sup>214</sup> MARTINS, 1997, p. 6.

<sup>215</sup> MARTINS, 1997, p. 6.

<sup>216</sup> PÍCOLI, Mariana. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)*. Dissertação (mestrado). Vitória: PPGHIS-UFES, 2009.

contradição na época, e aproveitavam o ensejo emancipacionista para libertarem alguns de seus cativos. Além da Assembleia Legislativa Provincial e da Câmara Municipal, o debate reformista contrário à manutenção da escravidão permeou outros espaços de sociabilidades formais da elite local. Destacam-se neste contexto as irmandades religiosas e a loja maçônica União e Progresso, ambos locais de encontro dos membros da elite.<sup>217</sup>

Os discursos contrários à escravidão no Espírito Santo, observados nos jornais a partir de 1869, seriam resultados da influência da conjuntura nacional, segundo Pícoli. No entanto, a origem e a condição social das lideranças do movimento contribuíram para o tom moderado, legal e filantrópico, que defendia a abolição por meio de instrumentos legais e demonstrava sua preocupação com a garantia de mão de obra aos fazendeiros. Não é por acaso que as alforrias seriam o principal mecanismo de libertação utilizado na campanha.

Mariana Pícoli não exclui a possibilidade de participação de pessoas menos abastadas no movimento, nem mesmo dos escravos, considerada sua mobilidade espacial na capital, onde o movimento, predominantemente urbano, se concentrava. As ruas e demais espaços públicos, afinal, eram cenários de debates sobre a escravidão, por meio de comícios e *meetings*. No entanto, defende Pícoli, a luta pela liberdade no Espírito Santo não provocou modificação da ordem pública nos últimos anos da escravidão. Até mesmo as críticas ao movimento seriam moderadas, posta a inexistência de ações mais agressivas. Nesse período, enquanto o abolicionismo se radicalizava em outros lugares do país, como em Campos-RJ, os jornais mais comprometidos com a campanha em Vitória transcreviam notícias sobre tais acontecimentos, bem como se preocupavam em denunciar o estado das estradas e dos portos e criticar a falta de incentivo do Governo à imigração europeia, o que resultaria na falta de braços para a lavoura.<sup>218</sup>

Pelo exposto, percebe-se o consenso na historiografia capixaba sobre as características moderadas, legais e filantrópicas do abolicionismo no Espírito Santo, ainda que exista discussão sobre o papel desempenhado pelos escravos nesse processo. Interessa notar, nessa breve análise, que procurou recuperar as principais obras que tratam do processo abolicionista no recorte estudado, a ação dos escravizados por meio da lei e do judiciário na busca por sua libertação, foco do trabalho de Michel Dal Col Costa, “Caminhos da emancipação: redes solidárias de

---

<sup>217</sup> PÍCOLI, 2009, p. 59.

<sup>218</sup> PÍCOLI, 2009, p. 108.

libertação dos escravos na região central do Espírito Santo oitocentista”,<sup>219</sup> defendido em 2013. O autor admite a dificuldade de determinar o peso da atuação dos escravos para o fim do regime escravista, mesmo considerando a legislação brasileira como decisiva para a abolição. Todavia, a partir dessa premissa, Costa foca na capacidade dos escravizados de atuar em benefício de sua libertação, acionando uma rede de solidariedade formada por indivíduos em igual situação jurídica, além de libertos e livres. O trabalho do autor demonstra que a ciência dos escravizados na capital do Espírito Santo e arredores sobre as discussões abolicionistas e a respeito das leis emancipacionistas não serviu apenas de base para manifestações como fugas e revoltas, mas também lhes valeu para reivindicar, perante autoridades e instituições, seus direitos em um mundo em transformação.

Considerando as discussões levantadas pelos trabalhos aqui citados, pretende-se oferecer uma contribuição, ao analisar de forma sistemática dois periódicos do Sul do Espírito Santo, dos últimos anos da escravidão, com atenção especial para a atuação de escravizados, senhores e abolicionistas.

### 1.5 “UM SONHO IMPOSSÍVEL”: OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

No dia 13 de maio de 1888, o periódico *O Constitucional* publicou, sob o título “Libertações”, uma carta de Francisco Lopes Pimenta, que informava ter libertado *alguns* de seus escravos no dia 21 de abril. O fazendeiro de Rio Pardo, freguesia de Cachoeiro de Itapemirim, esclareceu o envio da missiva: “Acho bom que V. S. mande publicar no jornal para ativar os senhores de escravos aqui a fim de fazerem o mesmo, pois se negam a isso.”<sup>220</sup>

*O Cachoeirano*, outro periódico sediado na vila de Cachoeiro publicou, em sua edição do mesmo dia, uma nota intitulada “Partida”, na qual informava aos leitores que o Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Seabra, importante fazendeiro da região, deixava o município em direção à Corte. Destaca-se que, no dia sete de maio, antes de partir, o

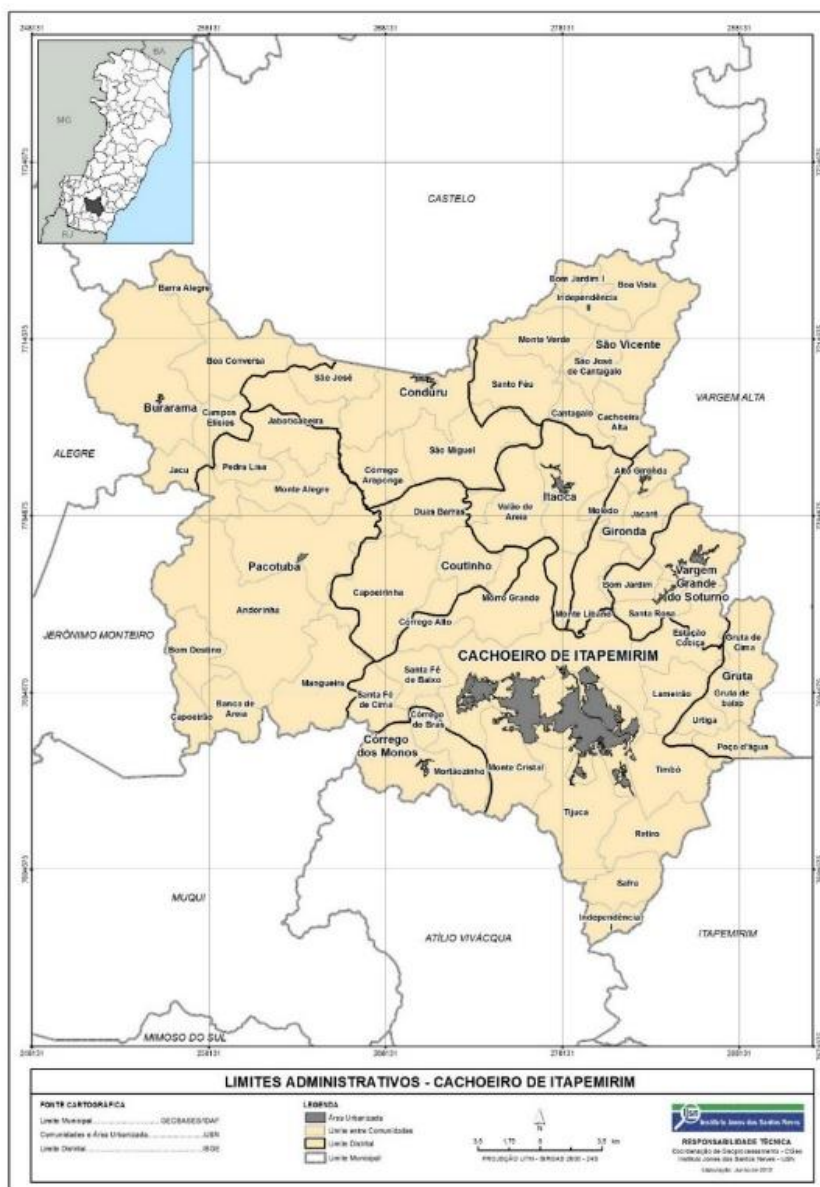
---

<sup>219</sup> COSTA, 2013.

<sup>220</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 4, de 13 de maio de 1888, p. 2.

ex-chefe local do Partido Conservador libertou incondicionalmente dois escravizados e declarou aos demais que *no fim do ano* “ficam todos libertos”.<sup>221</sup>

Figura 2 - Mapa de Cachoeiro de Itapemirim-ES<sup>222</sup>



Fonte: <<http://www.ijsp.es.gov.br/mapas/>>.

<sup>221</sup> O CACHOEIRANO, n. 19, de 13 de maio de 1888, p. 2.

<sup>222</sup> O mapa atual do município de Cachoeiro de Itapemirim (figura 2), onde localiza-se a Comunidade Quilombola de Monte Alegre, tem a finalidade de situar o leitor ou leitora não familiarizado/a com a geografia do Espírito Santo. Desde sua criação, em meados do século XIX, Cachoeiro de Itapemirim passou por grandes mudanças territoriais. Em 1852, a povoação de Cachoeiro estava ligada ao município de Itapemirim. Em 1867, é instalado o município de São Pedro de Cachoeiro e, em 1872, há seis freguesias sob sua jurisdição: São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, São Miguel do Veado, São Pedro de Itabapoana, São José do Caçado, Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Afonsino e Nossa Senhora da Penha do Alegre. Ao longo do século XX, diversos distritos são desmembrados para formação de municípios, que hoje integram a macrorregião Sul, como Iúna, Vargem Alta, Muqui, Castelo, Atílio Vivacqua, Alegre, Guaçuí, Jerônimo Monteiro. Sobre o assunto, cf. SALETTO, 1996; LAGO, 2018; <[cidades.ibge.gov.br](http://cidades.ibge.gov.br)>.

Pode parecer estranha a publicação de alforrias no dia da promulgação da lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão no território brasileiro. É preciso esclarecer, todavia, que a notícia chegou na região Sul do Espírito Santo no dia 15 de maio, por meio de telegrama enviado pelo presidente da província ao jornal *O Cachoeirano*, que tratou de a divulgar na localidade através de boletim. Os dois dias seguintes foram de festa, música, passeatas e muitos discursos. Entretanto, até a confirmação da aprovação da lei, cuja prévia fora estampada nos dois periódicos na mesma data, a postura de significativa parcela dos lavradores locais não foi de entusiasmo pela ideia. Não foi sem razão que, na edição comemorativa da Lei Áurea, *O Constitucional* afirmou que a libertação de todos os escravos no Brasil parecia “um sonho, um impossível...”, conforme destacado no início do capítulo.<sup>223</sup>

A análise dos dois periódicos, ocupantes de espectros políticos distintos, possibilita apreender a posição das elites políticas, intelectuais e econômicas locais diante da transformação do regime de trabalho no Brasil e, mais especificamente, no Sul do Espírito Santo, além da ação de outros sujeitos, participantes do processo político que conduziu à abolição.

*O Cachoeirano*, periódico editado por seu proprietário João de Loyola e Silva, foi publicado pela primeira vez em sete de janeiro de 1877, no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES. De acordo com a pesquisadora da imprensa capixaba, Karulliny Silverol Siqueira,<sup>224</sup> esse jornal se enquadrava no campo da nova cultura política, que surge na década de 1870 no Espírito Santo e foi denominada por ela como “democrática”, sendo “baseada nos conceitos de democracia, progresso, razão, ciência, ilustração, liberdade, civilidade, instrução, maquinismo, indústria, futuro e modernidade.”<sup>225</sup> A superação da dualidade entre os partidos monárquicos, Liberal e Conservador, característica dessa nova cultura, pode ser observada no fato de *O Cachoeirano* não ter se filiado a nenhum deles, alegando ser “Órgão do Povo”. A imparcialidade alegada pelo jornal, publicado aos domingos, foi evidenciada na última década do regime escravista, quando passou a se definir como “Órgão imparcial”. No período recortado para análise neste capítulo, entre 1885 e 1888, suas críticas ao regime monárquico e aos partidos Conservador e Liberal, bem como sua simpatia pela

---

<sup>223</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 5, de 20 de maio de 1888, p. 2.

<sup>224</sup> SIQUEIRA, 2016.

<sup>225</sup> SIQUEIRA, 2016, p. 84

República, se tornaram ainda mais contundentes. Poucos meses após a abolição, em julho, o jornal se declararia “Órgão Republicano” e a redação seria assumida pelo Dr. Antônio Aguirre e pelo farmacêutico Bernardo Horta, “o mais empreendedor em meio à propaganda republicana e um dos mais atuantes na redação do jornal”, segundo Siqueira.<sup>226</sup> Ao longo de sua atividade, que prossegue até a década de 1920, O *Cachoeirano* passa por diversos redatores e proprietários. Para o restante do período que será abordado em outros momentos desta tese, isto é, até 1898, vale destacar sua posição de “Órgão do Club Republicano 4 de maio”, entre junho de 1890 e 1891, ao fim do qual ele volta a ser “Órgão Imparcial”; em 1892, o periódico se denominou “Órgão Político, Comercial e Agrícola”, tendo diversos redatores no intervalo, entre eles Bernardo Horta e João de Loyola; os irmãos Elysiário e Belisário Fernandes Távora, do Estado do Ceará, adquiriram e dirigiram o periódico no ano de 1893; em 1894, Bernardo Horta retorna ao cargo de editor-chefe, quando uma associação o adquire, permanecendo no cargo até o final de 1896; em 1897, se torna “Órgão Filiado ao Partido Republicano Federal”, sob direção de M. A. Dragueiro e Sá.

O outro periódico analisado, também publicado aos domingos, teve vida bem mais efêmera, e revelou seu alinhamento político a partir do nome assumido desde seu nascimento, em abril de 1885: *O Constitucional: órgão do Partido Conservador – jornal político, agrícola e comercial*. Seu redator principal foi João Vasco Cabral Filho, líder local do partido conservador e promotor público da comarca de Cachoeiro de Itapemirim durante parte desse período. De acordo com Karulliny S. Siqueira, também contribuíram na redação do jornal Francisco Gomes Pinheiro e Augusto Cabral.<sup>227</sup> Inicialmente, o periódico foi publicado no município de Itapemirim, mas pelo menos desde agosto de 1886, sua sede foi transferida para Cachoeiro de Itapemirim, município vizinho, onde encerrou suas atividades em 1889.<sup>228</sup> Outrossim, os editais, notícias, artigos, cartas, anúncios publicados e as informações sobre seus agentes

---

<sup>226</sup> SIQUEIRA, 2016, p. 184.

<sup>227</sup> Segundo denúncia do jornal *O Cachoeirano*, Augusto Cabral era filho de João Vasco Cabral Filho e era menor de idade em 1887, quando já aparecia como editor do periódico conservador e, por isso, como responsável por requerimentos que solicitavam o recebimento de valores ao Governo Provincial pela publicação de editais acerca do elemento servil no mesmo período em que seu pai era promotor público da comarca. O CACHOEIRANO, n. 17, de 24 de abril 1887, p. 2.

<sup>228</sup> É válido destacar que o município de Cachoeiro de Itapemirim nasceu como distrito do município de Itapemirim, de colonização mais antiga e que também possuía grandes fazendas cafeicultoras, mas com economia baseada na produção de cana-de-açúcar. A emancipação política ocorreu em 1864. Cf. MACHADO, 2019.

indicam uma circulação desse periódico por toda a região Sul, assim como ocorria com seu concorrente.

Além da tendência política e do tempo de sobrevivência, há outra diferença que precisa ser informada antes de iniciarmos a análise: a regularidade das publicações. A pesquisa considerou todas as edições publicadas pelos dois jornais, que estavam disponíveis para consulta nos anos de 1885, 1886 e 1887; no ano de 1888 foram consultadas as edições até a data de 13 de maio.

Figura 3 - Jornais e número de edições consultadas (1885-1888)

Jornais	1885	1886	1887	1888
O Cachoeirano	52	50	52	19
O Constitucional	36	35	30	3

Fonte: <http://memoria.bp.br>

No ano de 1885, a diferença no número de edições entre os jornais é facilmente explicada pela data de início de circulação d’*O Constitucional*, que foi inaugurado em abril.<sup>229</sup> Entretanto, nos anos seguintes a diferença se deve às interrupções na publicação. No ano de 1888, a primeira edição disponível d’*O Constitucional* é a de número 2, datada de 29 de abril. *O Cachoeirano* comentou por diversas vezes o “sumiço” de seu concorrente através de artigos ou de cartas de assinantes deste, indignados por não receberem seus exemplares. Através do concorrente é que somos informados que o jornal retornou às suas atividades no dia 23 de abril. Porém, como não temos acesso a essa edição, desconhecemos o motivo das lacunas. No caso d’*O Cachoeirano*, o menor número de edições de 1888 se justifica pelo recorte temporal adotado.

O marco inicial da investigação é 1885, ano de intensa discussão e aprovação de importante reforma do elemento servil, a Lei Saraiva-Cotegipe. Outrossim, é o ano de

<sup>229</sup> Sendo um periódico de publicação semanal, é provável que a primeira edição tenha sido publicada no dia 12 de abril de 1885. A suposição é fortalecida pelo jornal *O Cachoeirano*, que dá notícia do fato e lamenta não ter recebido um exemplar, como era costume nos jornais da província. No acervo da Biblioteca Nacional e do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, o primeiro número não está disponível. A edição mais antiga preservada é a segunda, de 19 de abril de 1885. Pelo mesmo motivo da impossibilidade de acesso a algumas edições e por conta da falta de regularidade do jornal, não é possível estabelecer exatamente quando ocorreu a mudança da sede. Todos os exemplares utilizados podem ser consultados em: <<http://memoria.bp.br>> ou <<https://www.es.gov.br/biblioteca-publica-estadual>>.

inauguração do jornal conservador no Sul da província, o que permite estabelecer uma comparação entre duas tendências políticas divergentes. As consequências desencadeadas pelas discussões acerca da reforma do regime foram notadas pelos contemporâneos. Em fevereiro de 1887, por exemplo, um lavrador reclamava nas páginas d’*O Cachoeirano* que os abolicionistas (ou aqueles que, segundo ele, assumiriam essa nomenclatura por interesses pessoais) “nada respeitam desde 1885, época em que se desencadearam neste município todas as paixões ruins e reacionárias”.<sup>230</sup> O marco final de nossa abordagem é a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888. A edição desta data foi incluída na análise, uma vez que a notícia da aprovação da lei Áurea chegou ao Espírito Santo dias depois.

A diferença entre o número de publicações dos dois periódicos não inviabiliza o estudo, pois é possível observar, dentro da realidade de cada um, a percepção sobre o período, as principais manifestações de seus colaboradores e assinantes, suas bandeiras e preocupações. Embora seja mais fácil identificar a manifestação de abolicionistas e escravistas nos periódicos analisados, também é possível observar a manifestação de pessoas de categorias sociais mais modestas, incluindo os escravos. Vejamos os dados na figura a seguir.

Figura 4 - Temas sobre a escravidão em *O Cachoeirano* e *O Constitucional* (1885-1888)<sup>231</sup>

Temas	Jornal	1885	1886	1887	1888
		%	%	%	%
Reforma do Elemento servil	O Cachoeirano	13,4	34	17,3	84,2
	O Constitucional	52,7	37,1	56,6	100
Crise da lavoura	O Cachoeirano	0	5,7	16	21
	O Constitucional	36,1	11,2	3,3	100
Libertações particulares	O Cachoeirano	13,4	26	40,3	78,9
	O Constitucional	0	2,8	0	100
Crítica à escravidão	O Cachoeirano	1,9	4	13,4	26,31
	O Constitucional	0	2,8	0	100

<sup>230</sup> O CACHOEIRANO, n. 3, de 6 de fevereiro de 1887, p. 3.

<sup>231</sup> Os percentuais apresentados se referem ao número de edições de cada periódico que continham ao menos uma notícia sobre o tema. Por exemplo, no ano de 1885, *O Cachoeirano* publicou 7 edições com notícias sobre a reforma do elemento servil dentro do total de 52 (13,4%). Já *O Constitucional* publicou 19 edições com o mesmo tema naquele ano, dentro de um total de 36 edições (52,7%). Vale dizer que algumas edições continham mais do que uma notícia sobre o assunto, como o exemplo utilizado. No caso d’*O Cachoeirano*, cada uma das 7 edições continha apenas uma notícia, mas no concorrente, foram publicadas 30 notícias dentro das 19 edições que abordaram o assunto. Como optamos por focar no número de edições para ter uma noção mais aproximada da frequência com que o assunto era levado aos leitores, as notícias “extras” não prejudicam o entendimento. Além disso, quando houver necessidade, informaremos o valor total de notícias.



Temas	Jornal	1885	1886	1887	1888
		%	%	%	%
Indenização	O Cachoeirano	0	0	0	0
	O Constitucional	27,7	11,4	16,6	33
Imigração /Colonização	O Cachoeirano	13,4	34	42,3	89,4
	O Constitucional	27,7	31,42	30	100
Fuga	O Cachoeirano	42,3	40	48	15,8
	O Constitucional	11,42	31,42	36,6	0
Venda	O Cachoeirano	19,2	20	9,6	5,2
	O Constitucional	0	0	10	0
Destino dos libertos	O Cachoeirano	0	0	1,9	10,5
	O Constitucional	0	0	0	100

Fonte: Jornais O CACHOEIRANO e O CONSTITUCIONAL.

O primeiro ponto a ser destacado é a discussão sobre o fim da escravidão, a qual aparecia nos jornais da época como a “reforma do elemento servil”, assunto que emergiu não apenas nas folhas publicadas na Província do Espírito Santo, mas em todo o país – *O Jornal dos Economistas*, periódico do Rio de Janeiro, publicou colunas intituladas *o elemento servil*, tema que se tornara “questão” a ser resolvida diante das pressões internas e externas. *O Constitucional* adotou, durante a maior parte de sua existência, postura identificada com a preservação do regime desde meados do século XIX no Brasil, diante da crescente pressão contra ele:<sup>232</sup> não defendia abertamente a escravidão, mas enfatizava a importância da mão de obra escrava para o desenvolvimento regional e nacional. Se era impossível conter a mudança, considerava-se necessário guiá-la. Por isso, desde o início de sua atividade, o periódico demonstrou preocupação com os termos em que ocorreria “a solução do difícil problema, a emancipação dos escravos”, pois ela deveria ser realizada “com respeito e garantia devida a direitos sacratíssimos e em tão boa fé adquiridos”.<sup>233</sup> Na opinião do jornal – conforme todos os artigos publicados sobre o tema –, o projeto de reforma apresentado pelo Ministério comandado pelo liberal Manoel Pinto de Souza Dantas não respeitaria tais direitos. Assim, os interesses da lavoura seriam ignorados e se colocaria em perigo o próprio futuro do país. A atuação do jornal até a abolição seguiu esse padrão: reconhecimento da necessidade da reforma desde que vinculada ao respeito pelos interesses da (grande) lavoura. O lema de Dantas sobre a reforma do elemento servil, “nem retroceder, nem parar, nem precipitar”,<sup>234</sup> que procurava

<sup>232</sup> SALLES, 2008.

<sup>233</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 2, de 19 de abril de 1885, p. 1.

<sup>234</sup> MORAES, ca. 1986, p. 63.

ressaltar sua moderação e a preocupação com a lavoura, não amenizou as duras críticas do periódico.

Conforme destacado por Mariana Pícoli ao analisar os periódicos de Vitória-ES, os jornais locais dialogavam com a conjuntura nacional e eram influenciados pelos debates e posições dos partidos aos quais estavam vinculados.<sup>235</sup> Sendo assim, não é surpresa que *O Constitucional* tenha refletido a posição do Partido Conservador nos anos finais da escravidão. Tendo nascido durante a fase mais radical do abolicionismo nacional, a posição do jornal, via de regra, foi de pesada crítica aos defensores de qualquer reforma que ameaçasse a escravidão. Abolicionistas, mesmo os mais moderados, eram constantemente insultados por seu comportamento “antipatriota”. É válido lembrar que as principais leis emancipacionistas foram produzidas em gabinetes conservadores,<sup>236</sup> porém visando a direcionar as mudanças em relação ao “elemento servil”.<sup>237</sup> Em outras palavras, a discussão sobre o respeito à propriedade, que se materializava na defesa da indenização, não parecia se constituir como a questão principal, mas era utilizada como justificativa para criticar a interferência do Estado na questão escrava e adiar sua resolução.

O fato de *O Cachoeirano* não comentar diretamente a indenização merece cautela antes que conclusões apressadas o identifiquem como abolicionista radical, à semelhança do *Gazeta da Tarde* ou do *Vinte e Cinco de Março*.<sup>238</sup> Nas publicações a partir do dia 20 de maio, data em que se apresentou ao público a edição comemorativa da Lei Áurea, o assunto apareceu de forma direta nas páginas do jornal e reapareceria por mais 11 vezes até o fim daquele ano. Mesmo declarando que não poderia defender a ideia de indenização por não reconhecer o direito de propriedade de um homem sobre outro, o editor d' *O Cachoeirano* recomendava artigos em outros jornais sobre o assunto em suas páginas, lembrando aos leitores que a Regente e os governantes não haviam respeitado o sagrado direito de propriedade e a boa-fé dos

---

<sup>235</sup> PÍCOLI, 2009.

<sup>236</sup> A Lei do Ventre Livre foi aprovada no Gabinete conservador liderado por Rio Branco (1871) e a Lei Saraiva-Cotegipe (1885), cuja discussão foi iniciada no governo liberal de Saraiva, foi aprovada no gabinete de Cotegipe.

<sup>237</sup> Cf. SALLES, 2008; PARRÓN, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

<sup>238</sup> Jornais abolicionistas atuantes na década de 1880. O primeiro estava sob o comando de José do Patrocínio, na Corte; o segundo era de responsabilidade de Carlos Lacerda, em Campos. Cf.: MORAES, ca. 1986; LIMA, 1981; ALONSO, 2015.

cidadãos e, assim, desacreditavam as instituições monárquicas e colocavam em risco toda a sociedade.

A posição do periódico pode parecer contraditória, mas era coerente com seu perfil nos anos anteriores à abolição e com o próprio movimento abolicionista capixaba. No Espírito Santo, como discutido anteriormente, o abolicionismo se caracterizou pela moderação, filantropia e legalismo. Os homens<sup>239</sup> mais abastados e educados da sociedade foram os responsáveis por agitar o debate sobre o fim da escravidão.<sup>240</sup>

O interesse em superar o regime escravista aparecia, naqueles periódicos, relacionado à questão humanitária e à ideia de progresso, que não poderia ser alcançado em uma sociedade escravista. O principal, ou mais famoso, líder abolicionista do Espírito Santo, o “Nabuco espírito-santense”, na expressão de Maria Stella de Novaes,<sup>241</sup> é simbólico do que se procura expressar. Afonso Cláudio de Freitas Rosa era membro da elite capixaba, filho e neto de fazendeiros proprietários de escravos, ex-aluno da Faculdade de Direito de Recife – instituição frequentada pelo autor de *O Abolicionismo* – e integrou a geração beneficiada pela reforma do ensino superior na década de 1870. Sua importância para o movimento espírito-santense é inegável, tendo participado ativamente da campanha de diversas formas: colaboração para os jornais, formação de sociedades abolicionistas como a Libertadora Domingos Martins, conferências em Vitória e no interior, atuação como advogado em defesa da liberdade de pessoas mantidas no cativeiro ilegalmente. Todavia, como notado por Adriana Pereira Campos<sup>242</sup> ao analisar sua obra sobre a mais importante revolta escrava do Espírito Santo, a *Insurreição de Queimados*, seu abolicionismo estava desvinculado da população escrava, a quem via como incapaz de promover a própria liberdade graças aos preconceitos raciais que compartilhava com a sociedade de sua época – algo que não foi raro entre os abolicionistas.<sup>243</sup> Suas práticas de combate ao escravismo ocorreram, portanto, de acordo com sua visão de mundo legalista e jusnaturalista. A liberdade seria um direito natural, mas não poderia ser alcançada

---

<sup>239</sup> Para discutir o papel da mulher e sua atuação no movimento abolicionista capixaba, cf. ROCHA, Karolina Fernandes. *Mensageiras da liberdade: Mulheres, abolicionismo e recrutamento militar (Província do Espírito Santo, 1836-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Vitória: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

<sup>240</sup> PÍCOLI, Mariana. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)*. Dissertação de mestrado: PPGHIS-UFES, 2009. p. 59.

<sup>241</sup> NOVAES, 2010, p. 108.

<sup>242</sup> CAMPOS, Adriana. Abolicionistas, negros e escravidão. In: *Dimensões*, p. 10, jan./jul. 2000.

<sup>243</sup> A posição de Joaquim Nabuco na obra *O Abolicionismo*, escrita durante a campanha abolicionista, em 1883, é esclarecedora.

ofendendo-se a propriedade privada. A escravidão era uma vergonha e uma barreira ao progresso, mas deveria ser promovida de “forma gradativa que desse oportunidade aos senhores de escravos de acomodar seus interesses sem prejuízo de suas posses.”<sup>244</sup> Em outras palavras, conforme defendido por Robson Martins, o abolicionismo capixaba não ultrapassou a fase de conscientização do público sobre os horrores da escravidão, limitando-se aos apelos ao espírito cristão e filantrópico para a compra de alforrias.<sup>245</sup>

Se é mais fácil identificar a participação das elites nesse processo, não é impossível perceber o envolvimento de membros menos favorecidos da população, incluindo os próprios escravizados, em ações contrárias à escravidão. Em Cachoeiro de Itapemirim, o maior entusiasta do abolicionismo foi o advogado João Paulo Ferreira Rios. Suas publicações n’*O Cachoeirano*, bem como aquelas realizadas sobre ele, demarcam sua intensa atuação e a aplicação do que Angela Alonso chamou de repertório do movimento nacional.<sup>246</sup> Entre suas manifestações no periódico estudado, destacam-se os pedidos de doações para compra de alforrias, o uso da imprensa para divulgar a causa e denunciar ilegalidades, o apelo à Justiça, a realização de eventos públicos para denunciar as “cenas da escravidão”, a libertação de escravos com recursos próprios, a atuação como curador, o acolhimento de ex-escravos e ingênuos em sua casa, etc. Seu nome também esteve envolvido em conflitos com proprietários e autoridades locais por conta da “santa cruzada”, motivo que o levou a afirmar: “receio que algum fazendeiro apresente uma matrícula de algum pardo claro por nome João e me agarrem para ir substituir o escravizado morto ou foragido”.<sup>247</sup> Após ser acusado diante do Governador do Estado de tramar uma sedição com os ex-escravos contra o regime republicano, no final do ano de 1891, João Paulo foi ao periódico se defender e esclareceu que:

Fui abolicionista intransigente, e representei neste Estado a Confederação Abolicionista da Corte, da qual fui membro honorário, e como tal remi da escravidão mais de mil infelizes e deles somente exigí que fossem bons cidadãos que se dedicassem ao trabalho, para do fruto deste aclamar a sua independência e cuidassem da educação de seus filhos para assim serem úteis a si e à Pátria; e a prova do que acabo de expor é a maneira por que tem procedido eles no município de minha propaganda – Cachoeiro de Itapemirim – aonde existe maior número de libertos e que de entre esse crescido número não se registra um só fato em desabono dessa classe; prova

---

<sup>244</sup> CAMPOS, 2000, p. 33.

<sup>245</sup> MARTINS, 1997.

<sup>246</sup> ALONSO, 2015.

<sup>247</sup> O CACHOEIRANO, n. 44, de 30 de outubro de 1887, p. 3.

não só a boa índole deles como os conselhos que receberam daqueles que guiou os seus primeiros passos na nova vida de cidadãos. Alguns desafetos, que tenho são escravocratas que ainda hoje sentem a falta dos moleques e por isso querem vingar-se por esse meio trazendo o nome dessa infeliz classe como lembrança do grande pecado que cometi perante os senhores feudais. Naquela quadra do quero, posso, mando, eu nunca me curvei diante dos milhares do potentado, com minha energia e dedicação afrontei a justiça venal que então avassalava o município de minha residência a ponto de oferecer holocausto a minha própria vida (invoco o testemunho do Dr. João Vasco Cabral Filho, o maior escravizador que apareceu no município de minha residência e de cujos frutos principiara a sua fortuna).”<sup>248</sup>

Embora a narrativa autobiográfica tenha sido escrita no contexto da defesa de uma acusação grave, o relato de João Paulo, que na época era servidor público em Itapemirim, sobre suas atividades como abolicionista é coerente com as publicações durante os anos finais da escravidão. Nas comemorações da abolição, foi saudado por oradores como o equivalente local ao que foi José do Patrocínio na Corte e Carlos de Lacerda em Campos.<sup>249</sup> A notícia sobre a festa, que teria se prolongado até o dia 17 de maio, informa ainda que um numeroso grupo de “cidadãos da lei de 13 de maio” reuniram-se em frente à sua casa dando vivas “por ter sido ele o único que, trabalhando em prol da causa da abolição, sacrificou não só todos os seus haveres, como a sua própria existência.”<sup>250</sup> A atividade desse personagem, único abolicionista local autodeclarado como “pardo”, foi de fato, intensa. Todavia, não se verificou radicalismo em sua atuação contra a escravidão. Além de advogado, proprietário e redator de diversos periódicos ao longo de sua vida,<sup>251</sup> membro do Partido Conservador até outubro de 1887 e afastado por conta das desavenças com os chefes locais (especialmente João Vasco Cabral Filho, redator d’*O Constitucional*) após 36 anos de afiliação, sua atuação permaneceu legalista até o final. Aliás, de acordo com ambos os jornais analisados, João Paulo era senhor de pelo menos um escravo em julho de 1887, o que não era estranho à realidade capixaba. Conforme notado por Maria Stella de Novaes, o abolicionismo animou os habitantes do Espírito Santo com a movimentação para o fim do tráfico de africanos, quando “todos, ou quase todos, se tornaram abolicionistas, embora conservassem seus escravos.”<sup>252</sup>

<sup>248</sup> O CACHOEIRANO, n. 1, de 10 de janeiro de 1892, p. 3.

<sup>249</sup> O CACHOEIRANO, n. 20, de 20 de maio de 1888, p. 2.

<sup>250</sup> O CACHOEIRANO, n. 20, de 20 de maio de 1888, p. 3.

<sup>251</sup> João Paulo chegou à Cachoeiro de Itapemirim em 1838, aos 12 anos de idade, junto com a família.

<sup>252</sup> NOVAES, p. 89.

A observação realizada por Maria Stella de Novaes,<sup>253</sup> ainda na década de 1960, foi retomada em estudo recente por Michel Dal Col Costa<sup>254</sup> que analisou as redes de colaboração e solidariedade envolvendo senhores nos decênios finais da escravidão, e chamou atenção para a fluidez nessas mesmas redes. Muitos indivíduos aparecem na teia de relações, ligados tanto a escravos quanto a senhores. Ao se debruçar sobre o Espírito Santo, o pesquisador confirma a compatibilidade entre práticas abolicionistas e defesa da propriedade escrava, o que esclarece a ação de pessoas como João Paulo ou Afonso Cláudio, além de questionar a tese que justifica o abolicionismo enquanto fenômeno urbano, por ser vinculado às classes mais independentes dos interesses escravistas.<sup>255</sup>

Há um consenso, portanto, na historiografia capixaba sobre o limite dos esforços dos abolicionistas da província dentro da legalidade. Esse também parece ser o caso de João Paulo. A comparação com José do Patrocínio e Carlos Lacerda, realizada na comemoração da abolição, para descrever sua importância para o movimento, ressalta a característica marcante do abolicionismo local. O personagem identificado pelos contemporâneos como o mais “próximo” da radical oposição feita ao escravismo por Patrocínio e Lacerda não foi um editor que mobilizasse todo o jornal para a causa ou que defendesse meios violentos para enfrentar a escravidão, mas alguém que lutava legalmente contra a instituição, na imprensa e fora dela. Em nenhuma de suas contribuições para o jornal se pode encontrar algo que insinuasse a adoção de força ou sua justificativa na luta contra o regime escravocrata. João Paulo defendia a plataforma de emancipação por meio, por exemplo, de doação para a compra de alforria. A manobra acaba por revelar certa proximidade e relação com diversos senhores de escravos.<sup>256</sup> Como já dito, isso não quer dizer que ele não fosse desafeto de alguns deles, mas mesmo nesses casos sua atuação não parecia radical, como ilustrado pelo conflito com João Cândido Borges de Atayde.

---

<sup>253</sup> NOVAES, 2010.

<sup>254</sup> COSTA, Michel Dal Col. *Rastros da sociedade senhorial: senhores, negócios, redes sociais e relações de trabalho nos últimos anos da escravidão capixaba (1871-1888)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

<sup>255</sup> Sobre essa tese, conferir as obras de Emília Viotti da Costa mencionadas anteriormente. COSTA, 1988; 1998.

<sup>256</sup> Segundo Lana Lage, a linguagem contundente utilizada nos jornais cujo objetivo era a realização da campanha abolicionista e a atuação clandestina de Patrocínio e de Carlos de Lacerda os transformaram em inimigos dos senhores de escravos em suas regiões. LIMA, 1981, p. 86.

No dia seis de fevereiro de 1887, o dito Atayde iniciou a publicação de uma série de artigos intitulada “Regime do Terror”, no periódico *O Cachoeirano*, com dois objetivos: denunciar o abuso contra a “classe dos lavradores” que, em sua opinião, era “sempre a mais explorada e perseguida pelas autoridades do partido dominante”;<sup>257</sup> e se defender da acusação do assassinato de seu escravo Martinho, falecido em 1883, mas cuja denúncia foi realizada em outubro de 1886.

A crítica de João Cândido de Atayde dirigia-se a João Paulo e seus aliados. Nos artigos, Atayde aproveitava para declarar que era vítima de uma suposta perseguição política. Acusado de assassinar um de seus escravos por excesso de castigos físicos, Atayde denunciou a falta de fundamento da imputação, que se devia tão somente a “paixões ruins e reacionárias”. Dentre os denunciados figurava o promotor *ad hoc*, Raymundo Nonato Vieira Machado, genro de João Paulo Ferreira Rios. Segundo Atayde, um grupo de seis a oito indivíduos do Partido Conservador se revezaria em diversos papéis – autoridades, depositários, denunciantes, testemunhas – para conquistar seus objetivos e usufruir gratuitamente do trabalho de escravos arrebatados de seus senhores. O grupo, cuja ação animaria “a audácia dos agitadores e inculcados abolicionistas”, estaria instigando o depoimento de seus “servos” e de sexagenários, recentemente libertos, para ir “em juízo explodir, contra seu ex-senhor quaisquer rancores que ainda lhes restassem do recente cativeiro.”<sup>258</sup>

Como exemplo da ação do grupo, Atayde narra um dos “ataques” dessas autoridades, que teria ocorrido contra uma senhora idosa, viúva e cega, que comprara uma escrava em Minas Gerais. Cinco meses após a “novíssima lei do elemento servil”, a escritura foi passada e o caso descoberto pelos “gusanos”, que requereram judicialmente e conquistaram a liberdade da sexagenária escravizada. A reclamação principal do senhor Atayde, portanto, não se referia ao desrespeito à lei, mas à sua aplicação contra a classe senhorial. Ao fazer esse relato, ele afirmava o uso das vias legais por parte de João Paulo Ferreira Rios, citado como um dos responsáveis por orquestrar o processo de acusação, e de seus correligionários.<sup>259</sup>

A acusação de que membros do Partido Conservador estariam animando os abolicionistas e de que eles próprios se envolviam no combate à escravidão e contra

---

<sup>257</sup> O CACHOEIRANO, n. 6, de 6 de fevereiro de 1887, p. 2.

<sup>258</sup> O CACHOEIRANO, n. 6, de 6 de fevereiro de 1887, p. 3.

<sup>259</sup> O CACHOEIRANO, n. 6, de 6 de fevereiro de 1887, p. 3.

a lavoura destaca-se nessa narrativa, mas merece ser analisada cuidadosamente. De fato, o abolicionista mais combativo de Cachoeiro de Itapemirim parece ter sido um dos acusados, João Paulo Ferreira Rios. Contudo, a denúncia trata de apenas “6 a 8 pessoas”, o que impede a caracterização como uma tendência partidária. Além disso, como já foi observado pela historiografia, a bandeira da abolição foi erguida pelo Partido Liberal e, mesmo dentro do partido, houve quem se opusesse, como evidenciado nos debates e votações das leis emancipacionistas. Por fim, é reconhecida a posição do órgão conservador em Cachoeiro, a qual, seguindo as disposições nacionais do partido, não pode ser considerada abolicionista. O editor d’*O Constitucional*, Vasco Cabral Filho, foi um dos principais adversários de João Paulo na questão servil, sendo constantemente acusado de agir ilegalmente e/ou de forma imoral para manter a escravidão.

O longo relato de João Cândido Atayde, que se estende por três edições d’*O Cachoeirano*,<sup>260</sup> cita mais um desafeto de João Paulo. Mas esse caso, que foi intensamente debatido no jornal pelas partes envolvidas, confirma a atuação predominantemente legal do abolicionista. A batalha pela libertação de pessoas que a viúva Barros alegava serem livres, mas reclamadas como objetos de hipotecas pelo fazendeiro Moura, aconteceu dentro da legalidade. O depoimento ainda indica que os adversários de João Paulo entre os senhores não deveriam ser numerosos, dada a escassez de casos apontados na denúncia do “regime do terror”. Como dito anteriormente, sua relação com os senhores não parecia, de forma geral, tumultuada.

No dia 23 de outubro de 1887, João Paulo publicou uma lista com os nomes e valores doados em uma subscrição que realizou para comprar a alforria de um grupo de mulheres, que estiveram sob sua proteção lutando em um longo processo para que fossem reconhecidas como livres, mas que a Justiça havia mandado entregar ao “milionário capitalista” que alegava sua posse, Manoel Fernandes Moura, proprietário da Fazenda do Centro – uma das maiores produtoras de café da Comarca de Itapemirim,<sup>261</sup> onde possuía mais de 200 escravos.<sup>262</sup>

Um caso trágico deu substância às acusações ao regime escravocrata. Certa escravizada foi separada de sua filha ingênua e parálitica, que morreu dias depois do

---

<sup>260</sup> O caso se desenvolve nos números 6, 7 e 8 de fevereiro de 1887.

<sup>261</sup> O CACHOEIRANO, n. 49, de 15 de dezembro de 1886, p. 2.

<sup>262</sup> O CACHOEIRANO, n. 14, de 18 de abril de 1886, p. 2.



acontecimento “por tristeza”. Imediatamente, o enterro da menina Mariana converteu-se em manifestação contra o cativo, sendo providenciado um cortejo fúnebre digno da “filha de algum potentado”. Houve a presença da banda de música Estrela do Norte, do vigário da Freguesia e grande participação popular devido, afirmava o periódico, à indignação provocada pela separação de mãe e filha naquelas circunstâncias.<sup>263</sup>

Em seguimento às publicações, houve o recolhimento de 3.087\$000 para a libertação do grupo de escravizadas.<sup>264</sup> Mais de 100 pessoas subscreveram a lista e quase todas, com exceção de seis anônimos, registraram seus nomes ou de suas empresas/associações. Entre os doadores estavam indivíduos como Bós Andrea, que naquele ano de 1887, havia adquirido um escravo,<sup>265</sup> e nomes de diversas famílias de fazendeiros da região, como Souza Monteiro, Wanderley, Machado, Fraga e Amorim.

A lista não só comprovou a boa relação de João Paulo com pessoas ligadas à escravidão, como também permitiu ver a participação de pessoas de diversas origens, incluindo algumas das camadas menos abastadas. A grande maioria foi designada com nome e sobrenome, despertando a atenção em relação à presença de indivíduos com apenas o primeiro nome, caso de Roque (doação de 1\$000), Ribeiro e Teófilo (\$500 cada um). A lista foi organizada em ordem decrescente em relação ao valor da contribuição, sendo de 300\$000 as duas mais altas e \$500 as quatro mais baixas.<sup>266</sup> Mais importante que o modesto valor ofertado pelas pessoas sem sobrenome, entretanto, está a sua própria participação, cujas trajetórias são tão difíceis de rastrear quanto os custos individuais do montante doado.<sup>267</sup>

Outrossim, não é possível determinar o impacto das doações feitas por João Paulo sobre seus “parcos” recursos, os quais, pessoalmente envolvido na causa, parece ter utilizado para “completar”<sup>268</sup> o valor final, considerado por ele como exorbitante, mas determinado judicialmente para a alforria do grupo. Seria esse empenho, expresso nas doações e nas descrições dramáticas das “cenas da escravidão” o motivo para sua comparação com Patrocínio e Lacerda na celebração do fim da escravidão? Ou

<sup>263</sup> O CACHOEIRANO, n. 42, de 16 de outubro de 1887, p. 1.

<sup>264</sup> O CACHOEIRANO, n. 43, de 23 de outubro de 1887, p. 3.

<sup>265</sup> Alguns meses depois da compra, ocorrida em dezembro de 1887, Bós Andrea vai aos jornais fazer protesto público contra o escravo foragido. O CACHOEIRANO, n. 6, de 12 de fevereiro de 1888, p. 2.

<sup>266</sup> Para se ter uma noção do valor doado, o preço do exemplar avulso do periódico era \$200 no ano de 1887.

<sup>267</sup> O CACHOEIRANO, n. 43, de 23 de outubro de 1887.

<sup>268</sup> A doação de João Paulo foi no valor de 198\$000, oitavo mais alto. Ele foi o único número “quebrado” entre os superiores, que eram de 200\$000 ou 300\$000.

estaria a motivação no fato de ser membro do partido conservador, como Lacerda, e ao mesmo tempo se empenhar na oposição ao regime escravista? Ou no fato de ser um homem “de cor”, como José do Patrocínio? Difícil saber. Todavia, cabe ressaltar que, se *O Cachoeirano* publicou textos de João Paulo condenando a escravidão e até editoriais de conteúdo semelhante, seu redator e ex-redator não foram identificados com os responsáveis pelo *Gazeta da Tarde* ou o *Vinte e Cinco de Março*, ainda que estivessem presentes na lista de doadores junto com diversos membros de suas famílias e de colaboradores do jornal. Nem poderiam ser, como discutiremos mais à frente.

Por enquanto, voltemos a Afonso Cláudio que, diferentemente de João Paulo, era republicano e, como tal, iniciou uma série de artigos para *O Cachoeirano* uma semana após o jornal se declarar “Órgão Republicano”, no dia 29 de julho de 1888. Na série intitulada “A nova phase”, de forte crítica à monarquia, deixava evidente sua posição, que parecia ser a do jornal de forma geral, quanto ao fim da escravidão e os rumos que o país deveria seguir:

o que a lavoura pedia era que lhe garantissem o trabalho por meio de medidas repressivas da vagabundagem, pelo suprimento de capitais que auxiliassem o aproveitamento das colheitas [...] pela sábia previsão das coisas, de modo que fôssemos um país de homens livres, mas não precisássemos pedir a Europa capitais e braços como verdadeiramente mendigos que ficamos sendo.<sup>269</sup>

Mais do que reforçar a posição legalista do periódico, Afonso Cláudio apontava uma tendência seguida pel’*O Cachoeirano* ao longo dos últimos anos da escravidão: condenava-se o regime – embora a crítica a ele tenha sido discreta como visto na figura 4 – mas se defendia a necessidade de medidas para proteger a grande lavoura. Focado na ideia de progresso, o jornal procurou investir na defesa da imigração como uma das principais medidas para proteger os lavradores, além de incentivá-los a concederem pessoalmente a alforria a seus escravos. Isso não quer dizer que *O Constitucional* não comentasse o assunto, mas que insistiu na manutenção do regime ao condicionar a abolição à indenização, além de relacionar o possível fim imediato da escravidão a uma grave crise da qual a sociedade não se reergueria. Neste periódico, a crítica ao regime foi ainda menor, atingindo o máximo de 2,8% das edições até 1887.

---

<sup>269</sup> O CACHOEIRANO, n. 32, de 7 de agosto de 1888.

Os percentuais de publicação sobre a imigração nos dois periódicos mostram que ambos discutiram a “importação” de braços estrangeiros enquanto alternativa para a substituição ou complementação da mão de obra das fazendas. Em 1885, 13,4% das edições d’*O Cachoeirano* imprimiram notícias a respeito do assunto, enquanto em 1886 o índice foi de 34% e no ano seguinte de 42,3%. Por sua vez, n’*O Constitucional*, os índices nos mesmos anos foram de 27,7%, 31,4% e 30%. Nos primeiros meses de 1888, e últimos da escravidão, ficaria mais evidente a preocupação com o assunto, que apareceria mais de uma vez em quase todas as edições de ambos os jornais – só *O Cachoeirano* publicaria 33 notícias em 17 edições naquele ano. Diante da crescente agitação do período, a imigração tornou-se assunto da ordem do dia, ainda que (ou, talvez, justamente por isso) houvesse resistência à ideia.

É importante esclarecer que o termo “imigração” era empregado para se referir ao deslocamento de pessoas para o Espírito Santo, isto é, englobava tanto estrangeiros quanto nacionais de outras províncias. Em 1885, por exemplo, *O Cachoeirano* publicou matéria intitulada “Imigração Cearense”, em que saudava o empresário Alípio Luiz Pereira da Silva, daquela província, por divulgar seu objetivo de introduzir na região famílias de sua terra natal, que passava por severa seca. Em demonstração de apoio, os editores afirmaram: “fazemos sinceros votos que isso se realize, pois são estes os braços imigrantes que melhores vantagens podem trazer à província”.<sup>270</sup>

Cético a respeito da relevância da imigração estrangeira, o editor d’*O Constitucional* manifestou-se sobre o assunto numa reunião de fazendeiros e comerciantes realizada em agosto de 1886. Discutiam-se os interesses da lavoura diante da possível extinção do trabalho servil, em que se apresentaram duas propostas: a criação de uma sociedade de imigração e colonização, filiada à Sociedade Central de Imigração da Corte; e a produção de uma exposição regional, para dar visibilidade aos produtos da Comarca de Itapemirim e, dessa forma, atrair o interesse de mais imigrantes. O líder local do Partido Conservador, João Vasco Cabral Filho, “em nome da lavoura cujas ideias pensa bem interpretar”, demonstrou preocupação com a ideia da criação da sociedade, pois a imigração europeia não combinaria com o clima, a alimentação ou as doenças típicas do Brasil.<sup>271</sup> Por fim, acabaria por dar o voto de confiança à ideia, que seria tratada em seu jornal, mas sem o mesmo entusiasmo que passou a animar

---

<sup>270</sup> O CACHOEIRANO, n. 29, de 19 de julho de 1885, p. 2.

<sup>271</sup> O CACHOEIRANO, n. 32, de 22 de agosto de 1886, p. 1.

*O Cachoeirano*. Essa postura pode ser exemplificada pelo artigo “Nova Matrícula encerrada a 30 de Março”, publicada em 1887:

Não somos adeptos exclusivistas da imigração estrangeira. Para nós o que nos parece mais racional é ao mesmo tempo que procuramos atrair para nossa pátria a população que superabunda nos países estrangeiros, a fim de que nela obtenham o que não podem alcançar em sua terra natal, esforcemo-nos também por chamar ao trabalho nossos compatriotas que ainda em número não pequeno vivem entregues à completa ociosidade fiados nos recursos a que a nossa natureza pródiga lhes proporciona. As vantagens da mescla de nacionais e estrangeiros no trabalho são importantíssimas. Auxiliando-se uns aos outros ministram-se reciprocamente os conhecimentos precisos e uteis no desempenho de suas funções e além de tudo isso incentivo ao trabalho e ao amor ao mesmo despertado aos nossos compatriotas”.<sup>272</sup>

A desconfiança em relação aos estrangeiros não desapareceu por completo, nem com a abolição, como indicaria uma “Reunião da Lavoura”, realizada em setembro de 1888. O lavrador e secretário da mesa organizadora, senhor José Alvarez de Souza Coutinho, concordava com a maioria dos lavradores da região sobre a necessidade da introdução de braços estrangeiros e construção de estradas para garantir sua prosperidade. Entretanto, alertava aos colegas que era necessário tomar medidas para que os “disciplinados braços de além-mar”, “internados em avultado número”, não transformassem as fazendas em “focos de anarquia”.<sup>273</sup>

Várias das publicações sobre o assunto, durante o período anterior ao 13 de Maio, são indicativas do receio de lidar com trabalhadores livres que pareceu inspirar o alerta do lavrador José Alvarez, bem como a outros fazendeiros, e às autoridades de forma geral. Foram comuns n’*O Cachoeirano*, por exemplo, os apelos aos governantes por investimentos em infraestrutura no município, para receber os estrangeiros, já que não havia lugar específico para abrigá-los antes da distribuição para as fazendas para as quais eram destinados, o que os deixava à mercê da caridade. Naquele contexto de incertezas sobre o futuro, mas de forte apego ao regime de trabalho escravo, a dificuldade em pensar na nova realidade não foi observada apenas nas limitações das autoridades em providenciar o suporte básico para os imigrantes. Os termos e expressões escolhidos para se referir aos novos trabalhadores são uma pista interessante sobre os ajustamentos necessários. Na mesma reunião em que se propôs a criação da sociedade de imigração e a exposição regional dos produtos da comarca, o fazendeiro Cezario Alvim posicionou-se da seguinte maneira:

<sup>272</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 31, de 26 de abril de 1887, p. 2.

<sup>273</sup> O CACHOEIRANO, n. 39, de 23 de setembro de 1888, p. 4.

Os que quiserem *adquirir imigrantes*, hão de certamente proceder com as devidas cautelas e com prudência, *paulatim*; só os mandarão vir em muito e pequena escala a fim de experimentá-los e não correrem o risco de sensíveis prejuízos. Neste município já há lavradores que tem feito alguma coisa para evitarem a necessidade de comprarem escravos [grifo nosso].<sup>274</sup>

A adoção do verbo “adquirir” para se referir a pessoas livres indica a falta de intimidade com relações de trabalho não escravistas por parte daqueles que estavam acostumados a ver os trabalhadores como propriedades. Diante da possibilidade de mudança desse cenário, os fazendeiros mais “adiantados”, como o senhor Alvim, defendiam a busca por alternativas, como a imigração, mas desde que controlassem o processo, *mandando vir* trabalhadores de acordo com sua necessidade. A ideia, em sua forma geral, está presente em muitos anúncios, especialmente a partir do incentivo para atração de imigrantes, efetuado pela Circular do Ministério da Agricultura de 23 de dezembro de 1886. Passou-se a oferecer o serviço de agências especializadas em *mandar vir* agricultores europeus para atender as necessidades dos senhores. O próprio jornal adotaria os termos e expressões usados nas propagandas em matérias especiais sobre o assunto, e exaltaria iniciativas como a realizada pela Sociedade Espírito-Santense de Imigração, que disponibilizou a obra produzida por Antonio Aguirre, Bernardo Horta e Leopoldo Rocha, com *Instruções para os agricultores que desejassem introduzir imigrantes em suas fazendas*.<sup>275</sup> Dois desses entusiastas da imigração eram colaboradores d’*O Cachoeirano*, o qual, de outros modos, manifestou ainda mais a preocupação em “educar” os lavradores para a nova realidade das relações trabalhistas, ao apelar para que se preparassem para facilitar a aclimação dos estrangeiros, inclusive cedendo “um pouco dos grandes lucros que tiravam com os escravos, porque não sendo assim em breve tempo perderão tudo”.<sup>276</sup> Em fevereiro de 1888, o periódico ainda se dedicava a alertar os fazendeiros sobre as necessidades dos trabalhadores livres, defendendo o fluxo imigratório espontâneo que se coadunasse com os costumes da época, e lamentava que “os grandes lavradores habituados ao serviço servil, amedrontam-se com a transição e vão adiando infelizmente a solução natural do magno problema”.<sup>277</sup>

<sup>274</sup> O CACHOEIRANO, n. 32, de 22 de agosto de 1886, p. 1.

<sup>275</sup> Os autores da obra foram Antonio Aguirre, Bernardo Horta e Leopoldo Rocha, sendo os dois primeiros colaboradores do jornal. O CACHOEIRANO, n. 14, de 8 de abril de 1888, p. 2.

<sup>276</sup> O CACHOEIRANO, n. 7, de 19 de fevereiro de 1888, p. 1.

<sup>277</sup> O CACHOEIRANO, n. 7, de 19 de fevereiro de 1888, p. 1.

A preocupação com a imigração nos dois jornais da região possuía motivação em comum: a defesa da grande lavoura. Para isso, era necessário garantir os braços necessários à sua manutenção, fossem eles estrangeiros ou nacionais. Havia, é claro, diferenças entre os dois órgãos da imprensa, mas, sobre essa questão, é difícil distinguir o posicionamento de ambos.

No dia quatro de março de 1888, *O Cachoeirano* iniciou a publicação de série intitulada “A transformação do trabalho”. No texto inaugural, o articulista explicava que a solução final para a escravidão se aproximava. Diante disso, era necessário pensar na “reorganização social”, e questionava:

A escravidão está a acabar, dizem todos, e nós perguntamos – depois d’ela o dilúvio?! Não há medidas que tratem de adstrição ao solo do ex-trabalhador escravo? A situação do trabalhador é a preocupação de hoje de todos os espíritos esclarecidos. [...] Entre nós, falamos do município principalmente e da província, a grande massa produtora conserva-se na escravidão [...]. Neste município, na província do Espírito Santo, podemos estender a nossa afirmativa, tudo está por fazer-se, de nada se tem cuidado.<sup>278</sup>

Por seu turno, *O Constitucional* publicou, no dia 29 de abril de 1888, um artigo intitulado “O dia de amanhã”, no qual defendia a eleição ao cargo de deputado do correligionário José Fernandes Costa Pereira, ex-ministro da agricultura do gabinete de João Alfredo e ex-presidente da província. Uma vez que o programa do novo gabinete conservador incluía a abolição, o jornal passou a defendê-la, mas procurava acalmar seus leitores sobre o assunto, afirmando que o governo não se limitaria a declarar a liberdade dos escravos. A medida asseguraria os braços necessários através de

[...] meios indiretos, tais como proibindo dentro de dois anos a mudança do liberto do seu domicílio atual para outro, agravando as penas para a vagabundagem e talvez criando colônias penitenciárias, localizar os libertos nas atuais fazendas. Além disso como medida complementar e de um resultado prático espantoso animará o mais que puder a vinda de imigrantes para o país, criando núcleos coloniais em todas as províncias.<sup>279</sup>

Como se depreende da leitura dos dois trechos acima, a preocupação com a manutenção da grande lavoura passava pela ideia da limitação do futuro do antigo escravizado. Mesmo diante de uma conjuntura crescentemente desfavorável, os escravistas procuravam meios de limitar a liberdade dos alforriados que ainda estavam sob seu poder. É válido lembrar que esta liberdade *sui generis*, que intencionava manter o domínio senhorial sobre os libertos, não foi invenção brasileira,

<sup>278</sup> O CACHOEIRANO, n. 9, de 4 de março de 1888, p. 1.

<sup>279</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 2, de 29 de abril de 1888, p. 1.

uma vez que, no mundo colonial britânico, estabeleceu-se um período de *aprendizado* após a emancipação, em 1833, caracterizado pela tutela dos forros pelos seus antigos senhores.<sup>280</sup>

Em Cachoeiro de Itapemirim, os fazendeiros não estavam convencidos da possibilidade de manter os libertos em suas propriedades mediante apenas vantagens pecuniárias. Ambos os jornais discutiram o receio e começaram a tratar da questão à medida que se anunciava a nível nacional o fim do regime. *O Constitucional* tratou o assunto de forma mais contundente, publicando mais de uma notícia em todas as edições no último ano do regime escravista, mas não se pode desprezar a atuação do jornal de tendência republicana. Um exemplo importante do posicionamento d’*O Cachoeirano*, que seria intensificado após a abolição, pode ser visto no editorial de fevereiro de 1888, em que o periódico refletiu sobre a extinção da escravidão no país. Tratando-se de um evento “prestes” a acontecer, o semanário clamava às autoridades por medidas preventivas.

Acostumado a servir como instrumento e a não ter vontade própria; sem raciocinar, sem discernir, porque nasceu, viveu e envelheceu nas trevas, o escravo restituído a liberdade, entende que ser livre é não ter obrigações, é não trabalhar, é viver na indolência e fruir na vagabundagem os gozos que advém dessa liberdade almejada desde o berço. [...]

A seu turno, a maior parte dos ex-senhores, habituados ao mando senhoril e a serem obedecidos ao menor aceno, hão de forçosamente, pelo hábito que é uma segunda natureza, querer ter esse mundo de outrora quando, sem cogitarem no futuro, viam nessas legiões de homens instrumentos submissos, reverentes, curvados a seus pés.

[...] desse antagonismo bélico ou caprichoso de uns que querem ser obedecidos e de outros que não querem obedecer, o resultado infalível será uma luta renhida e incessante, que, se não for acompanhada de um cortejo de lágrimas e gemidos, não deixará de trazer pungentes desgostos.

Para prevenir esses males, que aos poucos já se vão fazendo sentir [...] é necessário uma força para coibir e reprimir os abusos.

Esse paradeiro, essa força deve se chamar POLICIA MUNICIPAL.

[...] a lavoura, que é a principal fonte de nossa riqueza, define a olhos vistos e, se não houverem leis repressivas, se não houver um bom policiamento nos municípios, a tempestade não se fará esperar.<sup>281</sup>

A apreensão em relação ao futuro, em um mundo sem escravidão para sujeitar os antigos escravos e sem a permissão legal para que os fazendeiros empregassem seus velhos hábitos, abriu espaço para a defesa da criação da polícia municipal e de novas leis. O reconhecimento da possibilidade de excessos por parte dos “ex-senhores” não elimina a preocupação em relação à grande lavoura e, portanto, ao futuro dos libertos, vistos de forma preconceituosa e pejorativa. O tema apareceria de

<sup>280</sup> DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. Trad. Antonio Penaves Rocha. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 373.

<sup>281</sup> O CACHOEIRANO, n. 6, de 12 de fevereiro de 1888, p. 1.

forma mais frequente após a abolição, mas até o acontecimento, seria tratado pel' *O Cachoeirano*, em geral, de forma indireta. Como se pode ver pelos dados presentes na figura 4, *O Cachoeirano* publicou informações sobre alforrias particulares de forma crescente nos últimos anos da escravidão. O editor não escondia o motivo ao parabenizar cada um desses “atos humanitários” que “contribuem para a suave e natural solução do momentoso problema servil em nosso fértil e esperançoso município”,<sup>282</sup> fossem eles de resultado imediato ou programados para o futuro, localizados na região ou fora da província, protagonizados por livres ou por escravos.<sup>283</sup> Nesse ponto, há diferença substancial entre os dois jornais. *O Constitucional* publicou apenas uma nota sobre o assunto em 1886, de forma indireta, pois o objetivo era exaltar a gratidão de um liberto que encomendara uma missa para o ex-senhor; e depois só voltaria a falar no assunto em 1888, após a ascensão do Gabinete de João Alfredo. Enquanto isso, *O Cachoeirano* publicou notícias sobre libertações particulares em todas as edições e de forma progressiva. Uma delas merece particular atenção por esclarecer a posição do periódico sobre os libertos. O senhor Simão Rodrigues Soares libertou 21 escravos no dia 14 de novembro de 1887 com a condição de prestação de serviço até o dia 14 de novembro de 1890. A partir desse dia, os 15 ingênuos também ficariam liberados da prestação de serviço e poderiam, se maiores de idade, optar por ficar na fazenda sob as mesmas condições que seriam providenciadas aos libertos com “bom procedimento”. Diante do anúncio, que fora louvado no jornal em três edições, o senhor Horta de Araújo, colaborador do mesmo jornal, escreveu uma carta ao amigo

[...] fazendeiro que primeiro dá aos seus colegas desta comarca de Itapemirim, exemplo digno de ser imitado, qual é o de humanitária e providentemente libertar condicionalmente todos os escravos que possui, de modo a operar por si, espontaneamente, a evolução e transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a tempo de evitar temerosas catástrofes iminentes, sob cujo irresistível impulso hão de estorcer-se e talvez succumbir todos aqueles que, mal aconselhados ou obcecados, persistirem no estado

<sup>282</sup> O CACHOEIRANO, n. 31, de 31 de julho de 1887, p. 2.

<sup>283</sup> Em 1886, o escravo Cypriano, pertencente a Antonio de Souza Lima, obteve de José de Souza Lima, a liberdade da escrava Ovídia, na parte que a este pertencia pela quantia de 300\$000. Ele também conseguiu a desistência dos direitos aos serviços dos quatro filhos ingênuos de Ovídia – Philomena, Manoel, Theresa e José. Foi dado baixa na matrícula da escrava, mas ela ainda deveria indenizar a parte pertencente a D. Ignacia Rosa de Lima. Não se menciona a existência de relações entre Cypriano e Philomena, mas essa é uma possibilidade para o “generoso procedimento” do liberto. O CACHOEIRANO, n. 22, de 13 de junho de 1886, p. 2. Em 1888, o liberto Ignacio, que havia comprado a própria alforria há seis anos de Agostinho Gomes Prates, libertou sua “parceira” Luiza, escravizada pelo mesmo senhor. O jornal louva seu procedimento e lembra que ele foi realizado “à custa de seu labor e de inúmeras privações”. O CACHOEIRANO, n. 5, de 5 de fevereiro de 1888, p. 2.



de indiferentismo, de inércia ou de resistência, contra a ideia que caminha e há de em breve ser saudada em triunfo pelo Brasil inteiro.

Aos escravos de hoje e libertos de amanhã, direis de minha parte, que eles jamais devem esquecer a generosidade de vosso procedimento, não só por gratidão, como porque do exemplo que derem depois de livres, dependerá em grande parte a aquisição da liberdade, nas mesmas condições, para grande maioria da dezena de mil escravos, ainda existentes nos dois municípios que compõem esta comarca.<sup>284</sup>

Na fala de Horta de Araújo, bem como em todo os comentários feitos pelo jornal sobre tais notícias, torna-se evidente a motivação para incentivar os senhores a libertarem *espontaneamente* seus escravos: despertar a gratidão e, com isso, garantir a permanência dos libertos nos estabelecimentos onde foram explorados, tanto em Itapemirim quanto em Cachoeiro de Itapemirim. O cenário não lhes devia parecer animador, já que a maioria dos senhores permaneciam, segundo suas palavras, “obcecados” ou “mal aconselhados”, crenes nas promessas de membros do Partido Conservador, especialmente Costa Pereira, de que a escravidão duraria ainda mais alguns anos. Também possuíam elementos indicativos de que o “apego” ao trabalho servil, isto é, aos hábitos escravistas, poderia afetar a decisão dos libertos sobre permanecer ou abandonar as propriedades em que eram explorados. Exemplo disso é a carta do senhor José Gomes Prates, publicada em abril de 1886, que escreveu indignado pela decisão de seus ex-escravos alforriados por força da Lei dos Sexagenários, de não aceitar as “vantagens” por ele oferecidas e abandonarem sua fazenda. Inconformado com a atitude dos sexagenários, questionava: “Assim será talvez, enquanto puderem prestar algum serviço: mas quando se tornarem inválidos e imprestáveis, quem os acolherá e os valerá?”<sup>285</sup>

Segundo publicação do jornal *O Constitucional*, houve senhores que extrapolaram o limite da indignação, demonstrando sua oposição à liberdade de ex-escravos, mesmo aqueles que não estavam na faixa etária mais produtiva. Sob pseudônimo de “O Satisfeito”, um denunciante informou, em 1887, que diversas cartas de alforria para sexagenários saíram da fazenda São Thiago, da freguesia do Veado. Entretanto, o fazendeiro não as entregava aos libertos e ameaçava-os: o abandono da propriedade acarretaria o ingresso na “ilha das Enxadas”, onde o cativeiro seria “dobrado”. O autor da denúncia ressaltava que a situação causava ainda mais admiração por “haver uma pessoa d’esta fazenda (genro) dizer a todos sou muito abolicionista!”<sup>286</sup>

<sup>284</sup> O CACHOEIRANO, n. 49, de 4 de dezembro de 1887, p. 1.

<sup>285</sup> O CACHOEIRANO, n. 14, de 18 de abril de 1886, p. 3

<sup>286</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 26, de 22 de fevereiro de 1887, p. 2.

Se sexagenários rejeitavam as “vantagens” do ex-senhor, alegando que poderiam “ganhar mais em outra parte”, como foi o caso desses e de outros libertos pela Lei Saraiva-Cotegipe, o que se poderia esperar dos mais jovens? Tal preocupação levava os senhores a pensar em alternativas para garantir a mão de obra naqueles anos turbulentos e, em especial, após a solução final. A libertação particular era vista dentro desse cenário. Todavia, como reconhecido por ambos os jornais – e pelos dados da população escrava, apresentados na seção anterior –, muitos senhores não optaram por essa via, insistindo em seus direitos de propriedade, o que nos faz questionar a existência das alforrias em massa, conforme defendido por Robson Martins.<sup>287</sup> Mesmo as alforrias prometidas para o futuro, vistas como “solução sui generis” dos fazendeiros capixabas por Vilma Almada,<sup>288</sup> foram limitadas – o que contribuía para incentivar o periódico a divulgar notícias de fora da província para animar os senhores locais.

Os dados sobre venda e fugas, disponíveis na figura 4, reforçam a percepção sobre a defesa da instituição escravista pelos senhores. Ainda que em números modestos, a venda de escravos foi anunciada nos jornais da região nos últimos anos da escravidão. É válido lembrar que os jornais de Vitória que apoiavam o movimento abolicionista, seguindo seus pares de outras províncias, já haviam abolido anúncios sobre venda e fuga de escravos desde 1885.<sup>289</sup> Contudo, em fevereiro de 1888 podia-se ler n’*O Cachoeirano* o anúncio da venda de Placidina, 24 anos, preta, lavradora, pela quantia de 675\$000.<sup>290</sup>

As notícias sobre fugas são mais numerosas em ambos os jornais do que informações sobre vendas. Como não há dados anteriores a 1885, não é possível perceber se houve aumento no número de fugas nos últimos anos da escravidão. Considerando, porém, que a população escrava da Comarca de Itapemirim, em 1887, superava 7 mil pessoas, e as notícias de fugas no período analisado envolveram cerca de 60 escravos da região, infere-se que essa ação não era a única para manifestar a rebeldia contra o sistema, embora não fosse desprezível.

Até o ano de 1887, quase a totalidade das publicações sobre fugas era de anúncios com oferta de recompensa para a recuperação do escravo que, em geral, fugia

---

<sup>287</sup> MARTINS, 1997.

<sup>288</sup> ALMADA, 1984.

<sup>289</sup> PÍCOLI, 2009; NOVAES, 2010.

<sup>290</sup> O CACHOEIRANO, n. 5, de 05 de fevereiro de 1888, p. 3.

sozinho. Dos 60 escravos da região, procurados por seus senhores nos dois jornais, apenas 14 fugiram em dupla ou pertenciam ao mesmo senhor. A firma Machado & Gama foi quem mais apareceu, na qualidade de proprietária nos jornais, tentando recuperar cinco escravos, que se afastaram de seu controle individualmente entre os anos 1885 e 1887. Infelizmente, a maioria dos anúncios não são muito pródigos em informações, mas alguns apontam como motivações das fugas o inconformismo gerado pela venda, que rompia bruscamente as relações tecidas pelos escravizados, como já apontado pela historiografia.<sup>291</sup> Entre os periódicos pesquisados, cabe destacar três exemplos mais diretos. Em anúncio publicado em 1887, o senhor José Gonçalves Ferreira anunciou a fuga de um de seus escravos, Isidoro, que “foi comprado há pouco em Vitória, sendo provável que seguiu para o Norte.”<sup>292</sup> Manoel Fernandes Moura foi ainda mais direto em seu anúncio, ao acrescentar às informações que o escravo Garcia, também fugido em 1887, “foi da Fazenda Boa Vista, onde tem parentes” [grifo nosso].<sup>293</sup> O senhor do escravo Bento anunciou em janeiro de 1885 que este havia fugido em outubro do ano anterior, e dizia-se desconfiado de que estivesse “pelos lados do Guandú ou na freguesia do Cachoeiro, onde tem irmã liberta de nome Izabel.”<sup>294</sup>

A atitude dos senhores do Sul do Espírito Santo, de investir em anúncios e prometer recompensas, que chegaram a altas quantias,<sup>295</sup> para recuperar os fugitivos, indica a crença na continuidade do sistema, que não é coerente com um cenário de fugas em massa e completa desorganização do trabalho, como fora defendido por outros autores.<sup>296</sup> Evidentemente, nem todas as fugas deveriam ser anunciadas nos jornais e, mesmo que em número “reduzido”, incomodavam os lavradores e as autoridades locais, como sugere a notícia, publicada em janeiro de 1887, informando que “ainda não foi preso o chefe dos escravos aquilombados, conhecido por Dongo”, mas havia sido apreendido em Itapemirim o “escravo Leandro, de propriedade do Sr. major

---

<sup>291</sup> CHALHOUB, 1990.

<sup>292</sup> O CACHOEIRANO, n. 36, de 4 de setembro de 1887, p. 3.

<sup>293</sup> O CACHOEIRANO, n. 5, de 30 de janeiro de 1887, p. 4.

<sup>294</sup> O CACHOEIRANO, n. 3, de 18 de janeiro de 1885, p. 4.

<sup>295</sup> Entre os valores divulgados nos anúncios, a maioria foi de 100 reis por escravo “recapturado” até o ano de 1887, embora houvesse alguns no valor de 200\$000. O último anúncio registrado pelo jornal, em novembro de 1887, ofereceu 100\$000 por Valentim, desaparecido desde agosto daquele ano. Para se ter uma noção dos valores, a assinatura anual do jornal custava 10\$000.

<sup>296</sup> Cf. ALMADA, 1984; MARTINS, 1997.

Joaquim G. Pinheiro da Silva, que dizem-nos ter gratificado com a quantia de 250\$ ao Sr. Alfs. Cruz, comandante do destacamento, por haver efetuado essa captura.”<sup>297</sup>

No dia quatro de novembro de 1886, *O Constitucional* anunciou a prisão de 20 escravos fugidos da fazenda do finado Mizael Ribeiro de Paiva.<sup>298</sup> Os fugitivos haviam sido apreendidos pelo delegado, que os entregou ao tutor de órfãos e curador da viúva. No dia oito de dezembro, o curador e tutor, José Theodoro de Paiva, publicou uma explicação mais detalhada dos acontecimentos. Informou que os escravos foram presos pela polícia porque estavam armados, embora tivessem abandonado as armas ao chegar à vila de Cachoeiro. Somente cinco teriam sido mantidos presos, “por serem os da insubordinação e ameaça de levante” e por não ser a “segunda nem terceira vez que eles tentam”. Os demais, com exceção de Mathias, que fugiu para Minas Gerais, retornaram à fazenda, acompanhados por dois policiais e empregados da dita propriedade. O tutor vê a necessidade, provavelmente motivada pelas discussões sobre o fim da escravidão e a atuação do abolicionismo, de explicar que os escravos “não foram castigados com pancadas e sim com prisão, castigos morais”. Ainda confessa que “todo o meu receio era que esses escravos fizessem quilombos”, motivo pelo qual resolveu promover alterações na rotina da fazenda, como trocar o dia de domingo pela quinta-feira e os dias santos pelo dia imediato, mas garantindo o dia de descanso, pois seu objetivo era

Unicamente para evitar reuniões perigosas, como estava se dando, com ameaças de arrombamento das senzalas fechadas e não podendo ir as vendas a qualquer hora do dia e noite, levando aquilo que eles não têm, ao mercado, e com isso de certo que terei ofendido aos interesses de alguma taverna oculta destes cantos é verdade.”<sup>299</sup>

Sobre o caso narrado no periódico conservador, há que se notar, primeiramente, algo raro quanto ao número de escravizados envolvidos na fuga,<sup>300</sup> para o período e local pesquisado. Em segundo lugar, a notícia indica algumas questões interessantes, como o medo senhorial em relação às sublevações escravas e ao abandono da fazenda após a morte do senhor, que podem ter sido seguidos de indignação com as

<sup>297</sup> O CACHOEIRANO, n. 4, de 23 de janeiro de 1887, p. 2.

<sup>298</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 15, de 4 de novembro de 1886, p. 1.

<sup>299</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 18, de 8 de dezembro de 1886, p. 2.

<sup>300</sup> O trabalho de Heloísa Ferreira de Souza discute os motivos das fugas e os perfis dos fugitivos no Espírito Santo a partir de periódicos capixabas. Entre as fontes analisadas está *O Constitucional*. Cf. FERREIRA, Heloísa de Souza. *Ardis da sedução e estratégias da liberdade: escravos e senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888)*. Dissertação (mestrado). Vitória: PPGHIS-UFES, 2012.

novas práticas estabelecidas pelo tutor ou o não reconhecimento de sua autoridade, como já fora indicado no trabalho de Flávio Gomes.<sup>301</sup> Considerando a fala do novo responsável pela fazenda, os escravizados ressentiam-se da redução de sua mobilidade e, possivelmente, da possibilidade de interações econômicas na região, o que deveria ser interpretado por eles como direitos adquiridos.<sup>302</sup> O destino do grupo, contudo, não foi a mata nem a província vizinha, mas a sede do município de Cachoeiro de Itapemirim, o que pode indicar um caráter de reivindicação. De fato, O *Cachoeirano*, que publicou versão diferente sobre o acontecimento, concordou que o grupo de escravizados se dirigira para a vila de Cachoeiro.<sup>303</sup> Segundo esse periódico, os escravizados não haviam fugido, mas apenas se ausentado da fazenda com a intenção de procurar o Juiz de Órfãos para reclamar a concessão do descanso aos domingos, o que reforça a hipótese sobre o caráter reivindicatório da ação. Não é absurdo pensar nessa possibilidade, pois, como já foi demonstrado pela historiografia, os escravizados lutaram por sua liberdade de variadas formas, muitas vezes sem uso de violência aberta contra o sistema escravista. A negociação com os senhores, como defendem João José Reis e Eduardo Silva, mais do que o conflito, era a principal via utilizada por escravos do Brasil e do mundo para modificar sua experiência, criar espaços de autonomia e melhorar sua condição.<sup>304</sup> Nesse sentido, torna-se interessante recordar o caso do Engenho de Santana de Ilhéus (Bahia), apresentado por Reis e Silva para ressaltar a capacidade dos escravizados de “traduzir seus interesses em reivindicações e exercer pressões para transformar o regime opressor”.<sup>305</sup> Dois anos após a fuga, ocorrida em 1789, os escravizados apresentaram o Tratado de Paz, que continha suas exigências para retornar ao trabalho. O documento raro, visto que produzido pelos próprios escravizados, ilumina a discussão sobre sua atuação enquanto sujeitos históricos, capazes de ações políticas motivadas por suas crenças e interesses. Nesse sentido, seja qual for a versão mais próxima da realidade sobre a saída dos escravizados da fazenda do finado Mizael Pena, em

---

<sup>301</sup> GOMES, Flávio. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. 1992. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

<sup>302</sup> Para Sidney Chalhoub, a pressão dos escravos para o reconhecimento de suas práticas como direitos resultaria em promulgação de leis, como a do Ventre Livre (1871), e a modificação do próprio sistema e seu esfacelamento. Cf. CHALHOUB, 1990.

<sup>303</sup> O CACHOEIRANO, n. 44, 14 de novembro de 1887.

<sup>304</sup> REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>305</sup> REIS; SILVA, 1988, p. 20.

Cachoeiro de Itapemirim, importa destacar que o evento demarca a capacidade de ação e organização dos escravizados, como concordam as versões apresentadas pelos dois periódicos que abordaram o assunto. Além disso, é preciso considerar que esse movimento ocorreu em 1886, em meio à discussão sobre o fim da escravidão, a promulgação de leis emancipacionistas, como a dos sexagenários (1885), e a ação do movimento abolicionista, ou seja, em um contexto de agitação política e social, percebida pelos escravizados.<sup>306</sup>

Igualmente, é preciso informar que os anúncios de fugas não foram realizados apenas por senhores da comarca de Itapemirim ou do território capixaba. A proximidade com a província de Minas Gerais proporcionava fugas para os dois lados da fronteira. Assim, alguns senhores daquela província, desconfiados de que o Sul do Espírito Santo poderia abrigar alguns fugitivos, anunciavam recompensas nos jornais locais. Além dos 60 escravos da região, foram encontrados anúncios envolvendo 11 escravos de senhores mineiros em três anúncios diferentes nas páginas d' *O Cachoeirano*. Nove deles “fugiram da Fazenda do Bom Sucesso, freguesia do Capivará, província de Minas, pertencentes a Ildefonso Moreira de Faria e Silva”.<sup>307</sup> Todos eles haviam sido adquiridos de outros senhores, mas não se mencionam as datas de compra e fuga, para a maioria. Entre os procurados estava Francisco, de cor fula, olhos vivos, boa figura, 18 anos e natural do Espírito Santo, desaparecido há três ou quatro anos. No caso de Francisco, somada à proximidade com a província vizinha, a suspeita de seu paradeiro poderia repousar em sua origem e no reconhecimento da rebeldia provocada pelo rompimento dos laços familiares e comunitários pelo tráfico interno. Como já advertido por Sidney Chalhoub, ao estudar a Corte nos últimos anos da escravidão, aqueles “negros maus vindos do Norte” – expressão usada para se referir aos escravos deslocados da região Norte do país para as regiões cafeeicultoras do Sudeste na segunda metade do século XIX – na verdade eram pessoas que manifestaram de forma agressiva sua indignação, seja por meio de ataques a seus novos donos ou da fuga com objetivo de retornar aos seus lugares de origem.<sup>308</sup>

A aparente normalidade com que anúncios de fugas visando à recaptura foram tratados até o final de 1887 suscita algumas considerações. Primeiramente, ao

---

<sup>306</sup> Sobre a percepção dos escravos no Espírito Santo a respeito das discussões sobre legislação emancipacionista, ver: MARTINS, 1997; COSTA, 2013; COSTA, 2017.

<sup>307</sup> O CACHOEIRANO, n. 27, de 3 de julho de 1887.

<sup>308</sup> CHALHOUB, 1990, p. 27.

detalhar as características dos fugitivos, os senhores acabaram oferecendo subsídios para conhecermos um pouco mais sobre eles, sobre sua inconformidade com o cativo e engenhosidade para enfrentá-lo, como no caso de Francisco, que conseguiu se manter longe da exploração senhorial por pelo menos “três a quatro anos”. O escravo Narciso, que alcançou feito semelhante, também fugira de Minas Gerais após ser arrematado do espólio de seu falecido senhor, em 1879. O anúncio oferece rico detalhamento sobre sua aparência física no momento da fuga e aquela que se imaginava que ele teria sete anos depois, por ocasião da publicação do anúncio, e informa ainda que:

*inculca-se livre; dizem que anda munido de carta falsa de liberdade; é arrieiro, ferra animais, bom tocador de tropa, roceiro, carreiro, superior de serviços pesados, tendo quem o acompanhe, muda de nome, não tem sinais de castigo, toca viola, gosta de batuques, cigarra e mata o bicho; terá de idade 34 anos [grifo nosso].<sup>309</sup>*

Narciso não foi o único a “inculcar-se livre”, como confirma o anúncio publicado n’O *Cachoeirano* em novembro de 1886 e reproduzido a seguir:

Fugiu a S. Geraldo, estrada de ferro Leopoldina (Minas), em dias de maio de 1885, a escrava Heduviges, crioula preta, rosto e boca grande, bem beijuda, ruins dentes, olhos espaçosos um do outro, orelhas regulares e furadas, alta, magra, boa figura [...], idade 30 anos, superior de serviços pesados e de roça, tendo quem a acompanhe, lida bem com gado, animais de sela e cargueiros e os toca, gosta de batuques, desconfio que bebe, cigarra e masca, e inculca-se livre.

Garantiram-se que no arraial dos Bagres (Minas) ela foi presa pelo subdelegado vestida de homem e acompanhando um homem e que a autoridade a encarcerara em quarto seguro, mas que no dia imediato abrindo sofreu grande choque a encontrando vestida de mulher e que acompanhando a presa a S. Geraldo, para entregar-me, ali chegando *Xico capeta ou mestre Xico, Zezinho e Bié Caetano* e um fuão Pinheiro, que hoje mora no Rio Branco desanimaram tanto a dita autoridade com o que eu faria por se aprender que a soltara de pronto. [o destaque em itálico está no original]<sup>310</sup>

Evidentemente, não é possível saber se o subdelegado resolveu liberar a escravizada tão somente por ser apiedar da mulher, ou se recebeu algum incentivo pecuniário ou de outra natureza por parte dela ou de seus intercessores. O certo é que Eduviges, que não aceitava a condição escrava, demonstrou engenhosidade não apenas ao adotar um disfarce para se manter foragida por certo tempo, mas principalmente ao conquistar a ajuda de pessoas livres/libertas para ajudá-la em seu intento – tipo de ajuda que parece ter sido intensificada nos anos finais da década de 1880. Nesse sentido, é válido lembrar que os últimos anos da escravidão são caracterizados por

<sup>309</sup> O CACHOEIRANO, n. 44, de 14 de novembro de 1886, p. 3.

<sup>310</sup> O CACHOEIRANO, n. 44, de 14 de novembro de 1886, p. 3

Angela Alonso como um período de confronto, no qual o movimento abolicionista, “enxotado do espaço público, passou à desobediência civil, com ações diretas, orquestrando fugas orientadas de escravos.”<sup>311</sup> O caso de Eduviges indica a contribuição de pessoas simpáticas à causa da liberdade, senão para o planejamento da fuga, para seu “acoitamento”. Todavia, interessa destacar que todo o processo se passa em Minas Gerais, embora a publicação tenha ocorrido em Cachoeiro de Itapemirim. Fazendo coro à historiografia capixaba, não se identificou nesta pesquisa a ação de abolicionistas incentivando ou participando de fugas ou outros atos ilegais contra a escravidão.

A historiografia que enxerga no escravo um agente histórico, predominante no Brasil após a década de 1980, já demonstrou largamente que ele tinha a capacidade de pressionar por mudanças do sistema e o conhecimento da legislação e sua utilização em seu benefício.<sup>312</sup> No Espírito Santo, conforme já indicado por Michel Dal Col Costa,<sup>313</sup> não era muito diferente. O anúncio de fuga publicado a mando de Manoel Ferreira Braga, proprietário de uma situação em Cachoeiro de Itapemirim, é ilustrativo a respeito.<sup>314</sup> Em julho de 1886, o senhor anunciou a fuga de

Pedro, crioulo, de 48 anos de idade, com bastantes cabelos brancos; baixo e grosso de corpo e bem falante; quando fugiu apanhou a carta de liberdade do sexagenário Ricardo que tinha sido liberto pela nova lei em abril p. p., e que ultimamente faleceu na dita situação dias antes da fugida [sic]. Este meu escravo serviu muito tempo como marinheiro nos vapores da empresa fluvial do rio Itapemirim.<sup>315</sup>

Os casos citados apontam para a diversificação das estratégias utilizadas pelos escravizados para reclamar sua liberdade definitiva ou reivindicar melhorias em sua condição de vida. Considerando a historiografia sobre o tema, é possível afirmar que houve sucesso em muitos casos ao longo de todo o período escravista e, especialmente, nos anos finais da escravidão, à medida que crescia o movimento abolicionista e parte da opinião pública se tornava crítica ao regime.<sup>316</sup> De fato, os anúncios que informam fugas com duração de anos e que mencionam a participação de livres e libertos são indicadores importantes dessa possibilidade. Todavia, o sucesso da empreitada não era garantido, nem mesmo nos momentos finais da

---

<sup>311</sup> ALONSO, 2014, p. 129.

<sup>312</sup> CHALHOUB, 1990.

<sup>313</sup> COSTA, 2013; COSTA, 2017.

<sup>314</sup> Há muitos trabalhos na historiografia brasileira sobre o conhecimento e utilização das leis por parte dos escravos. Para a província do Espírito Santo, cf. COSTA, 2017.

<sup>315</sup> O CACHOEIRANO, n. 28, de 25 de julho de 1886, p. 4.

<sup>316</sup> CHALHOUB, 1990; SIILVA, 2003; ALONSO, 2014.



escravidão. A fuga era sempre um risco e as consequências para o escravizado poderiam ser trágicas. Duas notícias publicadas em 1888 n' *O Cachoeirano* são esclarecedoras, bem como ilustrativas da força do sistema escravista na região.

Em abril de 1888, um escravo de nome Porfírio, “que se julgava livre por lhe terem dito”, foi preso no município de Itapemirim e espaldeirado por dois policiais a mando do delegado de polícia. A denúncia que se dirigia ao Chefe de Polícia e ao Ministério da Justiça afirmava:

‘No dia 6 sai o pobre preto da cadeia amarrado e escoltado por 2 homens e as praças que conduziam os presos para o júri de 10 ai no Cachoeiro e tendo de dormir em uma fazenda, ali fora ele para o tronco onde passou a noite.’  
Consta-nos que o dito escravo passou aqui por esta vila às 12 ou 1 hora da tarde algemado e amarrado e ia ser entregue ao seu senhor.  
Chamamos a atenção do dr. chefe de polícia para coibir os abusos de seu delegado e adverti-lo que não é isto muito decente. Também apelamos para o ministro da justiça para que de uma vez por todas acabe com semelhantes abusos, que podem trazer consequências desagradabilíssimas.<sup>317</sup>

A notícia indica a possível recepção e interpretação dos debates relacionados ao fim da escravidão por parte dos escravizados, mas sobressai-se a violência da repressão policial no Sul do Espírito Santo, aplicada contra um escravo após o Ministério de 10 de Março manifestar seu objetivo a respeito da questão servil. A postura das autoridades, associada a um abolicionismo moderado, filantrópico e legalista, pode ajudar a compreender a limitação dos casos como o de Porfírio na região, isto é, o abandono das fazendas nos últimos meses da escravidão, a exemplo do ocorrido em algumas localidades das províncias vizinhas.

Nesse contexto, outra notícia merece destaque. Enviada por um observador anônimo e publicada no dia 13 de maio de 1888 sob o título “Barbaridade”, informava-se que o escravo de nome Cordeiro teria fugido da fazenda onde trabalhava alugado em uma lavoura de Cachoeiro de Itapemirim, e buscado abrigo na casa de um parente de seu senhor no dia 29 de abril daquele ano. A notícia não comenta o objetivo ou motivação da fuga, mas seu desfecho trágico é narrado nos seguintes termos:

Fugindo o dito escravo procurou a casa de João da Cruz Alves parente de seu senhor, e no dia acima designado, cedo, ali foi o dito João Martins [administrador da lavoura onde trabalha o escravo] acompanhado de um camarada, amarraram o mencionado escravo com um cabresto, ataram a cauda de um animal e assim o conduziram sempre a trote em uma distância de mais de 3 léguas, tendo passado por esta povoação onde esteve amarrado e atado à cauda do animal durante uma hora ou mais, sem que houvesse uma viva alma que interesse pelo desgraçado, pois a própria

<sup>317</sup> O CACHOEIRANO, n. 16, de 22 de abril de 1888, p. 2.

autoridade por cuja porta passou o infeliz não se moveu ante a cena horripilante.<sup>318</sup>

Após transcrever parte da denúncia, o redator d' *O Cachoeirano* explica a decisão de publicar a notícia, que saiu ao lado da proposta de lei de abolição da escravidão apresentada na Câmara dos deputados poucos dias antes:

Chamamos a atenção do exmo. Sr. Chefe de polícia da província, cujos sentimentos filantrópicos conhecemos há muitos anos, a fim de que não se reproduzam fatos desta ordem que é um horror, uma vergonha, um atentado às ideias do século atual, à manifestação nacional, ao brado unísono da imprensa, à vontade manifesta do filantrópico gabinete – 10 de Março – aos sentimentos magnânimos da princesa imperial regente.<sup>319</sup>

Os 44 anúncios publicados n' *O Cachoeirano* e os 13 n' *O Constitucional*, realizados somente no ano de 1887, demonstram o apego ao regime e a valorização do investimento na propriedade escrava. Os senhores não só pagavam pelos anúncios como ofereciam recompensas a quem recuperasse seus escravizados. Os anúncios de fuga somente foram interrompidos em 1888. Nesse ano, nos três exemplares do jornal conservador, cujas atividades iniciaram-se após o gabinete liderado pelo correligionário João Alfredo informar seu objetivo de abolir a escravidão, não houve anúncio de recompensas por captura de escravos. As quatro notícias sobre fuga no jornal concorrente não possuíam a mesma natureza dos anos anteriores, posto que não eram anúncios. Duas delas já foram descritas aqui: tratava-se de denúncias de violência contra escravos que fugiram ou abandonaram a fazenda, não de esperança de apreensão. Outra referia-se também ao desfecho trágico de tentativa de fuga de um escravo, que logo após desembarcar de um vapor na região, pulara no rio e morrera afogado. A quarta notícia é um protesto público do senhor Bós Andréa, que havia comprado um escravo no dia 13 de dezembro de 1887. Entretanto, como tratava-se de um “escravo fujão”, invocou a lei em sua defesa, em fevereiro de 1888, para não pagar esse valor aos senhores Augusto Santos Souza & Irmãos.<sup>320</sup>

Como se depreende das notícias acima comentadas, mesmo nos últimos meses da escravidão houve quem investisse na aquisição de mão de obra escrava ou na recuperação de escravizados desaparecidos. *O Constitucional* reforçava o cenário até 1887, evitando críticas à escravidão e taxando como antipatriotas aqueles que defendiam a abolição. Como órgão conservador e obediente às diretrizes do partido,

<sup>318</sup> O CACHOEIRANO, n. 19, de 13 de maio de 1888, p. 2.

<sup>319</sup> O CACHOEIRANO, n. 19, de 13 de maio de 1888, p. 2.

<sup>320</sup> O CACHOEIRANO, n. 6, de 12 de fevereiro de 1888.

é compreensível a mudança de postura após o Gabinete de 10 de Março declarar seu objetivo em relação ao elemento servil. Entretanto, a posição assumida pel’ *O Cachoeirano* é um pouco mais complexa, como pode ser percebido pela comparação dos anúncios de fuga com o restante do periódico. O incentivo às alforrias particulares, o silêncio sobre a indenização pela propriedade escrava, a divulgação de tristes e revoltantes “cenas da escravidão” dividiam espaço com anúncios que procuravam recuperar escravos fugidos até o final de 1887 e com vendas de escravos até 1888.

A linguagem empregada pelo jornal evidencia a complexidade do contexto de fim da escravidão em Cachoeiro do Itapemirim, região marcadamente escravista. Nos anúncios de fugas e vendas, ou em textos enviados por leitores que discutiam questões pessoais envolvendo a propriedade humana e nos editoriais sobre a crise da lavoura empregava-se o termo “escravo”. Curiosamente, nos artigos, de forma geral, o termo preferido era “escravizado”, especialmente quando se questionava a escravidão. Ora, a palavra “escravizado/a” denotava a escolha política daqueles que consideravam a escravidão como imoral ou ilegal. *O Constitucional*, como defensor das diretrizes conservadoras, não adotava o vocábulo. Na verdade, em seu noticiário de outubro de 1886, chamou a atenção para um discurso proferido pelo deputado Coelho Rodrigues, por conter “observações práticas aos interessados no assunto”<sup>321</sup> e que seria publicado na mesma edição. Por ser uma síntese esclarecedora de sua posição, a reproduzimos abaixo:

Não, a escravidão não se discute: justifica-se, como se justifica a pena de morte, pela sua necessidade. É uma instituição que há três séculos está identificada com todas as forças vivas do país, e que, se for extirpada, pacificamente, dentro em 30 anos, como espero, teremos feito que nenhum povo ainda fez até hoje. Se não o fizermos, não será culpa do governo, não será culpa dos que resistem: será culpa dos impacientes. [...]

É assim que eles reformam tudo: o dicionário apesar de ser a língua um negócio de convenção, que não pode ser alterado sem o acordo de todos que a falam; e a legislação apesar de haver trâmites marcados pela constituição para que as leis se façam e revoguem; tudo, tudo parece transformado. É assim que, segundo eles, não temos mais escravos, porém somente escravizados.<sup>322</sup>

<sup>321</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 11, de 3 de outubro de 1886, p. 1

<sup>322</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 11, de 3 de outubro de 1886, p. 2

O *Cachoeirano* não explicou a adoção do polêmico termo, sobre o qual ainda há debate na atualidade.<sup>323</sup> Entretanto, é possível inferir sua posição ao lembrar que seus editores condenavam a “maldita herança colonial” por atrapalhar o progresso do país. Observa-se a escravidão como obstáculo ao desenvolvimento da grande lavoura cafeeicultora, fonte da produção de riqueza do município e do país, como afirmava o artigo “A transformação do trabalho”, enviado por um agricultor anônimo e publicado com destaque e aprovação do editor<sup>324</sup> em alguns números de março de 1888:

Finalizamos prevendo ao Brasil e em particular à nossa província, um grandioso futuro pouco tempo depois de extinta a criminosa herança colonial e entregue a nossa lavoura ao homem inteligente, ao homem que tem ambição, ao homem, enfim, que conhece o que são cômodos de vida.<sup>325</sup>

No dia 22 de abril de 1888, o jornal louvava os habitantes da freguesia do Veado que, “à exceção de uns dois ou três retrógrados”, haviam libertado seus escravos dias antes. Ainda que alguns dos senhores tivessem estabelecido condições de prestação de serviços após a libertação, comemorava-se a possibilidade de a freguesia ser a “primeira na Província do Espírito Santo que cingirá o diadema da redenção dos cativos”.<sup>326</sup> Pouco depois, no dia seis de maio, na mesma edição que reforçava a comemoração da libertação do distrito, o periódico publicou sob o título “Novo aviso”, datado de 25 de abril, anúncio proveniente da mesma freguesia, informando que “Aqueles que ajustarem libertos sem consentimento de seus ex-senhores pagarão 50\$000 rs. de multa e ficarão responsáveis pelo trato que seus ex-senhores tiverem feito com os mesmos libertos.”<sup>327</sup>

Não há informações mais detalhadas sobre o aviso, que parecia ser um tipo de regulamentação da freguesia, mas o documento destaca a força da escravidão na região. Repetido na edição do dia 13 de maio, o anúncio não mereceu comentário por parte dos redatores do jornal, mesmo sendo flagrante sua contradição com a exaltação da liberdade por eles promovida. A oposição à escravidão não eliminava a preocupação com a garantia da mão de obra para sustentar a lavoura. De fato, O

---

<sup>323</sup> Sobre o uso do termo no presente, Grada Kilomba, explica sua adoção por sua capacidade de descrever “um processo político ativo de desumanização, enquanto escrava/o descreve o estado de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas.” Cf. KILOMBA, 2019. No mesmo sentido que o utilizado por Kilomba, é imprescindível citar o autor brasileiro, Abdias do Nascimento, com ampla obra sobre o negro no Brasil, como *O Quilombismo* e *O Genocídio do Negro brasileiro*.

<sup>324</sup> O CACHOEIRANO, n. 9, de 4 de março de 1888, p. 2.

<sup>325</sup> O CACHOEIRANO, n. 12, de 25 de março de 1888, p. 1.

<sup>326</sup> O CACHOEIRANO, n. 16, de 22 de abril de 1888, p. 2.

<sup>327</sup> O CACHOEIRANO, n. 18, de 6 de maio de 1888, p. 3.

*Cachoeirano* se enquadra no abolicionismo predominante no Brasil, como defendido por José Murilo de Carvalho.<sup>328</sup>

Os abolicionistas viam o problema do ponto de vista da nação, que incluía interesses variados, inclusive o dos proprietários. Seu apelo ao Estado para solucionar a questão se respondia à percepção de que assim apressariam o processo, também tinha o sentido de não perturbar radicalmente a fábrica da sociedade. Daí também que consumada a abolição, nada foi feito em benefício dos ex-escravos. O progresso do indivíduo era secundário. Os poucos que quiseram ir mais longe ou se calaram ou foram calados pelo rolo compressor da República, que foi entre nós o reino da *res privata*.<sup>329</sup>

A agitação em torno da “questão servil” se intensificou muito nos primeiros meses de 1888, especialmente após o Gabinete de 10 de Março declarar como um dos objetivos de seu governo o fim da escravidão. Diante da declaração e em coerência com seu posicionamento, *O Cachoeirano* expressou sua preocupação com a possibilidade de o evento coincidir com a colheita do café, desorganizando-a.

Pouco antes da publicação do “Novo aviso”, como citado, *O Cachoeirano* se pronunciou, exigindo medidas dos governantes para limitar a movimentação dos futuros libertos quando a escravidão fosse abolida. Além disso, durante todo o período, procurou animar os lavradores a controlarem a situação, adiantando-se ao Governo. Dessa forma, não causa estranheza a publicação de um regulamento – ou acordo entre os fazendeiros – que agia no sentido de limitar a liberdade dos ex-escravos. Afinal, a multa recaía sobre o lavrador, mas o foco era o liberto. Mais uma vez, portanto, se duvidava da sujeição voluntária ao trabalho nas fazendas, ou mais especificamente, aos antigos senhores.

*O Constitucional*, por sua vez, após o anúncio do programa do Gabinete de João Alfredo, passou a seguir a tendência, semelhante ao periódico concorrente, de louvar as iniciativas que visavam a se antecipar à solução da emancipação, no intuito de garantir a mão de obra dos futuros libertos. Cabe destacar a publicação de medidas consideradas mais adequadas para a questão da mão de obra. Na edição do dia seis de maio de 1888, o órgão conservador apresentou, sob o título “Alforrias”, artigo informando que, três dias antes, o Dr. Seabra, rico proprietário da Fazenda Morro Grande, concedera liberdade incondicional aos escravos Simplício e Davi, que exerciam as funções de pajem e de capataz. Na mesma ocasião, teria declarado aos demais escravos que ficariam livres no dia primeiro de janeiro de 1889, mas que desde

---

<sup>328</sup> CARVALHO, 1998.

<sup>329</sup> CARVALHO, 1998, p. 62-63.

aquele momento receberiam salário proporcional às suas atividades. O jornal enaltecia o procedimento como digno de imitação pelos agricultores, pois o salário seria um estímulo para nobilitar o trabalho e tornar os libertos “adstritos” à propriedade e à lavoura que criaram. Não se tratava, portanto, de uma mudança radical. Para O *Constitucional* e para aqueles senhores convertidos de última hora, a liberdade não se afigurava como um direito dos escravizados, mas como medida para a domesticação da força de trabalho.

O elogio ao Dr. Seabra indica que, às vésperas da abolição, mesmo os senhores com condições financeiras para remunerar os trabalhadores permaneciam apegados à instituição. Mais interessante ainda é o restante da narrativa sobre a iniciativa do fazendeiro, que ilumina importante característica regional.

O nosso amigo ao comunicar aos seus escravos a sua intenção fez-lhes ver que o governo tratava da extinção imediata da escravidão e que talvez antes do prazo que ele marcara ficariam libertos, acrescentando que se quisessem continuar na fazenda, *onde muitos nasceram e outros se criaram* estava pronto a lhes dar salário remunerador ou parceria. Os escravos mostraram-se satisfeitos com as palavras de seu senhor e prometeram não abandoná-lo no dia em que lhes fosse restituída a liberdade.<sup>330</sup> [grifo nosso]

No cenário de intensificação das discussões a respeito do fim da escravidão, o fazendeiro oferecia salário aos escravos e fazia promessas de acordos mais vantajosos para quando fossem livres, todavia não parecia depositar sua confiança unicamente nessas medidas. O depoimento pode ser lido como o reconhecimento das relações tecidas pelos indivíduos escravizados que nasceram ou se criaram na fazenda. Conforme discutido anteriormente, a família escrava foi fundamental para a reprodução da escravidão no Espírito Santo, inclusive na região das grandes propriedades cafeicultoras de Cachoeiro de Itapemirim. Evidentemente, a família guardava significados próprios para os escravizados, mas que deveriam ser percebidos pelos senhores, como mostra o exemplo do Dr. Seabra, que os indicou como elementos de ligação à fazenda.

Ao ter sua *liberdade restituída* – expressão que contraria toda a defesa da propriedade escrava feita pelo periódico até aquele momento – os cativos teriam permanecido nas terras onde construíram relações familiares e, possivelmente, comunitárias? Se há dúvidas sobre a satisfação dos escravos em relação à promessa do senhor, é

---

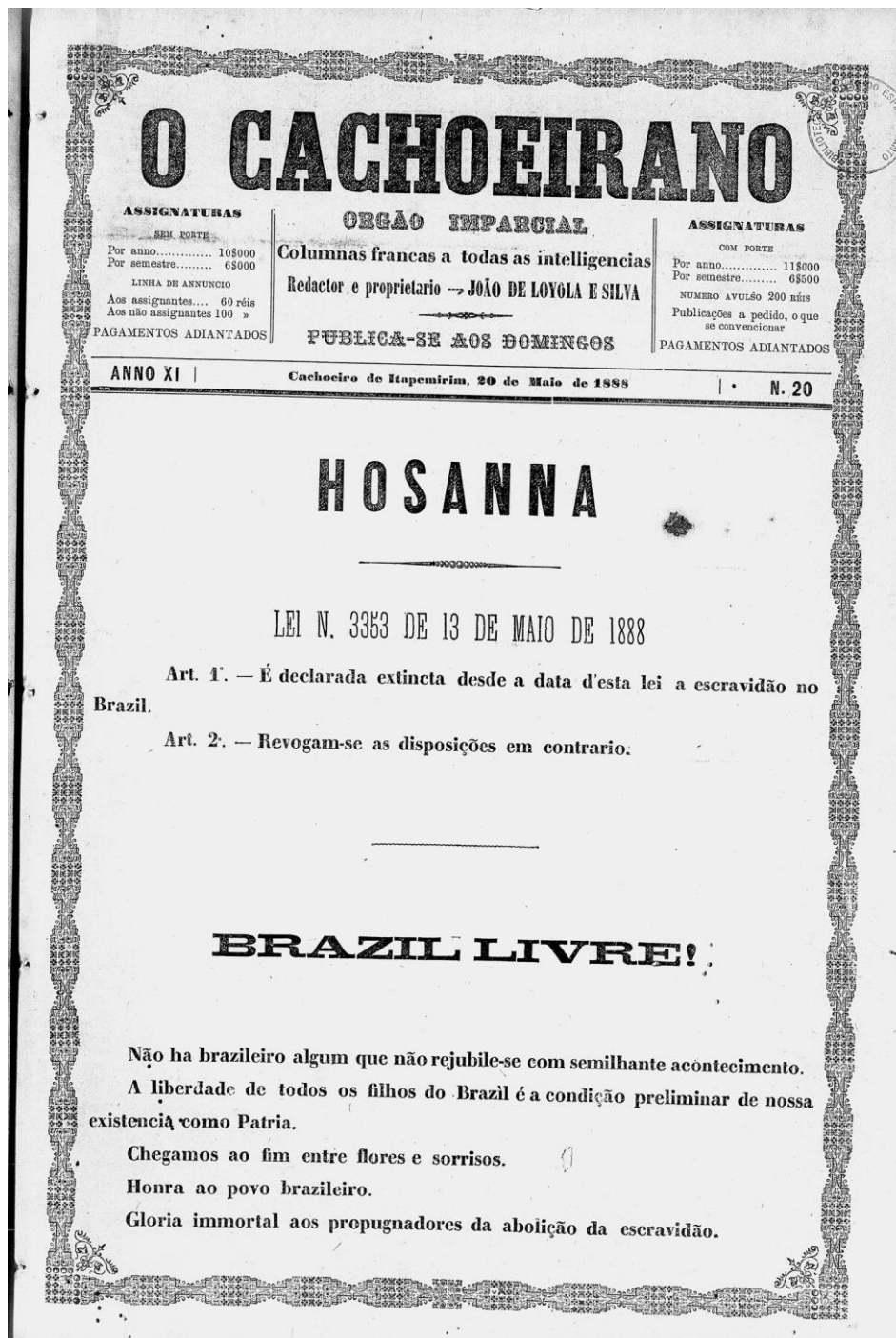
<sup>330</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 3, 6 de maio de 1888, p. 2.

necessário considerar a importância das famílias para as decisões tomadas pelos libertos no cenário do pós-abolição e para sua inserção social na “Pátria Livre”.

## 2. “O GRANDE DIA 13 DE MAIO” E OS “NOVOS CIDADÃOS” NOS JORNAIS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

### 2.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Figura 5 - Primeira página da edição comemorativa à Lei Áurea de *O Cachoeirano*



Fonte: O CACHOEIRANO, n. 20, de 20 de maio de 1888.



Figura 6 - Primeira página da edição comemorativa à Lei Áurea de *O Constitucional*

**O CONSTITUCIONAL**  
ORGÃO CONSERVADOR

JORNAL POLITICO, AGRICOLA E COMMERCIAL  
PUBLICA-SE UMA VEZ POR SEMANA

---

ANNO III

O CONSTITUCIONAL — Publicações  
semanaes  
Subserve-se a Rua  
do Coronel Xavier n. 2.  
Não se recebem assignaturas por  
meses de um anno.

Espirito-Santo Cachoeiro de Itapemirim,  
Domingo, 20 de Maio de 1888.

Os artigos que sejam ou não publicados, não serão restituídos

Assignatura annual 12\$000  
Anuncios por linha 100 réis.  
Escritorio — Rua C. Xavier n.  
Os pagamentos são feitos  
adiantados.

N. 5

---

25 DE SETEMBRO DE 1871

7 DE SETEMBRO DE 1881

  
**O CONSTITUCIONAL**  
SAUDA A NAÇÃO BRAZILEIRA  
SALVE, PATRIA LIVRE!  
HONRA E GLORIA' A S. M. O IMPERADOR.

LEI N. 3,353 DE 13 DE MAIO DE 1888.

**DECLARA EXTINCTA A ESCRAVIDÃO NO BRAZIL**

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber á todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a Lei seguinte:

**BIO BRANCO**

Art. 1.º — É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brazil.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

**J. ALFREDO**

A Sua Alteza Imperial Regente as benções dos redimidos e a gratidão nacional  
Ao Ministerio 10 de Marco os applausos do Paiz  
Aos cooperadores da abolição a lembrança eterna da patria

**EUZEBIO DE QUEIROZ**

25 DE SETEMBRO DE 1888

13 DE MAIO DE 1888

Fonte: O CONSTITUCIONAL, n. 5, de 20 de maio de 1888.

Conforme mencionado no capítulo anterior, as primeiras edições publicadas pelos principais jornais cachoeirenses após a promulgação da Lei Áurea foram especialmente dedicadas ao “glorioso ato da abolição” (figuras 5 e 6). Embora se notem algumas diferenças no que diz respeito aos personagens destacados, que serão aprofundadas nos números seguintes, é evidente a semelhança na recepção calorosa e festiva com a qual a Lei Áurea foi recebida pela imprensa de Cachoeiro de Itapemirim-ES que, desse modo, acompanhava a tendência observada em seus pares de outros lugares do país. A propósito, o dia no qual as edições especiais foram publicadas pel’ *O Cachoeirano* e pel’ *O Constitucional*, 20 de maio,<sup>1</sup> foi o último dia das festas oficiais programadas por alguns jornais da Corte.

A euforia das festas da abolição, contudo, não foi limitada à capital brasileira, tendo se espalhado pelas províncias e contagiado “boa parte do Império”, de acordo com Petrônio Domingues.<sup>2</sup> Segundo o historiador, o entusiasmo das comemorações do 13 de Maio expressou-se de diferentes maneiras e envolveu públicos também diversificados. De São Luís do Maranhão ao Rio Grande do Sul, bailes, caxambus, saraus, festivais, procissões, missas, batucadas, conferências públicas etc., animaram desde as últimas pessoas libertas até membros da elite.

Entre os “vivas” erguidos pelas pessoas que festejavam o acontecimento, muitos foram direcionados à imprensa por sua colaboração na campanha abolicionista. Diversos órgãos, além de serem lembrados, também estamparam em suas páginas as manifestações de júbilo pela promulgação da Lei Áurea.<sup>3</sup> Em lugares como o Rio de Janeiro, onde alguns jornais foram bastante atuantes no movimento abolicionista, alguns deles executaram a função de organizadores das festividades.<sup>4</sup> Os editores do *Jornal do Commercio*, da *Gazeta de Notícias* e do *Diário de Notícias* formaram uma comissão, que incluiu colaboradores de outros órgãos da imprensa, para organizar a programação oficial de comemoração pelo fim da escravidão. Eventos religiosos,

---

<sup>1</sup> É válido lembrar que, como a periodicidade era semanal e a notícia confirmando a assinatura da lei Áurea chegou à vila de Cachoeiro de Itapemirim apenas no dia 15 de maio, a edição especial só foi publicada uma semana após o evento. Cf. O CONSTITUCIONAL, n. 5, de 20 de maio de 1888.

<sup>2</sup> DOMINGUES, José Petrônio. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 19-48 – 2011.

<sup>3</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição. In: *Anais da XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis-SC, 27 a 31 de julho de 2015.

<sup>4</sup> MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. 2012. 325 f. Tese (doutorado) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

esportivos, literários e cívicos foram oferecidos “a fim de deixar marcado para aqueles que festejaram, assim como para as demais folhas, que a vitória sobre a escravidão foi resultado também da sua própria atuação na sociedade”.<sup>5</sup>

De acordo com Renata Figueiredo Moraes,<sup>6</sup> além de organizar os festejos oficiais, divulgá-los e comentá-los, a comissão organizadora produziu um jornal de edição única que seria publicado no dia seguinte ao último evento das comemorações oficiais. O *Imprensa Fluminense*, definido politicamente como neutro, reuniu textos de todos os integrantes da comissão sobre as festividades e, principalmente, a respeito dos efeitos e dos significados do 13 de Maio, procurando estabelecer os sentidos da nova lei e o que deveria ser marcado nas memórias de seus leitores. Ainda de acordo com Moraes, tanto as festas quanto o jornal comemorativo expressam o esforço da comissão da imprensa para construir uma mensagem homogênea sobre a nova data cívica:

Por estarem os festejos, de certa forma, ligados ao Império e à forma legal pela qual foi feita a abolição, não haveria, em pleno festejo, momentos para rememorar os anos de escravidão e nem a atitude do Imperador diante das pressões externas para esse fim. De certo modo, ao promoverem as festas, os homens da imprensa iniciaram um processo de arrumação da memória e também do esquecimento (lutas e sangue não precisavam ser recordados) do processo abolicionista, assim como para o estabelecimento dos heróis e dos fatos que levaram à abolição. O que deveria ser festejado a partir de 13 de maio era a vitória da forma legal contra a escravidão, sobre toda e qualquer outra forma bárbara que pudesse existir.<sup>7</sup>

O *Imprensa Fluminense* imprimiu 300 mil exemplares – número muito superior à soma da tiragem dos jornais integrantes da comissão organizadora – e sua venda ultrapassou os limites da Corte. É interessante destacar seu alcance já que ele se constituiu como um elemento importante para a elaboração da memória da abolição, indicando personagens e fatos a serem celebrados.<sup>8</sup> Importa recordar que os mesmos personagens foram homenageados de variadas formas durante as comemorações e seriam exaltados em outras províncias.<sup>9</sup>

Os dois periódicos de Cachoeiro de Itapemirim, que contemplam a proposta deste trabalho, não se afastaram dessa tendência. Parte de seu conteúdo, aliás, referia-se

---

<sup>5</sup> MORAES, 2012, p. 55.

<sup>6</sup> MORAES, 2012.

<sup>7</sup> MORAES, 2012, p. 55-56.

<sup>8</sup> MORAES, 2012.

<sup>9</sup> DOMINGUES, 2011.

às comemorações na Corte, contando com transcrições das matérias de outros jornais – prática já comum em ambos durante todo o período estudado. Essas edições apresentaram uma narrativa da abolição como um longo processo legal e pacífico, guiado por importantes figuras políticas do Império, incentivado pelos abolicionistas e cuja conclusão, “entre flores e sorrisos”, teria resultado na felicidade geral. Contudo, essa posição teria se mantido nos números posteriores? Como os personagens considerados responsáveis pela abolição aparecem no período após a celebração do 13 de Maio? As publicações relacionadas à abolição confirmaram as edições comemorativas, isto é, ajudaram a ratificar a memória da abolição nelas presentes ou teriam apresentado contradições? A disputa de narrativas insinuada na edição comemorativa seria intensificada após as festas? Haveria espaço naquelas páginas para a expressão dos libertos sobre o tema que lhes afetou diretamente?

Analisar as festas da abolição, conforme realizado por diversos pesquisadores, permite apreender a multiplicidade de sentidos e significados para os diferentes sujeitos que delas participaram. Como alerta Petrônio Domingues,<sup>10</sup> ex-escravos e descendentes forjaram não apenas formas específicas de realizar as celebrações do 13 de Maio, como também lhes atribuíram significados próprios de acordo com suas expectativas e motivações. As historiadoras Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas<sup>11</sup> reforçam a importância da celebração da Abolição no contexto da Primeira República, ressaltando seus significados políticos e culturais, que foram fundamentais para a discussão de possibilidades de cidadania e inclusão para a população negra.

Um dos primeiros atos do regime republicano, proclamado 18 meses após o fim da escravidão, foi estabelecer os dias de festas públicas, entre os quais estava o 13 de Maio. Todavia, a data foi classificada como o *dia da fraternidade entre os brasileiros*, sem fazer referência ao passado escravista ou às lutas que conduziram ao fim do sistema.<sup>12</sup> A decisão ressalta a batalha política e simbólica sobre a abolição, iniciada ainda durante a monarquia, aprofundada nos anos seguintes<sup>13</sup> e evidenciada por ocasião de seus aniversários. Sendo assim, embora a análise das festas seja fundamental, consideramos pertinente ultrapassar o momento da comemoração para

---

<sup>10</sup> DOMINGUES, 2011.

<sup>11</sup> ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Viana. É chegada a ocasião da “negrada bumbar”: comemorações da abolição, música e política na Primeira República. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.97-120, jan/jun 2011.

<sup>12</sup> MORAES, 2020.

<sup>13</sup> MORAES, 2012.

responder às questões propostas anteriormente. Afinal, seja no único aniversário da lei durante o Império, seja nos aniversários durante a República, o 13 de Maio foi comemorado como data cívica e, como já advertido, tais datas são propícias a um esforço de homogeneização e enquadramento da memória que, no caso da abolição, privilegiou a ideia da conquista legal e pacífica, tanto antes quanto depois da queda da monarquia, ainda que o peso dos personagens envolvidos tenha sofrido alteração. Contudo, sabemos que a unanimidade não existiu nem sequer durante as comemorações em 1888 quando parte da imprensa da Corte, representante dos interesses da lavoura, manifestou seu descontentamento com a resolução da questão servil, ou quando os próprios homens envolvidos com as celebrações oficiais repreenderam comemorações populares.<sup>14</sup> A suposta unanimidade é ainda mais questionada quando se comparam as publicações da imprensa sobre as festas, com outros tipos de fontes, como feito por Wlamyra Albuquerque. Utilizando documentação policial, a autora percebeu um crescimento de denúncias de confrontos e mortes, no imediato pós-abolição, envolvendo libertos que desafiavam o poder de ex-senhores, ou a rejeição destes à nova legislação.<sup>15</sup>

Na mais importante zona cafeeira do Espírito Santo, a posição dos jornais que testemunharam a desestruturação do regime escravista foi, no mínimo, ambígua a respeito da abolição antes de sua concretização, como visto no capítulo anterior, o que contrasta com seu entusiasmo nas edições comemorativas do evento. Em outras palavras, consideramos que, no caso proposto, uma análise limitada às comemorações da Lei Áurea ou aos seus aniversários não contempla a complexidade do processo de construção da memória da abolição, operada pela imprensa cachoeirense. O acompanhamento das edições posteriores ao 13 de Maio pode contrariar a unanimidade do tom comemorativo apresentado por ambos os periódicos em suas edições especiais e, desta forma, revelar as influências econômicas, sociais e políticas sobre a construção de suas narrativas. Como ressaltado por Albuquerque,

Colocar-se à frente do movimento, patrocinar e organizar comemorações foram tarefas que os abolicionistas de diferentes matizes assumiram com empenho. Concordemos em parte com eles: a tamanha vitória, há tanto almejada, deveria mesmo corresponder muita celebração. Mas, se escaparmos da comoção geral expressa publicamente sob confetes, bandas de música e estandartes, podemos nos ocupar da importância política que a

---

<sup>14</sup> MORAES, 2012.

<sup>15</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. "A vala comum da 'raça emancipada': abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In: *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.

construção das memórias do processo emancipacionista e da abolição tinha naquele contexto, mais ainda dos projetos gestados para o pós-abolição. No afã de constituir panteões e consagrar heróis e princesa, ficavam à mostra os lugares sociais reservados aos emancipados e as condições de cidadania previstas para o pós-abolição.<sup>16</sup>

Os jornais analisados, como dito antes, não foram abolicionistas convictos, tendo um deles ocupado uma posição ambígua, enquanto o outro esteve entre os convertidos às vésperas da aprovação da lei. Todavia, ambos compartilharam a disseminada ideia de felicidade geral pela abolição durante os festejos. Nesse contexto, a narrativa sobre a abolição, construída paulatinamente após o 13 de Maio, permite não apenas compreender as escolhas dos personagens celebrados, criticados ou ignorados, como, a partir disso, acessar os projetos pensados para os libertos e seus descendentes na “Pátria Livre”. Para alcançar esse objetivo, propõe-se analisar as edições de *O Cachoeirano* e de *O Constitucional* publicadas entre a Lei Áurea e seu décimo aniversário.

A divisão do capítulo levou em conta a agitação do período em pauta, marcado por mudanças significativas no sistema político. Assim, a primeira seção começará com a abolição da escravidão e se encerrará na edição anterior à Proclamação da República. A segunda seção contemplará os primeiros oito anos do regime republicano que, no Espírito Santo, coincidiram com a fase final da imigração europeia subvencionada pelo Estado.

## 2.2 AS NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO NA IMPRENSA CACHOEIRENSE

As edições de *O Cachoeirano* e de *O Constitucional*, dedicadas à comemoração da Lei Áurea, contrastam de forma significativa com aquelas tendências observadas em ambos os periódicos nos últimos anos do regime escravista, como visto no primeiro capítulo.

O tom comemorativo, as afirmações sobre a felicidade geral, a dispensa da indenização por conta da suposta generosidade da alma brasileira, não foram observadas nas publicações realizadas pelos dois veículos de imprensa nos anos anteriores, especialmente no órgão conservador. Assim, a análise restrita a essas

---

<sup>16</sup> ALBUQUERQUE, 2010, p. 94.

edições especiais não parece suficiente para determinar se o contraste seria temporário ou algo permanente. Mudanças radicais, como a “conversão” tardia de escravistas à bandeira abolicionista, foram observadas e denunciadas pela imprensa em diversos lugares do império.<sup>17</sup> Teria ocorrido o mesmo com os jornais de Cachoeiro de Itapemirim ou teria havido uma alteração de suas posições com o desvio do foco da grande lavoura para a genuína e exclusiva celebração das vantagens de uma “Pátria Livre”? A análise das edições especiais em conjunto com aquelas posteriores, que estendemos até a queda da monarquia, permite observar a disputa de narrativas sobre a abolição e indagar se as tendências políticas e econômicas dos dois principais órgãos da imprensa cachoeirense mudaram radicalmente em relação ao período de vigência da escravidão ou se elas foram uma exceção, apenas uma tentativa de arrumação da memória com inspirações externas e efêmeras.

A figura 7 expõe as manifestações dos periódicos analisados, referentes ao tema da abolição, isto é, todos os editoriais, notícias e contribuições dos leitores, diretamente relacionados a esse tema no recorte cronológico estabelecido. Ressaltamos que a pesquisa abrangeu o número total de edições disponibilizadas pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de ambos os jornais desde a primeira edição após a Lei Áurea até a edição anterior à Proclamação da República, em novembro de 1889. Em outras palavras, a análise considerou a quase totalidade das edições, tendo em vista que, no recorte adotado, apenas quatro delas não estão disponíveis para *O Constitucional* e apenas uma para *O Cachoeirano*.

Figura 7 - A Abolição nos periódicos de Cachoeiro de Itapemirim-ES (1888-1889)

	O CACHOEIRANO	O CONSTITUCIONAL
1888	31 edições	31 edições
	80,6% ed. (51 p.)	96,7% ed. (103 p.)
1889	47 edições	41 edições
	44,4% ed. (30 p.)	40% ed. (20 p.)

Fonte: O CACHOEIRANO e O CONSTITUCIONAL.

Obs.: Ed. = Edição (es); p. = publicação (s).

<sup>17</sup> MORAES, Renata Figueiredo. Os diferentes 13 de maio. História, memória e festa da abolição. In: *OPIS*, vol. 7, n. 9, jul-dez 2007. p. 220.

Considerando o percentual<sup>18</sup> de edições que abordaram o tema, a diferença entre os dois periódicos parece moderada: no ano da abolição, foi de 16,1%; no ano seguinte foi ainda menor, reduzindo para 4,4%. Todavia, se observarmos que *O Constitucional* abordou a abolição em quase todas as suas edições em 1888, e que o número de itens foi mais do que o dobro de seu concorrente, o contraste fica mais evidente. Essa percepção é reforçada por um dado que não está disponível na figura 7, mas interessa ser ressaltado. Na edição comemorativa de 20 de maio de 1888, *O Cachoeirano* publicou cinco itens a respeito do tema, incluindo a primeira página, editorial e notícias. Enquanto isso, o jornal conservador dedicou o número quase integralmente ao assunto. Ao todo, foram 12 itens que ocuparam suas páginas com diversas notícias, além do editorial e da primeira página, relatando as comemorações locais, nacionais e até internacionais do “glorioso ato de 13 de maio”, bem como outros assuntos a ele relacionados. O conteúdo das duas edições comemorativas foi bastante parecido, destacando-se seu tom festivo, que procurava enfatizar a felicidade geral dos brasileiros, elogiar os responsáveis pela abolição, aconselhar os antigos senhores sobre a nova situação e manifestar as expectativas em relação aos novos cidadãos. Essas semelhanças, porém, não escondem que também houve o estabelecimento de diferenças importantes entre os dois periódicos em relação às narrativas sobre a abolição imediatamente após sua ocorrência. Se havia concordância quanto ao viés comemorativo das publicações, sua intensidade e os personagens destacados (ou seus papéis) divergiram significativamente. Nos meses seguintes, essas diferenças seriam intensificadas, o que requer uma análise mais detalhada. Nesse sentido, a figura a seguir apresenta as publicações sobre o tema, organizadas em categorias significativas.

Figura 8 - A abolição nos jornais de Cachoeiro de Itapemirim-ES por categorias (1888-1889)

	O Cachoeirano (31 edições)	O Constitucional (31 edições)	O Cachoeirano (45 edições)	O Constitucional (40 edições)
Categorias	1888		1889	

<sup>18</sup> O percentual apresentado nesta figura e na próxima foi obtido a partir da proporção de edições de cada ano, que continham pelo menos uma publicação sobre o tema (ou da categoria). Para exemplificar: no ano de 1888 foram pesquisadas 31 edições do jornal *O Constitucional*; dentro desse total, 30 edições (96,7%) mencionavam o tema em pelo menos uma publicação. Optei por apresentar entre parênteses o total de publicações para dimensionar a ênfase dada pela edição a determinados assuntos.



Agradecimentos à Monarquia e/ou ao Gabinete 10 de Março	3,2% ed. (1 p.)	22,6% ed. (14 p.)	-	2,4% ed. (1 p.)
Agradecimento aos abolicionistas	12,9% ed. (5 p.)	9,7% ed. (7 p.)	8,9% ed. (4 p.)	2,4% ed. (1 p.)
Agradecimento ao povo	12,9% ed. (6 p.)	6,4% ed. (2 p.)	6,6% ed. (3 p.)	2,4% ed. (1 p.)
Comemoração	12,9% ed. (7 p.)	22,6% ed. (30 p.)	6,6% ed. (3 p.)	-
Culpabilização da Monarquia	41,9% ed. (19 p.)	-	17,7% ed. (10 p.)	-
Culpabilização do Gabinete	25,8% ed. (12 p.)	-	4,4% ed. (2 p.)	-
Culpabilização dos escravos	-	3,22% ed. (1 p.)	-	-
Elogio / Visão positiva	16,2% ed. (9 p.)	58% ed. (53 p.)	8,9% ed. (4 p.)	30% ed. (12 p.)
Crítica / visão negativa	67,7% ed. (35 p.)	25,8% ed. (8 p.)	22,2% ed. (11 p.)	19,5% ed. (8 p.)
Conselhos aos ex-escravos	-	6,4% ed. (3 p.)	2,2% ed. (1 p.)	-
Conselhos aos ex-senhores	19,3% ed. (6 p.)	41,9% ed. (18 p.)	-	2,4% ed. (1 p.)
Assistência aos ex-escravos	19,3% ed. (7 p.)	-	-	-
Assistência aos ex-senhores	54,8% ed. (26 p.)	61,3% ed. (22 p.)	4,4% ed. (2 p.)	14,6% ed. (6 p.)
Ingratidão dos ex-escravos	9,7% ed. (3 p.)	9,7% ed. (3 p.)	6,6% ed. (3 p.)	-

Fontes: O CACHOEIRANO e O CONSTITUCIONAL.

Obs.: Ed. = Edição (es); p. = publicação (s).

A figura 8 evidencia a concordância dos dois periódicos com a narrativa da imprensa de outras províncias, especialmente da Corte, a respeito dos principais personagens

relacionados à abolição:<sup>19</sup> a monarquia e o gabinete 10 de março, intimamente relacionados nos discursos; os abolicionistas; e o povo. Todavia, nota-se que a valorização do lugar ocupado por esses personagens foi variável e conflitante, o que levanta suspeitas sobre a recepção local da Lei apenas entre “flores e sorrisos” e, assim, denuncia o trabalho de enquadramento da memória na edição especial. Essa afirmação é fortalecida quando consideramos o contexto mais amplo, isto é, quando colocamos em perspectiva o tema “abolição” em relação a outros, direta ou indiretamente a ele relacionados pelos periódicos após o 13 de Maio, ou nos últimos anos da escravidão.

Figura 9 - Temas relacionados à abolição nos periódicos *O Cachoeirano* e *O Constitucional* (1888-1889)

Temas	O Cachoeirano 31 edições	O Constitucional 31 edições	O Cachoeirano 47 edições	O Constitucional 41 edições
	1888		1889	
Abolição	80,6% ed. (51 p.)	96,7 % ed. (103 p.)	48,9% ed. (30 p.)	43,9% ed. (21 p.)
Crise na lavoura / Desorganização do trabalho	61,3% ed. (34 p.)	80,6 % ed. (37 p.)	14,9% ed. (9 p.)	46,3% ed. (29 p.)
Indenização	22,6% ed. (7 p.)	35,5% ed. (13 p.)	-	9,7% ed. (5 p.)
Libertos	77,4% ed. (45 p.)	48,38% ed. (31 p.)	46,8% ed. (32 p.)	14,6% (9 p.)
Vadiagem	35,5% ed. (12 p.)	9,67% ed. (3 p.)	4,2% ed. (2 p.)	4,9% ed. (2 p.)
Imigração	80,6% ed. (75 p.)	90,3 % ed. (87 p.)	48,9% ed. (33 p.)	75,6% ed. (59 p.)

Fonte: O CACHOEIRANO e O CONSTITUCIONAL.

Obs.: Ed. = Edição (es); p. = publicação (s).

<sup>19</sup> MORAES, 2012.

Ao longo deste tópico e do próximo, retomaremos aos assuntos desta figura. No momento, ela importa para dar contexto à discussão sobre os personagens destacados pelos periódicos como os responsáveis pela abolição.

Como observado nos dados da figura 8, *O Constitucional* enfatizou os agradecimentos e elogios à Princesa Imperial Regente, ao Imperador D. Pedro II e ao Gabinete liderado por João Alfredo, pelo “glorioso ato da abolição”, em várias edições, especialmente no ano de 1888. Enquanto isso, *O Cachoeirano* realizou homenagem a tais personagens apenas uma vez na edição comemorativa. A partir daí, eles apareceram relacionados ao evento, porém não de forma elogiosa. Em oposição ao que fez o jornal conservador, o periódico de tendência republicana passa a culpá-los pelo desfecho da questão servil, que teria colocado em perigo a lavoura, que considerava ser o sustentáculo da economia local e nacional – motivo pelo qual as observações sobre a crise na lavoura e/ou a desorganização do trabalho, tratadas de forma conjunta, aparecem com tanta frequência naquele período (Figura 9). É preciso deixar claro que não se trata de oposição à abolição, uma vez que se evitava a crítica direta ao ato. Em alguma medida, a abolição aparece elogiada em ambos os periódicos, que a relacionavam ao progresso e a apontavam como o último obstáculo que impedia o desenvolvimento do país. Opinião, aliás, compatível com os demais jornais defensores da abolição e até mesmo com o órgão responsável naquele momento por escrever a história no país, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conforme defendido por Renata Moraes.<sup>20</sup> Todavia, é necessário enfatizar que o periódico que mais se aproximou da campanha abolicionista em Cachoeiro de Itapemirim assumiu uma postura predominantemente crítica em relação à forma do evento, poucas semanas após sua ocorrência. Sua indignação foi tão grande que chegou a indicar a leitura de outros periódicos que discutiram a questão da indenização, ainda que afirmasse sua posição contrária por questão de princípio – motivo pelo qual ela está ausente de suas páginas nos anos finais da escravidão – e por considerar que a lavoura seria ainda mais prejudicada, porque teria ela mesma que arcar com esse pagamento.

Em uma série de artigos intitulada “A nova bandeira”, publicada na primeira página do periódico a partir de três de junho, *O Cachoeirano* procurou esclarecer sua visão sobre o evento, oferecer conselhos à sociedade sobre os caminhos que deveriam ser

---

<sup>20</sup> MORAES, 2007.

percorridos a partir de então, indicar as melhores formas de ajudar a lavoura e ressaltar sua visão a respeito do desfecho da questão servil. No artigo de estreia, isso fica evidente por meio da lembrança da própria contribuição, da exaltação do Partido Liberal na luta abolicionista e dos propagandistas de forma geral. Contudo, se nessa edição houve crítica à “instituição vil, legado bárbaro da metrópole”, a partir do segundo artigo da série, o tom se modifica:

Já censuramos a precipitação havida na promulgação da lei, já desnudamos a incoerência de princípios dos partidos militantes; e já apontamos a ineficácia da lei ante o estado atual do país [...].

Com efeito sem o menor aviso prévio, sem que qualquer providência fosse tomada – a abolição da escravatura fez-se. [...] A lei afeta ao progresso do país porque os nossos legisladores e o nosso governo de nada cuidaram senão da lei, de modo que as medidas preparatórias ficaram no olvido, pela pressa de adquirirem jus às glorificações nacionais e estrangeiras.<sup>21</sup>

O suposto desejo pelas “glorificações nacionais e estrangeiras” era uma acusação realizada antes do 13 de Maio aos abolicionistas e à família imperial, sendo comum até o final do ano de 1887 no jornal conservador local. Entretanto, a partir da série “A nova bandeira”, *O Cachoeirano* passa a empregá-la para criticar o partido no poder, ou seja, o Conservador. Defendendo que a “grandiosa medida foi uma surpresa, inclusive mesmo para os abolicionistas intransigentes, talvez mesmo para o próprio ministério que a levou avante”,<sup>22</sup> o periódico se opunha à narrativa do concorrente que, seguindo a tendência da Imprensa na Corte, favorável à abolição, procurou explicá-la como resultado de um longo processo legal, que teria se iniciado em 1831 com a proibição do tráfico, passado pela Lei do Ventre Livre, em 1871, e pela Lei dos Sexagenários, em 1885, conforme destacado na primeira página de sua edição comemorativa. Em seu trabalho de enquadramento da memória, *O Constitucional* não recordou o desrespeito flagrante à proibição do tráfico, em 1831; a insistência nesse comércio mesmo após a Lei Eusébio de Queirós;<sup>23</sup> a oposição dos deputados capixabas à libertação do ventre das escravas; a resistência dos senhores ao movimento abolicionista e à legislação.

A crítica de *O Cachoeirano*, portanto, se inicia com foco no Gabinete comandado pelo Partido Conservador, que estando no poder, aprovou uma legislação que seria

<sup>21</sup> O CACHOEIRANO, n. 24, de 17 de junho de 1888, p. 1.

<sup>22</sup> O CACHOEIRANO, n. 23, de 10 de junho de 1888, p. 1.

<sup>23</sup> O Espírito Santo foi uma das últimas províncias do Império Brasileiro a receber africanos de forma ilegal após 1850. O porto de desembarque ficava na região sul, onde desenvolveu-se Cachoeiro de Itapemirim. Cf. MACHADO, 2019.

bandeira do partido de oposição e, mais grave, de forma “atropelada, sem franqueza”, sem tomar medidas correlativas que amparassem os lavradores e os “cidadãos de 13 de maio”. Contudo, como se nota na figura 8, o personagem mais criticado pelo periódico não foi o gabinete de 10 de março.

Após declarar-se como órgão republicano, em 29 de julho de 1888, *O Cachoeirano* iniciou a publicação de uma série intitulada “A nova phase”, escrita pelo correligionário Afonso Cláudio de Freitas Rosa, um dos mais proeminentes abolicionistas do Espírito Santo. O autor, que viria a ser o primeiro presidente do Estado após o advento da República, procurava refutar os comentários sobre a conversão de ex-senhores ao movimento republicano por despeito ou interesse em indenização, bem como defender o regime republicano como único caminho possível diante da traição da monarquia. Redirecionava-se, assim, a crítica ao Partido Conservador ou ao Governo de João Alfredo para o sistema monárquico. De acordo com Afonso Cláudio, “à monarquia cabe todo o peso de responsabilidade que deriva da extinção da escravidão sem outra instituição mais adequada às luzes do tempo que a substituísse desde logo”; de forma especial, seria culpada a Princesa Isabel, já que enquanto os ministros falavam em prazos e aparelhamento da lavoura, ela se reservava “ruminando a surpresa com que devia ganhar celebridade e garantir-se no trono.”<sup>24</sup> Isso não quer dizer que o Gabinete conservador foi poupado, todavia apareceu n’*O Cachoeirano* a partir daí como objeto de manipulação da Coroa que, ao final, agiria em benefício próprio, desrespeitando as normas do jogo político.

É importante ressaltar que não se defende uma correlação direta entre a abolição da escravidão e o movimento republicano local. Como já demonstrado por Karulliny Siqueira,<sup>25</sup> o republicanismo no Espírito Santo é anterior à abolição e se fundamenta em questões não relacionadas à escravidão. Entretanto, é inegável que os líderes do republicanismo em Cachoeiro de Itapemirim e correligionários de outras partes da província souberam explorar a abolição em benefício de seu movimento. O trecho destacado evidencia essa estratégia e ressalta uma característica fundamental de seu abolicionismo, que permite compreender seu posicionamento crítico frente à “precipitação da lei”.

---

<sup>24</sup> O CACHOEIRANO, n. 33, de 12 de agosto de 1888, p. 1.

<sup>25</sup> SIQUEIRA, 2016.

O movimento abolicionista capixaba não ultrapassou a fase legalista, conforme discutido no capítulo anterior. Filho e neto de fazendeiros escravistas, formado em Direito, Afonso Claudio representa perfeitamente aquela categoria de abolicionistas do Espírito Santo que defenderam o fim da escravidão, porém de forma que não prejudicasse os interesses privados. Sua visão jusnaturalista e legalista<sup>26</sup> predominou em sua militância na causa abolicionista e não seria abandonada após o 13 de Maio. Dessa forma, é compreensível seu posicionamento sobre o assunto na série “A nova phase” iniciada no primeiro número do periódico após se declarar como republicano:

A lavoura sabia que o escravo não era perpétuo; mas em face de tão momentoso problema, tomou deliberações que se fossem secundadas pelo governo trariam prosperidade ao país. Não exigia impossíveis; o que a lavoura pedia era que lhe garantissem o trabalho por meio de medidas repressivas da vagabundagem, pelo suprimento de capitais que auxiliassem o aproveitamento das colheitas [...] pela sábia previsão das coisas, de modo que fossemos um país de homens livres, mas não precisássemos pedir a Europa capitais e braços como verdadeiramente mendigos que ficamos sendo. O que em suma a lavoura pedia era que a liberdade fosse garantia de trabalho e não passaporte para a miséria.

Os pérfidos fingiram que nada entenderam e depois de desfechado o golpe na pior ocasião – a da colheita – contentam-se em dizer – o melhor que a lavoura faz é vir hipotecar-se de acordo com o novo projeto [...].

A lei de 13 de maio foi saudada com vivos entusiasmos, é certo; mas ninguém houve que não se sentisse em perigo quando as medidas complementares prometidas pelo governo e reclamadas pela nação, deixaram de acompanhar a lei redentora, suspendendo-se de chofre a vida da propriedade, como a circulação do sangue do corpo. E pensaram que tudo isso se faria impunemente [...].

Não, a lavoura procedeu com critério e a do Espírito Santo devia ser solidária com a das três grandes províncias [SP, RJ e MG], imitando-lhe o exemplo honroso, porque há um inimigo comum a combater – a monarquia – e para tanto é mister a concentração e esforço coletivo tendo um único fim: destruí-lo.<sup>27</sup>

A posição de Afonso Cláudio foi, portanto, coerente com a observada no periódico republicano: saudou-se a abolição, cuja bandeira fora levantada antes do 13 de Maio, mas com críticas ao governo pela ausência de medidas complementares, que evidenciavam sua grande preocupação com a lavoura, especialmente a que produzia o principal produto de exportação da província, o café. Os dados da figura 8 são claros a esse respeito, ao exibir a diferença substancial entre as publicações que demonstraram preocupações com a assistência aos ex-escravos e aos ex-senhores. Enquanto *O Constitucional* não fez nenhuma publicação sobre as necessidades materiais ou “morais” dos libertos após a abolição, *O Cachoeirano* não as ignorou

<sup>26</sup> CAMPOS, 2000.

<sup>27</sup> O CACHOEIRANO, n. 32, de 5 de agosto de 1888, p. 2.

completamente. No entanto, é preciso reconhecer que ao longo do ano de 1888 foram apenas 19,3% das edições que manifestaram alguma preocupação com a assistência aos “novos cidadãos”. No ano de 1889 não se encontrou nenhuma nessa categoria. Vale ressaltar que a figura 9 apresenta um número maior de publicações sobre os libertos, uma vez que inclui assuntos mais diversificados que a assistência a eles no período do pós-abolição, como sua participação nas celebrações do 13 de Maio; protestos contra sua suposta sedução e contra sua autonomia; a violência no tratamento por autoridades e empregadores; a perseguição por ex-senhores que não aceitavam seu “abandono”; seu suposto envolvimento em crimes; a oficialização de uniões matrimoniais; discussões sobre sua falta de confiabilidade; sua suposta incapacidade de transformação em trabalhadores livres; sua alegada dedicação ao ócio e aos divertimentos; a decepção causada aos seus “defensores”; alegação de usos políticos dos libertos pelos monarquistas, como a guarda negra, ou sua conversão ao republicanismo; entre outros assuntos diversos.

As limitadas publicações sobre a assistência aos libertos, portanto, nos ajudam a entender o contexto vivido nos primeiros anos após a abolição no sul do Espírito Santo e o lugar pensado para eles, mas não causam surpresa. Na verdade, como já alertou José Murilo de Carvalho, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos logo após o fim da escravidão, no Brasil “foram poucas as vozes que insistiram na necessidade de assistir os libertos, dando-lhes educação e emprego”,<sup>28</sup> o que os obrigou a enfrentar sozinhos os desafios da conjuntura.<sup>29</sup>

Logo após o 13 de Maio, no período em que predominou o clima de celebração da vitória, para a qual se reivindicava a própria contribuição e, portanto, uma visão otimista em relação à abolição, *O Cachoeirano* explicitou os desafios da nova fase e ofereceu propostas para superá-los, bem como incentivou seu público através de notícias e artigos elogiosos aos lavradores que adotavam suas sugestões, como a abertura de aulas noturnas para os ex-escravos. Naquele momento, então, houve

---

<sup>28</sup> CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 52.

<sup>29</sup> Após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, durante a qual ocorreu a abolição da escravidão, foi implantado o Freedmen’s Bureau, por meio do qual o Governo buscou a inclusão da população negra por meio de educação, distribuição de terras, alistamento eleitoral no período conhecido como Reconstrução. Em 1872, a instituição foi encerrada. Cf. CARVALHO, 2008b, p. 52; XAVIER, Matheus Carletti. *The freedmen’s bureau e a ampliação da cidadania nos Estados Unidos (1865-1872)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. Mariana, 2016.

espaço para reconhecer a necessidade de “leis correlativas à lei nº 3.353, amparando os cidadãos de 13 de maio, que foram gastos no trabalho escravizado e que hoje só podem servir de trambolhos aos proprietários rurais” uma vez que, em sua opinião, eles não haviam sido libertos apenas da escravidão, mas também “de todos os recursos, quer materiais quer morais”.<sup>30</sup> Tal posição apareceu nas quatro primeiras edições após a abolição e em outras duas no final do ano nas quais se defendeu a assimilação dos ex-escravos à sociedade sob a tutela das elites; a instrução dos libertos e descendentes; uma nova forma de tratamento dos trabalhadores libertos; o cuidado com os “ex-ingênuos” para evitar sua escravização pelos tutores; a equiparação das vantagens oferecidas aos imigrantes e nacionais. Na edição comemorativa, o periódico havia afirmado que:

Cumpra a nós que tudo negamos aos atuais libertos, tudo ensinar-lhes e moralmente libertarmos-nos de todas as culpas em que incorremos para atualidade das coisas. [...]

Extinto o escravo, por honra nossa, não está extinta a lavoura; ela tende a aumentar e progredir. Não será atualmente o elemento antagônico que nela trabalhará, será o elemento consciente que pretenderá haurir da terra tudo o que ela puder dar para maiores proventos obter. Aos novos cidadãos, que para constituição de nossa pátria têm concorrido com o trabalho e com o sangue, é preciso facilitar a sua livre assimilação a essa pátria, a qual foram violentamente anexados pelos nossos antepassados. [...]

Dessa qualidade [“submissão espontânea” aos “superiores”], que só o egoísmo pode desconhecer no africano, resulta a possibilidade de constituir livremente os trabalhadores rurais em estabelecimentos agrícolas, com uma disciplina menos severa do que a dos nossos exércitos de terra e mar, desde que nesses estabelecimentos eles encontrarem as doçuras de uma civilização cujos amargores até hoje só tem provado.

Ensinemos e não exploremos.<sup>31</sup>

É interessante observar que nem mesmo nas poucas publicações em que se consideraram as necessidades dos libertos esteve ausente a preocupação central com a lavoura. Mais do que reconhecer a exploração sobre os antigos escravos, *O Cachoeirano* procurou acalmar e aconselhar os lavradores sobre a nova situação, lembrando-lhes a contribuição dos libertos para o engrandecimento da pátria e indicando-lhes os melhores caminhos para sua assimilação e disciplina para o benefício de todos. A assimilação da “raça redimida”, útil até aquele momento, permitiria a “libertação” da “raça redentora” e “civilizada”, ou seja, o alívio moral em relação à culpa pela escravização. Além disso, permitiria a continuidade de sua exploração a partir de duas medidas: a instrução e o trabalho.

<sup>30</sup> O CACHOEIRANO, n. 23, de 10 de junho de 1888, p. 1.

<sup>31</sup> O CACHOEIRANO, n. 5, de 20 de maio de 1888, p. 2.



Em outra publicação, na qual o periódico manifestou a suspeita de que muitos senhores estariam se apresentando para serem tutores de “ex-ingênuos” com a intenção de instituir uma “segunda escravidão”, reforçaria sua perspectiva:

Conhecemos que o trabalho é necessário, que o trabalho nobilita o homem, que a ociosidade acarreta muitos vícios, torpezas e crimes hediondos, mas essas crianças, à par com o trabalho, precisam receber educação e instrução para que esqueçam-se dos transe porque passaram seus progenitores e inspirem-se nos verdadeiros deveres de cidadãos.<sup>32</sup>

Deve-se reconhecer que há uma preocupação com a escravização dos “filhos da lei Rio Branco”<sup>33</sup> por lavradores inconformados com o fim da escravidão, no entanto, isso não diminuiu a atenção do periódico com a disponibilidade de mão de obra para a lavoura. Aliás, ser contra a escravização e a “exploração” não significava ser contra a imposição de certa “disciplina” aos libertos e seus descendentes, pois assim como na citação anterior, houve manifestação sobre o assunto, intimamente relacionado à sua proposta de educação. Nesse caso, defendeu-se a criação de “tribunais correcionais e leis severas para a repressão da vagabundagem; [pois] qualquer delas prestará ao país serviços de imenso valor, impedindo o contágio do vício e aumentando o trabalho rural e urbano”.<sup>34</sup> Na repressão ao que foi chamado pelo periódico de “vagabundagem”, as mulheres receberam um lugar específico, uma vez que eram diretamente relacionadas aos serviços domésticos. Assim, em setembro de 1889, os editores d’*O Cachoeirano* explicavam a situação e recomendavam às autoridades a adoção de medidas de controle especialmente para elas:

Vai mal, muito mal o serviço de criadagem nesta Vila. Ao passo que os casebres, especialmente os das proximidades da rua de S. João, enchem-se de mulheres libertas pela lei de 13 de maio, vivendo em pleno ócio e formando zungús em que a moralidade é completamente desprezada, não há quase uma só casa de família que não se ressinta da necessidade de uma alugada. Andam aos magotes pelas ruas em patente vagabundagem e quando se fala em aluguel ficam ainda insultadas. De noite formam zungús dos quais pode ainda resultar alguma cena desagradável; de dia, aglomeram-se nos portos de lavagens de roupa interrompendo até o trabalho das poucas que ainda se aplicam a ele.

Em alguns lugares as autoridades competentes têm obrigado essa gente ao trabalho e ao emprego submetendo-a ao dever de apresentarem cadernetas, com atestados sobre sua conduta, dos proprietários ou gerentes das casas em que tenham servido.

<sup>32</sup> O CACHOEIRANO, n. 21, de 27 de maio de 1888, p. 1.

<sup>33</sup> “Filhos da lei Rio Branco” ou “ex-ingênuos” são expressões encontradas nos periódicos para se referir aos filhos das mulheres escravas, nascidos após a promulgação da Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871 que, entre outras coisas, determinou que as crianças nascidas de ventre escravo a partir daquela data seriam ingênuas. O assunto já foi trabalhado no capítulo anterior. A lei completa está disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 03 de abril de 2020.

<sup>34</sup> O CACHOEIRANO, n. 21, de 27 de maio de 1888, p. 1.

É o único meio de reprimir a vadiagem. Assim prestam as autoridades serviço à sociedade e aos vadios.<sup>35</sup>

As medidas recomendadas às autoridades para reprimir os libertos e libertas, conduzindo-os ao tipo de trabalho desejável pela sociedade livre, não foram as únicas sugestões nesse sentido de controle daquela população. Afinal, se o “ensino controla os instintos” e é útil para esquecer o passado, e suficiente para libertar-se de todas as culpas pela escravização, ele também prestar-se-ia ao controle da mão de obra, indicando o tipo de assimilação pensada para os ex-escravos e seus descendentes. Sua visão sobre aqueles sujeitos, portanto, não se diferenciava do pensamento de escravocratas, mas também de emancipacionistas, que há muito manifestavam sua preocupação com a dedicação espontânea ao trabalho por parte dos libertos.<sup>36</sup> Ademais, a preocupação com o trabalho – evidente nas páginas de *O Cachoeirano* – mesmo por parte de abolicionistas, aumentou à medida que as comemorações pela Abolição diminuíram, indicativo de que “a liberdade então concedida não abria mão do exercício de autoridade e da tutela sobre estes novos cidadãos, ou melhor, quase cidadãos”, como verificado por Wlamyra Albuquerque para a Bahia.<sup>37</sup>

Os aconselhamentos direcionados aos libertos pel’ *O Cachoeirano*, bem como a manifestação sobre sua alegada ingratidão, presentes em ambos os periódicos analisados, reforçam a afirmação sobre o tipo de assimilação desejada, dos projetos de sociedade pensados para depois do 13 de Maio. Como exemplo, pode-se citar o artigo intitulado “Efeitos da abolição” publicado em julho de 1888 pelo periódico republicano. Em tom de indignação, o articulista lembrava aos leitores que o coronel Joaquim Gomes Pinheiro havia aberto uma escola em sua propriedade para “os filhos de seus libertos e para a pobreza dos arredores” (grifo nosso). No entanto, a resposta à “humanitária medida” não foi a esperada:

Teríamos orgulho se pudéssemos dizer que a frequência da escola era prometedora, provando assim que a lei áurea algum benefício trouxe a esses desprotegidos, mas é com pesar, com os sentimentos do patriotismo ofendido, com a comiseração para quem não sabe cumprir o seu dever – que divulgamos o fato de terem os companheiros desses menores procedido de modo inqualificável retirando-os do estabelecimento em sua companhia. [...] Assim concluímos que raras vezes os libertos satisfazerem os intuitos de seus defensores é exato; que a sedução e a conseqüente desorganização do trabalho continuará; que o juiz de órfãos deste termo e de Itapemirim necessitam explicar seus atos para ser evitado um conflito – mesmo entre os

<sup>35</sup> O CACHOEIRANO, n. 35, de 1 de setembro de 1889, p. 2.

<sup>36</sup> ALBUQUERQUE, 2010.

<sup>37</sup> ALBUQUERQUE, 2010, p. 97.

particulares e finalmente, que cada vez se torna de maior urgência a união e deliberação em comum dos interessados.<sup>38</sup>

O *Cachoeirano* elenca nessa matéria os motivos pelos quais o assunto merece atenção, defendendo que seria mais propício aos libertos e seus descendentes permanecer na fazenda do coronel que os explorava antes da abolição. Entre os tais motivos estava o potencial conflito entre fazendeiros interessados na tutela de “ex-ingênuos”, uma vez que o juiz do termo de Itapemirim e do termo de Cachoeiro haviam colocado os mesmos menores sob o poder de diferentes tutores. Outro problema destacado pelo articulista estava na razão da “debandada geral” da dita fazenda que ocorreu devido à “sedução de um pequeno proprietário”. Ora, a criação da escola para os filhos dos libertos visava justamente mantê-los na propriedade onde foram escravizados – no caso dos filhos, explorados de acordo com a Lei Rio Branco. Ao utilizar a condição de livres para decidir em qual estabelecimento agrícola trabalhariam, rejeitando as “vantagens” oferecidas pelo ex-senhor, os libertos foram apontados como incapazes de decidir por conta própria seu futuro e a de seus filhos, além de ingratos e, portanto, parcialmente responsáveis pela desorganização do trabalho que será destacada pelo periódico no restante do ano – o que aparece na figura 8, na categoria “crítica/visão negativa” e na figura 9 em categoria própria. O uso do pronome possessivo “seu” para relacionar os libertos e o proprietário da fazenda denuncia a dificuldade de perceber a ação dos libertos como um exercício da cidadania. Em sua visão, o abandono da fazenda não seria, portanto, apenas responsabilidade dos “novos cidadãos”, mas também o resultado da falta de união dos lavradores que seduziriam trabalhadores alheios. Daí o clamor de *O Cachoeirano* para uma aliança entre os “interessados”, ou seja, os grandes proprietários agrícolas. Neste ponto, houve uma concordância entre os periódicos locais que procuraram enfatizar a necessidade de medidas para conter a desorganização do trabalho e “incentivar” os trabalhadores. A série “O presente”, publicada pel’*O Constitucional* durante o mês de junho de 1888, é ilustrativa a esse respeito. Um dos artigos sintetiza sua posição:

É necessário haver um certo acordo entre todos os lavradores vizinhos, a fim de que tanto quanto possível haja uma certa uniformidade e para que se evitem as seduções dos trabalhadores de um estabelecimento para o outro. [...] se estabeleça um convênio entre todos os agricultores para que *não receba o operário que se despediu do serviço do outro se fez por sua livre vontade* exigindo então um atestado de conduta e procedimento. Conserve cada um os seus trabalhadores, despeça-os quando quiser, engaje outros,

<sup>38</sup> O CACHOEIRANO, n. 29, de 15 de julho de 1888, p. 2.

porém não perturbe a ordem dos estabelecimentos vizinhos, indo buscar neles os braços, de que precisar [grifo nosso].<sup>39</sup>

*O Constitucional* se manteve fiel às diretrizes do Partido Conservador após o 13 de Maio, o que se refletiu em sua narrativa da abolição. Como pode ser observado na figura 8, enquanto o periódico concorrente assumiu uma postura crítica diante do evento, procurando culpabilizar o gabinete 10 de março e, especialmente, a monarquia, *O Constitucional* apresentou uma posição diferente.

Antes de observarmos mais detalhadamente os dados, é importante lembrar que o apego à escravidão no Espírito Santo foi observado até a queda da instituição. O município de Cachoeiro de Itapemirim, que surge em meados do século XIX no contexto da expansão da cultura cafeeira e de decréscimo da população escrava no Brasil, contribuiu preponderantemente para que o Espírito Santo ocupasse o segundo lugar em concentração escrava do país em 1872, conforme discutido no primeiro capítulo. Nos anos seguintes, enquanto a população da província registrava queda no número de escravizados, como o restante do país, a população escrava de Cachoeiro de Itapemirim se encontrava estável, revelando a força da escravidão no município cafeeiro. A concentração de, aproximadamente, a metade da população escrava da província espírito-santense, que de acordo com o mesmo levantamento, mantinha 13 mil pessoas naquela condição em 1887, destaca Cachoeiro de Itapemirim como baluarte do escravismo no Espírito Santo. Diante disso, não são surpreendentes as posições dos dois periódicos do município antes da abolição: enquanto *O Cachoeirano* mesclou conteúdos abolicionistas (moderados) com anúncios de venda ou de captura de escravos até a abolição, *O Constitucional* se manteve em atitude oposicionista até o gabinete conservador de João Alfredo anunciar o fim da escravidão como prioridade do governo. A resistência local à abolição, portanto, é um elemento indispensável para, juntamente com o conhecimento da posição política de cada jornal, compreender as narrativas criadas sobre aquele fenômeno. Voltemos aos personagens destacados por cada um deles, para aferir essa afirmação.

Nas páginas d'*O Cachoeirano*, o personagem mais lembrado de forma positiva pela abolição é o povo, seguido pelos abolicionistas. A Princesa Isabel e o gabinete são saudados apenas formalmente na edição comemorativa, como já apontado. Enquanto isso, *O Constitucional* direcionou seus agradecimentos e elogios para a Monarquia e

---

<sup>39</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 8, de 10 de junho de 1888, p. 1.

o gabinete conservador. Apenas secundariamente elogiou os abolicionistas e, em último lugar, o povo. Não deve ter sido fácil para o jornal fazer tais elogios, uma vez que até a última edição do ano de 1887 mantinha forte oposição aos propagandistas da abolição. Talvez seja por isso que a homenagem aos abolicionistas tenha ocorrido de forma generalizada ou direcionada às principais figuras nacionais, como José do Patrocínio, Carlos de Lacerda e Joaquim Nabuco. Os abolicionistas locais não foram citados em nenhum momento, nem mesmo João Paulo Ferreira Rios, elogiado pelo concorrente como o mais ativo batalhador da causa dos escravos naquele município. Na verdade, como visto, embora João Paulo fosse membro do Partido Conservador até 1887, ele apresentou duras críticas e denúncias ao redator do órgão de imprensa daquele partido em relação ao tema da escravidão, tendo as divergências continuado após a abolição.

Além dos elogios à monarquia e ao gabinete 10 de Março, concentrados nas primeiras semanas após o fim do regime escravista, com apenas algumas eventuais publicações ao longo dos meses seguintes, *O Constitucional* diversificou as estratégias de construção de sua narrativa sobre o evento. Inicialmente, nota-se que a louvação da “redentora” e do gabinete é acompanhada por uma grande cobertura das comemorações nos níveis local, nacional e internacional.

As festas de maio de 1888 na Corte, em várias províncias e na Argentina; as muitas homenagens realizadas – ou discutidas – nos meses seguintes, como o recebimento da Rosa de Ouro pela Princesa Isabel ou a possibilidade de construção de bustos de abolicionistas, receberam destaque em textos de colaboradores ou por meio de transcrições de outros jornais. Os três dias de festas no município foram detalhados pelo periódico, segundo o qual, no dia 15 de maio, quando se recebeu o telegrama com a gloriosa notícia, os libertos percorreram a vila de Cachoeiro dando vivas à liberdade e acompanhando a passeata formada espontaneamente para o festejo, que continuou nos dois dias seguintes, reunindo “grande massa popular composta de pessoas de todas as classes sociais sem distinção de cores políticas, nem de nacionalidade”.<sup>40</sup> O esforço para demonstrar a “alegria geral” pela libertação dos escravos e a “consequente” elevação do país aos olhos do mundo foi tal, que o número dessas notícias chegou a superar a soma das publicações elogiosas a todos os demais personagens. Sua prodigalidade na área pode ser comparada com seu

---

<sup>40</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 5, de 20 de maio de 1888, p. 2.

concorrente local, que publicou cerca de quatro vezes menos sobre o assunto. Na edição comemorativa, o periódico conservador convidou a “todos quanto se interessarem verdadeiramente pelo progresso nacional” para se reunirem no dia 24 daquele mês para organizar a melhor forma para celebrar o dia 13 de Maio, já que as festas anteriores não estariam à altura do evento. O convite era acompanhado por uma explicação: “é preciso que mostremos ao país que nós, habitantes de um município agrícola, não somos indiferentes ao grandioso acontecimento que excita em entusiásticos transportes a alma nacional”.<sup>41</sup> A iniciativa do periódico, que procurava organizar comemorações oficiais, a exemplo do que seus pares realizaram na Corte, não parece ter sido bem sucedida, já que na edição seguinte informou-se sobre o adiamento da reunião para data a ser marcada no futuro e o assunto não voltou a ser abordado em suas páginas.

A ênfase sobre as comemorações, que teriam chegado a “todas as fazendas” do município, contudo, não foi suficiente para impedir a propagação de “boatos” sobre a ação de descontentes. Segundo publicação realizada na seção “Declarações”, o responsável pela banda de música local precisou ir ao periódico negar o rumor sobre a proibição que teria sido imposta pelo delegado Francisco de Souza Monteiro Sobrinho – membro de uma das mais importantes famílias de cafeicultores da região – para a apresentação durante o cortejo cívico de comemoração à libertação dos escravos.<sup>42</sup> Verdade ou não, o fato levanta a suspeita de que a abolição não teria despertado apenas sorrisos em todos os moradores da região, o que é reforçado por uma discreta passagem de *O Cachoeirano* realizada na edição comemorativa. Ao citar ou resumir os vários discursos proferidos por ocasião dos festejos populares em comemoração à abolição, o periódico registrou que “todas as autoridades acompanharam a passeata cívica, sendo de notar-se, porém que no edifício da Câmara nem o seu presidente, nem nenhum dos vereadores fizesse uso da palavra e saudasse, em nome da edilidade, o grande dia 13 de maio.”<sup>43</sup>

A ampla cobertura das celebrações estava intimamente relacionada à postura inicial do jornal conservador de apresentar a Princesa Isabel e o gabinete de 10 de Março como os principais responsáveis pela abolição e ao outro pilar de sua narrativa,

---

<sup>41</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 5, de 20 de maio de 1888, p. 4.

<sup>42</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 5, de 20 de maio de 1888, p. 4.

<sup>43</sup> O CACHOEIRANO, n. 20, de 20 de maio de 1888, p. 2.

intimamente relacionado ao anterior: refutar os ataques à monarquia e ao Partido Conservador. A figura 8 evidencia a ausência de críticas diretas a esses personagens, o que pode ser considerado um dos diferenciais mais significativos em relação ao concorrente. Além disso, deve-se destacar que, à medida que as comemorações escasseavam e as críticas de *O Cachoeirano* aumentavam, o jornal conservador modificou a narrativa sobre a abolição, mas sustentou sua decisão de preservar a monarquia e o partido de apreciações negativas. A partir de então, defende-se a inevitabilidade do evento, como expresso no terceiro editorial da série “O presente”:

De nada vale o desânimo, o desespero ou a revolta contra o estado presente de coisas. As dificuldades que agora se apresentam principalmente à nossa classe agrícola não são insuperáveis. É necessário que os nossos lavradores se convençam que nas suas próprias mãos está o seu destino. [...] Um país, que possui os elementos naturais de que o nosso dispõe, não pode sucumbir por efeito de uma transformação inevitável como a que acaba de operar-se.”<sup>44</sup>

Diante do descontentamento de seu público leitor, a classe agrícola, o periódico procura retirar a responsabilidade dos personagens que anteriormente havia exaltado. Sob a nova perspectiva, a acusação de “revolucionário” dirigida a João Alfredo seria indevida, pois enquanto chefe, ele apenas teria agido de acordo com as circunstâncias. Além disso, prossegue o jornal, “é também injusta a acusação porque importa negar o que está na mente de todos e é que a abolição não se realizou por obra deste ou daquele partido, mas sim foi determinada pela própria nação.”<sup>45</sup>

É neste contexto de reconstrução da memória da abolição, que o jornal invoca a responsabilidade dos ex-escravos no processo. Manifestando seu descontentamento com os correligionários inconformados com o desfecho da questão servil e que, portanto, criticavam a monarquia e o gabinete, *O Constitucional* reproduziu na primeira página um artigo originalmente publicado pela *Gazeta de Notícias*, que seria citado durante as semanas seguintes para reforçar seu posicionamento. Em uma passagem sobre a conversão ao abolicionismo de Antônio Prado, integrante do gabinete anterior, afirmou-se:

O que S. Ex. fez, foi ver, como homem de bom senso que é, o novo elemento que entrava na campanha abolicionista, e a impossibilidade em que se achavam os poderes públicos de lutar com ele, o próprio escravo. Foi por ocasião do êxodo dos pretos paulistas, abandonando aos centos as fazendas, passando silenciosos e ordeiros pelas cidades, e lutando só

<sup>44</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 9, de 17 de junho de 1888, p. 1.

<sup>45</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 12, de 8 de julho de 1888, p. 1.

quando a força armada tentou embargar-lhes o passo, que S. Ex. viu que era chegada a hora do partido conservador a ocasião de ceder.<sup>46</sup>

É importante lembrar que o mencionado abandono das fazendas pelos escravos, abordado pela historiografia,<sup>47</sup> se serviu de convencimento dos conservadores de outras paragens, não parece ter provocado o mesmo efeito em Cachoeiro de Itapemirim. Na verdade, no período analisado, não se verificaram registros de eventos similares na região o que, evidentemente, não significa apatia ou conformismo com a escravidão. Afinal, deve-se considerar a multiplicidade das formas de resistência à opressão do cativo, que não podem ser circunscritas às fugas – ainda que elas tenham ocorrido – bem como a força local da escravidão manifesta na capacidade dos senhores de manter numericamente a população escrava no contexto de desestruturação do sistema e a moderação do abolicionismo local. Esse cenário esteve bem representado, tanto n’ *O Cachoeirano* quanto n’ *O Constitucional*, antes do 13 de Maio. No caso deste último, a defesa do escravismo se fazia sentir de forma evidente em suas publicações até o final de 1887, entre outros elementos, pelo silêncio a respeito das libertações espontâneas (com ou sem condições) que, vez ou outra, eram publicadas no concorrente com o objetivo explícito de animar os senhores mais aferrados à escravidão a seguirem os exemplos. Reiteramos que foi somente após a posse do gabinete de João Alfredo e, portanto, com a mudança de postura do Partido Conservador, que a oposição do jornal à abolição desmoronou. Sob o comando do mesmo redator, *O Constitucional* muda radicalmente de postura, passando a exaltar a solução proposta pelo gabinete 10 de Março e a discutir medidas correlatas que o governo tomaria para garantir a proteção da lavoura. Assim, após a abolição, com o crescimento do *desânimo, do desespero ou da revolta* dos fazendeiros pela ausência de ações que lhes beneficiassem diretamente, *O Constitucional* defende a inevitabilidade do processo, apelando até mesmo para a agência dos escravos. Entretanto, vale recordar que isso foi realizado apenas uma vez e foi citado exemplo de outra província. Escravos e ex-escravos do município não foram a prioridade do órgão conservador.

O esforço para desresponsabilizar a monarquia e o gabinete encontrava amparo na narrativa da abolição como resultado de um longo processo legal, iniciado em 1831.

---

<sup>46</sup> O CONSTITUCIONAL n. 11, de 1 de julho de 1888, p. 1.

<sup>47</sup> Cf. MORAES, ca. 1986; CONRAD, 1978. 2ed.; MACHADO, 2010; SILVA, 2003; DRESCHER, Seymour. A abolição brasileira em perspectiva comparativa. In: História Social, Campinas-SP, n. 2, 115-162, 1995.



Em outras palavras, embora tenha mudado os papéis dos personagens envolvidos, os principais elementos da narrativa inicial são mantidos e utilizados para reforçar uma visão positiva da abolição, ainda que se reconhecessem, em menor escala, os desafios da nova situação. Nas palavras do periódico, “a mutação que se operou a 13 de maio último era inevitável; teve somente por fim extinguir uma anomalia que nos colocava em posição excepcional e desairosa diante do mundo civilizado”.<sup>48</sup> A desorganização do trabalho, consequência negativa do 13 de Maio, seria algo temporário e de fácil solução através do aumento do fluxo da imigração europeia, assunto que passa a receber destaque em ambos os periódicos após a abolição, conforme pode ser observado na figura 9 e como já fora abordado pela historiografia;<sup>49</sup> do mesmo modo, a capacidade de ação dos lavradores era destacada como importante contribuição para solucionar o problema. À semelhança do concorrente local, *O Constitucional* clamou aos seus leitores que formassem uma aliança para enfrentar a *nova fase* e procurou incentivar as iniciativas independentes do Governo. Tendo em suas mãos o poder sobre seu destino, os lavradores deveriam fazer “ver aos novos cidadãos a sua posição atual e quais os deveres que ela lhes impõe”.<sup>50</sup>

Interessa observar que mesmo com posições políticas e ideológicas distintas, o que lhes conduzia a apreciações divergentes dos mesmos personagens centrais em suas narrativas, há uma concordância entre os dois periódicos sobre sua visão em relação ao pós-abolição, no que diz respeito aos lugares sociais pensados para ex-escravos e ex-senhores. Ambos pontuaram insistentemente o trabalho como o meio de assimilação dos “novos cidadãos” à pátria livre, assim como defenderam a ação dos lavradores na promoção dessa assimilação, pois só assim os efeitos negativos do 13 de Maio poderiam ser superados. Dito de outra forma, sua preocupação essencial com os grandes cafeicultores não cessou com a nova lei, tendo guiado suas narrativas. A edição especial, publicada em 20 de maio, na qual se pregava a felicidade geral por causa do evento, foi uma tentativa de construção de memória homogênea e sem conflitos, que não se sustentou nos meses seguintes. Aliás, a passagem do primeiro aniversário da Lei Áurea é sintomática:

#### *13 de Maio*

---

<sup>48</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 8, de 10 de junho de 1888, p. 1.

<sup>49</sup> ROCHA, 2000.

<sup>50</sup> O CONSTITUCIONAL, n. 8, de 10 de junho de 1888, p. 1.

É amanhã o aniversário da grande lei que aboliu a escravidão, esse esquecimento da nossa sociedade pelas leis da natureza, que durou tantos anos, e que nos condenou a sofrer o castigo da injustiça.

Esse povo de hilotas está banido da nossa sociedade e hoje só existem cidadãos brasileiros, que procurando o trabalho, base de todas as sociedades, aí encontrarão a felicidade.

Os libertos congregaram-se para festejar o grande dia e nele devem renomear os mártires pela sua liberdade esquecendo ódios e vinganças.<sup>51</sup>

Uma pequena nota na edição seguinte confirma a realização dos festejos pelos libertos, na vila de Cachoeiro de Itapemirim e em uma fazenda da região, e faz uma breve análise de seu comportamento em cada um desses lugares. Essas notas chamam a atenção pelo fato de a lei, recebida entre “flores e sorrisos” por toda a população, segundo as edições do ano anterior, ser vista em seu primeiro aniversário como algo a ser celebrado apenas pelos ex-escravos. Em segundo lugar, observa-se a presença constante das expectativas e tentativas de direcionamento da vida dos libertos, que foi compartilhada pelo jornal concorrente, o qual esteve suspenso entre março e junho de 1889. Por último, destaca-se que a celebração seria uma oportunidade para “renomear os mártires” da liberdade, demarcando-se a importância do esquecimento de fatos que pudessem gerar “ódio e vingança”. A nota sobre os eventos não menciona quais seriam esses heróis, porém no contexto de disputa pela memória sobre a abolição, é possível inferir a opinião do jornal:

*O Governo da Princesa*

[...] A princesa Izabel – a redentora – de hoje será a mesma que mandava espingardear os negros no Itu? Será a mesma que ordenava as correrias contra os abolicionistas em Campos?! Será a mesma que fizera ameaçar de incêndio as sessões abolicionistas do Polytheama, quando a palavra de José do Patrocínio vibrava contra ela os raios da negra indignação?! [...]

Responda o conselheiro Ruy Barbosa na Corte, responda em Campos Carlos de Lacerda. Respondam todos os que sentiram o coração pulsar de amor da humanidade naquele tempo, e que o sentem sangrar hoje ferido o amor da Pátria pela especulação do Trono, e diante da ingratidão de uma raça mal orientada!

Pobres vítimas os negros! Os mesmos que eram capitães do mato outrora prendendo-os para os levar o tronco da escravidão, fazem-se agora de zelosos autores de obra-feita com o trono para armá-los em defesa deste contra os que lhes conquistaram a liberdade, obrigando a princesa a reconhecer-lhes o direito de cidadão! [...]

A monarquia caiu fulminada pelo golpe de 13 de Maio e nos estertores de sua agonia final em vão tentará incendiar o país, nós impassíveis lhe assistiremos os termos e com flores, músicas e cantos lhes festejaremos a queda.<sup>52</sup>

No ano de 1889, é considerável a redução do tom negativo sobre a Abolição por parte d’O *Cachoeirano*, conforme atestado na figura 8, porém a visão negativa persistiu e continuou superior às publicações elogiosas. Essa ambiguidade do periódico

<sup>51</sup> O CACHOEIRANO, n. 19, de 12 de maio de 1889, p. 2.

<sup>52</sup> O CACHOEIRANO, n. 18, de 5 de maio de 1889, p. 1.

republicano, que insistia no 13 de Maio como um golpe e, ao mesmo tempo, como uma grande lei, informou sua participação na disputa pela construção da memória da Abolição. A incapacidade de enxergar a formação da guarda negra<sup>53</sup> como um ato político dos negros, mas tão somente como a prova de uma “raça ingrata” e “mal orientada”, gerava a necessidade de indicar os mártires responsáveis por sua liberdade, isto é, os abolicionistas e republicanos, e denunciar a apropriação da glória da Abolição pela “falsa redentora”. Era necessário, segundo o periódico, “explicarmos aos libertos todo o seu passado e qual deve ser o seu futuro.”<sup>54</sup> A flexibilização do papel ocupado pela Princesa Isabel e pelo gabinete de 10 de Março diante da abolição, como visto, não foi exclusiva do jornal republicano: enquanto *O Cachoeirano* alterou sua posição entre a responsabilidade culpável e a exploração indevida da abolição, *O Constitucional* substituiu os enfáticos agradecimentos pela defesa da inevitabilidade do fenômeno.

Assim, analisar a Abolição e os temas correlatos, nos jornais de Cachoeiro de Itapemirim, no período imediatamente posterior ao 13 de Maio, permite questionar a homogeneidade de sentimentos jubilosos que a teriam recepcionado e perceber as influências dos interesses econômicos e políticos dos periódicos locais na dinâmica narrativa do evento. A preocupação central com a grande lavoura e a assimilação dos “novos cidadãos” de forma “útil” para a sociedade, isto é, na posição de trabalhadores sem ódio ou desejo de vingança, como cidadãos passivos, permitiu mudanças na narrativa da abolição logo após a sua entusiástica comemoração.

No contexto de crescimento da animosidade entre monarquistas e republicanos, os personagens nomeados pelos dois jornais foram basicamente os mesmos, todavia seus papéis no evento foram vistos de formas opostas já que, para um, a Princesa Isabel seria a redentora da raça oprimida, enquanto para o outro ela seria responsável por um golpe na lavoura.

---

<sup>53</sup> Na vila de Cachoeiro de Itapemirim, segundo o periódico, se formou uma guarda negra por ocasião da comemoração do aniversário de Dom Pedro II em 2 dezembro de 1888 que fora insuflada e sustentada por um ex-senhor de escravos local. Além deste episódio, que causou indignação nos republicanos locais pela provocação ao movimento republicano, o periódico também criticou intensamente o evento ocorrido no Rio de Janeiro poucos dias depois. De acordo com a primeira edição do ano de 1889, no dia 30 de dezembro de 1888, a guarda negra teria atacado as pessoas que participavam de uma conferência republicana na Sociedade Gynastica Francesa. Sobre a guarda negra, cf. GOMES, Flávio dos Santos. No meio das Águas turvas – racismo e cidadania no alvorecer da república – a Guarda negra na Corte (1888-1889). *Estudos Afro-asiáticos*, n. 21, 1991.

<sup>54</sup> O CACHOEIRANO, n. 48, de 9 de dezembro de 1888.

O contraste não foi observado apenas na comparação entre os dois periódicos analisados, posto que ambos modificaram em um curto espaço de tempo sua própria versão sobre o acontecimento: grandiosa lei ou golpe; fruto de um antigo desejo da Pátria ou dos interesses políticos de uma Princesa; resultado da ação da monarquia e de um Partido ou processo inevitável. Diante dessas mudanças, é necessário afirmar que elas não foram realizadas de forma definitiva, ou seja, a ambiguidade da narrativa é mantida durante todo o período analisado, especialmente no que diz respeito ao periódico *O Cachoeirano*. O que não se modifica no mesmo período é o compromisso de ambos os jornais com a defesa da grande lavoura.

A fim de concluir este tópico, ressalta-se que, embora as edições especiais de 20 de maio possam ser entendidas como elementos importantes de construção da memória da Abolição, elas não a cristalizaram. As pesadas críticas feitas à forma do evento, os diferentes papéis apontados para os personagens envolvidos e as expectativas e projetos para os libertos, presentes nas publicações posteriores, ajudam a perceber as contradições e conflitos vivenciados naquela sociedade no pós-abolição, refletidas no esforço de construção da memória da Abolição. Esse esforço, concentrado nos meses imediatamente posteriores ao fim legal da escravidão, não foi limitado a eles. Contudo, com a Proclamação da República e o desaparecimento de *O Constitucional*, estabelece-se outro cenário para a narrativa sobre a Abolição e seus desdobramentos. O próximo tópico concentrará a atenção nesse novo contexto, no qual *O Cachoeirano* desloca o foco da interpretação do fenômeno e do apontamento de seus responsáveis para suas consequências práticas.

### 2.3 A ABOLIÇÃO NA IMPRENSA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

A aprovação da Lei Áurea, como vimos, foi motivo de grande comemoração nos mais diversos recantos do Império brasileiro e, até mesmo, fora dele. Nos anos seguintes, as celebrações continuariam e, tal como ocorrera na sua edição comemorativa, com caráter e significados diversos. A mudança de regime político pouco tempo depois da abolição não alteraria essa situação, ao contrário, contribuiria para intensificar as batalhas narrativas pelos significados e responsabilidades do 13 de Maio, bem como

sua percepção e projetos para os *novos cidadãos*, que, evidentemente, também possuíam leituras próprias sobre aquela data e formas de comemorá-la.

Em Cachoeiro de Itapemirim, município cafeeiro do sul do Espírito Santo que se manteve dependente da mão de obra escrava até o fim do regime, a comemoração do “sonho impossível” ocorreu durante dias, tanto nas ruas quanto em edições especiais dos periódicos, que descreveram os festejos locais, dos quais participaram seus redatores e colaboradores. As narrativas dos dois principais periódicos cachoeirenses por ocasião da promulgação da lei e na passagem de seu primeiro aniversário já foram discutidas no início do capítulo, mas acredito ser necessário acompanhar a narrativa de *O Cachoeirano* nos anos seguintes a fim de perceber possíveis mudanças ou constatar sua consolidação. Se a disputa entre monarquistas e republicanos locais foi visível em 1888 e 1889, qual narrativa teria predominado após a queda da monarquia e o início do novo regime político? Teria ocorrido alteração na narrativa republicana, mesmo tendo saído de cena o principal alvo, bem como seu concorrente local? Mais importante ainda: os projetos pensados para os libertos e as perspectivas sobre eles foram modificados na nova conjuntura ou seriam os mesmos do período monárquico?

No tópico anterior, observou-se que as edições especiais de *O Cachoeirano* e *O Constitucional* para celebrar a abolição procuraram transmitir uma ideia de felicidade geral, um sentimento de satisfação que teria sido experimentado por toda a população. Todavia, o acompanhamento das edições seguintes, recheadas de críticas à forma do evento, contesta aquela unanimidade e aponta as principais preocupações das elites econômicas e políticas que se expressavam por meio dos periódicos. Diante dessa constatação, propõe-se expandir a análise de *O Cachoeirano* – uma vez que a publicação de *O Constitucional* é descontinuada – até o décimo aniversário da Lei Áurea, período marcado pela última fase da grande imigração europeia para o Espírito Santo.

Já foi dito que aniversários são momentos especiais para a construção de narrativas, especialmente oficiais. De forma ainda mais intensa, seleciona-se o que lembrar e o que esquecer nestes momentos, por meio da veneração de determinados personagens, a exaltação de certos fatos históricos, o encadeamento perfeito dos eventos que, supõe-se, só poderiam ter ocorrido daquela forma e com aquele resultado. No caso da abolição, as pesquisas sobre outras localidades, como a de

Renata Moraes sobre a Corte, demonstraram a ação deliberada para construir uma narrativa que privilegiava a natureza pacífica dos brasileiros, que teriam erradicado a escravidão sem sangue, sem indenização, sem conflitos. A República não alterou essa tendência, estabelecendo o 13 de Maio como o dia da fraternidade dos brasileiros. Além de ignorar os conflitos que desaguaram na abolição, o novo regime político demarcava a necessidade de apagar-se a memória da escravidão. Seria possível? Em caso afirmativo, o que isso significaria para a população que fora escravizada e seus descendentes – aliás, para todos aqueles que eram identificados através da cor de sua pele com a escravidão? Como visto, a educação defendida nos primeiros meses após a abolição pelo periódico republicano cachoeirense para os libertos e seus filhos tinha como um dos objetivos justamente apagar da sua memória as experiências de exploração, de modo que se integrassem à sociedade sem ressentimentos e cobranças. Assim, seria de esperar que o tema fosse evitado ou recebesse uma abordagem coerente com aquela postura após a inauguração do novo regime, especialmente na passagem do aniversário da lei. A fim de verificar essa questão e outras relacionadas, foi adotada a mesma metodologia utilizada no tópico anterior – a organização do tema de acordo com categorias significativas. Antes de sua apresentação, contudo, vejamos uma síntese das atividades comemorativas do 13 de Maio em Cachoeiro de Itapemirim-ES, entre o primeiro e o décimo aniversário da Lei.

Figura 10 - Comemorações da Lei Áurea na imprensa de Cachoeiro de Itapemirim-ES (1888-1898)

Ano	Iniciativas
1888	Iluminação dos prédios e casas particulares; procissão; discursos; edições especiais nos jornais; três dias de festas nas ruas; convite da imprensa para organização de outras festas (não realizadas).
1889	Notícia sobre a organização de libertos para festejar a lei; Comemoração de libertos na Vila de Cachoeiro de Itapemirim e em uma fazenda no interior do município.
1890	Desfile da banda Estrela do Norte ao romper do dia; baile das famílias organizado pela Sociedade Carnavalesca Estrela do Norte; ruas enfeitadas de arcos por libertos; baile dos libertos no salão da <i>Uzina</i> ; o periódico <i>A Violeta</i> dedicou a primeira página ao evento e publicou alguns artigos sobre o assunto; apreciação de tambores (atrapalhada pela chuva).
1891	Edição não disponível.

1892	A iniciativa de comemoração na cidade foi de Primo Bós (italiano residente em Cachoeiro de Itapemirim), mas houve “pouca ou quase nenhuma animação”. No número seguinte, informa-se que a “Sociedade dos Redimidos do 13 de Maio” (Vitória) não festejou a data em atenção ao sofrimento de José do Patrocínio; Notícia-se a falta de comemoração da data em outros lugares do país; Publica-se texto de um “sebastianista” de Itapemirim comparando as comemorações do 13 de Maio de 1888 com a ausência de festas em 1892, destacando-se a perseguição dos abolicionistas.
1893	Edição especial do jornal com 14 textos dedicados à abolição, mas não foi possível preencher todo o periódico, como planejado por não haver contribuições suficientes; organização da comemoração na cidade pelos novos redatores do jornal; missa cantada; iluminação dos prédios; procissão; participação da Irmandade de São Benedito nas festas; edição especial com contribuições de leitores sobre a abolição no número seguinte ao da edição comemorativa.
1894	Comentário sobre a lei em um artigo; a edição seguinte informa sobre a festa no Rio de Janeiro.
1895	Iluminação da Secretaria e do edifício do Governo; notícias sobre a falta de comemoração não oficial no Rio de Janeiro; notícias sobre a comemoração em São Paulo e Bahia.
1896	Não há notícias sobre o assunto.
1897	Publicação de dois artigos sobre o 13 de Maio, relacionando-o à proclamação da República, à democracia e ao progresso.
1898	Publicação de um artigo sobre os 10 anos da lei (agradecimento aos abolicionistas; afirmação sobre sua contribuição para a crise vivida naquele momento pelo país e sua execução sem reflexão e planejamento prévios).

Fonte: O CONSTITUCIONAL (1888 e 1889) e O CACHOEIRANO (1888-1898).

A figura 10 apresenta aquelas ações que mereceram a atenção dos redatores dos periódicos analisados, o que equivale admitir que outras iniciativas na região podem (e devem) ter ocorrido. Porém, não é a intenção deste trabalho reunir todas as comemorações ou analisar os rituais festivos apresentados. Nosso objetivo com a síntese acima é apresentar a postura geral do periódico diante do tema, chamando a atenção para a redução quase linear da aparente euforia que dominou a recepção da Lei conforme as manifestações das edições especiais de 1888. Considerando que *O Cachoeirano* era um dos principais periódicos locais, suas publicações podem ser entendidas como um termômetro do entusiasmo da sociedade.

A empolgação das festas de 1888, que teriam durado três dias, diminuiu ao longo dos anos seguintes, especialmente entre os membros mais abastados da sociedade. Em 1889, único aniversário durante a monarquia, aparentemente, apenas os libertos comemoraram no município cafeeiro do sul do Espírito Santo. *O Cachoeirano*, que

fazia críticas abertas à monarquia em virtude da “surpresa” do “golpe” aplicado à lavoura, se limitou a duas notícias sobre o tema. Em uma notícia publicada na véspera da data, na qual incentivou-se os antigos “hilotas” a procurar a felicidade no trabalho, alertou-se a sociedade cachoeirense de que os “libertos congregaram-se para festejar o grande dia e nele devem renomear os mártires pela sua liberdade esquecendo ódios e vinganças.”<sup>55</sup> Após a realização dos festejos, publicou-se uma avaliação sobre o comportamento dos libertos – positivo para aqueles que comemoraram na vila e negativo para aqueles da fazenda.<sup>56</sup>

Em 1890, no primeiro 13 de Maio durante a República, houve desfile de banda de música, “baile das famílias” e “baile dos libertos”, tendo estes também se ocupado com o embelezamento da cidade. O mesmo periódico informou ainda que naquele ano, “a chuva atrapalhou os apreciadores dos tambores”,<sup>57</sup> instrumento de uso frequente em muitas celebrações da população negra, como o jongo. Infelizmente, não é possível saber se houve comemoração em 1891, pois a publicação d’*O Cachoeirano* foi suspensa entre 10 de maio e 28 de junho daquele ano.

Houve apenas uma iniciativa para comemorar a data da abolição em 1892, segundo o periódico cachoeirense, mas não houve animação. Os detalhes da ação organizada por Primo Bós não foram descritos, mas *O Cachoeirano* justificou a falta de ânimo e de participação dos libertos, afirmando que eles “sabiam da prisão e deportação e da perseguição que sofrem os que mais batalharam para os libertar da escravidão”.<sup>58</sup> A deportação de José do Patrocínio<sup>59</sup> para as longínquas terras do norte do país seria motivo para o desânimo dos ex-escravos em Cachoeiro de Itapemirim e na capital do Estado do Espírito Santo, já que a *Sociedade Redimidos do 13 de Maio* também teria optado por não realizar celebrações naquele ano pelo mesmo motivo.<sup>60</sup>

---

<sup>55</sup> O CACHOEIRANO, n. 19, de 12 de maio de 1889, p. 2.

<sup>56</sup> O CACHOEIRANO, n. 20, de 19 de maio de 1889, p. 2.

<sup>57</sup> O CACHOEIRANO, n. 20, de 18 de maio de 1890, p. 2.

<sup>58</sup> O CACHOEIRANO, n. 19, de 15 de maio de 1892, p. 2.

<sup>59</sup> O jornalista e ex-abolicionista foi perseguido por suas críticas ao Governo de Floriano Peixoto. Acusado de conspirar contra o governo, Patrocínio foi condenado ao desterro e enviado ao estado do Amazonas em abril de 1892, regressando somente no ano seguinte. Para mais detalhes, cf. VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. *República sim, escravidão não: O republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

<sup>60</sup> O CACHOEIRANO, n. 20, de 22 de maio de 1892, p. 2.



O ano de 1893 foi singular nas comemorações, tendo, provavelmente, sido o ano com mais atividades e participação do periódico na festa dentre aqueles do intervalo temporal analisado. Sob o comando dos irmãos Elysiario e Belisário Fernandes da Silva Távora, advogados cearenses que assumiram a redação em janeiro e se tornaram proprietários em abril, o programa d'*O Cachoeirano* naquele ano prometia honrar o histórico do periódico mais antigo em exercício no Espírito Santo e, assim, continuar sendo o “guarda vigilante dos direitos do povo, fortaleza inexpugnável contra os arrochos tirânicos do forte contra o fraco, doutrinador dos sãos princípios que sustentam a sociedade” e “legítimos intérpretes dos interesses da coletividade cachoeirana”,<sup>61</sup> porém com uma significativa diferença em relação ao programa anterior: a imparcialidade nas questões políticas. Recém-chegados ao município e decididos a se manter afastados de conflitos partidários, os irmãos Fernandes decidiram fazer uma edição especial para comemorar o 13 de Maio, inclusive, adiantando o dia da publicação do periódico para coincidir com a data, além de incentivar outras iniciativas – como a missa cantada, a iluminação dos prédios, a procissão – que contaram com a participação da Irmandade de São Benedito.<sup>62</sup> A resposta local, entretanto, não correspondeu às expectativas dos responsáveis pelo periódico. Eles revelaram, no número seguinte, que a intenção havia sido realizar uma edição totalmente dedicada à data, mas isso não foi possível pela falta de contribuição dos colaboradores a quem haviam solicitado textos sobre o tema. Embora algumas colaborações tivessem atrasado e tenham sido publicados no número posterior, o novo redator reclamou da “frieza e indiferença” da cidade nas comemorações.<sup>63</sup> Para os orgulhosos cearenses que haviam celebrado no jornal daquele ano a data da libertação do Ceará da escravidão em 1884, o 25 de Março, não era compreensível a ausência de ânimo, especialmente considerando que o Espírito Santo tinha um representante, Costa Pereira, no ministério “responsável” pela abolição. Contudo, se considerassem a postura crítica d'*O Cachoeirano* e da população local, que se manifestou através do periódico, em relação à abolição e à monarquia apontada não apenas como responsável, mas culpada pelo evento, o desapontamento não teria ocorrido.

---

<sup>61</sup> O CACHOEIRANO, n. 1, de 8 de janeiro de 1893, p. 1.

<sup>62</sup> O CACHOEIRANO, n. 18, de 13 de maio de 1893, pp. 1-4.

<sup>63</sup> O CACHOEIRANO, n. 18, de 20 de maio de 1893, p. 2.

A passagem dos irmãos Fernandes pela cidade foi rápida, já que em dezembro de 1893 eles venderam o periódico a uma associação de Vitória-ES e retornaram a seu estado. Após sua saída, o entusiasmo em relação à abolição parece ter voltado ao normal no periódico que apenas publicou um artigo por ocasião do aniversário da Lei em 1894 e, no número seguinte, noticiou as festas oficiais no Rio de Janeiro.<sup>64</sup> No ano de 1895, uma publicação cobriu a falta de comemoração naquele estado e sua ocorrência na Bahia e em São Paulo, enquanto o outro artigo informou sobre a iniciativa local: a iluminação da Secretaria e do edifício do Governo.<sup>65</sup>

Em 1896, quando o Estado vivia uma crise relacionada à queda do preço do café,<sup>66</sup> que permanecia seu principal produto de exportação, o 13 de Maio sequer foi lembrado no periódico, com o objetivo de comemorar a data, embora o assunto tenha aparecido por diversas vezes em outros momentos do ano para apontar seus efeitos sobre a “pobre lavoura”. No ano seguinte, porém, a data não passou completamente despercebida, recebendo a atenção de dois artigos que a apontavam como uma etapa necessária ao progresso e à democracia, além de relacioná-la à República.<sup>67</sup>

Finalmente, no décimo aniversário da Lei Áurea, *O Cachoeirano* fez um breve balanço, que poderia servir como síntese da opinião do periódico: a glorificação da data acompanhada da crítica à sua forma e o registro de suas consequências para as “classes conservadoras”. Vejamos trecho do artigo:

13 de Maio

Nos fatos da história política do Brasil fulgura como no astro radioso de luz – gravitando no firmamento azulado das conquistas sociais, o dia 13 de Maio que relembra uma grande vitória da civilização brasileira.

Foi neste dia glorioso que o trono do 2º império julgou poder firmar o seu poderio onipotente, recomendando-se a gratidão de todos os brasileiros e marcando com uma rara abnegação, na história do Brasil, a primeira revolução social que ao depois se identificaria na República, proclamada no alvorecer de 15 de novembro.

Dez anos são transcorridos da extinção da Escravatura e se neste lapso de tempo, relativamente curto, não apareceram ainda os frutos da nova situação; se o maquinismo social sofreu em seu funcionamento ligeiros entraves, de certo, outras causas imprevistas emprestaram o seu concurso para a série de males que desgraçadamente, até hoje, afligem as classes conservadoras do País.

Abolida como foi a escravidão numa rubrica do decreto imperial faltaram as bases de uma nova organização do trabalho, de forma a contrabalançar a

<sup>64</sup> O CACHOEIRANO, n. 18, de 13 de maio de 1895, p. 1; O CACHOEIRANO, n. 19, de 20 de maio de 1895, pp. 1-2.

<sup>65</sup> O CACHOEIRANO, n. 18, de 19 de maio de 1895, pp. 1-2.

<sup>66</sup> Cf. ALMADA, 1993; SALETTO, 1996.

<sup>67</sup> O CACHOEIRANO, n. 19, de 16 de maio de 1896, p. 2.

surpresa da anarquia que se apossou da lavoura – a produção única da riqueza pública [...].

Hoje quando infelizmente experimenta o Brasil uma crise aguda, até mesmo reputada irremediável pelo poder executivo, representando no sr. dr. Prudente de Moraes, não deixarão, por isso, os peitos brasileiros, a despeito da imprevidência que sucedeu à promulgação da áurea lei, de levantar um hurrah! estupitoso em honra dos mais ardentes propugnadores da liberdade do Brasil.<sup>68</sup>

Repetindo o tom do primeiro ano após a abolição, *O Cachoeirano* celebrou os dez anos da lei, elogiando os abolicionistas por impulsionar o grande feito, que teve como resultado significativo elevar o Brasil à condição de nação civilizada. Em contraste com o elogio, repetiu a crítica à monarquia, apontada como responsável por abolir o sistema escravagista com apenas um decreto e sem preocupações com a assistência aos produtores da riqueza nacional, que, em sua opinião, eram os fazendeiros. Semelhante preocupação com as consequências da nova legislação desacompanhada de ações regulatórias no pós-abolição não foi observada em relação aos ex-escravos. Todavia, o periódico manifestar-se-ia sobre sua atuação no papel de trabalhadores.

A falta de comemorações, ainda que oficiais, e de colaborações dos leitores indicam as tensões presentes naquele contexto, uma década depois da abolição. Como o articulista afirma, eventos posteriores ao 13 de Maio contribuíam para a crise vivenciada naquele momento – não apenas para os ex-senhores, vale ressaltar –, mas é inegável a associação realizada com o evento, o que reafirma a importância de considerarmos o passado escravista nas relações (re)estabelecidas após a abolição, sem desconsiderar, evidentemente, as dinâmicas próprias do período.

A partir dessas considerações, continuaremos a análise do jornal *O Cachoeirano*, que, diferentemente de seu concorrente monarquista, sobreviveu à Proclamação da República. Como o tópico anterior foi dedicado às publicações durante a monarquia, esta seção se concentra no intervalo entre 1890 e 1898. Após a instauração do novo regime, em 15 de novembro de 1889, o periódico publicou apenas dois números que se dedicaram àquele evento de uma forma geral, encerrando sua atividade mais cedo naquele ano, com o objetivo declarado de se organizar para a nova fase política do país. Por isso, esses dois números foram excluídos da análise. O ano final do recorte foi escolhido por representar o aniversário da primeira década da lei, o que permitiria a análise em um momento propício à construção de narrativas oficiais, e por cobrir a

---

<sup>68</sup> O CACHOEIRANO, n. 19, de 15 de maio de 1898, p. 1.

derradeira fase da imigração europeia subvencionada pelo Estado para o Espírito Santo. Segundo Gilda Rocha, em 1896 encerrou-se o contrato do Governo com essa finalidade e o fluxo de europeus para as terras capixabas foi reduzido significativamente.<sup>69</sup> Mesmo após conhecer o cenário, a discussão em torno do assunto prolongou-se no periódico, apontando para a importância conferida a ele. Mais importante que isso é a relação direta que foi estabelecida em suas páginas entre a imigração e a abolição, o que despertou a atenção sobre ela e incentivou o fechamento do recorte na edição que celebrou o décimo ano da áurea lei.

Antes de apresentar as categorias mais recorrentes no periódico sobre o tema em debate, é válido informar que todas as edições disponibilizadas no site da Hemeroteca Nacional foram consultadas. Se em alguns anos o número de edições é menor do que o usual, isso se deve à sua indisponibilidade na plataforma ou à suspensão temporária do periódico nos conturbados anos iniciais da Primeira República. Além disso, o ano de 1898 teve um número ainda menor de publicações devido ao encerramento do recorte em maio. A fim de evidenciar a forma como os dados foram trabalhados, a figura apresenta o valor total das edições anualmente, bem como o percentual delas que menciona o tema e o número absoluto de itens publicados dentro de cada uma.

Figura 11 - *O Cachoeirano*: temas frequentes nos primeiros anos da República

Categorias	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898
	52 ed.	39 ed.	45 ed.	40 ed.	51 ed.	50 ed.	50 ed.	43 ed.	8 ed.
Abolição	17,3% (11 p.)	10,2% (4 p.)	17,8% (10 p.)	22,5% (24 p.)	5,9% (3 p.)	6% (4 p.)	10% (5 p.)	6,9% (4 p.)	12,5% (1 p.)
Crise na lavoura /Desorgani zação do trabalho	30,7% (21 p.)	17,9% (7 p.)	15,5% (7 p.)	5% (2 p.)	-	-	30% (18 p.)	18,6% (8 p.)	12,5% (1 p.)
Libertos	15,4% (8 p.)	7,7% (3 p.)	15,5% (9 p.)	-	1,9% (1 p.)	2% (1 p.)	6% (3 p.)	9,3% (4 p.)	-
Vadiagem/ vagabunda gem	7,7% (4 p.)	7,7% (5 p.)	-	-	-	4% (2 p.)	2% (1 p.)	4,6% (2 p.)	-
Serviço de criadagem	13,4% (8 p.)	-	-	-	1,9% (1 p.)	-	-	2,3% (1 p.)	-

<sup>69</sup> ROCHA, 2000.

Categorias	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898
	52 ed.	39 ed.	45 ed.	40 ed.	51 ed.	50 ed.	50 ed.	43 ed.	8 ed.
Colonização / colonos	17,3% (10 p.)	17,9% (7 p.)	2,2% (1 p.)	10% (4 p.)	1,9% (1 p.)	-	6% (4 p.)	2,3% (3 p.)	12,5% (1 p.)
Imigração estrangeira	46,1% (35 p.)	30,7% (15 p.)	28,9% (18 p.)	20% (11 p.)	35,3% (14 p.)	40% (28 p.)	50% (41 p.)	23,2% (12 p.)	12,5% (1 p.)

Fonte: O CACHOEIRANO, 1890-1898.

Obs.: Ed. = Edição (es); p. = publicação (s).

O primeiro aspecto que desperta a atenção na figura é a redução do número de edições e de publicações diretamente sobre o tema da abolição em comparação aos anos de 1888 e 1889. Enquanto logo após a abolição (figura 9), os percentuais de edições sobre o assunto foram de 80,6 e 48,9, respectivamente, entre 1890 e 1898, o número só ultrapassou os 20% no ano em que o periódico esteve sob a administração dos irmãos Fernandes, cearenses, recém-chegados a Cachoeiro de Itapemirim, que fizeram uma comemoração especial por ocasião do quinto aniversário da Lei Áurea. Pode-se alegar, com certa razão, que esse desaparecimento é natural, à medida do afastamento cronológico do evento ou à medida da organização da sociedade livre. No entanto, se observarmos em conjunto outras temáticas que foram relacionadas à abolição pelo periódico, como a imigração ou a crise na lavoura, veremos que não se trata apenas de perda de interesse ou redução de sua relevância, mas, possivelmente, de uma escolha.

É importante notar ainda sobre o mesmo item que, com exceção do ano de 1893, as publicações estavam distribuídas ao longo dos meses, não havendo concentração nos festejos do 13 de Maio. Em 1890, por exemplo, apenas uma das 11 publicações foram realizadas com esse intuito, sendo as demais com objetivos diversos, como combater a opinião de jornais monarquistas estrangeiros que atribuíam a queda da monarquia à abolição; a atuação de um *club da lavoura* local no combate ao que considerava desorganização da lavoura provocada pela abolição; e uma série de denúncias anônimas contra um antigo chefe político da monarquia, que seria um “republicano despeitado”, repleto de promessas escandalosas e saudades da escravidão manifestas em sua coleção de objetos de tortura daquela época e em seu

comportamento senhorial.<sup>70</sup> Percebe-se assim que o foco das publicações do periódico sobre a abolição é alterado, deslocando-se da culpabilização dos responsáveis (melhor seria, da Princesa) para as consequências sociais e econômicas do evento.

Entre a opinião dos editores e as contribuições particulares, nota-se através do exemplo mencionado uma contradição que ajuda a compreender o periódico como um espaço propício à manifestação de diversos atores da sociedade cachoeirense. Existe uma tendência, mas ela não é única, pois os interesses são diversificados, e inclusive sujeitos com acesso mais limitado a essa mídia revelaram-se por meio dela. Os libertos, por exemplo, não deixaram de se manifestar através do periódico, como no convite realizado por Sabino José Maria de Amorim aos demais “cidadãos de 13 de maio” para a criação do *Club dos Agradecidos*, pelo qual deveriam “manifestar os nossos sentimentos de gratidão a aqueles que para nos restituir a liberdade, não trepidaram a sacrifícios, aqueles que davam sem parcimônia seus haveres para mitigar a sorte dos míseros escravizados”.<sup>71</sup> Todavia, as manifestações assinadas por libertos foram bastante limitadas na fonte pesquisada. Com efeito, até mesmo a menção indireta a eles, isto é, através do olhar dos editores e dos colaboradores, reduziu-se significativamente nos anos seguintes à abolição. Enquanto isso, a presença dos interesses dos lavradores permanece significativa no periódico, demonstrando sua maior capacidade de acesso ao veículo, seja por meio de contribuições diretas, seja por meio de sua defesa pelos redatores e colaboradores. A categoria “crise na lavoura/desorganização do trabalho” ilustra essa afirmação.

As declarações sobre a crise da lavoura, conjugadas recorrentemente com a desorganização do trabalho, não são lineares, sendo ínfimas no ano dos editores cearenses e tendo desaparecido em 1894 e 1895. No ano seguinte, contudo, ela retorna para os mesmos níveis de 1890, que são muito mais altos do que em 1889

---

<sup>70</sup> Sobre a série de denúncias intitulada “Escândalo”, ver os números 42, 43, 45 e 46 do ano de 1890 do periódico *O Cachoeirano*.

<sup>71</sup> A primeira reunião para discutir a criação do *Club dos Agradecidos* foi realizada no dia 2 de setembro de 1888, na qual foi exibido pelo organizador do evento, Sabino José Maria de Amorim, o retrato do “venerado benfeitor o presidente da confederação abolicionista da corte, e por tanto o primeiro abolicionista do império do Brasil, o sr. João Fernandes Clapp”. No dia 09 de setembro, houve a instalação do clube dos libertos na Vila de Cachoeiro de Itapemirim e a eleição da diretoria: Sabino J. M. de Amorim, presidente; Rosendo Novaes Mello, vice-presidente; Emílio Marins, secretário; Narciso B. de Jesus, procurador; Agostinho Cruz, tesoureiro. A última menção ao Club ocorre no dia 23 de setembro de 1888, informando sobre uma sessão naquele dia. As informações estão no periódico *O CACHOEIRANO*, nos números 36, 38 e 39, de 1888.

(figura 9). Mais importante do que relacionar as reclamações dos fazendeiros ao contexto de crise econômica, além dos conflitos políticos locais, deseja-se concentrar a atenção na narrativa que conecta a abolição e a crise da lavoura, justificando esta por meio daquela. Nem mesmo na comemoração do décimo aniversário da Lei Áurea essa relação esteve ausente, como apontado acima. Se a diversidade de vozes no periódico revelou a falta de unanimidade sobre a carência de braços no pós-abolição, a desorganização do trabalho foi associada de forma geral ao 13 de Maio. Até mesmo quando, aparentemente, parte da lavoura negava a carência de braços e admitia alguma responsabilidade pelo seu estado, a abolição não foi esquecida.

Em longo texto que se estendeu por dois números publicados em abril de 1897, um membro da rica família de fazendeiros de Cachoeiro de Itapemirim, Francisco de Salles Amorim, se posicionou sobre a crise que afetava a lavoura e a sociedade brasileira. Analisando os argumentos sobre sua origem, consequências e “remédios”, o autor admitiu que “eu mesmo já atribuí [a crise] à falta de braços para a lavoura, mas, agora me convenço que, se realmente existe essa falta, nós, lavradores somos os únicos e verdadeiros culpados”.<sup>72</sup> Ao explicar minuciosamente essa culpa, afirma ele:

A meação foi adotada pela lavoura após a lei 13 de Maio em que ficamos sem trabalhador de um dia para outro, seguimos o ditado antigo: do perdido metade, na esperança que, decorrido o próximo ano embora trocando de fazenda, continuariam o trabalho interrompido: puro engano nunca mais disso se lembraram; também porque acharam com facilidade o que só com trabalho poderiam obter – terra e casa para morar.

Com a meação estragamos o nosso antigo pessoal, porque não estavam habituados ao trabalho livre, formaram-se verdadeiras máquinas de trabalho que ainda hoje é preciso ser dirigido para esse ou aquele lugar, do contrário não fazem.

Seriam os primeiros trabalhadores se tivessem um pouquinho de ambição porque o nosso serviço para eles não é novidade, sabem fazer todo e qualquer trabalho com perfeição.

No entanto vivem por aí perdidos, batendo pernas pelas estradas, passando misérias e alguns já inutilizados pela aguardente.

Este pessoal com o sistema de meação está perdido inteiramente, não podem morar em casinhas longe das vistas do patrão, não podem trabalhar sem ser em turmas. [...]

Está abolido o sistema de meação.

Se não quiserem se sujeitar, não daremos terra nem casa para morar, quem não trabalhar não come; veremos se aparecem ou não os camaradas e cozinheiras.<sup>73</sup>

<sup>72</sup> O CACHOEIRANO, n. 15, de 18 de abril de 1897, p. 1.

<sup>73</sup> O CACHOEIRANO, n. 16, de 25 de abril de 1897, p. 2.

O aparente reconhecimento da responsabilidade se transformou, como visto, na retomada da narrativa predominante n' *O Cachoeirano* nos primeiros meses após a abolição, segundo a qual o evento foi uma surpresa que abalou a lavoura. Diante da desorganização do trabalho, os fazendeiros adotaram o sistema de meação, que se revelaria uma fonte de problemas, na opinião do autor, e deveria ser abolida. Se a opinião de Francisco Salles de Amorim era particular sobre o sistema de meação, é interessante observar que sua afirmação do caráter surpreendente da lei e o conseqüente desamparo da lavoura encontravam respaldo nas demais publicações sobre esse tópico. Em 1896, por exemplo, outro artigo afirmava que “verdadeira bomba explosiva foi o decreto de 13 de Maio, que veio por muito tempo pasmar e confundir a lavoura, abalando as almas menos fortes de muitos, que haviam nascido e se criado debaixo do regime do trabalho escravo”.<sup>74</sup>

Ao mencionar as pessoas nascidas e criadas na escravidão, o articulista estava se referindo tanto aos senhores quanto aos libertos. Estes, em sua opinião, não estavam aptos ao trabalho livre, enquanto os fazendeiros necessitariam de tempo para *aceitar* a liberdade dos trabalhadores. Sua opinião sobre os libertos, aliás, também não era singular:

Quanto à colonização nacional que nos poderá servir em caso de necessidade, é também um engano, porque, infelizmente, essa colonização (me refiro aos ex-escravos) só nos poderá servir quando não houver mais necessidade de colonos, está mais do que provado que essa gente não serve para colono; quanto mais ganham, menos trabalham.<sup>75</sup>

A opinião negativa sobre os libertos não é novidade, muito menos exclusividade de Cachoeiro de Itapemirim. Outras sociedades escravistas discutiram durante o processo emancipatório sobre suas preocupações em relação à adaptação ao trabalho livre daquelas pessoas submetidas durante toda a vida ao violento regime do cativo. Nos territórios colonizados pelos britânicos, conforme informado por Seymour Drescher ou Thomas Holt, essa desconfiança levou à imposição de um período de “aprendizado” entre a escravidão e a abolição.<sup>76</sup> No Brasil, preocupações semelhantes estiveram presentes nos debates, fosse pela preocupação com a herança da escravidão, fosse pela preocupação com as supostas características da

---

<sup>74</sup> O CACHOEIRANO, n. 39, de 4 de outubro de 1896, p. 1.

<sup>75</sup> O CACHOEIRANO, n. 41, de 18 de outubro de 1896, p. 2.

<sup>76</sup> DRESCHER, 2011; HOLT, Thomas C. A essência do contrato. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



raça negra que eram discutidas no país no final do século XIX, como informado por Lília Swarcz.<sup>77</sup> Vimos no capítulo anterior que essa discussão esteve presente na imprensa cachoeirense, especialmente no periódico conservador que assegurava aos seus leitores que o governo não se limitaria a abolir a escravidão sem providenciar mecanismos para manter a mão de obra disciplinada.

A lacônica lei aprovada em 13 de maio, como se sabe, frustrou aquela esperança de limitar a locomoção dos ex-escravos, porém isso não significou seu desaparecimento no Espírito Santo, conforme demonstrado pela historiografia capixaba. A queixa sobre a falta de braços, tão comum na imprensa após a abolição, mesmo no periódico mais favorável a ela em Cachoeiro de Itapemirim, pode ser interpretada, segundo Rafaela Domingos Lago, como pura retórica, já que não se constatou migração em massa no Espírito Santo.<sup>78</sup> De fato, como fora indicado por Vilma Almada, além de não ter registrado intenso fluxo emigratório, o Espírito Santo teria se tornado local de atração para migrantes “de cor”, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.<sup>79</sup> Entre eles, destaca-se a presença de fluminenses e mineiros atraídos pela expansão cafeeira e pelas terras devolutas, mas o território capixaba também recebeu cearenses e sergipanos, como destacado por Lago. Os dados dos Censos indicam migrações internas das populações preta e parda, entre 1872 e 1890, o que sugere, por sua dimensão, uma movimentação no pós-abolição, como defendido pelas autoras mencionadas e por Nara Saletto.<sup>80</sup> É preciso ressaltar que essa movimentação ocorreu em direção ao sul do Estado, especialmente para o município de Cachoeiro de Itapemirim, tendo este a vivenciado de forma variável entre seus distritos.<sup>81</sup>

Se os números presentes nos Censos de 1872 e 1890, base para as afirmações das pesquisadoras citadas, indicam a permanência da população de origem africana no Espírito Santo após a abolição, bem como no próprio município de Cachoeiro de Itapemirim, pode-se reforçar aqueles dados por meio de notícias publicadas no periódico analisado, as quais evidenciam não apenas o passado escravista dos

---

<sup>77</sup> SCWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>78</sup> LAGO, 2018, p. 189.

<sup>79</sup> ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: spdc/ufes, 1993.

<sup>80</sup> SALETTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Edufes: Vitória, 1996, p. 193-196.

<sup>81</sup> ALMADA, 1993; SALETTO, 1996.

sujeitos, como a dificuldade de vê-los como cidadãos. Ainda durante o período monárquico, por exemplo, em uma reunião para discutir a reorganização do trabalho, o Dr. José Alvarez Coutinho explicava aos membros de *sua classe* que “não consta que do nosso município tenham-se ausentado nem os libertos pela lei de 13 de Maio nem os antigos camaradas; uns e outros eu posso afirmar que acham-se de fato empregados nos diversos misteres da lavoura”. O problema, segundo ele, seria que, na nova situação, o lavrador não possuiria mais a segurança para admoestar os trabalhadores sem o risco de ser respondido com um tiro de garrucha.<sup>82</sup> Ratificando a afirmação daquele lavrador a respeito da permanência dos trabalhadores, outra publicação do mesmo ano informou que Firmino Caetano da Fraga havia inaugurado uma aula noturna “para todos os seus ex-escravizados” [grifo nosso].<sup>83</sup> O fim da escravidão, como visto na expressão em destaque, não aboliu o uso de termos que indicavam a ideia de posse dos trabalhadores pelos patrões o que também poderia ser expresso por meio da vinculação ao lugar de trabalho. Em novembro, o jornal noticiou que “os libertos [da Fazenda] do Monte Cristo” haviam impedido o assalto a um moço que transitava na localidade.<sup>84</sup> No mesmo período, o senhor Manoel Gomes Pena Forte foi ao periódico reclamar da demora para ser reembolsado dos valores que havia adiantado aos “ex-escravizados da fazenda” Concórdia, sequestrada pelo Banco do Brasil, para a qual havia prestado serviço.<sup>85</sup> Em 1889, sabemos que outra fazenda na localidade manteve como mão de obra ex-escravos, já que “um dos libertos da Fazenda do Centro” foi assaltado ao se deslocar até outro distrito.<sup>86</sup>

Após o estabelecimento da República, encontramos indícios da permanência de libertos nas mesmas fazendas onde haviam sido escravizados. Um exemplo foi a publicação realizada em 1891 por Francisco da Rosa Machado, proprietário da Fazenda Boa Esperança, para advertir seu confrontante, o senhor José Gomes Pinheiro, para que tomasse “providências contra seus colonos, que são seus ex-escravos e outros, para não provocarem danos em sua propriedade, nem matarem seus animais”.<sup>87</sup> Anos depois, em 1896, o senhor Bernardo Vieira Machado foi salvo

---

<sup>82</sup> O CACHOEIRANO, n. 39, de 23 de setembro de 1888, p. 4.

<sup>83</sup> O CACHOEIRANO, n. 26, de 24 de junho de 1888, p. 2.

<sup>84</sup> O CACHOEIRANO, n. 44, de 11 de novembro de 1888, p. 1.

<sup>85</sup> O CACHOEIRANO, n. 46, de 25 de novembro de 1888, p. 3.

<sup>86</sup> O CACHOEIRANO, n. 14, de 7 de abril de 1889, p. 3.

<sup>87</sup> O CACHOEIRANO, n. 30, de 27 de setembro de 1891, p. 3.

de uma tentativa de assassinato “por duas de suas ex-escravas”,<sup>88</sup> cujos nomes, à semelhança das outras notícias, não foram divulgados. Tais publicações, assim como diversos textos que fazem referência à crise da lavoura/desorganização do trabalho, como aqueles transcritos acima, ou que relacionam pessoas, geralmente anônimas, nas mais distintas situações a “seus ex-senhores”, ratificam a afirmação sobre a permanência dos libertos na região, indicada pelos números, e ajudam a perceber a visão negativa com a qual foram descritos e as expectativas sobre eles. Conforme notado por Lilia Schwarcz, na pesquisa sobre São Paulo no final do século XIX, há uma mudança nas representações sobre os negros nos jornais no ocaso da escravidão. Naquela conjuntura, passaram a receber destaque as publicações sobre seu suposto caráter degenerado, “desvendado” pelas teorias raciais científicas da época.<sup>89</sup>

Ao comparar os dados sobre os libertos apresentados nas figuras 9 e 11, percebe-se imediatamente uma redução significativa de sua presença n’*O Cachoeirano*. Enquanto nos anos de 1888 e 1889, respectivamente, 77,4% e 46,8% das edições abordaram o tema, entre 1890 e 1898, o percentual de edições que citou os libertos variou entre zero e quinze. Considerando que o segundo intervalo equivale aos anos iniciais da República, cujos governos preocupavam-se em construir a imagem de uma pátria civilizada e, que isso implicava o esforço de esquecimento do passado escravo e o incentivo à imigração europeia, não se pode estranhar a redução da presença de libertos no periódico. Na verdade, em uma sociedade livre, na qual todos os habitantes haviam se tornado “iguais” pelo “glorioso ato de 13 de maio”, o que deve ser admirado não é o desaparecimento gradual dos libertos nos periódicos, mas sua persistência. Ela é indício dos limites do acolhimento dos ex-escravos pela “pátria livre”, da dificuldade de enxergá-los como cidadãos, o que se refletiu nas nomenclaturas usadas pelo periódico para se referir a eles no mundo em transição: “cidadãos de 13 de maio”, “novos cidadãos”, “[homens] 13 de maio”, “mulheres 13 de maio”. Conforme afirmado por José Murilo de Carvalho,<sup>90</sup> a abolição formal da escravidão, em 1888, não garantiu a igualdade efetiva, pela qual a população negra ainda luta. As referências ao passado escravo encontradas n’*O Cachoeirano* parecem indicar não apenas a limitação de sua cidadania, mas também um esforço de diferenciação – ao

---

<sup>88</sup> O CACHOEIRANO, n. 9, de 1 de março de 1896, p. 3.

<sup>89</sup> SCHWARCZ, 1987, p. 224.

<sup>90</sup> CARVALHO, 2008b.

menos nos primeiros anos – em relação àquelas pessoas que haviam conquistado a liberdade muito antes da Lei Áurea.

No período republicano, os libertos aparecem no periódico em situações bastante diversificadas, que variaram entre a participação em crimes, a ação para evitá-los e, principalmente, o papel de vítima;<sup>91</sup> no anúncio de uma mãe em busca do filho afastado durante a escravidão;<sup>92</sup> acidentes; acusações sobre o recrutamento sem pagamento pela polícia; acusações de vagabundagem ou vadiagem; protestos contra sua autonomia; curiosidades sobre a morte de indivíduos centenários; denúncias de uma suposta conspiração local contra a República;<sup>93</sup> críticas pela saudação ao rei da Etiópia, Menelik, por sua vitória contra a Itália; lista de devedores em inventários; análises sobre seu comportamento e desempenho no trabalho; comemorações da abolição, etc. Enfim, as publicações são diversificadas, mas é interessante notar que não se observou da parte dos redatores ou de seus colaboradores a preocupação com a assistência a essa população – com exceção de denúncias pontuais sobre a exploração de sua mão de obra.<sup>94</sup> Evidentemente, essa constatação não é novidade diante da profusão de pesquisas sobre o Brasil realizada há décadas, mas deseja-se enfatizar a mudança d'O *Cachoeirano* em relação aos primeiros meses após a abolição, por meio da qual, ainda que de forma tímida e com interesses específicos, havia pontuado a necessidade de ações do governo e dos lavradores voltadas para os “novos cidadãos”. Depois da Proclamação da República, entretanto, concentrou-se no “golpe” da Lei Áurea sobre a lavoura e as necessidades dos fazendeiros.

Se os apelos do periódico se dirigiram naqueles anos para salvar a lavoura, considerada “quase a única fonte de riqueza” do Estado do Espírito Santo e do país,

---

<sup>91</sup> João Paulo Barbosa notou em sua pesquisa uma tendência maior de “pessoas de cor” como vítimas de crimes do que como praticantes no período imediatamente posterior à abolição nos jornais do Rio de Janeiro. Cf. BARBOSA, João Paulo. *O pós-abolição no Rio de Janeiro: representações do negro na imprensa (1888-1910)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

<sup>92</sup> A notícia era uma transcrição do jornal *Gazetinha* solicitando a ajuda da imprensa brasileira para encontrar o filho de Marcelina, ex-escrava em Guaratinguetá que procurava o filho Cornélio, de 13 anos, que havia se ausentado da cidade há quatro anos na companhia de seu pai, o também ex-escravo Gregório. O CACHOEIRANO, n. 30, de 31 de julho de 1892, p. 2.

<sup>93</sup> Segundo denúncia enviada ao Governo do Estado do Espírito Santo, em dezembro de 1891, o ex-abolicionista João Paulo Ferreira Rios estaria organizando os ex-escravos do sul do estado contra o Governo Republicano. Por falta de espaço não abordaremos o evento, mas ele já foi citado no capítulo anterior quando apresentamos a negação de João Paulo sobre o assunto.

<sup>94</sup> Em 1894, por exemplo, o periódico acusava o delegado de polícia de dar preferência ao recrutamento de libertos empregados no trabalho agrícola para servirem na cadeia sem pagamento. O CACHOEIRANO, n. 42, de 28 de outubro de 1894, p. 2.

os libertos ocuparam papel importante em seus planos, como mostra a lamentação presente no editorial de dezembro de 1891:

#### Vadiação

Na quadra que atravessamos, a carestia, o elevadíssimo preço dos gêneros alimentícios longe de afastar das esquinas, das vendas e dos lugares em que melhor podem os vadios dar expansão aos seus prejudiciais instintos, parecem ter-lhes concedido mais facilidade para abraçarem a ociosidade – porta franca – para a entrada do vício com todo o seu cortejo de horrores. [...]

No intuito de obviar tão grave mal esperamos que o interesse das dignas autoridades jamais desmaie em obrigar ao trabalho todo vagabundo, pouco importando que se lhe vá uma vez por todas o engano ledo e quedo que o embale, *julgando só poder desfrutar a liberdade* engrossando as fileiras da vadiação. [grifo nosso]<sup>95</sup>

A menção aos libertos foi indireta na transcrição acima, assim como a maioria daquelas relacionadas à vagabundagem, vadiagem, falta de braços, desorganização do trabalho.<sup>96</sup> Entretanto, fica evidente pelo trecho em destaque o alvo desse artigo. De forma geral, os redatores deixaram claro quais eram suas preocupações:

#### A vadiagem

Sob o título acima, passamos o artigo que diz perfeitamente sobre as nossas necessidades. Assim, chamamos a atenção da Intendência Municipal a fim de que alguma coisa façam em benefício do nosso município, cuja fertilidade é de todos conhecida.

Ei-lo pois:

É deveras doloroso, causa pena, ver a dificuldade com que luta a lavoura, já por si tão depreciada, com a falta de braços para o seu desenvolvimento.

Aquele que tem um capital enorme empregado em terras e benfeitorias, vê-o morto, sem dar-lhe resultado algum, porque não tem de quem lançar mão para poder trabalhar. No entanto, corramos uma vista d'olhos por tantas centenas de casas pequenas espalhadas pelo nosso município; o que vemos? Bailes, batuques, bebedeiras, desordens, roubos – tutu quanti – é predicado de vagabundos e gatunos. Não se encontram trabalhadores, mas vemos por aí aos centos, amontoados em verdadeiros antros de devassidão, em confusão, homens, mulheres e crianças que se estão criando com o exemplo degradante do vício e da imoralidade.

Não tem pão para comer, porém aguardente para beber e uma viola ou sanfona para tocar, isso eles sempre arranjam, custe o que custar, sofra quem sofrer.<sup>97</sup>

A lavoura era a grande preocupação do periódico, o que se expressa pela crítica à autonomia dos libertos, pela criação e reforço de estereótipos ou, como visto, pelos apelos ao governo por assistência por meio de crédito, imigração e “organização do trabalho”. Todavia, a ausência de braços não era sentida apenas na lavoura. A reclamação por falta de pessoas para realizar os serviços domésticos também apareceu no periódico, que discutiu o assunto de forma enfática no primeiro ano do

<sup>95</sup> O CACHOEIRANO, n. 38, de 6 de dezembro de 1891, p. 1.

<sup>96</sup> Esclareço que as menções indiretas aos libertos não foram contabilizadas na figura 9. Todavia, resolvi fazer uso da análise qualitativa para abordar o tema de forma mais eficiente.

<sup>97</sup> O CACHOEIRANO, n. 30, de 27 de setembro de 1891, p. 1.

novo regime, 1890 – quando se tornou órgão do *Club Republicano 4 de Maio*.<sup>98</sup> A maioria das publicações se referem a apelos à Intendência Municipal<sup>99</sup> para regulamentar o serviço de criadagem ou notícias sobre o assunto, inclusive com reproduções de artigos sobre outros lugares como aquele transcrito anteriormente.<sup>100</sup> Foram publicados elogios às autoridades policiais por suas iniciativas repressoras e seus avisos legais. Logo nos primeiros dias do ano, o delegado de polícia publicou edital marcando o prazo de quinze dias para o registro das “criadas de servir” e estabeleceu que todos os indivíduos que não estivessem em ocupação deveriam se empregar dentro do prazo de cinco dias. Ao final do prazo, “os que se encontrarem sem ocupação, serão intimados para se retirarem deste termo, sob pena de assinarem termo de bem viver.”<sup>101</sup>

As autoridades municipais igualmente se ocuparam do assunto logo no início de seu mandato. O projeto de serviço de criadagem, elaborado pelo intendente e fazendeiro Diogo Pires de Amorim, foi aprovado por unanimidade na sessão de 23 de abril de 1890, tendo seguido para a aprovação do Governador. O editor d’*O Cachoeirano* defendia a proposta “porque importa ela dois grandes serviços prestados à sociedade: provimento de criados nas casas que necessitam e repressão da vagabundagem.”<sup>102</sup> Infelizmente, não conhecemos o teor do documento nem se ele foi sancionado pelo governo estadual. Porém, sabe-se que o incentivo à repressão por parte das autoridades policiais não desapareceu, nem as reclamações sobre o livre trânsito de determinadas pessoas pela cidade. Cerca de um ano após a regulamentação, o periódico publicou o seguinte:

Repressão à vagabundagem

É digno de nossos encômios e da gratidão do povo desta cidade o sr. Tenente Cruz pela energia que tem empregado prendendo e dando emprego, especialmente a certa classe de gente que se diz – lavadeira. Já não se ouve nas ruas o gargalhar constante dessa gente e as famílias acham, com facilidade, alugadas, o que era difícil conseguir-se antes da vinda do sr. Tenente Cruz.<sup>103</sup>

<sup>98</sup> A redação era composta por republicanos que defenderam a causa antes da mudança de regime, como o Dr. Bernardo Horta e o Dr. Lydio Mariano. O fundador do periódico, João de Loyola e Silva, no mesmo grupo dos anteriormente citados, tornou-se o gerente. O CACHOEIRANO, n. 24, de 15 de junho de 1890.

<sup>99</sup> Órgão nomeado pelo Governador em substituição às antigas Câmaras Municipais.

<sup>100</sup> O periódico não informou a origem desse artigo.

<sup>101</sup> O CACHOEIRANO, n. 3, de 19 de janeiro de 1890, p. 2.

<sup>102</sup> O CACHOEIRANO, n. 17, de 27 de abril de 1890, p. 2.

<sup>103</sup> O CACHOEIRANO, n. 9, de 22 de março de 1891, p. 2.

Ainda que não seja novidade, vale destacar que a maioria das publicações sobre o serviço doméstico, como a transcrita acima, reforçam a associação desse tipo de trabalho com o gênero feminino. Reclama-se da falta de cozinheiras, lavadeiras, “criadas de servir”, bem como de sua “petulância” com exigências às patroas, de sua “preguiça”, de sua “falta de pudor”, até mesmo de suas gargalhadas. Enquanto os editoriais, artigos e colaborações discutiram meios de disciplinar essa mão de obra, a seção recreativa do periódico apresentou anedotas que reforçaram os estereótipos sobre aquelas mulheres. Uma delas, por maior que seja a indignação<sup>104</sup> despertada por sua leitura, transcrevo abaixo porque esse tipo de conteúdo ajuda a compreender a visão e o lugar que a sociedade reservava à mulher negra, ou como era comum à época, à mulher “de cor”. Como assevera Adilson Moreira, os estigmas culturais podem afetar todas as dimensões da vida dos grupos minoritários, o que deveria ser ainda mais intenso no contexto do pós-abolição.<sup>105</sup> Em 14 de agosto de 1892, a seção recreativa imprimiu os seguintes versos:

A mulher branca é sublime,  
A mulata é cousa agreste;  
Toda negra tem catinga;  
Não há crioula que preste.<sup>106</sup>

A discussão sobre a situação da mulher na escravidão e no pós-abolição será retomada em outro capítulo. Neste momento, interessa pontuar a existência de um lugar específico e de estereótipos a ela atribuídos naquele período de enfrentamento da “vagabundagem”. Aliás, libertas de outros lugares do mundo enfrentaram acusações semelhantes. Nos Estados Unidos, Eric Foner registrou a resistência das mulheres negras a trabalharem como domésticas e sua taxaço “como preguiçosas e um tanto ridículas” pela mesma sociedade que exaltava os ideais de vida doméstica para as mulheres brancas.<sup>107</sup>

As transcrições anteriores indicam a bandeira levantada pel’ *O Cachoeirano* ao longo de todo o período analisado, ou seja, o incentivo à “organização do trabalho” por meio

---

<sup>104</sup> A busca pela neutralidade acadêmica, como já admitido por muitas pesquisadoras e pesquisadores, não consegue anular o sujeito, não elimina seu histórico e, portanto, seu lugar de fala. Sendo assim, acredito ser correto admitir esse lugar que, no meu caso, é o de mulher negra, e manifestar minha indignação perante o tipo de conteúdo que estruturou as relações raciais na sociedade brasileira, impactando negativamente as mulheres de outrora e as do presente. A indignação quanto à injustiça, quanto à violação de direitos humanos - fossem eles reconhecidos ou não à época - não pode ser rebaixado à categoria de anacronismo.

<sup>105</sup> MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

<sup>106</sup> O CACHOEIRANO, n. 32, de 14 de agosto de 1892, p. 3.

<sup>107</sup> FONER, 1988, p. 18.

de medidas repressivas a homens e mulheres que insistiam em buscar um caminho de autonomia na “pátria livre”. Como pode ser intuído pelo relato do fazendeiro Francisco Salles de Amorim, bem como pelos estereótipos associados àquela população e o combate à sua autonomia, o projeto sofreu oposição.

O Código de Posturas Municipais, aprovado em 29 de dezembro de 1893, e publicado no periódico ao longo do ano de 1894, atesta a insistência da tentativa de controle sobre os libertos e demais trabalhadores, bem como é indicativo de sua resistência. Aliás, desde o início do período republicano, *O Cachoeirano* discutia por meio de seu editorial e de colaborações, como aquelas escritas pelo *Club da Lavoura do Castelo*, a necessidade de escutar os “homens ilustrados e acatados”<sup>108</sup> na produção de leis com o intuito de organizar o trabalho, uma vez que caberia a eles dizer “o que tem a lei de possuir para sua tranquilidade e prosperidade.”<sup>109</sup> Suas propostas foram as bases para a criação de legislações e regulamentações locais, como o projeto de serviço de criadagem, outrora mencionado, e o Código de Posturas.

Código de Posturas (continuação)

#### *Capítulo III*

*Limpeza das ruas, diversas providências sobre animais soltos e outros objetos que incomodem ao público e ofendam a moral e os costumes.*

Artigo 39. São proibidas as casas de batuque. Os proprietários serão multados em vinte mil reis e os que neles forem encontrados sofrerão a multa de 5 mil réis ou dois dias de prisão. Estas penas serão duplicadas nas reincidências.

#### *Capítulo IV*

*Estradas, caminhos e diversos meios de manter a segurança e tranquilidade públicas, etc.*

Art. 70: Induzir por meio de promessas, vantagens ou outros meios reprovados os trabalhadores agrícolas, industriais ou mesmo criados de serviço doméstico a deixarem o estabelecimento da casa em que se acharem colocados; multa do responsável de vinte mil réis sobre cada trabalhador que deixar o serviço e mais cinco dias de prisão se for encontrado dentro do estabelecimento sem autorização do dono ou gerente.

Art. 71: O operário ou trabalhador que deixar o estabelecimento fabril ou rural sem aviso prévio de dez dias, salvo caso de sevícias, crime ou falta de pagamento, sofrerá a multa de vinte mil réis ou cinco dias de prisão; na mesma pena incorrerá o proprietário ou gerente daqueles estabelecimentos que despedir o trabalhador sem avisá-lo com dez dias de antecedência, salvo nos casos de sevícias, injúrias, outros crimes ou abandono de serviço.<sup>110</sup>

Diferentemente do que se afirmou nas edições comemorativas da abolição, esta não assegurou a inserção imediata e em condições de igualdade na sociedade daqueles

<sup>108</sup> O CACHOEIRANO, n. 11, de 16 de março de 1890, p. 3.

<sup>109</sup> O CACHOEIRANO, n. 14, de 6 de abril de 1890, p. 1.

<sup>110</sup> O CACHOEIRANO, n. 15, de 22 de abril de 1894, p. 1.



que até então estavam privados de sua liberdade, conforme já foi amplamente discutido pela historiografia.<sup>111</sup> A República tampouco incentivou essa inserção. Sequer a livre organização foi garantida às manifestações afro-brasileiras, conforme atesta a proibição às Casas de Batuque<sup>112</sup> pelo Código de Posturas de Cachoeiro de Itapemirim. O documento, embora não se limitasse a disciplinar as relações entre os ex-escravos e seus patrões, indica claramente uma continuidade da tendência observada desde o período anterior à abolição. Como discutido no primeiro capítulo, os moradores do distrito do Veado anunciaram orgulhosamente ser a primeira localidade no município a abolir a escravidão dias antes da assinatura da Lei Áurea. A mesma edição que noticiou esse “adiantamento” e procurou convencer os fazendeiros da região a seguirem seu exemplo publicou o “Aviso” sobre as determinações a respeito da localização e sedução dos trabalhadores libertos. Assim, o Código de Posturas Municipais é a materialização dos clamores de *O Cachoeirano* a respeito de medidas complementares ao “grande dia de 13 de maio” para a “organização do trabalho” – iniciado anos antes com a atuação das autoridades policiais sobre as “criadas de servir” e com o projeto de serviço de criadagem elaborado pela Intendência Municipal.

As regras do governo republicano de Cachoeiro de Itapemirim, tal qual o decreto distrital do período monárquico, se apoiaram em uma suposta incapacidade dos trabalhadores agrícolas, industriais e “criados domésticos” para se defender da sedução de empregadores. A reclamação sobre a desunião entre os fazendeiros, manifestada desde a abolição, também aparece no documento, mas as pesadas multas e a prisão demonstram de forma evidente o peso sobre os trabalhadores e a insatisfação com a possibilidade de exercício da liberdade na busca por melhores condições de vida e trabalho. Aliás, a aceitação das sevícias e outros crimes como

---

<sup>111</sup> CARVALHO, 2008; LAGO, 2018.

<sup>112</sup> Segundo Cleber Maciel, “batuque” possui vários significados. É um nome para o caxambu, denomina uma manifestação cultural de origem africana no norte do Espírito Santo e constituiu uma denominação genérica utilizada durante a escravidão pelos senhores para se referir a “reuniões de negros que continham danças, cantos e atabaques” – também chamados de “Macumbas, Pagodes e Samba”. Como se verá no próximo capítulo, o caxambu envolvia, no passado, uma dimensão religiosa. Todavia, no caso do recorte espacial e temporal analisado, acredito que a instituição proibida pelo Código de Posturas tenha sido um centro religioso, uma vez que em nenhum outro momento elas foram citadas ou diretamente relacionadas aos “batuques” e “tambores”. A participação de libertos em manifestações como essas era criticada no cotidiano, mas parecia tolerada pelas autoridades em ocasiões especiais, como a comemoração do 13 de Maio. Cf. MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Organização de Osvaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

justificativa para o abandono do emprego testemunha o inconformismo de parte daquela sociedade com a abolição e a continuidade de práticas do período escravista. O fim da escravidão não significou o fim da violência contra trabalhadores e desafetos. No período analisado, foram diversas as denúncias contra autoridades policiais, políticos e lavradores que castigaram pessoas ao modo do antigo regime, com o uso de chicotes, tronco, bacalhau, palmatória, etc. Em 1893, ano da criação do Código de Posturas, *O Cachoeirano* publicou a seguinte contribuição de “um observador” anônimo: “em breve teremos uma lei em substituição a de 13 de maio, isto é, uma lei pela qual se fazem tornar a escravidão todos aqueles que não estejam revestidos de algum cargo político.”<sup>113</sup> A denúncia em questão, que apontava o abuso de poder por parte do delegado e o uso de “bolos” e do “tronco”, era do município vizinho, Itapemirim. Outros lugares do Espírito Santo e do Brasil foram contemplados nessas denúncias contra a “barbaridade” relacionada pelo periódico à escravidão e à monarquia. Na capital, Vitória, por exemplo, “mulheres 13 de maio” foram recolhidas à cadeia e receberam palmatoadas em 1892, o que “era contra a lei”, conforme enfatizado no artigo.<sup>114</sup> Em Santa Teresa, localidade do interior capixaba, dois praças foram espancados e amarrados após se negarem a fazer serviços domésticos para o juiz de direito e para o delegado. Em 1897, *O Cachoeirano*, que era oposição ao governo estadual naquela conjuntura, transcreveu um telegrama publicado originalmente no *Gazeta de Notícias* sobre “Como se consegue polícia” no Espírito Santo.

Aracaju, 25.

*O Esperança*, saído há dias, levou para o Espírito Santo, remetidos por Aristides Navarro, quarenta sergipanos recrutados a ordem do governo de Garcez, para verificarem praça na polícia daquele Estado. [...]

O Penedo, entrado hoje, conduzirá nova remessa de sergipanos; acham-se para isso presos no quartel da polícia.

Este Navarro, o dr. Martinho Garcez mandou vir da Vitória para ser contratante de todas as empresas estaduais.

Tinha proposto a um negociante desta cidade, que recusou remeter-lhes sergipanos por 50\$ por cabeça. Aqui chegado está fazendo tráfico.

Auxiliado pelo governo, encarrega-se de prender e guardar as bestas humanas, que são examinadas pelo inspetor de higiene e guardadas até o momento do embarque para a Vitória, onde vão ser vendidas.

Sergipe está reduzido a nova costa d'África, onde estabeleceu-se tráfico humano. Ninguém tem coragem nesta situação asfixiante de erguer protesto contra esse terrível atentado.

<sup>113</sup> O CACHOEIRANO, n. 35, de 24 de setembro de 1893, p. 3.

<sup>114</sup> O CACHOEIRANO, n. 17, de 01 de maio de 1892, p. 1.

Receio violências para abafar a indignação do povo que assiste triste e silencioso. Fazei alguma coisa pelos míseros sergipanos.<sup>115</sup>

Não é nosso objetivo apresentar cada uma das denúncias realizadas no periódico e seus desdobramentos, até porque entende-se que elas eram apenas uma parcela da realidade, talvez aquela mais visível para os denunciantes e/ou ferramenta usada para atacar inimizades e oposições políticas. Ao chamar a atenção para alguns castigos, apontados no próprio contexto como sendo da “época da escravidão” ou do “antigo regime” desejamos destacar a violência à qual os trabalhadores estavam sujeitos mesmo após a Lei Áurea. Não negamos a importância da legislação, mas ressaltamos que ela não transformou a sociedade de forma instantânea a ponto de ser verossímil denunciar uma suposta compra de homens em outro estado brasileiro quase 10 anos após a abolição. Se as relações entre senhores e ex-escravos no Brasil foram marcadas por tensões e ações violentas, conforme demonstrado por diversas pesquisas,<sup>116</sup> no Espírito Santo não foi diferente. Como afirma Rafaela Lago, tais ações arbitrárias constituíram-se em “um dos principais eixos de continuidade entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade”.<sup>117</sup> A mentalidade escravocrata persistiu e se manifestou até em relação aos estrangeiros. Nem mesmo os trabalhadores italianos, celebrados no periódico como os agentes da civilização, foram poupados. O ano de 1897, por exemplo, se iniciou com denúncias contra o senador Eugênio Pires de Amorim, médico e membro de importante família de fazendeiros da região já citada anteriormente, de chicotear um eleitor italiano dentro do edifício da seção onde realizaram-se as eleições do dia 30 de dezembro de 1896.<sup>118</sup>

É bom esclarecer que o exemplo da violência contra o cidadão italiano não significa igualar a situação de estrangeiros a dos libertos. A diferenciação realizada no periódico entre os dois grupos é visível, além das próprias condições de vida às quais estavam submetidos. Evidentemente, também não se pretende ignorar ou subestimar as difíceis condições vivenciadas por muitos europeus no Espírito Santo, já

---

<sup>115</sup> O CACHOEIRANO, n. 22, de 06 de junho de 1897, p. 1.

<sup>116</sup> ALBUQUERQUE, 2004.

<sup>117</sup> LAGO, 2018, p. 218.

<sup>118</sup> O CACHOEIRANO, n. 2, de 10 de janeiro de 1897, p. 2.

divulgadas por ampla bibliografia acadêmica e memoriais,<sup>119</sup> mas constatar as diferenças entre eles e os libertos e demais brasileiros “de cor”. A fim de ilustrar essa afirmação, é interessante observar uma notícia publicada em julho de 1890. Os redatores d’O *Cachoeirano* saudavam um amigo, Capitão Henrique Deslandes, por ter fechado contrato de criação de burgos agrícolas para o Estado de São Paulo. A empresa propunha-se a localizar colonos sob a condição de os tornar proprietários dos terrenos a cultivar, dando a cada família um lote de 15 hectares, casa, instrumentos de lavoura, gêneros alimentícios até a primeira colheita. Entre as obrigações da empresa, estava a localização de colonos nacionais na proporção de 15%, “devendo preferir os libertos de comportamento reconhecidamente bom”.<sup>120</sup> Este empreendimento, que limitava a participação de nacionais e exigia o que se denominava “bom comportamento” por parte dos libertos, recebeu aplausos por parte d’O *Cachoeirano*, que fez votos para que ele fosse implantado no Espírito Santo.<sup>121</sup> Independentemente da efetivação desse empreendimento, que parece ter sido concedido no ano seguinte a outra empresa,<sup>122</sup> merece destaque a defesa de um projeto com evidente limitação de oportunidades de inclusão e ascensão social aos

---

<sup>119</sup> Cf. WAGEMANN, Ernst. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Tradução de Reginaldo Sant’Ana. Rio de Janeiro: IBGE, 1949; CAVATI, João Batista. *História da imigração italiana no Espírito Santo*. Belo Horizonte: São Vicente, 1973; NOVAES, Maria Stella de. *Os italianos e seus descendentes do Espírito Santo*. Vitória: IJSN, 1980; ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo, 1847-1896*. Niterói: Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal Fluminense, 1984. (Dissertação, Mestrado em História); CELIN, José Lazaro. *Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo*. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984. 330 p. (Dissertação, Mestrado em Economia); SALETTO, N. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996; CASTIGLIONI, Aurélia. REGINATO, Mauro. *Imigração italiana no Espírito Santo: o banco de dados*. Vitória: Companhia Siderúrgica de Tubarão, Unimed, 1997; CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.) *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória, UFES, 1998; Dadalto, M. C. (2018). Imigrantes suíços no Espírito Santo no Oitocentos: entre as representações de morigerados e indolentes. *Estudos Ibero-Americanos*, 44(2), 354-364. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2018.2.27326>; CELIN, José Lazaro. *Imigração italiana no Espírito Santo: aspectos históricos e sinais contemporâneos*. In: *Revista GeoNordeste*, São Cristóvão, Ano XXX, n. 3, p. 56-75, jul./dez. 2019; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES). *Projeto Imigrantes*. Disponível em: <http://imigrantes.es.gov.br/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

<sup>120</sup> O CACHOEIRANO, n. 27, de 6 de Julho de 1890, p. 2.

<sup>121</sup> Limitações como essa não foram criadas na República. Em 31 de outubro de 1888, portanto, ainda no regime monárquico, o Governo havia emitido um aviso determinando que os nacionais tinham os mesmos direitos e vantagens dos imigrantes para concessão de lotes em colônias, mas limitados ao número de 50 famílias para 1000 estrangeiros. Além disso, os nacionais deveriam provar que eram chefes de família, morigerados e trabalhadores agrícolas para fazer a requisição. O CACHOEIRANO, n. 51, de 30 de dezembro de 1888, p. 1.

<sup>122</sup> Em 1891, um burgo agrícola foi concedido ao Visconde de Carvalhaes, sendo enviada uma comissão de engenheiros para fazer a demarcação. O CACHOEIRANO, n. 24, de 16 de agosto de 1891, p. 1.

nacionais e libertos logo após a abolição.<sup>123</sup> Como temos discutido, esse posicionamento não é surpresa, já que estava coerente com a postura assumida pelo periódico – defesa da grande lavoura, da imigração e do controle sobre os libertos.

A epidemia de cólera, que assombrou Cachoeiro de Itapemirim em 1895, também ajuda a refletir sobre a constatação anterior da diferença entre libertos e imigrantes. Segundo a cobertura realizada no periódico estudado, a doença teria chegado à cidade com os imigrantes italianos e se espalhado devido à péssima localização e condições da hospedaria, que já eram criticadas há muito tempo pelo próprio órgão. Ainda assim, os dados apurados pelo delegado de higiene indicaram uma vulnerabilidade maior entre a população “de cor”. Das 55 pessoas internadas no Lazareto, 19 eram brancas (dentre as quais, 12 italianas, uma portuguesa, uma alemã); 26 mestiças e 10 pretas (incluindo uma “africana”).<sup>124</sup> Essa doença, já conhecida no Espírito Santo desde, pelo menos, a década de 1850, conforme estudo de Sebastião Pimentel Franco, deixava o doente prostrado por dias, sem condições de trabalhar. Por esse motivo, afetava “especialmente a população mais pobre”.<sup>125</sup>

A diferença à qual nos referimos, menos visível nos números dada a escassez de pesquisa sobre a população liberta na região, se evidencia no periódico por outros meios. Como visto, as publicações sobre os ex-escravos diminuíram n’ *O Cachoeirano* após o início do regime republicano, ao comparar-se com o período entre a abolição e a Proclamação da República. Quando apareciam fora das notícias curiosas que invocavam seu passado escravista, estavam relacionados aos estereótipos negativos, base para reivindicação de controle por parte dos “homens ilustrados” e para o incentivo à imigração. Enquanto isso, as publicações sobre os imigrantes permaneceram como um dos tópicos mais abordados no periódico dentro da temática

---

<sup>123</sup> É interessante observar que as limitações a essa população vão continuar nas décadas seguintes, se refletindo na diferença social observada em relação aos imigrantes. Um exemplo dessas limitações é oferecida pelo trabalho de Vilma Almada, que aponta a legislação de 20 de dezembro de 1909, resultado da mudança da política de terras implementada pelo governo estadual desde 1896, como um empecilho à aquisição de terras e, portanto, à inserção social dos libertos e descendentes, especialmente pela dificuldade de satisfazer as exigências impostas pelo artigo 13 de atestado das autoridades judiciais ou policiais e o reconhecimento de firma do atestante e do habilitante. ALMADA, 1993, p. 109.

<sup>124</sup> O CACHOEIRANO, n.24, de 30 de junho de 1895, p. 1.

<sup>125</sup> FRANCO, Sebastião Pimentel. Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856). In: *Almanack*. Guarulhos, n. 07, p.117-136, 1º semestre de 2014, p. 130.

analisada.<sup>126</sup> Houve uma redução em relação aos anos de 1888 e 1889 (90,3 e 80,6%, respectivamente), porém a frequência do tema *imigração* superou todos os demais, incluindo a crise da lavoura, a abolição ou o destino dos libertos. Sua abordagem, ainda que diversificada, indicou-a como uma alternativa para superar esses três “problemas” – abolição, crise da lavoura e destino dos libertos – conectados pela narrativa predominante no periódico.

A pesquisa de Gilda Rocha mostra que a entrada de imigrantes no Espírito Santo entre 1888 e 1896 foi superior ao número das duas fases anteriores (1847-1881; 1882-1887), ultrapassando 21 mil pessoas.<sup>127</sup> Essa intensificação da corrente imigratória ajuda a explicar a frequência do tema no periódico, que passou a valorizá-lo quando o regime escravista mostrava seu desgaste a nível nacional e alcançou o auge no ano da abolição. Nos anos seguintes, os redatores, de uma forma geral, continuaram defendendo a imigração estrangeira e, de forma complementar, a colonização nacional. Em 1893, ano em que *O Cachoeirano* foi administrado pelos irmãos Fernandes, a “imigração cearense” e os assuntos relacionados à “colônia cearense” local ganharam destaque.

Possivelmente, a principal diferença entre as publicações sobre a imigração nos primeiros anos da República e o período anterior tenha sido a redução das matérias com o objetivo de convencer os leitores sobre a necessidade da imigração. Elas não desapareceram, mas reduziram sua proporção diante da diversificação das publicações sobre a temática, que incluíram: a defesa dos interesses dos imigrantes, como exigências sobre a qualidade do serviço de imigração ou denúncias contra maus-tratos; notícias sobre embarque e desembarque no Espírito Santo e em outros estados; notícias sobre o país de origem dos imigrantes e as reações locais a elas, como a Guerra entre a Itália e a Etiópia, que recebeu destaque em 1895 e 1896; comparação do fluxo de imigração e dos recursos utilizados pelo governo espírito-santense e de outros estados; notícias sobre contratos governamentais relacionados ao tema; a inclusão da imigração como bandeira de partidos políticos; comunicações entre os imigrantes, especialmente da comunidade italiana no município; debate sobre as proibições para a imigração para o Brasil e/ou para o Espírito Santo; críticas ao

---

<sup>126</sup> As crises enfrentadas pela jovem república em sua fase de estruturação foram os assuntos mais abordados no período, como as novas legislações, os golpes, as brigas políticas, os desentendimentos diplomáticos, os conflitos internos (Guerra de Canudos, Guerra Federalista, etc).

<sup>127</sup> ROCHA, 2000, p. 123.

Governo Federal pelo rompimento das relações diplomáticas com outros países e o prejuízo à imigração; críticas ao Governo Estadual por não promover a imigração de forma satisfatória; fundação de jornal local para defender a imigração, o *Afonso Cláudio*; criação de sociedades promotoras da imigração; defesa da imigração como a solução para o problema da falta de braços e promoção da riqueza estadual, etc.

Como visto, as publicações se tornaram bastante variadas no período republicano, já que, com a abolição, muitos colaboradores passaram a se interessar pelo tema e a clamar, seguindo a linha dos redatores, para que o Estado providenciasse os braços necessários à lavoura, abalada pelo “golpe do 13 de Maio”. É fato que não houve unanimidade sobre a necessidade de mais braços, tendo alguns defendido a promulgação de leis e códigos municipais para disciplinar aqueles que pouco antes eram escravizados. Porém, é inegável que a narrativa principal d’*O Cachoeirano* durante todo o período analisado baseou-se na alegação da carência de mão de obra, justificada pela suposta “incapacidade” dos libertos de se dedicarem ao trabalho livre. Mesmo após a suspensão do financiamento governamental da corrente imigratória para o Espírito Santo,<sup>128</sup> observou-se a continuidade de publicações sobre o assunto no periódico, sob o argumento da necessidade de atrair trabalhadores estrangeiros. Aliás, o Partido Republicano Federal, partido de oposição ao governo estadual e apoiado pel’*O Cachoeirano*, apresentou como prioridade de seu programa para as eleições de 1898 “dar incremento à lavoura, não só dando-lhe o braço trabalhador de que precisa para restaurar a grande propriedade, que definha, como abrindo vias de comunicação”.<sup>129</sup> Por todo o período, portanto, o tom da narrativa era o mesmo:

Não há quem desconheça que *o desenvolvimento deste estado dependa em absoluto de viação e imigração*; assim ao menos tem entendido o governo que continua a concentrar todos os recursos financeiros na construção de vias férreas e na corrente imigratória possível.

Neste ponto, governo e oposição estão acordes [...]

A lavoura do sul a este respeito nem pode desvanecer as péssimas condições de sua viação atestando serviço regular de imigração, por que continua a sentir falta de braços para a cultura de seus terrenos e aproveitamento de

<sup>128</sup> Em meio a grave crise econômica e financeira, amplamente debatidas no periódico analisado, ocorre a suspensão do serviço de imigração oferecido pelo Estado, em 1896. O governo de Moniz Freire, para quem o Espírito Santo poderia contar com a corrente imigratória espontânea e com a ação dos fazendeiros para canalizá-la, recebe pesadas críticas por parte dos editores e de colaboradores do periódico. Uma análise sobre a suspensão do serviço e a reação com a proibição da emigração por parte da Itália ocorrida em 1895, cf. ROCHA, 2000, p. 127-131.

<sup>129</sup> O CACHOEIRANO, n. 47, de 26 de dezembro de 1897, p. 1; n. 48, de 31 de dezembro de 1897, p. 1.

suas colheitas, de uma grande parte se perde improdutivamente.<sup>130</sup> [grifo nosso]

O artigo acima, publicado originalmente no *Commercio do Espírito Santo*, um periódico da capital, exemplifica nossa afirmação. Sete anos após a abolição, ainda havia quem reclamasse da carência da mão de obra como limitante da prosperidade do Estado, especialmente da região sul, que havia concentrado a população escrava no final do regime escravista e permanecia dependente da produção cafeeira. Diante da constatação do problema, elegia-se a introdução dos “obreiros do nosso futuro”, os imigrantes, como a única solução para salvar a lavoura, ou melhor, a grande lavoura. Assim como outras publicações, o texto ignorava a presença dos muitos ex-escravos na região e a ausência de medidas visando sua inclusão social, para defender a continuidade dos gastos do Estado com a entrada de imigrantes, que deveriam substituí-los. O mesmo raciocínio pode ser visto no texto escrito pelo “inteligente lavrador” – identificação usada pel’ *O Cachoeirano* para se referir a determinado autor anônimo – em crítica à decisão do governo do Estado, presidido por Muniz Freire, sobre a suspensão do serviço de entrega dos estrangeiros na cidade de Cachoeiro de Itapemirim e a necessidade de os lavradores interessados em contratá-los terem que se deslocar até o porto de desembarque no município vizinho. Argumentava ele que “é a lavoura quem paga a imigração para os municípios, tudo o que ela faz é para comprar colonos; já comprou o preto, agora compra o branco para o engrandecimento dos municípios.”<sup>131</sup> A partir desse ponto de vista, centrado na preocupação com a mão de obra, o “inteligente lavrador” cobrou do governo estadual a imigração chinesa, que, segundo Nara Saletto, foi discutida pelos deputados capixabas com especial atenção após a crise do café,<sup>132</sup> embora apareça de forma muito residual no periódico do sul do Estado. Em 1896, em um longo texto que criticava a suposta passividade da lavoura diante das leis emancipacionistas, como a do Ventre Livre e a dos Sexagenários, e do “golpe” da abolição, o “inteligente lavrador” afirmou:

Se diz, especialmente nos dias 13 de maio e outros, tudo caminha, tudo é progresso; mentira, a lavoura caminha arrastada, não tem pessoal, tudo é provisório e efêmero. O lavrador não pode ter nem o necessário para suas economias domésticas. [...]

Por conseguinte essa falta e carestia de gêneros só é atribuída à falta de braços para o trabalho, e essa falta de braços é devida ao desleixo e má orientação no governo do Estado.

<sup>130</sup> O CACHOEIRANO, n. 34, de 8 de setembro de 1895, p. 1.

<sup>131</sup> O CACHOEIRANO, n. 32, de 16 de agosto de 1896, p. 2.

<sup>132</sup> SALETTO, 1996, p. 190.



Chegamos a ponto de se procurar um carpinteiro, um pedreiro, um derribador ou um telheiro, pagando-se quatro vezes mais do que se pagava noutro tempo e não se achar.

Cozinheiras, então, não se fala mais; rara é a casa que tem uma alugada (isso é mesmo é para servir).

Hoje quem ocupa essa profissão são as donas de casa, sem distinção de classe. Vê-se mulheres de fazendeiros, de médicos, de advogados e de comerciantes, algumas doentes, abandonar seus filhos chorando, para irem aprontar almoço ou jantar. [...]

[A lavoura] Está até hoje à espera da grande imigração prometida pelo Dr. Muniz Freire que ficou de abarrotá-la com italianos e chins. Para onde tem ido eles? Cá para o sul, poucos italianos tem vindo; chins ainda não chegou a amostra.

É tamanha a falta e procura desse gênero, que os lavradores tem medo de ir busca-lo no Cachoieiro com receio de ficarem esmagados.<sup>133</sup>

Por considerar os trabalhadores como um “gênero”, sua origem não fazia muita diferença para o “inteligente lavrador”. Na verdade, ele não foi o único com esse raciocínio já que apareceram pelo menos outras duas defesas da imigração chinesa naquele período, ambas em 1894. Uma delas é um elogio, transcrito de outro periódico, ao contrato de imigração de 475 trabalhadores para o Rio de Janeiro, que havia transformado a esperança da corrente imigratória chinesa em realidade, segundo o articulista. A outra publicação possuía a mesma base argumentativa do “inteligente lavrador”, quiçá tenha sido sua fonte de inspiração.

#### Os coolies

A desapareção do braço escravo da arena do trabalho da nossa pátria veio colocar a agricultura em sérios embaraços do qual só pode desvencilhar-se procurando fora do país o substituto para o antigo trabalhador, eliminado ainda que tardiamente, em bem da civilização, do progresso e desenvolvimento da agricultura do nosso solo. [...]

A procura desse novo elemento, que substitua com vantagem o eliminado, tem sido feita pelo Brasil em diversas partes da Europa, sem que no entretanto tenha produzido, na prática os resultados procurados e almejados; sendo uma das causas principais dessa dificuldade o preço do salário, que, para as condições atuais da agricultura brasileira, é elevado e portanto oneroso e prejudicial.

A tentativa que fazem os poderes públicos procurando na China o novo trabalhador nos parece acertada, e se não for a descoberta do X do problema, será a nosso ver, um bom auxílio que prestará à lavoura carecedora de suas atenções.<sup>134</sup>

<sup>133</sup> O CACHOEIRANO, n. 31, de 9 de agosto de 1896, p. 2.

<sup>134</sup> O CACHOEIRANO, n. 42, de 28 de outubro de 1894, p. 1.

O interesse na imigração chinesa apareceu no periódico na mesma proporção que a oposição a ela – ainda que ambas, é bom ressaltar, tenham sido mínimas.<sup>135</sup> Dos três artigos contrários, um ironizava o projeto de “imigração de rabicho” do senador José Cezário, em 1892; outro, de 1893, utilizava um caso mal explicado de assassinato para generalizar a violência como característica chinesa e, desta forma, questionar esse tipo de imigração para o Brasil;<sup>136</sup> o terceiro explicou em maiores detalhes sua opinião, em 1894. Vejamos:

Os coolies - I

Tendo o governo contratado a introdução de 5 mil trabalhadores chineses, achamos de toda a oportunidade chamar a atenção dos senhores lavradores para as seguintes considerações, que nos sugere o erro cometido pelo governo. [...]

As opiniões que se apresentam a favor do imigrante chinês são todas filhas do interesse pecuniário com vistas a grandes lucros.

Os coolies pertencem geralmente à província de Cantão, são as mais das vezes pobres assalariados de negociantes de ópio, que depois de tê-los embriagado, fazem-lhes assinar um contrato, e os conduzem aos navios europeus quase o mesmo que praticavam antigamente com os africanos; outras vezes são habitantes de margens de rios arrancados ao pátrio solo por piratas; enfim, vendem-se depois de terem perdido tudo no jogo, paixão assaz favorita dos chineses.<sup>137</sup>

O texto, assinado por Near, parece ter sido transcrito de outro periódico e, ao contrário do sugerido pelo algarismo romano no título, não teve continuidade nos números subsequentes, embora tenha provocado a resposta apresentada na citação anterior. O autor, que não teve maiores identificações, procurou associar o fluxo imigratório chinês ao tráfico de africanos, bem como caracterizar negativamente os chineses com base em estereótipos. Seus argumentos, entretanto, não convenceram os leitores d' *O Cachoeirano* pelo motivo apontado por ele mesmo: os interesses pecuniários. Nos textos publicados em defesa da imigração chinesa naquele periódico não se discorda dos argumentos de Near, mas se destaca justamente os efeitos que esses imigrantes poderiam causar na economia, como o barateamento da mão de obra. Para seus

<sup>135</sup> Além dos três artigos de oposição à imigração chinesa e os três de defesa, outros dois a mencionaram de forma neutra. Um deles informava sobre uma reunião de fazendeiros em Juiz de Fora-MG para falar sobre o assunto em 1892; e em 1894 foi noticiado que uma Companhia estrangeira interessada em promover a imigração de chineses para o Espírito Santo havia solicitado informações ao Governo do Estado sobre as condições de vida dos imigrantes. Considerando o ínfimo número de publicações, especialmente quando se compara com as publicações sobre a imigração europeia, destaca-se que a alegada falta de braços na lavoura do Estado não foi suficiente para despertar o interesse do periódico e de seus colaboradores sobre o assunto.

<sup>136</sup> O artigo não assinado informava que um cozinheiro chinês havia se jogado ao mar depois de assassinar o comandante do navio americano onde trabalhava e sua esposa. Sem detalhar a suposta data do crime ou oferecer outras informações que permitissem a identificação do ocorrido, o articulista questionava: “Se para cá vierem chins dessa forma estamos... fritos, não há dúvida!” *O CACHOEIRANO*, n. 3, de 22 de janeiro de 1893, p. 2.

<sup>137</sup> *O CACHOEIRANO*, n. 41, de 21 de outubro de 1894, p. 1.

defensores, portanto, o imigrante chinês serviria satisfatoriamente para substituir o elemento “eliminado”.

Desse modo, ainda que tenham sido escassas, as publicações sobre a imigração chinesa (contrárias ou favoráveis) reforçaram uma ideia já presente na defesa da imigração europeia, a substituição do ex-escravo pelo imigrante, o que, por sua vez, implicava na visão da imigração como fornecedora de trabalhadores para a lavoura.

O trabalho de Gilda Rocha demonstra que a grande lavoura capixaba, desinteressada sobre o assunto até o final da escravidão, passou a condenar os núcleos coloniais após a abolição por entender que eles afastavam a potencial mão de obra das fazendas.<sup>138</sup> O *Cachoeirano* questionou o fato de eles não se constituírem como “viveiros de trabalhadores”,<sup>139</sup> como prometido pela propaganda governamental. Afinal, o investimento da lavoura na “compra” de imigrantes, para usar a expressão do “lavrador inteligente”, deveria ser revertido para o enriquecimento da própria “classe”. Isso explica, inclusive, a crítica comum dos lavradores e de seus apoiadores no periódico cachoeirense ao sistema de meação. Na opinião de seus críticos, graças a esse sistema “o colono aqui está em melhores condições do que o fazendeiro. Ele encontra casa para morar, terras para cereais, pastos para sua criação e a metade da safra do café mediante umas três capinas!”<sup>140</sup>

Em uma série intitulada “Causas da Crise Atual”, publicada com destaque pel’O *Cachoeirano* no ano de 1896, Benvenuto Lobo reforçou a crítica ao sistema de meação pelo mesmo motivo apontado anteriormente: a suposta superioridade da situação material dos colonos em relação aos empregadores. Lembrava que os imigrantes não dispunham de terra na Europa e procuravam o Brasil por necessidade, o que permitiria submetê-los às condições de trabalho determinadas pelos fazendeiros, sendo a melhor delas, em sua opinião, a assalariada. Todavia, seus conselhos aos lavradores, que subestimavam a importância da terra como capital, não afetavam sua visão positiva em relação à colonização, que, neste caso, era sinônimo de imigração estrangeira: “um remédio salutar, e de fato sendo o único substitutivo de que se possa lançar mão” após o abalo sofrido no 13 de Maio. Em suas palavras

E que venha a colonização!  
Nós precisamos remodelar os hábitos dos brasileiros, no exemplo de algumas

---

<sup>138</sup> ROCHA, 2000.

<sup>139</sup> O CACHOEIRANO, n. 26, de 05 de julho de 1896, p. 3.

<sup>140</sup> O CACHOEIRANO, n. 16, de 30 de abril de 1893, p. 1.

virtudes dos estrangeiros, como sejam – a sobriedade, o amor ao trabalho, a constância de ação, o cálculo do futuro, que infelizmente não temos.<sup>141</sup>

A exploração do imigrante, explicitada em diversos textos, não impediu a predominância da visão positiva sobre eles no periódico, percebidos como superiores aos nacionais, especialmente aos ex-escravos. Não é à toa, que o artigo citado anteriormente também sugerisse aos lavradores a venda de parte de seus terrenos para os imigrantes, a fim de os “prender” ao Brasil.

Antes de fechar a discussão sobre a categoria “imigração”, importa notar o lugar destacado dos italianos dentro da temática. A maior parte das publicações que cita a nacionalidade dos estrangeiros se refere a eles; as informações sobre os acontecimentos na Itália, relacionados diretamente à imigração ou não, são frequentes; as atividades da “colônia italiana” em Cachoeiro de Itapemirim são publicizadas no periódico; é o relatório do cônsul italiano, que resulta na proibição da imigração para o Brasil, em 1895, que gera a maior polêmica dentre outras proibições, como a da Alemanha e a de Portugal; são os cidadãos de origem italiana os que mais aparecem na política local; e também são os italianos, dentre os europeus, que aparecem com mais frequência como vítimas de violência por parte de autoridades ou de fazendeiros. Nas mais diferentes situações, inclusive nos casos de arbitrariedades, o periódico enfatiza o papel dos imigrantes e, em especial, dos italianos no desenvolvimento do Espírito Santo. Com efeito, vale a pena ilustrar a afirmação com um caso.

De acordo com a publicação intitulada “Desordem e morte”, no dia oito de setembro de 1896, as autoridades policiais de Cachoeiro de Itapemirim receberam uma denúncia do empreiteiro da estrada de ferro, informando que italianos moradores da região prepararam um ataque à cidade. Sendo a data dia santificado, muitos italianos se dirigiram a Cachoeiro e passaram a ser revistados pelas autoridades, que objetivavam a retenção de armas proibidas. A ação teria assustado alguns colonos e operários, que se retiraram para as fazendas ou procuraram se esquivar da revista, ocasionando uma confusão com bordoadas, tiros dos dois lados e “caça aos italianos”. O resultado foi a morte de um imigrante, a prisão de cinco e vários feridos. Após o ocorrido, os editores d’*O Cachoeirano* apontaram a existência de múltiplas versões para o acontecimento, sendo uma delas oferecida por um trabalhador da estrada de

---

<sup>141</sup> O CACHOEIRANO, n. 44, de 8 de novembro de 1896, p. 2.

ferro, segundo a qual uma turma se revoltou com os empreiteiros por receber um salário abaixo do que fora combinado. Na dúvida sobre qual versão seria verdadeira, o editor enfatizou a importância da abertura de inquérito policial e ressaltou que: “Em qualquer hipótese que se encare os sucessos do dia 8 não podem dispensar os sentimentos de todos que amam a este Estado que tem progredido e prosperado principalmente devido à colonização italiana.”<sup>142</sup>

De fato, os italianos eram a maioria entre os europeus que chegaram ao Espírito Santo na segunda metade do século XIX. Embora as estimativas variem, calcula-se que entraram no território capixaba cerca de 30 a 50 mil imigrantes da região da península itálica naquele período. Os números parecem pequenos em uma comparação com o cenário nacional, já que o Brasil recebeu cerca de 1,4 milhão de italianos durante o apogeu da Grande Imigração (1870-1920), o equivalente a 42% do total de imigrantes<sup>143</sup> – vale lembrar que, no caso do Espírito Santo, a corrente imigratória declinou sensivelmente a partir de 1896. Essa proporção, segundo Emílio Petri de Souza, é reveladora da importância do fluxo migratório daquela nacionalidade, sendo suficiente para que o imigrante tomasse “por excelência a forma simbólica do italiano” no nosso país.<sup>144</sup> Para o território capixaba, o percentual pode ter sido muito maior. Considerando os dados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, que apontam a entrada de 47.026 imigrantes na segunda metade do oitocentos, José Lázaro Celin calculou em 74,5% a participação de italianos naquele total.<sup>145</sup> O destaque dos italianos no periódico local em relação à população estrangeira é, portanto, compreensível. O que merece reflexão é o discurso predominante de que a salvação da lavoura e do Estado dependiam principalmente desses “operários do progresso”, como sintetizado no texto do parágrafo anterior.

É inegável que os imigrantes europeus, notadamente os italianos, ofereceram extraordinária contribuição para o desenvolvimento do Espírito Santo. Não há motivo para negar esse fato. O que se deseja, pois, é chamar atenção para a narrativa que ultrapassa esse reconhecimento e gera importantes implicações. O imigrante foi

---

<sup>142</sup> O CACHOEIRANO, n. 36, de 13 de setembro de 1896, p. 1.

<sup>143</sup> SOUZA, EMÍLIO Petri de. *Imigração italiana em Anchieta-ES: caracterização e contribuições para o desenvolvimento local*. Dissertação (mestrado em Geografia). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014. p. 22.

<sup>144</sup> SOUZA, 2014, p. 22.

<sup>145</sup> CELIN, José Lazaro. *Imigração italiana no Espírito Santo: aspectos históricos e sinais contemporâneos*. In: Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXX, n. 3, p. 56-75, jul./dez. 2019. p. 57.

elevado à condição *sine qua non* de desenvolvimento, sendo considerado o representante do progresso e da civilização, que não poderiam ser alcançados sem ele. Nisso reside a preocupação de *O Cachoeirano* em defender seus direitos e reivindicar medidas para sua inclusão na sociedade, especialmente diante daqueles fazendeiros ou outros empregadores que não pareciam compreender o imperativo de adotar novos padrões de relações de trabalho numa sociedade livre – embora parte deles tivesse assumido o discurso da imigração como necessidade derivada da falta de braços após a abolição. A atuação do periódico, além de combater os abusos e violências sofridas pelos imigrantes, contribuiu para divulgar a ideia de substituição dos ex-escravos de origem africana pelos trabalhadores europeus, em especial os italianos. A predominância destes entre os imigrantes, cujo fluxo se acentuou nos primeiros anos da República, e a perpetuação do discurso que defendeu a necessidade de imigração para superar a falta de mão de obra e destacou suas supostas qualidades, superiores às dos brasileiros, como a valorização do trabalho, pode estar na origem do mito da italianidade no Espírito Santo, ou seja, a ideia de que a maioria da população capixaba é descendente de italianos, conforme definido por Maria Cristina Dadalto.<sup>146</sup> Ainda que não possua respaldo científico, como advertido pela autora, o mito contribuiu para invisibilizar a população de origem africana e sua contribuição para o desenvolvimento capixaba, bem como para o esquecimento da escravidão na nossa história, como proposto explicitamente por *O Cachoeirano*, ao defender o tipo de educação desejada para os filhos dos libertos. Sendo assim, é importante lembrar que “a desaparecimento do braço escravo da arena do trabalho da nossa pátria”,<sup>147</sup> por meio da Lei 3.353, de 13 de maio de 1888, não significou a eliminação dos “antigos trabalhadores” da sociedade cachoeirense ou capixaba. Como já advertido pela historiografia,<sup>148</sup> apoiada em dados dos Censos dos séculos XIX e XX, assim como outros documentos que privilegiam análises quantitativas, não houve migração em massa dessa população do Espírito Santo para outras províncias no pós-abolição. Aliás, a ideia sustentada pela historiografia mais tradicional, de que após a abolição, os libertos teriam abandonado imediatamente as fazendas em direção às principais cidades do país, onde formariam favelas e guetos, já foi criticada

---

<sup>146</sup> DADALTO, Maria Cristina. O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído? In: *Pensamento Plural*. Pelotas [03]: 147 – 166, julho/dezembro 2008.

<sup>147</sup> O CACHOEIRANO, n. 42, 28 de outubro de 1894, p. 1.

<sup>148</sup> ALMADA, 1993; SALETTO, 1996; LAGO, 2018.

por pesquisadores como Carlos Eduardo Coutinho da Costa. O autor demonstrou como essa ideia é inadequada para o Rio de Janeiro, onde a maioria dos ex-escravos permaneceram nas fazendas de origem após o 13 de Maio, tendo aqueles que migraram procurado regiões próximas, mas ainda na área rural.<sup>149</sup>

No Espírito Santo, além dos números, contudo, pouco se conhece daquelas pessoas que teriam vivenciado a escravidão na região e nela permanecido após a abolição. Evidentemente, os periódicos fornecem algumas pistas, como procurou-se demonstrar neste trabalho e como já fora apontado em pesquisas anteriores.<sup>150</sup> Todavia, é necessário reconhecer a dificuldade de escutar a voz dos libertos e de seus descendentes nessa fonte, não apenas porque raras foram as publicações assinadas por eles, mas porque eles apareceram através dos filtros dos redatores e dos sujeitos com mais condições socioeconômicas de se manifestar naquele veículo de comunicação, o que nos permitiu apreender suas expectativas e projetos sobre eles e para eles, bem como inferir sua resistência. Mas sua visão de mundo, o(s) motivo(s) para permanecer na região, sua memória da escravidão, o significado por eles atribuído à abolição, as estratégias adotadas para (re)construir suas vidas na *pátria livre* são limitadas nesse tipo de documento.<sup>151</sup> Os periódicos e as fontes escritas em geral, base para a produção da excelente historiografia sobre a escravidão e o pós-abolição no Brasil, possuem limites, conforme verificado até por pesquisas que procuraram conhecer melhor os libertos. Nara Saletto, ao estudar os trabalhadores nacionais e estrangeiros na formação do mercado de trabalho livre no Espírito Santo, entre 1888 e 1930, reconheceu que “essas fontes [memórias, histórias de famílias, biografias, processos-crime, etc.] são abundantes apenas em relação aos imigrantes estrangeiros, o que provocou um desnível acentuado no conhecimento que pudemos acumular sobre as duas categorias de trabalhadores.”<sup>152</sup>

---

<sup>149</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *De pé calçado: Família, trabalho e Migração no Pós-abolição da Baixada Fluminense*, RJ (1888-1940). Tese (doutorado). Rio de Janeiro: IFCS, 2013.

<sup>150</sup> LAGO, 2018.

<sup>151</sup> Os periódicos utilizados neste trabalho não integravam a imprensa negra e, portanto, não foram produzidos a partir da perspectiva de sujeitos negros, fossem eles escravizados ou descendentes. Na verdade, não encontramos periódico em Cachoeiro de Itapemirim no período pesquisado que possa ser caracterizado como imprensa negra. Sobre o tema, cf. MACIEL, Cleber da Silva. *Negros em Campinas (1888-1926): alguns aspectos*. Dissertação (mestrado). Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 1985. 199f; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

<sup>152</sup> SALETTO, 1996, p. 18.

Infelizmente, esse desnível de conhecimento entre os imigrantes europeus e os descendentes de africanos no Espírito Santo, constatado por Saletto na década de 1990, não foi alterado de forma significativa até hoje, contribuindo para reforçar a narrativa da substituição do negro pelo estrangeiro e alimentando o mito da italianidade. Entretanto, embora seja mais difícil ouvir a voz dos libertos e de seus descendentes nas fontes escritas, tradicionalmente mais usuais pela História, podemos acessar outro tipo de fonte, que tem revelado seu potencial nas últimas décadas. Produzida através da metodologia da História Oral, a entrevista com pessoas que possuem memória genealógica da escravidão permite abordar o assunto e a abolição sob uma nova perspectiva.

No intuito de avançar no conhecimento sobre os libertos, propõe-se então ultrapassar os números e indícios encontrados nos periódicos e conhecer o caso de uma comunidade localizada no coração do mais importante município cafeeiro do Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim, formada no limiar da abolição, em sua maioria, por pessoas que foram escravizadas na região e nela permaneceram após o “glorioso ato de 13 de maio”.



### 3. A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE

#### 3.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Pacotuba vale um ponto, Burarama vale cem  
 Pacotuba vale um ponto, Burarama vale cem  
 Monte Alegre vale mais, pelo caxambu que tem  
 Monte Alegre vale mais, pelo caxambu que tem<sup>1</sup>

Os versos acima compõem um dos jongsos mais conhecidos na Comunidade Quilombola de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim-ES).<sup>2</sup> Tive a oportunidade de ouvi-lo em diversas vozes, de diferentes gerações, durante as visitas realizadas no ano de 2019. A manifestação cultural afro-brasileira encontrada no Sudeste, que remonta aos tempos da escravidão, foi considerada, em novembro de 2005, como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e registrado no Livro de Formas e Expressão.<sup>3</sup> Entretanto, naquela ocasião, apenas dois grupos jongueiros foram identificados no Espírito Santo – um na cidade de São Mateus e outro em Conceição da Barra. O IPHAN advertiu, no Dossiê “Jongos no Sudeste”, sobre a possibilidade de existência de mais grupos na região, algo que já era esperado. No caso do Espírito Santo, projetos de pesquisa e extensão, como aqueles liderados pelos professores da Universidade Federal do Espírito Santo, Aíssa Afonso Guimarães e Osvaldo Martins de Oliveira ratificaram a suspeita: o número atual é 24.<sup>4</sup>

O grupo de Monte Alegre, que se chama *Caxambu de Santa Cruz*, é um dos 15 identificados no sul capixaba até o momento, tendo recebido da Superintendência do IPHAN no Espírito Santo, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de

---

<sup>1</sup> VENTURA, Leonardo Marcelino. *Jongos de Caxambu da Comunidade Quilombola de Monte Alegre*, 2005. [Não publicado.] O material foi utilizado para realização de trabalhos junto ao projeto social e também em atividades na escola fundamental da comunidade. Inclusive, agradecemos à secretária desta escola, senhora Fátima Busatto, que guardava uma cópia do arquivo e gentilmente nos cedeu. O material está no anexo A. Os jongsos que ouvi nas entrevistas e não foram citados no material anterior foram compilados no apêndice A.

<sup>2</sup> O documentário “13 de Maio – Raiar da Liberdade” apresenta a festa realizada no ano de 2014 na Comunidade Quilombola de Monte Alegre e permite ouvir trechos de alguns jongsos cantados na ocasião. O material está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4dle2wKcVQQ>.

<sup>3</sup> BRASIL. *Jongo no Sudeste*. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Aíssa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Jongueiros e caxambuzeiros no Espírito Santo - pesquisa, extensão e políticas de salvaguarda do patrimônio cultural. V SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS – 7 a 9 de maio/2014. Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Aissa-A-Guimar%C3%A3es-et-alli.pdf>>. Acesso em: 1 de agosto de 2019>.

Itapemirim, o título de Patrimônio Cultural Brasileiro em 2008.<sup>5</sup> Com efeito, o caxambu é apontado por Aíssa Afonso Guimarães e Osvaldo Martins de Oliveira como “elemento e/ou sinal diacrítico demarcador de identidade social e resistência cultural” da comunidade.<sup>6</sup> Ainda de acordo com os autores, a “organização dos grupos e a relação destes com agentes públicos” é “fundamental para assegurar a política de salvaguarda desse bem cultural e o processo de reinvenção desta prática cultural na contemporaneidade.”<sup>7</sup> Vale recordar que a apreciação dos tambores, ocorrida na festa da abolição em Cachoeiro de Itapemirim, em 1890, já era indicativo dessa manifestação no local, mas seu primeiro registro nos periódicos é anterior. Em 1888, *O Cachoeirano* recordou que em datas festivas, durante a escravidão, era comum o ouvir o dia inteiro o “camundá e os instrumentos africanos necessários para a animação do jongo”.<sup>8</sup>

O reconhecimento do grupo de Caxambu de Monte Alegre pelo IPHAN foi desencadeado anos antes, pela movimentação da comunidade na direção de preservar sua memória e pleitear seus direitos enquanto remanescente de quilombo. Em 2004, uma de suas lideranças, Leonardo Marcelino Ventura, promoveu uma atividade para incentivar o diálogo entre gerações da comunidade e conservar, através da palavra escrita, uma de suas tradições mais antigas. Na época, ele era coordenador do projeto social “Nossa Criança”, fundado pelo médico Abel Santana Júnior,<sup>9</sup> e solicitou aos integrantes, como parte de uma gincana, que conversassem com as pessoas idosas da comunidade a fim de registrar o maior número possível de jingos. Foram compiladas dezenas de “pontos” (Anexo A), alguns dos quais remetem ao período final da escravidão e às décadas posteriores à abolição, vivenciados pelos ancestrais da comunidade naquela região. O diálogo intergeracional promovido pela

---

<sup>5</sup> ANDRADE, Patricia Gomes Rufino. *Olhares sobre Jingos e Caxambus: Processos educativos nas práticas religiosas afro-brasileiras*. Tese (Doutorado). Vitória: PPGE/UFES, 2013.

<sup>6</sup> GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2014, p. 2.

<sup>7</sup> GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2014, p. 2.

<sup>8</sup> O CACHOEIRANO, n. 48, de 9 de dezembro de 1888.

<sup>9</sup> O projeto Nossa Criança foi fundado em Cachoeiro de Itapemirim e, no ano de 2004, ampliou-se para a Comunidade de Monte Alegre.

atividade gerou frutos, além da proteção extra a essa riqueza, e incentivou os mais jovens a produzir alguns jongsos sobre sua própria realidade.<sup>10</sup>

Figura 12 - Leonardo Marcelino Ventura<sup>11</sup>



Fonte: Acervo da autora (2019).

<sup>10</sup> Os participantes da gincana foram: Ana Carolina Ventura, Aldelina Batista Ventura, Bruna de Souza Tosta, Dirley Tosta, Jaciara Severo, Jhonatas de Souza Ventura Tosta, Sadraque Adão, Sara Pacheco Ventura e Thais das Neves Ventura, Davi Ventura, Diogo Raimundo, Eduardo dos santos, Lílian de Souza Ventura Tosta, Maira dos Santos Verediano, Neilson Ventura e Rondiney Alves de Souza, Camila Ventura, Clemildo Barbosa Raimundo, Clevilson Barbosa Raimundo, Diego de Souza Ventura Tosta, Douglas Ventura, Erlando Ventura das Neves, Filipe Pacheco Ventura, Juliana Pacheco Ventura, Janderson Athayde de Oliveira, Hernanny Ventura Alves.

<sup>11</sup> A fotografia foi capturada enquanto Leonardo Marcelino exibia vestígios materiais do tempo da escravidão no território reivindicado pela Comunidade Quilombola de Monte Alegre.

O levantamento realizado por Leonardo Marcelino não foi uma ação isolada. Estava dentro de sua preocupação com a própria história, que se entrelaça com a da comunidade. A partir de sua curiosidade nossos caminhos se cruzaram. Em suas pesquisas, ele encontrou minha dissertação de mestrado, defendida em 2012, na qual investiguei as famílias escravas nas regiões Central e Sul do Espírito Santo, entre 1790 e 1871.<sup>12</sup> Como trabalhei com inventários *post-mortem*, a análise privilegiou uma abordagem quantitativa. Entretanto, ciente do alerta de Jacques Revel de que as pesquisas históricas amparadas nesse tipo de abordagem devem ficar atentas para não se afastar da “vida real” e, desse modo, gerar uma história abstrata, sem “carne e sangue”,<sup>13</sup> busquei ultrapassar os números sempre que possível. No caso do estudo da escravidão, me pareceu ainda mais importante promover a humanização dos sujeitos estudados, recordando através de seus nomes que não se tratava de simples mercadorias dispostas em um documento para transferência de herança, mas antes de tudo, de pessoas que tiveram sua humanidade contestada até mesmo por acadêmicos. A partir dessa motivação, decidiu-se apresentar em uma nota de pé de página a família dos “africanos”<sup>14</sup> Veridiana e Joaquim, que “desapareceria” da análise. Diante dessa informação, Leonardo Marcelino suspeitou que essa família formaria um dos troncos constituintes da sua própria família e, portanto, da comunidade. Após a consulta à documentação, confirmamos a suspeita e minha curiosidade para completar o “álbum” de família que comecei a montar na dissertação foi aguçado.

As fontes utilizadas durante o mestrado permitiram avançar no conhecimento sobre a família escrava no Espírito Santo, mas suas limitações me deixavam ver apenas instantes das vidas daquelas pessoas, retratos, às vezes com algumas anotações à margem, mas ainda assim incapazes de responder a uma série de perguntas por elas despertadas. O que teria acontecido à família de Veridiana, Joaquim e seus filhos, Nicolau, Saturnino, Antão e Raquel após o fechamento do inventário e partilha dos bens? Parafraseando Kátia Mattoso,<sup>15</sup> como era *ser escravo* na principal região

---

<sup>12</sup> RIBEIRO, 2012.

<sup>13</sup> REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>14</sup> Infelizmente, não é possível localizar a origem exata de Joaquim e Veridiana. Nas fontes, aparecem com a denominação genérica de “africanos” ou “de nação”. Por essa impossibilidade, adoto o termo “africanos” e o uso entre aspas para chamar a atenção para essa limitação e diferenciar seu uso da generalização comum, observada em relação àquele continente. Sempre que for possível fazer a especificação, ela será realizada.

<sup>15</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

produtora de café no Espírito Santo nas últimas décadas do século XIX? As relações construídas desde meados do século XIX teriam sido impactadas pela abolição ou influenciariam sua decisão no período posterior? Acredito que a família de Leonardo Marcelino, na imensa teia de relações que forma a comunidade quilombola de Monte Alegre, pode ajudar a responder algumas daquelas questões e muitas outras que se originam na dinâmica do pós-abolição. Antes, contudo, de apresentar a comunidade em foco, é necessário conhecer a discussão a respeito das redefinições de quilombos e quilombolas que a envolve e impactou nas últimas décadas, assunto do próximo tópico.

### 3.2 SOBRE QUILOMBOS E QUILOMBOLAS

O Conselho Ultramarino, em 1740, definiu como quilombo “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”,<sup>16</sup> mas sua presença é registrada no Brasil desde 1575, quando eram chamados de mocambos. Essa tentativa de classificação, bem como outras realizadas nos séculos seguintes, se revelaria complicada devido à sua diversificação temporal e espacial, bem como a outras características.

Embora as comunidades de fugitivos tenham sido registradas por toda a América, de acordo com Flávio Gomes, em nenhum outro lugar elas proliferaram tanto quanto no Brasil, devido à sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões vizinhas.<sup>17</sup> Os objetivos diversificados dos fugitivos, que poderiam variar de protestos reivindicatórios à pretensão de criar comunidades independentes, influenciaram suas próprias características e as relações estabelecidas com escravos e livres. Assim, diferentemente do mito difundido sobre o isolamento, os quilombos, fossem eles urbanos ou rurais, relacionavam-se com a sociedade mais ampla e foram justamente tais relacionamentos que “ajudaram a consolidar suas fronteiras físicas, tornando-as

---

<sup>16</sup> Apud GOMES, Flávio. Quilombos / remanescentes de quilombos. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

<sup>17</sup> GOMES, 2018.

mais viáveis porquanto acatadas pelos segmentos sociais com que passavam a interagir”.<sup>18</sup>

No final do século XIX, com o avanço da resistência à escravidão, inclusive entre a população livre, teria surgido o “quilombo abolicionista”, nome atribuído por Eduardo Silva, para estabelecer uma diferença em relação ao “quilombo rompimento”, caso do exemplo mais conhecido na história brasileira, Palmares (Pernambuco, séculos XVI e XVII). Para o autor, se os quilombos anteriores apenas raramente eram isolados, os quilombos abolicionistas aprofundariam as relações com a sociedade livre de forma inédita. As trocas econômicas, simbolizadas pelas camélias produzidas no Quilombo do Leblon e vendidas para simpatizantes na Corte (incluindo a Princesa Isabel), seriam apenas um dos pontos de contato. Estes iriam além, com a arrecadação de recursos para sua construção entre as “pessoas de bem” ou seu envolvimento em redes auxiliares de fuga e proteção.<sup>19</sup>

Embora seja difícil precisar a quantidade de quilombos existentes no Brasil, mesmo no período final do regime escravista, alguns se tornaram bastante conhecidos, como foi o caso do Leblon (Rio de Janeiro), já citado, e o de Jabaquara (Santos-SP). Não é coincidência que os mais populares estejam nas províncias onde o movimento abolicionista foi mais intenso. Sendo assim, o que podemos esperar de uma província como a do Espírito Santo na qual, como vimos, o abolicionismo ficou limitado a discursos moderados?

Nas terras capixabas, há pelo menos uma semelhança em relação ao cenário nacional: a diversidade. Assim como no restante do país, não é fácil estabelecer com precisão a quantidade dos quilombos existentes na província. Todavia, de acordo com o levantamento realizado por Osvaldo de Oliveira, teriam existido pelo menos 24 quilombos no Espírito Santo durante o século XIX.<sup>20</sup> Estavam espalhados de norte a sul da província, com número variável de membros (em muitos casos desconhecidos) e de longevidade. Na região central, por exemplo, houve alguns que superaram 40 anos de existência, como o de Araçatiba, onde se encontra uma comunidade

---

<sup>18</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 49.

<sup>19</sup> SILVA, Eduardo, 2003, p. 11 a 13.

<sup>20</sup> O levantamento mais atualizado que encontramos foi o de OLIVEIRA, 2011. Entretanto, outros autores abordaram o assunto anteriormente. Cf. NOVAES, 2010 [a primeira edição é de 1963]; MARTINS, 1997.

quilombola nos dias atuais.<sup>21</sup> Segundo Thiara Bernardo Dutra,<sup>22</sup> nas últimas décadas do período colonial, há o caso da República Negra, uma das expressões usadas à época para se referir ao espaço de autonomia e resistência criado pelos 600 escravos das Fazendas do Campo e do Engenho Velho, próximo à Vila de Guarapari – no local, também existe uma comunidade remanescente de quilombos, a do Alto Iguapé. De acordo com a autora, a série de ações empreendidas pelos escravos daquelas fazendas, que perturbaram a ordem na capitania do Espírito Santo, pode ter durado cerca de 50 anos. A maioria das comunidades de fugitivos, porém, teve vida mais efêmera e reduzido número de integrantes. Na última década da escravidão, o levantamento realizado por Oliveira lista oito quilombos, sendo dois na região norte e seis na região central da província. No que se refere à região sul, Osvaldo de Oliveira registrou quatro quilombos durante o século XIX.<sup>23</sup> Um deles, de tamanho reduzido, no distrito de Itapemirim, em 1830, com um número estimado em mais de quatro pessoas. Os outros três datam de 1848: um em Muqui, com cerca de 200 a 300 integrantes; o Quilombo do Sertão da Pedra Lisa, no distrito de Itapemirim, cujo número de habitantes era desconhecido; e o último também no meio rural do distrito de Itapemirim e sem informações demográficas.<sup>24</sup>

Como se percebe, no levantamento feito por Osvaldo de Oliveira não havia nenhum quilombo na região com a maior concentração escrava provincial no último decênio da escravidão – conforme os dados da tabela 1 disponível no capítulo anterior, apenas o município de Cachoeiro de Itapemirim concentrava metade dos escravos do Espírito Santo em 1887. Todavia, de acordo com o trabalho de Robson Martins,<sup>25</sup> um comunicado do Delegado de Polícia do Termo de Itapemirim, endereçado ao Chefe de Polícia, em agosto de 1886, indicava a existência de um possível ajuntamento de número elevado de negros fugidos de fazendas da região, que poderiam formar um quilombo.

---

<sup>21</sup> Cf. VERTELO, Marco Aurélio dos Santos. *Comunidade de Araçatiba, Viana, ES: herança e devoção de afrodescendentes no pós-abolição*. Dissertação (Mestrado). Vitória: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

<sup>22</sup> DUTRA, Thiara Bernardo. *Autoridades coloniais e o controle dos escravos: Capitania do Espírito Santo, 1781-1821*. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2016. Cf. capítulo 3.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 169-171.

<sup>24</sup> É válido esclarecer que em 1848 ainda não havia sido criado o município de Cachoeiro de Itapemirim. Então, todos os quatro quilombos citados integravam o município de Itapemirim.

<sup>25</sup> MARTINS, 1997.

Alguns anos antes do caso relatado por Robson Martins, encontramos uma notícia publicada em novembro de 1882 no periódico *O Cachoeirano*, que chamava atenção para a existência de um quilombo nas terras do principal município cafeeiro capixaba. Sob o título “Assassinato<sup>26</sup>”, o articulista informava que o senhor e amigo Capm. Antonio Gomes da Silveira e Souza fora morto e seu irmão gravemente ferido pelos escravos Clementino e Dionísio. Informou ainda que a vítima fatal soube que seus escravos se achavam em quilombo próximo à Fazenda Boa Esperança e, com a intenção de prendê-los, dirigiu-se para o mato, guiado por um “escravo amarrado”, juntamente com o irmão e dois “camaradas”. Portando uma espingarda, uma garrucha (“ambas velhas e carregadas há muito tempo”) e um guarda-chuva, o grupo conseguiu localizar os fugitivos, mas os escravos resistiram a serem reconduzidos à escravidão. Em uma tentativa de intimidação, houve disparo, mas a resposta não foi a esperada, visto que os rebeldes usaram suas foices para revidar o ataque. Os dois camaradas fugiram, o irmão do senhor Souza fingiu-se de morto após alguns golpes, e o fazendeiro, que tentou defender-se com o “chapéu de sol”, faleceu. Após detalhar a notícia, incluindo o uso do inusitado objeto como escudo/arma, o periódico ainda destacou o seguinte trecho da carta que havia recebido de um informante da localidade:

Assim acaba um pacífico lavrador, homem inofensivo, brando e cuja mulher dizem que até não gostava que se castigasse os escravos, nem mesmo quando mereciam, entretanto, ela chorava e suplicava aos que estavam em casa (de onde se ouvia os gritos no meio do conflito) que fossem acudir a seu marido, e nenhum se moveu!<sup>27</sup>

A história da morte do senhor Souza abre muitas possibilidades para discussão, mas procuraremos nos limitar ao que é essencial para este trabalho. Primeiramente, confirma-se que a lista de quilombos – uma das muitas formas de resistência dos escravos no Brasil – permanece aberta. Por melhores que sejam os levantamentos realizados até agora, novos estudos tendem a adicionar itens a essa lista. Em segundo lugar, chamamos atenção para a possível proximidade do esconderijo em relação à propriedade de onde fugiram, cujo nome não é revelado pelo periódico.

Evidentemente, pode ser exagerada ou falsa a afirmativa de que a esposa do senhor morto ouviu os gritos do conflito de sua casa – afirmação realizada com o intuito de ressaltar a indignação pela recusa dos escravos em atender o pedido da senhora que

---

<sup>26</sup> O CACHOEIRANO, n. 46, de 12 de novembro de 1882, p. 2.

<sup>27</sup> O CACHOEIRANO, n. 46, de 12 de novembro de 1882, p. 2.



não gostava que eles fossem “castigados” *nem mesmo quando mereciam*, de acordo com a perspectiva senhorial. Contudo, considerando que os quilombos raramente se isolavam, mantendo relações com a sociedade em geral, é bem provável que os fugitivos estivessem em um local próximo à fazenda, conhecido por aquele escravo que foi obrigado a mostrar o caminho. Por último, destacamos que, de maneira semelhante a muitos outros quilombos Brasil afora, o número de integrantes deveria ser limitado, ainda que o periódico não tenha comentado sobre estimativas. O fato é que apenas duas pessoas, cujas identidades eram conhecidas, foram responsabilizadas pela morte do senhor Souza. Em outras palavras, a existência de um quilombo próximo à fazenda certamente deveria incomodar, seja por questão econômica, com a perda do capital investido, seja pelo desafio à autoridade senhorial, ou ainda pela ameaça constante de incentivos à novas fugas, ou pelos relacionamentos entre os que estavam na fazenda e os fugitivos. Todavia, ao senhor Souza pareceu desnecessário recorrer à ajuda das autoridades policiais para perseguir os escravos aquilombados, considerando suficiente utilizar uma pequena expedição para submeter os fugitivos à escravidão – julgamento incorreto, como visto.

Infelizmente, não encontramos mais notícias sobre essa comunidade, que parece ter reunido as características de grande parte de suas congêneres nacionais. Fica a dúvida, por exemplo, se Dionísio e Clementino eram os únicos integrantes ou se havia fugitivos de outras fazendas. Também não sabemos quando ela surgiu ou quando desapareceu, visto que não era o assunto principal da publicação. Sendo a resistência à escravidão endêmica ao sistema escravista, e tendo ela se manifestado muitas vezes pela fuga e formação de quilombos, talvez despertasse maior atenção quando adquiriam características excepcionais ou em casos como o descrito, que acabavam em assassinato de figuras consideradas importantes por aquela sociedade. Nesse ponto, portanto, discordamos de Robson Martins,<sup>28</sup> para quem os jornais ocultavam as informações sobre a resistência escrava, especialmente aquelas que pudessem despertar o pânico na população livre, nos últimos anos da escravidão. Embora a morte do senhor Souza tenha causado indignação, o assunto não parece ter despertado maiores interesses, não inspirou o pedido de medidas por algo além da prisão dos responsáveis pelo crime. Aliás, o assunto não foi retomado nas edições

---

<sup>28</sup> MARTINS, 1997.

seguintes, nem mesmo quando o foco da notícia era a violência no município – algo ocorrido em duas publicações até o final daquele ano, 1882.

No dia três de dezembro, *O Cachoeirano* informou que havia alteração na ordem pública em uma localidade do município. Praticar-se-iam atos de verdadeiro canibalismo, mas como se tratava de muitas pessoas “malvadas”, a autoridade local ficava impedida de agir e, por isso, “imperam ali a garrucha, o bacamarte e o punhal!” Clamava-se, então, ao presidente da Província e ao Chefe de Polícia que enviassem um destacamento comandado por oficial enérgico. Em nenhum momento, porém, se mencionava ou se sugeria o medo em relação à população escrava.

Sob o título “Força Policial”, *O Cachoeirano* respondeu no dia 24 de dezembro a outro periódico que havia publicado matéria na semana anterior, solicitando atenção das autoridades provinciais para o município e atribuindo parte da responsabilidade pelo número de assassinatos ao júri, porque inocentaria a todos os réus. A matéria apresentava sua discordância da crítica e explicação para os crimes contra a vida ocorridos em Cachoeiro. O articulista recordou a proximidade com Minas Gerais e Rio de Janeiro, de onde viriam vadios e criminosos, e explicou que os assassinatos eram resultado, praticamente em sua totalidade, do abuso de bebidas alcoólicas, de sentimentos apaixonados que dominavam as razões pouco esclarecidas e as “mui e especiais relações existentes entre o elemento livre e o servil.”<sup>29</sup>

O envolvimento de escravos em assassinatos era apenas uma das três causas desse tipo de crime no município e não era apresentada de forma alarmante, mas dentro de uma constatação que visava a defender o júri municipal da acusação de que absolvía excessivamente. Aliás, não se afirmou que os escravos eram os praticantes de tais atos, mas apenas que as relações entre eles e os senhores eram uma das causas dos crimes. Se o periódico concordava, portanto, com a necessidade de um destacamento liderado por um oficial enérgico para garantir a segurança municipal, isso não passava pelo temor de um levante da população escrava, envolvida em *muitas e diversificadas relações* com os livres. Como a motivação para o artigo não era a violência provocada por escravos, o crime atribuído a dois quilombolas contra o senhor Souza, ocorrido no mês anterior, e que parecia continuar sem solução, nem sequer foi lembrado.

---

<sup>29</sup> O CACHOEIRANO, n. 52, de 24 de dezembro de 1882, p. 52.

Robson Martins argumenta que a carência de forças policiais no Espírito Santo, cujo número para toda a província era de 80 praças no final da década de 1880,<sup>30</sup> seria uma das razões para que se procurasse ocultar da população notícias alarmantes sobre os escravos. Ciente dessa situação e diante do aumento de fugas coletivas em toda a província, segundo o mesmo autor, o Chefe de Polícia teria sugerido ao presidente a criação de uma Companhia de Guerrilha. Fundada em 23 de julho de 1885, ela contava com 10 praças e um comandante e teria como única finalidade capturar escravos fugidos e destruir quilombos. A suspensão da mesma Companhia um mês após sua criação pelo presidente em exercício,<sup>31</sup> que alegou razão financeira, foi interpretada por Martins como sinal do desencontro dos interesses das autoridades. Todavia, segundo o autor, o fato não acarretou diminuição das fugas e desordens, cujo auge ocorreu durante a campanha abolicionista, mas por iniciativa dos próprios escravos, que, cientes dela, a interpretavam de maneira diferente dos líderes, como Afonso Cláudio.

Estamos de acordo com o reconhecimento da ciência do escravo sobre os acontecimentos e debates a sua volta, como já foi amplamente discutido pela historiografia.<sup>32</sup> No caso do Espírito Santo, igualmente concordamos com Robson Martins quando ele chama a atenção para o caráter moderado do abolicionismo, o que teria reservado aos escravos as atitudes mais radicais de oposição ao regime. Porém, não encontramos indícios para apoiar a afirmação sobre as fugas generalizadas por toda a província. No Sul, região à qual esta pesquisa se dedica, os periódicos não noticiaram fugas coletivas ou pânico motivado pela existência de quilombos ou planos de revolta no período pesquisado. A suspensão da Companhia de Guerrilha apenas um mês após sua fundação, em 1885, tende a corroborar nosso ponto de vista, já que pode ter ocorrido por não ser vista como necessária para manutenção da ordem. Aliás, o pequeno número de profissionais responsáveis pela segurança, como destacado por Robson Martins, aparece nos periódicos constantemente em forma de reclamações, mas não é associado à população escrava. Em outras palavras, não havia uma negação em se discutir o problema da

---

<sup>30</sup> MARTINS, 1997, p. 75.

<sup>31</sup> Maria Stella de Novaes, que abordou o assunto na década de 1960, defende que os noticiários estavam atentos a todos os acontecimentos relacionados à escravidão, inclusive as revoltas. Para a autora, a suspensão da Companhia de Guerrilha seria motivada pelo avanço do abolicionismo. Cf. NOVAES, p. 113.

<sup>32</sup> O assunto foi discutido no capítulo 1. Cf. CHALHOUB, 1990; COSTA, 2017.

segurança por conta do limitado efetivo provincial e por um possível temor em despertar o desespero na sociedade. Esta, inclusive, se mostrava ciente da situação, enviando contribuições nas quais reivindicava maior policiamento, mas em geral se referia a problemas com os “valentões” do lugar, ou seja, pessoas livres.

Gostaríamos de ressaltar que não defendemos a inexistência de tensões entre senhores, escravos e autoridades. Evidentemente, elas existiram durante todo o período escravista e parecem ter aumentado nos últimos anos da década de 1880 devido à intensificação das discussões sobre o fim do regime, a promulgação das leis emancipacionistas e a ação de abolicionistas dispostos a colaborar com os escravos em enfrentamentos (legais) aos senhores, como João Paulo Ferreira Rios. O que procuramos ressaltar é que não encontramos indícios de um medo generalizado de ataques da população escrava no período em análise e, em concordância com João Pedro Marques, não atribuímos a constatação à passividade escrava, que nunca deve ter existido. Como visto no capítulo anterior, estamos falando de uma província que se manteve apegada ao regime escravocrata até o final e na qual o abolicionismo não ultrapassou a fase de conscientização popular, filantropia e embates jurídicos. Na região sul, de forma mais específica, a resistência dos senhores parece ter sido mais acentuada, o que se manifestava nos periódicos locais sob a forma de anúncios de fuga e venda até 1888, enquanto na região da Capital, eles foram interrompidos em 1885. A explicação para a aparente maior capacidade de controle dos escravistas do sul da província, representada pelo menor número de quilombos, passa pela consideração das características locais e pela própria definição de quilombos – e resistência.

Para Alfredo de Almeida,<sup>33</sup> o grau de domínio dos senhores sobre os escravos estava diretamente relacionado à sua riqueza, que, por sua vez, ligava-se à flutuação de preços dos itens produzidos pelo sistema de monocultura agrário-exportador, predominante no Brasil durante todo o período escravista. Dito de outra forma, nos momentos de declínio dos preços do açúcar, algodão ou do café no mercado internacional, aumentariam as chances de autonomia das populações escravas responsáveis por tais culturas já que os senhores teriam mais dificuldades para submetê-los às duras fainas do trabalho agrícola, vigiá-los ou perseguir fugitivos.

---

<sup>33</sup> ALMEIDA, 2002.

Se pensarmos no caso do Espírito Santo, lembraremos que o café dominou a economia a partir de meados do século XIX e a região sul constituiu-se como o reduto da grande propriedade cafeicultora, considerando-se os padrões capixabas, com destaque para o município de Cachoeiro de Itapemirim, que vivia um período de expansão econômica nas décadas finais da escravidão. A partir dessa constatação, teríamos parte da explicação para o quantitativo menor de quilombos na região com a maior concentração de população escrava da província. Contudo, a partir do questionamento do conceito clássico de quilombo, podemos repensar esse contexto e compreender melhor os números relacionados às comunidades quilombolas.

Atualmente, o Espírito Santo possui 42 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas, sendo 36 delas certificadas pela Fundação Cultural Palmares – no Brasil, são 3.475 comunidades reconhecidas e 2.819 certificadas.<sup>34</sup> Esse número é superior ao de quilombos identificados ao longo de todo o século XIX no território capixaba, mas muito inferior ao informado pelo Movimento Quilombola, segundo o qual ultrapassaria uma centena.<sup>35</sup> Tal divergência, que também acontece no contexto nacional, não pode ser explicada unicamente pela dificuldade de identificação dos quilombos durante os Oitocentos, conforme comentado há pouco.

Eliane Cantarino O’Dwyer discute a ressignificação do termo quilombo na Constituição Brasileira de 1988, especialmente, com a redação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombos. De acordo com o documento produzido em 1994, pelo Grupo de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia sobre Terra de Quilombo:

Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo [termo quilombo] vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. [...] Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo,

---

<sup>34</sup> Informação disponibilizada pela Fundação Cultural Palmares, responsável por realizar a certificação, em junho de 2021. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Consulta em 08 de novembro de 2021.

<sup>35</sup> Há muitas comunidades que ainda não foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, estando muitas delas em processo de análise. A estimativa foi apresentada por um dos líderes do movimento quilombola no Espírito Santo e membro da comunidade pesquisada, Arilson Ventura. Essa discrepância também é observada no cenário nacional, já que o movimento estima seu número em cerca de 5.000, de acordo com Flávio Gomes. Cf. SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 373; VENTURA, 2019d.

consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio [...].<sup>36</sup>

O conteúdo histórico ao qual o texto se refere se liga à definição do Conselho Ultramarino, produzida no século XVIII, que remete à ideia de fuga, se concentra no quantitativo de integrantes e sugere isolamento social. A persistência do conceito clássico de quilombo é um dos principais responsáveis pela divergência apontada acima entre o número existente durante o século XIX e o atual número de comunidades quilombolas – certificadas ou não. O quantitativo atual, em constante atualização, ainda é composto por comunidades que surgiram após a Lei Áurea e, graças à ressemantização conceitual, podem ser denominadas desta forma.

A força do conceito “frigorificado”, segundo expressão de Alfredo de Almeida,<sup>37</sup> pode ser constatada em uma observação do próprio autor. Se a Constituição Brasileira de 1988 avançou no sentido de tratar pela primeira vez em 100 anos a relação entre o ex-escravo (e seus descendentes, deve-se lembrar) e a terra, ela retomou em alguma medida a antiga definição ao falar em “remanescentes”. Como explicado pelo autor, há alguns problemas com a definição produzida e reproduzida ao longo dos períodos colonial e imperial de nossa história por sujeitos alheios às experiências vividas por tais grupos. A busca por remanescentes, por resquícios, está voltada para o passado e, geralmente, condicionada a vestígios materiais, o que ignora a diversidade de origens e trajetórias das comunidades quilombolas.

Algumas das comunidades realmente surgiram de fugas, mas houve as que se originaram a partir de compra de terras por alforriados, doação de terras a escravos e libertos pelos mais diversos motivos, posse, acordos com senhores ou ex-senhores, entre outras possibilidades. Conforme indicado no documento sobre a Terra de Quilombo, o que o define não é sua origem, que pode ter ocorrido durante a escravidão ou após o 13 de Maio.<sup>38</sup> Além dos elementos ali apontados, Almeida oferece outro, considerado fundamental para compreendê-los: “a situação de quilombo existe onde há autonomia”.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

<sup>37</sup> ALMEIDA, 2002, p. 21.

<sup>38</sup> O'DWYER, 2002, p. 18.

<sup>39</sup> ALMEIDA, 2002, p. 60.

A fuga, uma das origens mais conhecidas das comunidades quilombolas, seria apenas uma das formas de os escravos buscarem a autonomia. Esta também poderia ser alcançada por outras vias, inclusive dentro do próprio estabelecimento escravista. Daí encontrarem-se quilombos há poucos metros de antigas casas-grandes ou dentro de senzalas. Nesse sentido, vale recordar o trabalho de Flávio Gomes, que demonstrou como, nas últimas décadas do século XIX, a integração entre as ações dos aquilombados e das comunidades de senzalas visavam à emancipação ao procurar construir espaços de autonomia que passavam pelo acesso à terra e controle de seus produtos.<sup>40</sup> Alfredo de Almeida acrescenta que as circunstâncias que acarretariam a diminuição da capacidade coercitiva dos senhores, como a queda do preço de seus principais produtos no mercado internacional, abririam espaço para as famílias escravas assumirem maior controle sobre a produção e o consumo.<sup>41</sup>

O envolvimento de escravos em relações familiares e suas implicações para a construção de espaços de autonomia – bem como para diversos outros aspectos da vida dos próprios escravos e do sistema escravista em geral – já foi imensamente debatido pela historiografia brasileira.<sup>42</sup>

A ampliação do conceito, capaz de abarcar comunidades que se originaram não apenas de um rompimento “total” com o sistema, mas também aquelas que são frutos de negociação, contribui para explicar as duas questões levantadas há pouco: a discrepância entre o número atual de comunidades quilombolas capixabas e o número de quilombos registrados às vésperas da abolição; e a menor quantidade de quilombos na região sul em relação ao restante da província, durante as últimas décadas dos Oitocentos. Ambas as questões foram baseadas mais no conceito clássico, apoiado na ideia da fuga, do que propriamente na existência de “situações de quilombo”, mencionadas por Alfredo Almeida. Dito de outra forma, é possível que os cafeicultores concentrados no sul capixaba tivessem maior capacidade de evitar as fugas e “ajuntamentos de negros” que os senhores das demais regiões capixabas. Entretanto, possuindo um nível de riqueza inferior aos seus congêneres das províncias vizinhas, tenham sido obrigados a negociar mais espaços de autonomia com os escravos.

---

<sup>40</sup> GOMES, 1992.

<sup>41</sup> ALMEIDA, 2002, p. 54.

<sup>42</sup> FLORENTINO; GÓES, 1997; SLENES, 1999; MERLO, 2008.

Na década de 1880, o café já havia se convertido no principal produto na pauta de exportações do Espírito Santo, com produção concentrada em Cachoeiro de Itapemirim, embora as fazendas não houvessem alcançado seu maior potencial de desenvolvimento, possuindo grandes áreas de mata virgem, como apontado pelo estudo de Vilma Almada.<sup>43</sup> A condição das fazendas no território capixaba fazia com que o trabalho dos escravos fosse explorado em diversificadas atividades, além da cultura principal. A comparação com fazendas cafeicultoras de outras regiões, como as do Vale do Paraíba, demonstra que a produtividade – quando medida apenas pela média de pés de café cuidados por cada escravo – era menor na província capixaba justamente por suas peculiaridades, como observou Gilda Rocha.<sup>44</sup>

Evidentemente, não estamos afirmando que os escravos tivessem vida confortável no Espírito Santo. Apenas pontuamos, em acordo com Ira Berlin,<sup>45</sup> que havia variações no grau de exploração dos trabalhadores, de acordo com o contexto de cada região, e isso influenciava outros aspectos de suas vidas. A partir dessa consideração, e da constatação da importância da família escrava para Cachoeiro de Itapemirim, podemos pensar na existência de situações de quilombo na região difíceis de quantificar, mas que podem ter sido fundamentais não apenas para a (sobre)vivência em cativeiro, como também para a inserção social no mundo livre após a abolição.

Infelizmente, não sabemos o destino de Clementino e Dionísio, acusados de matar o capitão Antonio Souza, que pretendia reconduzi-los à escravidão. Tampouco temos outras informações sobre o quilombo onde eles se reuniam, uma vez que não há mais notícias sobre o assunto em *O Cachoeirano* e não se encontrou nenhuma menção na literatura consultada. Entretanto, sabemos que aquele núcleo de fugitivos se localizava próximo às matas da Fazenda Boa Esperança, uma das origens da atual Comunidade Quilombola de Monte Alegre. Não se pretende estabelecer ligação direta entre as duas comunidades, mas apontar possibilidades. Considero mais importante perceber como a autonomia da comunidade de Monte Alegre encontrava-se em espaço de conflitos entre senhores e escravos. Além disso, é válido lembrar que a ressemantização do conceito de quilombo foi incorporada pela legislação brasileira no início dos anos 2000 como reconhecimento da luta do movimento negro e quilombola,

---

<sup>43</sup> ALMADA, 1984, p. 83.

<sup>44</sup> ROCHA, 2000.

<sup>45</sup> BERLIN, Ira. *Gerações de Cativeiro*. Uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006.



intensificada após a Constituição Federal. O Decreto nº 4.887/2003 que, junto com a instrução normativa nº 16, de 24 de março de 2004 (atualizada pela Instrução Normativa nº 20 de 19 de setembro de 2005), regulamentou o art. 68 do ADCT-CF/88 esclareceu:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.<sup>46</sup>

Embora mantenha o termo “remanescente”, a legislação mudou o foco dos resquícios materiais para privilegiar a trajetória histórica e a noção de pertencimento dos próprios sujeitos. Ao considerar a “resistência à opressão histórica”, a legislação parece incorporar a ideia de autonomia de tais comunidades e colocá-las acima da noção clássica de quilombo.

Para finalizar essa seção, ressaltamos uma observação realizada por Carlos Alexandre Plínio dos Santos sobre as interações entre os quilombos: elas eram essenciais para a segurança e troca de informações e mercadorias e também ocorreram entre grupos de ex-escravos e comunidades negras rurais quilombolas após a Lei Áurea.<sup>47</sup> Cientes disso, voltemos nossa atenção para uma comunidade específica em Cachoeiro de Itapemirim.

### 3.3 AS ORIGENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE

A Comunidade Quilombola de Monte Alegre está no coração de Cachoeiro de Itapemirim, mais especificamente no vale do ribeirão Floresta, tributário do rio Itapemirim, entre os distritos de Pacotuba e Burarama, a 35 quilômetros da sede municipal.<sup>48</sup> Formada em meio à área de matas, ainda em parte preservadas, localiza-se entre a Floresta Nacional (FLONA) de Pacotuba e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Fazenda Cafundó (antiga Fazenda Boa Esperança).<sup>49</sup>

---

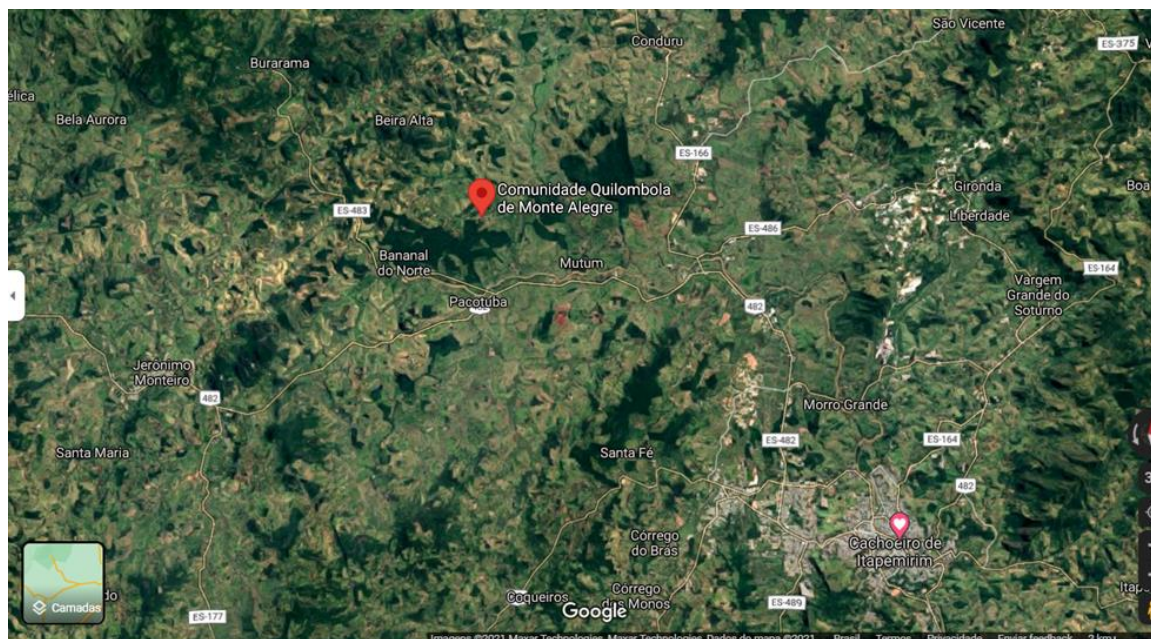
<sup>46</sup> BRASIL. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm)>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

<sup>47</sup> SANTOS, 2014, p. 23.

<sup>48</sup> INCRA. Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Remanescente de Quilombos de Monte Alegre. Projeto Territórios Quilombolas no Espírito Santo-UFES / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Vitória, 2006, p. 83.

<sup>49</sup> INCRA, 2006, p. 99.

Figura 13 - Mapa da Comunidade Quilombola de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim-ES)<sup>50</sup>



Fonte: <https://www.google.com/maps>

A pesquisa realizada para esta tese revela que a comunidade quilombola de Monte Alegre possui cerca de 500 moradores<sup>51</sup>, em sua maioria descendentes de escravos que trabalharam em cinco fazendas da região: São João da Mata, Santa Rosa, Boa Esperança, Mutum e Monte Alegre. Nessas fazendas estão dois dos seus três principais troncos formadores – que serão abordados de maneira mais específica posteriormente. O terceiro tronco – expressão local para se referir à origem de cada família – está um pouco mais distante, conforme indicado no seguinte jongo:

Em Monte Alegre tem um pé de cajueiro  
 Em Monte Alegre tem um pé de cajueiro  
 A raiz dele tá lá no Rio de Janeiro  
 A raiz dele tá lá no Rio de Janeiro<sup>52</sup>

Após a abolição, segundo os relatos dos membros da comunidade, ex-escravos das fazendas da região e alguns do norte fluminense passaram a se dirigir para a localidade denominada, desde meados do século XIX, como Monte Alegre. De acordo

<sup>50</sup> O mapa (figura 13) produzido no Google Maps, em 2021, destaca a localização atual da Comunidade Quilombola de Monte Alegre e a sede do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

<sup>51</sup> Esse número foi informado em entrevista por Arilson Ventura, em 2019 e está presente no site da prefeitura municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Além dos quilombolas, há mais 100 moradores de origens diversas.

<sup>52</sup> VENTURA, 2005. [Material não publicado]

a tradição oral registrada em *Simplesmente Monte Alegre*<sup>53</sup>, a área recebeu esse nome, possivelmente, de portugueses que habitavam a região desde a década de 1840 e admiravam a expressão de alegria dos negros que por ela transitavam mesmo submetidos às humilhações e castigos do cativo. Apesar da preexistência de unidade produtiva com o mesmo nome na localidade, interessa observar o sentido positivo atribuído pela oralidade, ainda que reconheça a violência da escravidão.

Na região, a fazenda Monte Alegre, em 1860, já se encontrava em pleno funcionamento quando da morte do proprietário, Francisco Simeão da Fraga.<sup>54</sup> Segundo a tradição oral, havia algumas pequenas propriedades e posses no local. Um processo de legalização de terras da década de 1880, ratifica a versão. Trata-se de Adão José Cordeiro que, em 1883, solicitou ao governo a compra de 60 alqueires, dos quais já tinha ocupado oito ou dez com roças, café, pastos e benfeitorias. Como se tratava de terras devolutas, conforme exigido pela lei, houve a necessidade de chamar os confrontantes, o que aponta para a existência de outros ocupantes na área.<sup>55</sup>

Afirmar-se hoje como descendente de escravos é o resultado de um processo – ainda em curso – que passa pela superação das inúmeras representações negativas relacionadas aos negros e que, durante muito tempo, dificultaram a exposição pública da ancestralidade de matriz africana. Conforme reconhecido por uma das lideranças locais, o processo de autoidentificação foi prejudicado – entre outras razões – pela predominância de imagens aviltantes dos sujeitos submetidos à escravidão:

E durante esse tempo [a partir de 2005], a comunidade começou a receber várias escolas que vinham pra conhecer a cultura e aí começou a ser perceptível que aquilo que estava na cabeça deles [dos membros da comunidade] da vergonha de ser descendente de escravos, da vergonha de ser descendente de alguém que a mulher foi... éee...ela foi maltratada, ela foi abusada, da vergonha de alguém que foi chicoteado, um ancestral, de que trabalhou sem receber nada, que foi menosprezado, que sofreu todos os maus-tratos, no caso do escravo, e aí quando alguém de fora chegava, não conversava com esse morador, o morador praticamente não tinha contato porque era uma atividade de visita que tinha praticamente um cunho turístico, mas o filho dele que fazia uma apresentação de caxambu ou de outra manifestação cultural era fotografado e depois chegava em casa e falava pros pais 'nossa, o pessoal que veio aqui me abraçou, em alguns casos chorou, é, professor que veio aqui disse que tá muito feliz porque a história dele é igual a nossa, de que ele também é descendente de escravos, que ele

---

<sup>53</sup> VENTURA, Leonardo. *Simplesmente Monte Alegre*. Cachoeiro de Itapemirim: Editora Cachoeiro Cult, 2016. p. 87-92.

<sup>54</sup> Inventário de *Francisco Simião da Fraga*. Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Ano 1865, maço 1.

<sup>55</sup> ARQUIVO PÚBLICO. Processo de terra, p. 79, maço 10, pasta 3.

venceu, hoje ele é professor, isso aquilo outro, tal tal,’ outros que vinham falavam ‘oh, você tem que continuar’, pro adolescente que fazia parte do grupo da manifestação cultural, ‘a sua história é muito bonita, vocês não podem ter vergonha dessa história, vocês tem que ter orgulho, foram vocês que construíram o Brasil’.<sup>56</sup>

O relato acima foi colhido em entrevista realizada no ano de 2019 por Leonardo Marcelino Ventura<sup>57</sup> que, juntamente com seu primo Arilson Ventura (figura 14),<sup>58</sup> iniciou o processo para o reconhecimento de Monte Alegre como remanescente de quilombo em 2005. Sua fala consistente, organizada e coerente não apenas oferece explicação para a construção da identidade quilombola – que relaciona a ascendência escrava com as políticas públicas de reparação efetuadas a partir de 2003 –, como permite constatar a dificuldade ainda hoje para verbalizar o *indizível*, na precisa expressão de Michael Pollak.<sup>59</sup> Ele se reconhece como descendente de escravos, busca com afinco o conhecimento sobre seus antepassados, mas cita os exemplos mais violentos relacionados à escravidão utilizando a terceira pessoa e um personagem não identificado. O distanciamento estabelecido para narrar fatos dolorosos relacionados à memória familiar e, portanto, à construção da própria identidade, é um recurso comumente utilizado por descendentes de escravos, conforme foi observado por Ana Lugão Rios e Hebe Mattos em *Memórias do Cativo*.<sup>60</sup>

---

<sup>56</sup> VENTURA, Leonardo Marcelino. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 31 de janeiro de 2019b.

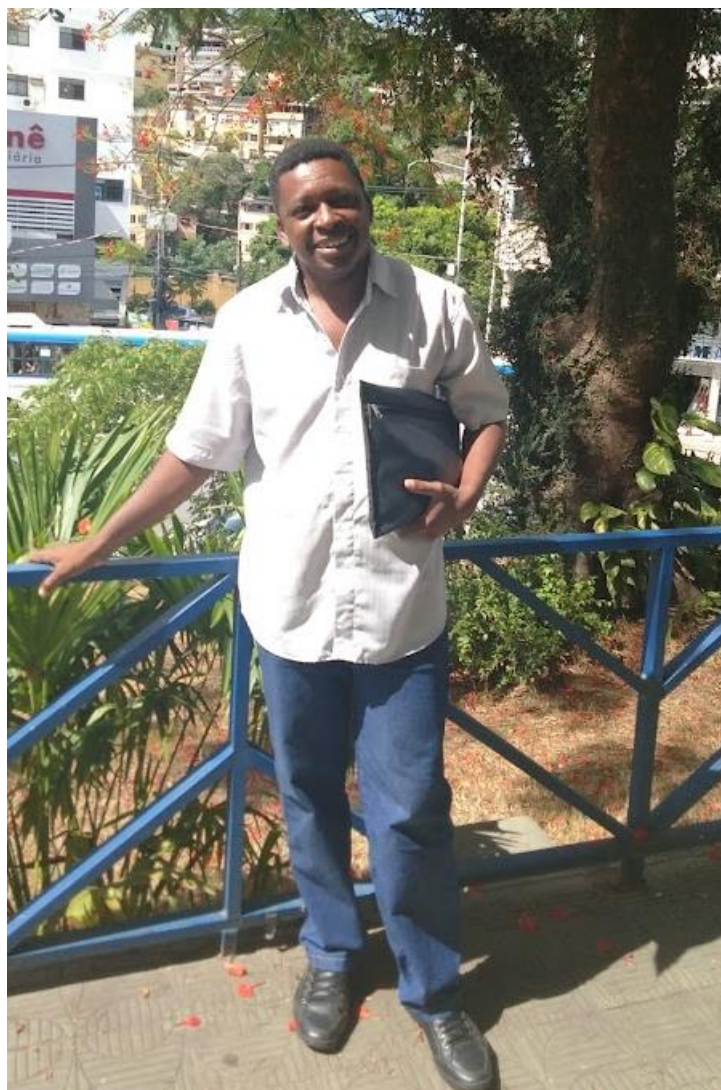
<sup>57</sup> Leonardo Marcelino Ventura estava com 54 anos na data da primeira entrevista.

<sup>58</sup> VENTURA, Arilson. Entrevista realizada na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 19 de março de 2019d.

<sup>59</sup> POLLAK, 1989, p. 8.

<sup>60</sup> RIOS; MATTOS, 2005.

Figura 14 - Arilson Ventura



Fonte: Acervo da autora (2019).

Além de observar a generalização da violência por meio de narrativas envolvendo escravos não conhecidos, muitas vezes sem nome, Rios e Mattos chamam a atenção para a ausência da memória genealógica da escravidão na maioria das famílias negras brasileiras. Mesmo no antigo sudeste cafeeiro, área de concentração escrava nas últimas décadas do regime, a ausência é significativa. De acordo com os dados das autoras, cerca de um quarto dos entrevistados não possuíam memória familiar relacionada à escravidão nas décadas de 1980 e 1990. No Espírito Santo, encontrou-se maior proporção, pois 33% dos entrevistados nesta pesquisa não apresentaram qualquer histórico ou lembrança dos ancestrais.<sup>61</sup> Ainda que existam explicações para isso – como o fato de muitos negros terem conquistado a liberdade antes da abolição

---

<sup>61</sup> RIOS; MATTOS, 2005, p. 37.

–, Ana Lugão Rios e Hebe Mattos defendem que a ausência, bem como o silenciamento voluntário relatado por aqueles que se referem a um antepassado escravo possuem “significado óbvio que não pode ser negligenciado – evidenciam as dificuldades de construir uma identidade socialmente positiva com base na vivência da escravidão.”<sup>62</sup>

Por outro lado, a busca de Leonardo Ventura pela história ancestral da comunidade aponta para a mudança de postura em relação ao passado escravista e a estratégia adotada para lidar com ele. Não se trata, evidentemente, de inventar um passado para auferir vantagens, mas de ressignificação da história das pessoas da comunidade, de valorização da memória coletiva para a construção da identidade étnica. Nessa lógica, procura-se destacar os aspectos positivos e a comunidade passa a se orgulhar de seu papel de guardião de tradições seculares, herdeira daqueles que ajudaram a construir o país e portadora de direitos atualmente reconhecidos pelo Estado Brasileiro. Conforme assevera Eliane Cantarino O’Dwyer:

Pode-se alegar que essa definição das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos como grupos étnicos atributivos — que devem ser definidos a partir de sinais e emblemas considerados socialmente significativos pelo grupo, e não por um olhar classificador de um observador externo — dá margem a manipulações pelos atores sociais da identidade étnica. Em nossas atividades de pesquisa observamos, a partir das formulações de Barth, que as identidades étnicas são igualmente “imperativas”, não podendo ser suprimidas temporariamente por outras definições mais favoráveis da situação de contato interétnico.<sup>63</sup>

A Comunidade de Monte Alegre foi uma das primeiras no Espírito Santo a solicitar e obter o certificado de quilombola pela Fundação Cultural Palmares. A iniciativa ocorreu após os decretos regulamentadores do ADCT/88, que estabeleceram a autodefinição como critério para reconhecimento e gozo dos direitos dos remanescentes de quilombos, conforme discutido no tópico anterior. Entre os direitos estão “a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação definitiva das terras ocupadas”<sup>64</sup> que foram requeridos pela Comunidade Quilombola de Monte Alegre. A solicitação do território necessário para garantir sua reprodução física, social, econômica e cultural, conforme previsto na legislação, recebeu o apoio do Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo. Em setembro de 2005, uma equipe multidisciplinar – envolvendo profissionais da História, Geografia,

<sup>62</sup> RIOS; MATTOS, 2005, p. 54.

<sup>63</sup> O’DWYER, 2002, p. 16.

<sup>64</sup> PLANALTO. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm)>. Consulta em 10 de agosto de 2019.

Antropologia, Direito e Ciências Sociais – reunida por uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a UFES iniciou os trabalhos com o objetivo de fornecer subsídios ao processo administrativo necessário ao atendimento do direito pleiteado pela Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre.

O resultado das ações, iniciadas após a certificação pela Fundação Cultural Palmares, foi a produção de um Relatório Técnico de Identificação<sup>65</sup> que deu suporte à solicitação do território pela comunidade.<sup>66</sup> Assim, se houve estímulo externo, em razão da legislação brasileira e da promoção de políticas públicas de reparação, a mobilização em torno do reconhecimento baseou-se na identidade étnica da comunidade, que não pode ser modificada para atender a interesses imediatos, posto seu caráter “imperativo”, conforme defendido por O’Dwyer.<sup>67</sup>

O intenso levantamento de fontes realizado pela equipe não apenas ratifica a pretensão da Comunidade, como serve de referência para trabalhos com objetivos bastante diferentes do original. Nossa pesquisa, por exemplo, possui foco acadêmico, porém é amplamente beneficiada por ele.

Embora o relatório seja uma referência fundamental, acredita-se que se possa ajudar a esclarecer algumas questões apresentadas pela equipe técnica, por empregarmos outras fontes e, com isso, contribuir para a história da comunidade. Também Esperamos que essa contribuição ajude a pensar as possibilidades de inserção social dos ex-escravos e descendentes no período do pós-abolição de uma forma mais geral. A seguir, vejamos como surgiram alguns dos principais troncos da Comunidade.

### 3.3.1 OS VENTURA: O TRONCO FORMADO POR MIGRANTES

Em meados do século XIX, senhores fluminenses e mineiros migraram para o sul do Espírito Santo, especialmente para os vales dos rios Itapemirim e Itabapoana junto com seus escravos durante o processo de expansão da cultura cafeeira. Segundo

---

<sup>65</sup> INCRA, 2006.

<sup>66</sup> Após mais de uma década do pedido, a Comunidade ainda aguarda a titulação. Segundo informações do INCRA, o processo encontra-se em fase adiantada, tendo sido encaminhado para a assinatura presidencial desde 2017.

<sup>67</sup> O’DWYER, 2002, p. 16.

Vilma Almada,<sup>68</sup> além de ricos fazendeiros, estabeleceram-se na região pessoas livres e pobres em busca de oportunidades em uma região com vastas terras devolutas. Cachoeiro de Itapemirim, conforme visto no capítulo anterior, nasceu a partir da expansão cafeeira do norte fluminense e tornou-se em poucos anos o principal município produtor de café nas terras capixabas, ao mesmo tempo que esse produto se tornava o carro-chefe das exportações da província.

O intenso crescimento demográfico não significou o fim das terras devolutas no Espírito Santo, que chegou ao final do século XIX com 15,4% de sua área oficialmente ocupada, de acordo com os dados de Almada.<sup>69</sup> A disponibilidade de terras parece ter atraído também libertos e descendentes provenientes, mais uma vez, de Minas Gerais e Rio de Janeiro, conforme notado por Nara Saletto<sup>70</sup> e Rafaela Domingos Lago.<sup>71</sup>

*No tempo do cativo* – expressão usual na Comunidade de Monte Alegre e no sudeste cafeeiro de forma geral, conforme notado por Ana Lugão Rios e Hebe Mattos<sup>72</sup>, um negro de nome Manoel Ventura teria chegado ao sul capixaba após sair de Campos, no norte fluminense. Essa é a versão que ouvimos dos entrevistados que comentaram a origem do primeiro Ventura na região. Já a equipe do Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo, em entrevistas realizadas em 2005, apresenta Minas Gerais como a origem do Tio Manoel Ventura.<sup>73</sup> De qualquer forma, o primeiro Ventura a se estabelecer em Monte Alegre teria vindo de fora, de uma das províncias limítrofes, de onde partiram vários indivíduos em direção a Cachoeiro do Itapemirim, ao longo do século XIX, colaborando para o aumento demográfico daquela região.

Manoel Ventura é lembrado como homem negro e livre quando chegou à comunidade. Não se pode afirmar com certeza se ele foi escravo antes, nem se teria vindo fugido. O que a memória preservou, e conta-se orgulhosamente, é que ele era carpinteiro e, em algum momento da vida, tornou-se proprietário de terras e gado.<sup>74</sup> De fato,

---

<sup>68</sup> ALMADA, 1984.

<sup>69</sup> ALMADA, 1984, p. 83.

<sup>70</sup> SALETTO, Nara. *Trabalhadores Nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Edufes: Vitória, 1996.

<sup>71</sup> LAGO, 2018.

<sup>72</sup> Cf. RIOS; MATTOS, 2005, p. 43.

<sup>73</sup> INCRA, 2006, p. 207-208.

<sup>74</sup> VENTURA, Leonardo Marcelino. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 30 de janeiro de 2019a.



encontramos seu nome na lista de proprietários de estabelecimentos rurais elaborado pelo Recenseamento de 1920.<sup>75</sup>

O município de Cachoeiro de Itapemirim aparece no recenseamento com o maior número de propriedades agrícolas do Espírito Santo, mesmo tendo perdido mais de 70% do território que possuía no final do século XIX.<sup>76</sup> Dos 20.941 estabelecimentos rurais da província, 1.920 situavam-se no município de Cachoeiro do Itapemirim,<sup>77</sup> um deles pertencente a Manoel Ventura. Não se sabe o tamanho da propriedade, já que na lista não há essa informação, mas apenas o nome do estabelecimento ou da localidade anotados na mesma coluna. Em alguns casos, há a classificação como fazenda, sítio, rancho ou chácara, porém, na maioria dos casos, há somente o nome do local.

Em Monte Alegre, consoante ao recenseamento, aparecem 15 propriedades sem indicação sobre o tipo de estabelecimento e uma fazenda homônima, pertencente a Emiliano Amorim. A fazenda, conforme dito anteriormente, já existia desde a década de 1860, época em que pertencia à família Fraga – unida por diversas alianças matrimoniais com os Amorim.<sup>78</sup> Três das outras fazendas citadas pelos moradores como locais onde seus ancestrais foram explorados no tempo do cativo (Barra do Mutum, Boa Esperança e Santa Rosa) também aparecem no recenseamento, propriedades que, aparentemente, resistiram ao “golpe de 13 de Maio” e à crise do final do século XIX ocasionada pela queda acentuada do preço internacional do café. A quinta fazenda, São João da Matta, não consta no recenseamento, mas há o registro de uma localidade com esse nome, o que pode indicar um possível desmembramento.

---

<sup>75</sup> BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos proprietários de estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Typ. da estatística, 1923. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/>>. Acesso em: 15 de março de 2017.

<sup>76</sup> ALMADA, 1993, p. 89.

<sup>77</sup> Se somarmos as unidades dos municípios que pertenceram no passado a Cachoeiro de Itapemirim, o número ultrapassa 4.000, cerca de um quinto das propriedades de todo o Estado do Espírito Santo.

<sup>78</sup> Em 1865, Antônio Pires de Amorim, filho do patriarca da família, o português José Pires de Amorim, aparece casado com Marcolina Jacintha da Fraga. Esta, por ocasião da morte do pai, recebeu naquele ano parte da fazenda Monte Alegre. Inventário de Francisco Simeão da Fraga. Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, Ano 1865, maço 1.

A tradição oral da comunidade relata que dois sobrinhos de Manoel Ventura teriam se dirigido para a região de Monte Alegre e, após algum tempo, adquirido terras.<sup>79</sup> Há diferentes versões sobre a condição social dos irmãos José e Marcelino Ventura, que seriam provenientes da mesma província de onde saíra Manoel. Uma das versões apresenta-os como escravos que teriam vindo de Campos dos Goitacazes ainda crianças com a mãe para trabalhar nas Fazendas Monte Alegre e Boa Esperança – ambas pertencentes à família Amorim – na segunda metade do século XIX. Outra versão afirma que os irmãos Ventura fugiram da escravidão no Rio de Janeiro e buscaram refúgio e liberdade na propriedade do tio Manoel. Uma terceira versão afirma que eles chegaram na condição de libertos logo após a abolição.

Todas as versões destacam os laços familiares e a aquisição de terras, parte da qual seria expropriada de seus descendentes pelos Amorim, consoante o relatório do Projeto Territórios Quilombolas.<sup>80</sup> Na pesquisa oral realizada para esta tese, verificou-se o receio de falar abertamente sobre o conflito de terras. Vários entrevistados não foram específicos, generalizando os exemplos ou atribuindo o conhecimento a respeito do assunto a outras pessoas. Além dos problemas enfrentados no passado, foi informado que a certificação como quilombola, as mudanças ocorridas na comunidade em virtude disso e, principalmente, a reivindicação ao território, promoveram tensões entre moradores e proprietários rurais nos últimos anos.

Retornando aos Ventura, de acordo com o Recenseamento de 1920, Marcelino aparece como proprietário na localidade Boa Vista, próxima a Monte Alegre. Enquanto isso, José Ventura tem registro de estabelecimento em Monte Alegre. Assim como o tio, os irmãos Ventura se casaram na comunidade, onde possuem extenso número de descendentes. Marcelino Ventura, por exemplo, se uniu matrimonialmente a Matilde Adão, filha de Adão Silva, que é um dos principais troncos familiares da comunidade. Por meio do casamento de um dos filhos do casal, houve a união com a família

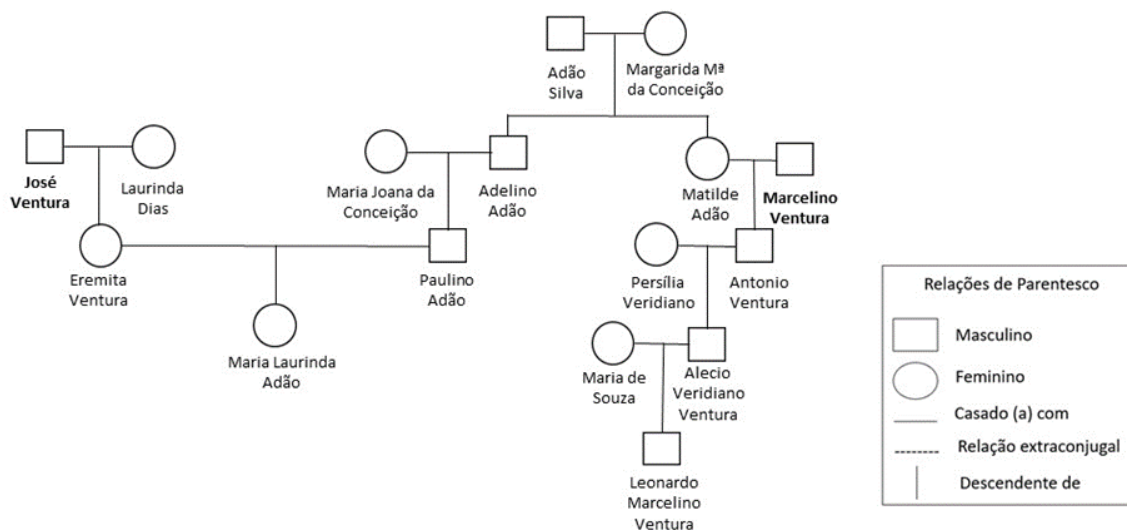
---

<sup>79</sup> VENTURA, Leonardo Marcelino. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 30 de janeiro de 2019a; VENTURA, Jonaci. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 21 de março de 2019e.

<sup>80</sup> INCRA, 2006.

Veridiano. Na figura 15 podem ser conferidos alguns dos enlaces com destaque para os irmãos Ventura.<sup>81</sup>

Figura 15 - Uniões do tronco Ventura com os troncos Adão e Veridiano



Fontes: Entrevistas; INCRA, 2006.

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de apresentar um jongo comum na comunidade:

Monte Alegre é feito de ouro em pó  
 Monte Alegre é feito de ouro em pó  
 Andei, andei, não achei lugar melhor  
 Andei, andei, não achei lugar melhor<sup>82</sup>

Não se conhece a autoria das estrofes nem a época em que estreou nas rodas de caxambu de Monte Alegre. Todavia, sabe-se que ele foi feito com base na experiência vivida pela comunidade e, portanto, não seria absurdo pensar que estivesse ligado à história dos primeiros Ventura na região. É interessante destacar que seu deslocamento após a abolição, seja ele de curta (segundo a versão de que foram escravos na região e nela permaneceram após o 13 de Maio) ou de longa distância (considerando a versão que os aponta como libertos), ocorreu em direção a uma área rural. Esse fato, apoia a revisão de teses antigas sobre os libertos, que apontavam o imediato abandono das fazendas em direção às cidades, com a consequente

<sup>81</sup> Manoel Ventura não aparece no diagrama, pois se casou com pessoa de fora desses troncos (Teresa, filha de Joana e pai desconhecido), com quem teve apenas um filho, Benedito Ventura. Com a expropriação de suas terras na Comunidade de Monte Alegre, a família deixa a região. Na época do Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo, foi informado que os filhos de Benedito viviam no Rio de Janeiro. Cf. INCRA, 2006, p. 207.

<sup>82</sup> VENTURA, 2005. [Material não publicado].

formação da reserva de trabalhadores e a ocupação dos morros e periferias,<sup>83</sup> como abordado por Carlos Eduardo Coutinho da Costa.<sup>84</sup>

As versões que localizam a chegada de Marcelino e José durante a vigência da escravidão partem da perspectiva da rebeldia contra o sistema e, de certa forma, recebem apoio na historiografia, que afirma o aumento do número de fugas nos anos finais da escravidão nas províncias vizinhas.<sup>85</sup> Ainda que pareça uma aventura a busca por um familiar em outra província, especialmente na condição de fugitivo, não é inverossímil.

A proximidade com as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro era um fator que poderia facilitar a fuga para as terras capixabas e, sem dúvida, foi considerado pelos senhores mineiros que anunciaram nos jornais de Cachoeiro de Itapemirim ofertas para quem capturasse seus escravos. Além disso, alguns anunciantes, direta ou indiretamente, apontaram outro fator que vai ao encontro de todas as versões a respeito da origem dos Ventura.

Conforme discutido no primeiro capítulo, um dos motivos para o incentivo às fugas era a separação de famílias e afastamento das comunidades de origem, como revelaram os anúncios realizados pelo senhor de Isidoro, que acreditava que ele havia fugido em direção a Vitória, de onde havia sido comprado pouco antes da fuga em 1887;<sup>86</sup> ou pelo senhor de Garcia, que acreditava que ele havia se dirigido para uma fazenda da região onde possuía parentes;<sup>87</sup> ou ainda pelo senhor de Bento, que denunciava a possibilidade de ele ter buscado a ajuda de uma irmã liberta que vivia em outra freguesia do município.<sup>88</sup> As famílias não só deveriam ser o estopim para a fuga, como também integravam uma rede de apoio para os fugitivos, como parecem indicar esses exemplos e como já foi discutido pela historiografia. Daniela Paiva Yabetta de Moraes lembra o quanto as comunidades de senzala eram importantes para o sucesso da fuga dos escravos em Marambaia – fuga, aliás, que tinha como um dos principais

---

<sup>83</sup> Cf. FERNANDES, 1978.

<sup>84</sup> COSTA, 2013.

<sup>85</sup> Cf. MORAES, 1986; LIMA, 1981; MACHADO, 2010; ALONSO, 2014.

<sup>86</sup> O CACHOEIRANO, n. 36, de 4 de setembro de 1887, p. 3.

<sup>87</sup> O CACHOEIRANO, n. 5, de 30 de janeiro de 1887, p. 4.

<sup>88</sup> O CACHOEIRANO, n. 3, de 18 de janeiro de 1885, p. 4.

motivos a ameaça de venda para fora da ilha e, portanto, a separação de familiares e companheiros.<sup>89</sup>

O motivo pelo qual o senhor de Isidoro suspeitava que ele havia fugido em direção a Vitória foi, provavelmente, o mesmo que fez os senhores de Garcia e Bento indicarem seus envolvimento em relações familiares. Para os anunciantes, constituía-se uma possibilidade real que os fugitivos buscassem suas famílias, fossem elas escravas, libertas ou livres. Os anúncios flagram, inadvertidamente, a importância da família para a fuga dos escravos e iluminam a história dos Ventura. É plausível que os dois irmãos tivessem fugido em direção à área rural de Cachoeiro para se reunir a outro membro da família, que se encontrava assentado na região. Ou mesmo que parte dos libertos pela Lei Áurea tenha migrado em direção a espaços em que os laços familiares poderiam amparar novos começos.

### 3.3.2 ADÃO: TRABALHO, ORAÇÃO, CAXAMBU E REBELDIA

Em entrevista realizada no ano de 2019, Maria Laurinda Adão,<sup>90</sup> mestra do caxambu e importante liderança na comunidade de Monte Alegre, em que atua (ou atuou) como parteira, coveira, agricultora, líder das mulheres camponesas, rezadeira, mãe-de-santo, fez o seguinte relato:

Maria Laurinda: Como diz, aqui é uma roça, aqui foi conhecido nosso Monte Alegre, foi conhecido pela família do Adão. O Adão era o escravo que vivia lá na Boa Esperança, porque... hoje em dia lá tem o nome de Cafundó, mas lá toda vida aquele lugar foi nome de Boa Esperança. Ele dormia no tronco. E ele é meu bisavô. Então, era nossa família, mas ele... à noite, de noite ele dormia no tronco, de dia ele trabalhava. Aí diz que ele, quando dava a noite, ele ia pras senzalas, mas não era ali por perto não. Bem distante daqui do nosso lugar. Pegava o cavalo do patrão, saía do tronco, que ele dormia acorrentado, né. Ele saía do tronco, pegava o animal e ia saber lá na senzala, lá ele dançava, lá ele brigava, batia nos outros, e no outro dia vinha a reclamação pro patrão. Aí diz que o patrão falou: "Não, não é Adão não porque Adão dorme no tronco. Toda tarde eu boto ele no tronco, ele amanhece no tronco. Não é ele não." Aí foi indo, foi indo, foi indo... aí lá um belo dia, diz que ele matou uma cobra no caminho, na madrugada quando veio. Aí ele matou a cobra e foi lá pro... foi pro tronco. Quando o patrão chegou, ele estava no tronco. Lá quietinho, do jeito que o patrão botava ele, né. Aí diz que o patrão chegou contando pra ele que tinha matado uma cobra brava e aí ele ficou, ficou querendo se abrir, aí depois ele falou o lugar que

<sup>89</sup> MORAES, Daniela Paiva Yabeta de. *Marambaia*. História, memória e direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro (c. 1850 - tempo presente). Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>90</sup> Dona Maria Laurinda estava com 75 anos na data da primeira entrevista.

estava a cobra. Aí quando ele falou o lugar que ele que tinha matado a cobra, aí o patrão falou “mas eu deixo você no tronco, então é você mesmo que sai e no outro dia você amanhece no tronco!” Porque naquele tempo, eles tinham a oração e a nossa família é uma família assim que sempre teve a oração. Sempre teve a oração.<sup>91</sup>

Figura 16 - Maria Laurinda Adão



Fonte: Acervo da autora (2019).

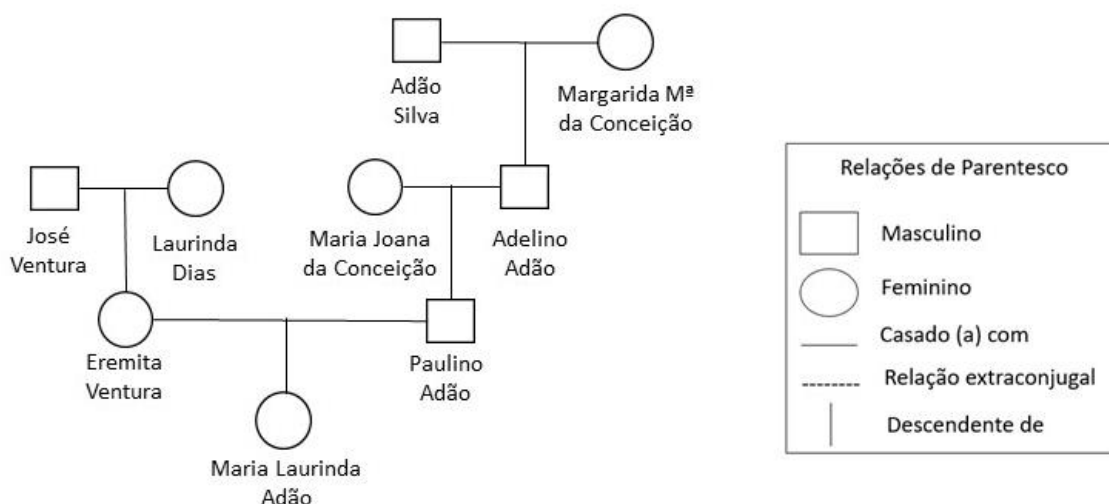
O sobrenome Adão é uma herança ostentada orgulhosamente por Dona Maria Laurinda e muitos outros descendentes do escravo da antiga Fazenda Boa Esperança. Apesar de ter adotado o sobrenome Silva após a abolição,<sup>92</sup> muitos de

<sup>91</sup> ADÃO, Maria Laurinda. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 30 de janeiro de 2019a.

<sup>92</sup> INCRA, 2006.

seus familiares conservaram o primeiro nome, pelo qual, aliás, ele é mais conhecido em Monte Alegre. Deve-se ressaltar que a descendência de Adão vai além do tronco que carrega seu nome devido às alianças matrimoniais com os Ventura, os Veridiano e outras famílias. Não possuir o nome, contudo, não implica desconsiderar a ascendência. Afinal, como ouvido frequentemente na comunidade, ali “todo mundo é parente”. A assertiva de autoria de Dona Maria Deolinda Alves – e não foi a única – confirma que seu sobrenome e de muitos de seus familiares foi modificado a contragosto por pessoas do cartório, mas que ela tem parentesco com os Adão, Veridiano e Ventura.<sup>93</sup> Dona Maria Laurinda, por sua vez, embora só tenha Adão no nome, também descende de Ventura, como pode ser visto no esquema abaixo.

Figura 17 - Genealogia de Maria Laurinda Adão



Fonte: INCRA, 2006; ADÃO, Maria Laurinda. Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2019, na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES.

As narrativas sobre a vida de Adão diferem bastante daquelas relacionadas aos Ventura e, de forma geral, da maioria das histórias contadas por descendentes de escravos no Brasil sobre os ancestrais escravos. Enquanto há dúvidas sobre a condição social em que José e Marcelino chegaram à comunidade, não há nenhuma sobre a de Adão. Todas as versões a seu respeito o indicam como escravo. As variações estão na quantidade de fazendas em que ele teria sido explorado, mas os

<sup>93</sup> ALVES, Maria Deolinda. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 24 janeiro de 2019a. Dona Maria Deolinda, nascida em 1938, é filha de Lucira Verediano Barbosa e Joviano Barbosa; neta por parte materna de Venceslau Manoel Verediano e Deolinda Dias; Bisneta de Raquel Verediano e Manoel Cambão (pais de Venceslau). Sua ligação com os Adão vem por meio de sua avó Deolinda, irmã de Laurinda, que se casou com José Ventura. Eremita, a filha deste casal, se casou com Paulino Adão, pais de Dona Maria Laurinda.

entrevistados concordam que ele viveu na Boa Esperança e destacam suas habilidades especiais de “cavar” espaços de liberdade por meio da oração.

Conforme destacado por Ana Rios e Hebe Mattos, a maioria dos descendentes de escravos no Brasil não cita exemplos de violência vivenciados diretamente por seus ancestrais.<sup>94</sup> Em geral, para falar dos horrores da escravidão, usa-se personagem genérico. Diante disso, torna-se ainda mais especial o caso de Adão. Seus descendentes não apresentam nenhuma dificuldade em falar sobre as violências infligidas pelo senhor – esse sim, generalizado. Na verdade, as narrativas são bastante consistentes em enfatizar “castigos” por ele recebidos, embora os motivos sejam menos específicos. A fala sem pudor sobre o assunto pode repousar em uma das estratégias adotada pela comunidade e sobre a qual comentamos anteriormente: a positivação da experiência.

Ana Lugão Rios e Hebe Mattos<sup>95</sup> perceberam em suas análises de entrevistas de descendentes de escravos no Sudeste o uso de uma “identificação positiva da trajetória familiar” em oposição à “violência genérica do cativo”. Embora essa seja a regra também em Monte Alegre, percebe-se que as narrativas da comunidade agregam outros referenciais que modificam a perspectiva e, assim, permitem abordar diretamente a violência contra seus ancestrais. O foco da narrativa sobre Adão não está no sofrimento imposto pelo cativo, mas em suas habilidades especiais como a capacidade de fugir do tronco para passear, namorar e até brigar em outros lugares; e a sua “oração”, saber religioso transmitido a seus descendentes.

O trabalho, um dos valores mais respeitados pelos membros da comunidade, também aparece relacionado a Adão. Se, à noite, o escravo deixava a fazenda de seu senhor para visitar companheiros em outras senzalas, de dia ele já estava de volta e pronto para desempenhar as obrigações impostas pelo sistema escravista. Além das senzalas, aqui indicadas como lugares sem a supervisão de autoridades externas, isto é, espaços com certa autonomia, Adão parecia frequentar territórios de escravos rebelados. De acordo com entrevista concedida em 2005, Adão também se dirigiria para locais como a serra da Boa Conserva, onde, de acordo com Osvaldo de Oliveira,

---

<sup>94</sup> RIOS; MATTOS, 2005, p. 47.

<sup>95</sup> RIOS; MATTOS, 2005, p. 100.



se encontrava com quilombolas,<sup>96</sup> possivelmente integrantes do Quilombo da Pedra Lisa, registrado em 1848 nas proximidades da referida serra.<sup>97</sup> Na década de 1880, como dito no início do capítulo, há menção de um quilombo nas matas próximas à fazenda Boa Esperança, que poderia ter sido frequentado por Adão, já que este teria sido libertado apenas após a Lei Áurea e teria morrido próximo de 1920 com mais de cem anos de idade.<sup>98</sup>

Independentemente do local frequentado por Adão em suas fugas temporárias, o que a memória da comunidade reteve e enfatiza é a sua capacidade de conciliar o trabalho duro durante o dia com a liberdade vivenciada à noite. O depoimento de sua bisneta vai ainda mais longe ao exaltar outro valor do escravo que se sobrepõe à humilhação do cativo. O caso da cobra parece inverter a situação ao exibir um indivíduo orgulhoso de suas conquistas, com dificuldade para aceitar que o crédito fosse apropriado por outro, mesmo que este pudesse lhe castigar e atrapalhar suas brechas de liberdade. Um dos jongs da comunidade parece representar esse valor compartilhado entre as duas gerações:<sup>99</sup>

Passei na ponte, a ponte estremeceu  
 Passei na ponte, a ponte estremeceu  
 Não sou mais do que ninguém, ninguém é mais do que eu  
 Não sou mais do que ninguém, ninguém é mais do que eu”<sup>100</sup>

A confiança de Adão em sua “oração” o teria ajudado a se arriscar perante o senhor? Não há como saber, mas é uma possibilidade que salta das narrativas sobre ele, para destacar uma das suas mais significativas heranças. Dona Maria Laurinda não herdou apenas o nome de seu bisavô Adão, mas também a oração e o apreço por brincar o caxambu, que, no passado, estavam intimamente ligados. De acordo com o IPHAN:

Forma de expressão afro-brasileira, o jongo integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. Acontece nos quintais das periferias

<sup>96</sup> Informação prestada à equipe do Projeto Territórios Quilombolas. Na região dessa serra, ficava a fazenda Boa Conserva, próxima a Monte Alegre. Alguns ex-escravos daquela fazenda teriam se dirigido para Monte Alegre após a abolição. INCRA, 2006, p. 196.

<sup>97</sup> INCRA, 2006, p. 196.

<sup>98</sup> Como o periódico não especifica o local do quilombo, não podemos especificar sua localização. Contudo, a Fazenda da Boa Esperança, hoje chamada Cafundó, faz limite com a comunidade de Monte Alegre e está próxima de outras propriedades onde seus antepassados foram escravizados, como Mutum e São João da Matta. A comunidade também está próxima da Fazenda da Serra e da Fazenda da Boa Conserva. No passado, Leonardo Marcelino Ventura abriu, com a ajuda dos servidores da FLONA de Pacotuba, algumas trilhas ecológicas e culturais por onde teriam transitado diversos de seus antepassados, entre eles o escravo Adão. Algumas delas se encontram fechadas atualmente por estarem na propriedade de fazendeiros – embora integrem o território quilombola reivindicado pela comunidade. Cf. INCRA, 2006.

<sup>99</sup> Na verdade, esse jongo foi apontado como um dos preferidos por várias pessoas de gerações diferentes, inclusive por crianças.

<sup>100</sup> VENTURA, 2005. [Não publicado.]

urbanas e de algumas comunidades rurais do Sudeste brasileiro, assim como nas festas dos santos católicos e divindades afro-brasileiras, nas festas juninas, no Divino e no 13 de maio da abolição dos escravos.

O jongo é uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades. Ele tem raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, principalmente os de língua bantu.

Nos tempos da escravidão, a poesia metafórica do jongo permitiu que os praticantes da dança se comunicassem por meio de pontos que os capatazes e senhores não conseguiam compreender. Sempre esteve, assim, em uma dimensão marginal, em que os negros falam de si, de sua comunidade, por meio da crônica e da linguagem cifrada. Tambu, batuque, tambor, caxambu. O jongo tem diversos nomes, e é cantado e tocado de diversas formas, dependendo da comunidade que o pratica.<sup>101</sup>

Segundo a explicação oferecida pela mestra de caxambu da Comunidade de Monte Alegre,<sup>102</sup> o jongo são os versos cantados ou puxados nas rodas de caxambu. Este, por sua vez, dá nome aos instrumentos musicais usados na manifestação e à própria manifestação em si. Dona Maria Laurinda é guardiã de dois instrumentos “legítimos”, atribuídos ao tempo do cativo, que estão na família há várias gerações. Eles foram confiados a ela por sua finada mãe, Dona Eremita Ventura Adão, depois de sua conversão à religião evangélica.<sup>103</sup> Os dois instrumentos, batizados como Santa Cruz devido ao símbolo neles entalhados, dão nome ao grupo liderado por Dona Maria Laurinda, do qual fazem parte outros parentes, como a sua irmã Dona Adevalmira Adão Felipe, responsável por “batê-los” junto com seu filho e neto.

A Mestra do Caxambu de Santa Cruz faz questão de ressaltar que os instrumentos nunca foram “batidos” nos centros espíritas frequentados ou liderados por ela ou membros de sua família. No entanto, ressalta que o “caxambu é forte”, ou melhor, que ele foi forte no passado em um sentido espiritual, motivo pelo qual as crianças não eram permitidas como participantes da roda, nem mesmo os filhos dos grandes caxambuzeiros ou jongueiros da comunidade. Dona Adevalmira acrescenta que as crianças são incluídas na atualidade “pra não deixar morrer”, “pra não acabar” a

---

<sup>101</sup> IPHAN, 2007, p. 14.

<sup>102</sup> ADÃO, 2019a.

<sup>103</sup> A conversão à religião cristã não mudou o respeito pelos caxambus, daí o pedido específico para a filha assumi-los e preservá-los. Aliás, é bom que se enfatize que a situação do Caxambu não é tratada de forma homogênea pelos evangélicos. Há os que fazem oposição, mas não são a totalidade. O senhor Leonardo Marcelino, por exemplo, é evangélico, ocupa cargo em sua congregação e é grande defensor e entusiasta da manifestação cultural de seus ancestrais, motivo pelo qual fez a gincana que reuniu dezenas de jongsos – alguns dos quais citados ao longo deste capítulo – e criou um grupo de Caxambu (sem nenhuma relação com a religião) para crianças, que se apresenta para visitantes da comunidade. Outros evangélicos, que preferem não se envolver diretamente por “orientação da Igreja”, também reconhecem a manifestação como algo característico de Monte Alegre e que teria perdido o aspecto religioso nas últimas décadas. Sendo assim, não veem problema em assistir às apresentações.

brincadeira.<sup>104</sup> Um dos jongs cantados por ela durante nossa conversa aponta nessa direção:

Saí de casa na noite de sexta-feira  
 Saí de casa na noite de sexta-feira  
 Não brinca com o tambor, que tambor não é brincadeira  
 Não brinca com o tambor, que tambor não é brincadeira<sup>105</sup>

A crença nas manifestações sobrenaturais relacionadas às antigas práticas do caxambu é compartilhada pelos idosos e adultos da comunidade, motivo que levou parte dos convertidos às religiões evangélicas nas últimas décadas a se afastarem da roda ainda que alguns ressaltem, até em tom saudosista, que o caxambu está muito diferente, que hoje ele é “apenas” uma brincadeira. É comum lembrar que, no passado, havia jongueiros com o poder de “amarrar” participantes – desorientar determinadas pessoas para que não encontrassem o caminho de casa até o dia seguinte, especialmente visitantes que demonstrassem interesse por moças da localidade. Também se conta que alguns tinham o poder de plantar bananeiras e colher os frutos na mesma noite, transformar cintos em cobras, chapéus em gaviões.<sup>106</sup> Daí a necessidade de estar “preparado” espiritualmente para participar das rodas, como explicado pelo senhor Jadir Verediano,<sup>107</sup> que na juventude era exímio jongueiro, porém afastado desde sua conversão. Seu pai, Lauro Verediano,<sup>108</sup> conhecido caxambuzeiro da região, ao qual se creditam grandes poderes, costumava prepará-lo para enfrentar qualquer praticante, inclusive para defender Monte Alegre de provocações de jongueiros de outras comunidades.<sup>109</sup>

---

<sup>104</sup> FELIPE, Adevalmira Adão. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 31 de janeiro de 2019.

<sup>105</sup> ADÃO, 2019a.

<sup>106</sup> BARBOSA, Aguilar. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 28 de janeiro de 2019; VERIDIANO, Jadir; VEREDIANO, Paulo Cesar. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 1 de fevereiro de 2019.

<sup>107</sup> O senhor Jadir Veridiano estava com 65 anos na data da entrevista concedida juntamente com seu irmão, Paulo Cesar, 60 anos.

<sup>108</sup> O senhor Lauro Verediano era filho de Maria Romana e Daniel Verediano; neto por parte de pai de Raquel Verediano. O senhor Lauro era caxambuzeiro e líder espiritual na região (também chamado por alguns de “macumbeiro” ou “pembero”). Anos antes de sua morte, ele se converteu à religião evangélica e se afastou dos trabalhos em sua casa de oração e da roda de caxambu.

<sup>109</sup> VERIDIANO; VERIDIANO, 2019.

Figura 18 - Jadir e Paulo Cesar Verediano



Fonte: Acervo da autora (2019).

As narrativas de fatos sobrenaturais relacionadas ao Caxambu são um dos elementos que ligam a Comunidade Quilombola de Monte Alegre ao complexo cultural formado pelas comunidades afrodescendentes do Sudeste. Tais semelhanças podem ser percebidas em comparações com práticas de outros lugares da América, como Cuba, e com a África Central, onde se localizam suas origens.<sup>110</sup>

Robert Slenes,<sup>111</sup> ao encarar a questão da relação entre o jongo e o mundo espiritual dos escravos, apontou habilidades semelhantes em diversas áreas do Brasil no início do século XX e no Kongo, o que contribui, juntamente com a análise linguística, para abrir novas possibilidades interpretativas dos atos mágicos e dos pontos indecifráveis pelos *outsiders*.<sup>112</sup> Consoante Slenes,<sup>113</sup> em toda a região da África Central, a bananeira simboliza capacidade reprodutiva dos seres humanos, bem como sua vida transitória. Produzir uma bananeira e distribuir as frutas no final de uma noite de jongs podia ser, para os kumbas falantes do kikongo, um trocadilho visual para

<sup>110</sup> Cf. LARA, PACHECO, 2007.

<sup>111</sup> SLENES, Robert. "Eu venho de muito longe, eu venho cavando": jogueiros cumba na senzala centro-africana. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo. (Orgs.) *Memória do Jongo: as gravações de Stanley J. Steip*. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007. p. 133-137.

<sup>112</sup> ELIAS, Norbert & SCOTSON, Jonh L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

<sup>113</sup> SLENES, 2007, p. 134-136.

nkanga, isto é, “o ato de amarrar” os pontos do jongo e os oponentes. Já o tatu, ainda de acordo com Slenes, representa o tambor ou o próprio mestre jogueiro, enquanto figura que cava ou cavuca, que, em sentido religioso, abre caminho para o outro mundo.<sup>114</sup> O estudo lança luz em jongs da Comunidade de Monte Alegre, como por exemplo: “Tatu tá cavucando, a terra tá sumindo (bis) / Pergunte ao mestre jogueiro pra onde a terra está indo (bis).”

Contudo, a religiosidade não era o único aspecto abordado pelos escravos nessa manifestação. Conforme especificado na definição do IPHAN, os jongs eram utilizados para realizar comentários irônicos sobre os senhores e feitores, planejar encontros e fugas, divertir-se, refletir sobre o cotidiano.

É interessante observar que, se o fim da escravidão alteraria alguns dos assuntos abordados pelos jogueiros, as características gerais do jongo se mantiveram, especialmente a reflexão sobre a sociedade. A partir disso e da consideração da oralidade dessa tradição, seria natural que muitos jongs se perdessem, pois possuem seu significado no momento da execução. Justamente por isso, chama atenção a sobrevivência de alguns, como o seguinte, um dos mais populares em Monte Alegre:

Princesa foi-se embora, escreveu num papelão  
Princesa foi-se embora, escreveu num papelão  
Quem quiser comer, trabalhe com as suas mãos  
Quem quiser comer, trabalhe com as suas mãos<sup>115</sup>

Não se sabe exatamente a data em que esse jongo, atribuído à ex-escrava Miquelina,<sup>116</sup> teria sido composto, mas sua semelhança com outros versos cantados por descendentes de escravos na região sudeste e o tema abordado indicam a preservação secular no interior da comunidade de Monte Alegre. Como notado por Gustavo Pacheco, esse ponto é, possivelmente, o que possui mais variações no Brasil. Stanley Stein encontrou quatro delas em Vassouras;<sup>117</sup> Pacheco aponta algumas em outras cidades de São Paulo, bem como no litoral fluminense e nas cidades capixabas de Afonso Cláudio e Marataízes. Ainda de acordo com o autor, ele foi gravado por Elói Antero Dias, o sambista e jogueiro carioca Mano Elói, em

<sup>114</sup> SLENES, 2007, p. 148-150.

<sup>115</sup> Jongo cantado por quase todos os entrevistados. Entre eles, a primeira pessoa que desatou o ponto para mim: ALVES, Maria Deolinda. Entrevista realizada na comunidade quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 24 de janeiro de 2019a.

<sup>116</sup> VENTURA, 2005 [material não publicado].

<sup>117</sup> Apud PACHECO, 2007, p. 28.

1930.<sup>118</sup> Também encontrei uma outra versão em Monte Alegre, na qual se substitui “princesa” por “rainha” (apêndice A).

Como os jongs são marcados pela linguagem cifrada e pela ironia – características de gente que criou uma forma de se expressar “entre a submissão e a revolta” –<sup>119</sup> é praticamente impossível para um *outsider* desatar seus significados exatos. Todavia, como ele aborda um dos momentos mais importantes da história brasileira, é difícil não encontrar análises a respeito, especialmente, com referência à princesa Isabel. Ângela de Castro Gomes, Ana Lugão Rios e Hebe Mattos<sup>120</sup> já registraram a presença marcante da “Redentora” na memória de descendentes de escravos brasileiros.<sup>121</sup>

De fato, o 13 de maio é uma das datas preferidas para bater o caxambu em toda a região Sudeste e as versões desse jongo, registradas por Stanley Stein na primeira metade do século XX, parecem integrar a tradição de agradecimento à Coroa, quando afirmam que “Falou mal da Rainha tá me fazendo falsidade” ou “O mundo tava torto / Rainha endireitou”.<sup>122</sup> Todavia, esse entendimento, que está no centro de um debate muito longe de terminar, não parece ser predominante na Comunidade de Monte Alegre. O próximo capítulo, centrado na História Oral, pretende desatar esse ponto para conhecer a memória da escravidão e da abolição de descendentes de escravos do antigo município cafeeiro de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

### 3.3.3 VERIDIANO: A FAMÍLIA DE VERIDIANA

Assim como Adão, o sobrenome Veridiano,<sup>123</sup> um dos principais troncos formadores de Monte Alegre, provém de um prenome, porém a personagem que o origina é menos conhecida na comunidade. Trata-se de Veridiana, escrava “de nação”, segundo expressão usada no século XIX para designar “africanos” de uma forma genérica. Em 1864, quando foi realizado o inventário de Joaquina Margarida da Silva Lima, esposa

---

<sup>118</sup> PACHECO, 2007, p. 28.

<sup>119</sup> SLENES, 2007, p. 112.

<sup>120</sup> Cf. RIOS; MATTOS, 2005.

<sup>121</sup> As historiadoras também notaram que é frequente a percepção da dívida imperial como uma ação que seria completada por Getúlio Vargas, bem como indicaram a influência do trabalho de enquadramento da memória por parte do Governo varguista para tal resultado. Ver RIOS; MATTOS, 2005; GOMES, Angela de Castro. *Entre apropriações e circularidades: Memórias do cativo e política cultural na Era Vargas*. In: *História Oral*, p. 1, junho de 1998.

<sup>122</sup> Apud LARA; PACHECO; 2007, p. 186.

<sup>123</sup> O sobrenome é grafado de forma diferente por conta de alterações no cartório: pode ser Verediano ou Veridiano.

do Capitão José Barboza de Lima, Veridiana era casada com Joaquim, também africano. O casal, que deveria estar unido há pelo menos duas décadas, estava entre os 70% dos escravos da Fazenda São João da Matta, localizada em Cachoeiro de Itapemirim, organizados em famílias naquela ocasião.

De acordo com os dados do inventário, Veridiana e Joaquim eram pais de Nicolau, de 20 anos; Saturnino, de 13 anos; Raquel, de 3 anos; e Antão, de 8 meses de idade. Quase toda a família, à exceção de Saturnino, foi herdada naquela ocasião pela órfã Leocádia, então com cinco anos. O único membro que havia sido separado legalmente da família, passou a integrá-la por conta da partilha de bens do Capitão José Barboza de Lima, falecido em 1867. Aparentemente, todos os escravos permaneceram na fazenda, cuja metade foi herdada por Leocádia, sob administração de seus dois cunhados – um inventariante e outro tutor.

Em 1878, Dona Leocádia Barboza de Lima se casou com Diogo Pires de Amorim, proprietário da Fazenda Barra do Mutum, nas proximidades de São João da Matta, para onde se mudou com seus escravos.<sup>124</sup> A partir desse matrimônio, a história da família de Veridiana se misturaria com a poderosa família Amorim – descendente do português José Pires de Amorim, que se estabeleceu na região na primeira metade do século XIX.

A última notícia que encontramos de Veridiana em fontes escritas foi um edital publicado em fevereiro de 1881, que convocava os proprietários ou possuidores dos escravos de Cachoeiro de Itapemirim a serem libertados naquele mês pelo Fundo de Emancipação, determinado pela Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 e Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, para receberem as cartas de alforria, que deveriam repassar a seus antigos escravos. Entre os 17 escravos de diferentes senhores, estava Veridiana, 54 anos, casada, lavradora, avaliada por 1.200\$000,<sup>125</sup> única da lista pertencente a Diogo Pires de Amorim.<sup>126</sup> Infelizmente, não

---

<sup>124</sup> Como anexo ao inventário, apareceu uma guia, atestando o pagamento pelo selo da legítima materna de Leocádia, efetuado por seu marido em 1878, indicando que a herdeira e o marido passariam a administrar a herança. Cf. Inventário de Joaquina Margarida da Silva Lima. Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Ano 1864, maço 1.

<sup>125</sup> Em 1864, Veridiana havia sido avaliada em 1.000\$000. O valor da alforria pelo Fundo é mais elevado em comparação a sua primeira avaliação e também é um dos mais altos da lista dos alforriados naquele ano.

<sup>126</sup> O CACHOEIRANO, n. 6, de 6 de fevereiro de 1881, p.3.

sabemos o que aconteceu ao marido de Veridiana ou a alguns de seus filhos.<sup>127</sup> Todavia, a tradição oral afirma que alguns destes estabeleceram-se na comunidade de Monte Alegre após a abolição e adotaram seu nome como sobrenome e o repassaram a seus descendentes. Quanto a Veridiana, a memória é mais difusa. Há registros na comunidade sobre a presença de uma Veridiana em seus primórdios, mas na época do Projeto Territórios Quilombolas não foi possível esclarecer sua origem nem o parentesco com outros ancestrais de Monte Alegre. Entre as várias hipóteses levantadas sobre sua origem, chegou-se a pensar na relação entre ela e uma escrava de nome Raquel, que fora pertencente a Diogo Pires de Amorim, mas sem confirmação.<sup>128</sup> O acesso ao inventário dos pais de Leocádia Barboza de Lima, porém, permite esclarecer essa ligação e determinar o parentesco entre elas. O diálogo entre as duas fontes ilumina o destino de Veridiana após a alforria, que permaneceu na região onde pôde conviver com filhos, netos e ex-companheiros do cativo.

Raquel, filha de Veridiana e Joaquim, uma das libertas mais lembradas no grupo dos primeiros membros da Comunidade de Monte Alegre, deveria ter por volta de 17 anos quando se mudou para a Fazenda Barra do Mutum com sua senhora, Leocádia. Segundo a tradição oral,<sup>129</sup> Raquel teve três dos seus quatro filhos com o senhor Diogo Pires de Amorim: Leonardo, Daniel e Merbuge. Após a abolição, ela teria se unido a Manoel Cambão, que foi escravo na Fazenda Boa Esperança (pertencente aos Amorim), e concebido Venceslau Manoel. Todos os quatro filhos são Veridiano e possuem descendência na Comunidade, onde se misturaram a outros troncos. A

---

<sup>127</sup> No inventário do Capitão José Barboza de Lima aparece um edital de aluguel de serviços dos escravos e da casa da fazenda pertencentes a órfã Leocádia, tutelada pelo marido de sua irmã mais velha (filha do primeiro casamento de seu pai). Entre os escravos, já não consta o nome de Nicolau, o filho mais velho de Veridiana e Joaquim, que deve ter falecido nesse meio tempo, já que uma venda teria sido apresentada no inventário. No entanto, aparece o nome de Romão, então com 4 anos de idade, mas sem mencionar seu parentesco. É possível que ele seja um dos fundadores da comunidade, lembrados pelos mais velhos como irmão de Raquel. Além dele, a Comunidade também se recorda de Antão. Não há nenhuma lembrança de Saturnino. Cf. Inventário de José Barboza de Lima. Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Ano 1867, maço 2.

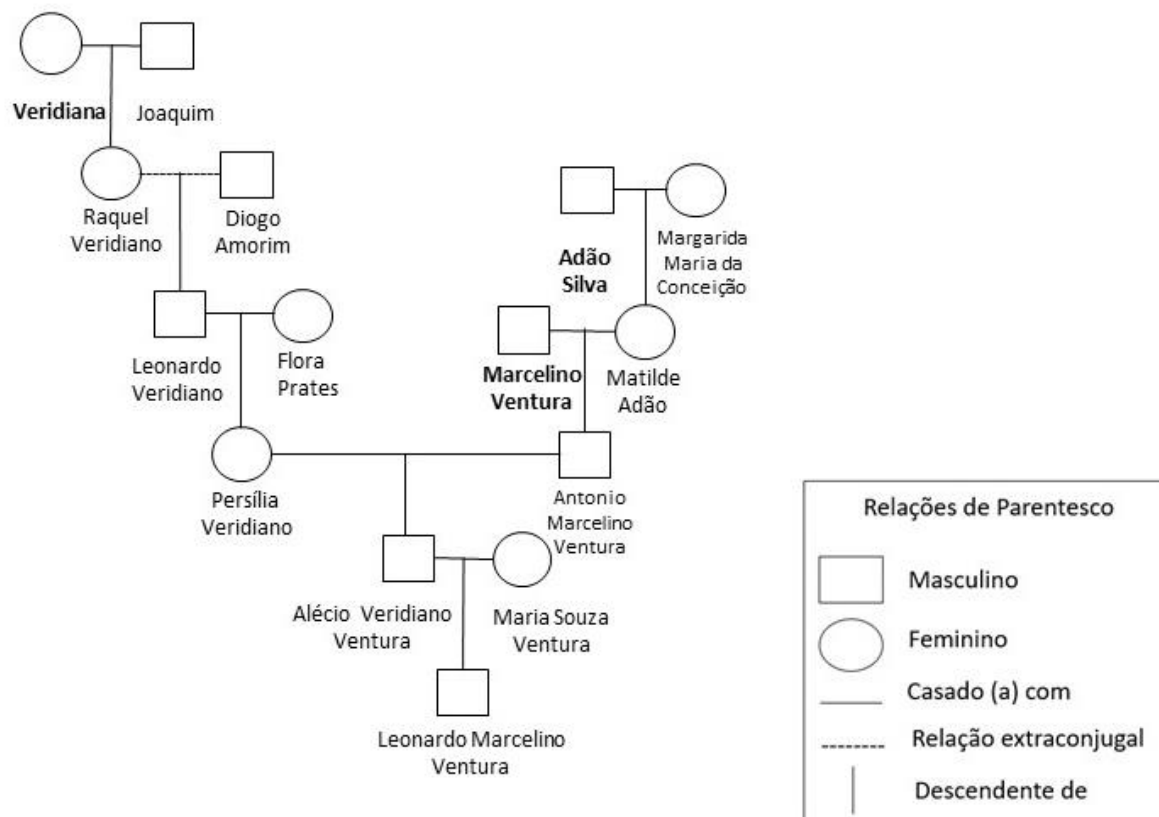
<sup>128</sup> O Relatório Técnico elaborado pelo Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo levantou algumas hipóteses para explicar a origem do nome Veridiano na Comunidade de Monte Alegre. Uma delas, que parece ter sido abandonada, foi a ligação entre Raquel e a Veridiana liberta por Diogo Pires de Amorim, em 1881. Entretanto, a partir dos inventários dos pais de Leocádia Barbosa de Lima (não consultados pela equipe) é possível retomar essa hipótese, que é a que defendemos. Cf. INCRA, 2006, p. 188-192.

<sup>129</sup> VENTURA, VENTURA & VENTURA, 2019; ROQUE, 2019a.



árvore genealógica construída de forma simplificada, centrada em Leonardo Marcelino, pode ajudar a perceber esses enlaces:

Figura 19 - Enlaces entre a Família de Veridiana, Ventura e Adão.



Fonte: Inventário *post-mortem* de Joaquina Margarida da Silva Lima. Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 1; Entrevista com Leonardo Marcelino Ventura; INCRA, 2006.

Assim como Adão, é provável que Raquel tenha sido liberta pela Lei Áurea. Além de sua mãe, encontramos somente duas outras pessoas sendo libertas por membros da família Amorim nos jornais da década de 1880 – sendo um deles Manoel Cambão – e ambos os casos envolveram o Fundo de Emancipação. Nenhum Amorim esteve entre os que mandaram publicar nos jornais o “generoso” ato de alforriar “espontaneamente” (ou de prometer a liberdade). Ao contrário, os Amorim parecem estar entre os senhores mais apegados à escravidão, como indica a reunião de lavradores realizada em janeiro de 1888, em Cachoeiro de Itapemirim, com o objetivo de discutir uma *solução para a questão servil* no país. Entre os poucos lavradores que atenderam ao convite de Ildefonso Viana, estava Diogo Pires de Amorim, mas ele não integrou o restrito grupo que decidiu, convencido da necessidade de se antecipar ao

Governo, libertar seus escravos no dia 31 de dezembro de 1890.<sup>130</sup> Após a abolição, ele faria uma conferência no *Club Republicano*, do qual era membro, lamentando a perda da colheita gerada pela desorganização do trabalho por conta da lei de 13 de maio, e reivindicaria medidas para a resolução do problema, como o ensino profissionalizante que acostumaría, em sua visão, as crianças pobres a trabalharem desde cedo.<sup>131</sup> Na época da escravidão, isso não parecia ser uma questão tendo em vista que os escravos começavam a trabalhar na infância.<sup>132</sup> Em documento anexo a um inventário da região, por exemplo, encontraram-se matrículas de crianças escravas com oito, nove e dez anos “aptas ao trabalho” e empregadas na lavoura.<sup>133</sup> Na fazenda de Diogo Amorim não deveria ser muito diferente, como indicam as entrevistas de descendentes de escravos que trabalharam em suas fazendas e que permaneceram na região.

Dona Neuma Verediano Roque,<sup>134</sup> fez o seguinte relato sobre a situação do avô Leonardo Veridiano:

*Neuma:* Diz que o pai dele [do bisavô Leonardo] chamava Diogo Amorim. Eles num gostava que falava, né?! Agora não, agora é abertamente, se esconder é até crime, né? Mas ele não, ele era filho de escravo e ele e minha avó, não, minha tia, a irmã dele, eles eram três irmãos. E o fazendeiro colocou a mãe dele pra trabalhar na fazenda e ela engravidou. Teve três filhos. Só que eles num deram aquela assistência sabe? Os irmãos, que os filhos que eram da fazenda, eles tratavam melhor, deram estudo, e eles num deram nem estudo pra ele tadinho. Meu avô num sabia ler não, nem sabia o nome dele. Nenhum aprendeu ler, nem meu avô, minha avó, então eles não deixou... os filhos dele foram pra escola, sabe? Mas eles como eram filho ignorado, eles num foram, num estudaram não. Sabia assinar nem o nome dele. [...]

Não... Num contava não. Não podia contar. Deus me livre, minha avó falava com nós muito escondido e pedia pra gente não falar pra ninguém. Nós falava “mas nós quer conhecer nosso avô”, ela falava “eu num tenho avô, não”, mas a gente sabia que era filho do fazendeiro. [...] Que eram fazendeiros, eles

<sup>130</sup> O CACHOEIRANO, n. 2, de 15 de janeiro de 1888, p. 2.

<sup>131</sup> O CACHOEIRANO, n. 36, de 2 de setembro de 1888, p. 2.

<sup>132</sup> Segundo Kátia Mattoso, a criança escrava prestava serviços desde os sete ou oito anos. Manolo Florentino e José Roberto Góes acreditam que o “adestramento” que transformava as crianças em adultos se concluíria por volta dos 12 a 14 anos, mas admitem que o processo poderia se iniciar bem cedo. Além dos trabalhos domésticos e rurais, algumas crianças iniciavam sua jornada de suplícios muito prematuramente, desempenhando a função de companheiro de brinquedos do “ninhô”, de seu “leva-pancadas”, conforme alertou Gilberto Freyre. Cf. MATTOSO, 2003. FLORENTINO, Manolo, GÓES, José Roberto. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. FREYRE, 2006.

<sup>133</sup> Inventário *post-mortem* de Antônio da Silva Pinheiro. Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim, maço 3. Cf. RIBEIRO, 2012, p. 103.

<sup>134</sup> Dona Neuma estava com 75 anos na data da primeira entrevista.

eram portugueses, sabe como é português, né? Os fazendeiros eram português quando eles vieram pra fazenda lá.<sup>135</sup>

O relato de Dona Neuma enfatiza a diferença de tratamento entre os filhos legítimos e os filhos ignorados e ressalta o silêncio imposto aos descendentes, que ainda manteriam relacionamentos com a família Amorim por décadas após a abolição. Na verdade, esse silêncio, que começou a ser quebrado quando a comunidade passou a buscar seu reconhecimento como quilombola, ainda não desapareceu, especialmente sobre assuntos mais delicados.

Figura 20 - Neuma Verediano Roque



Fonte: Acervo da autora (2019.)

---

<sup>135</sup> José Amorim, primeiro a chegar na região e pai de Diogo Amorim, era de nacionalidade portuguesa. ROQUE, Neuma Veridiano. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 31 de janeiro de 2019.

O irmão de Dona Neuma, o senhor Alecio Veridiano Ventura, ofereceu o seguinte depoimento sobre o avô Leonardo ao lado de sua esposa, Dona Maria Souza,<sup>136</sup> e seu filho Leonardo Marcelino:

*Alecio:* Ele foi... ele pegava cavalo, na fazenda... Era escravidão, era escravo. E ele fazia aquele trabalho de escravo nessa fazenda...

*Leonardo Marcelino:* Ele era criança.

*Alecio:* É, rapazinho. Mas ele trabalhava na fazenda com as coisas... Ele era um escravo. E lá tinham algumas pessoas que trabalhou como escravo. [...]

*Alecio:* Ele num era, ele já não era escravo mais. Mas o pessoal dele, minha avó, que diz eles que até... tinha três irmãos.

*Maria:* Era filha de escravo.

*Alecio:* Era filho de escravo.

*Maria:* Ele era filho de escravo.

*Alecio:* Meu avô foi filho escravo.

[...]

*Leonardo Marcelino:* E aí o que é que aconteceu, como ele era criança, ele era filho da escrava com o dono da fazenda, ele também não tinha idade pra serviço pesado, mas davam pra ele uma atividade mais leve. E ele não conseguia enxergar isso como um serviço de escravo, entendeu? Aí já veio a liberdade, e é aquilo que pai falou, como ele era criança, ele não ouvia conversa dos idosos, sobre a questão da vivência de escravos. Pior ainda, pelo fato dele ser filho de um escravo com o dono da fazenda, as conversas com ele eram mais limitadas ainda [...].<sup>137</sup>

Leonardo Veridiano, avô do sr. Alecio, com quem ele teve oportunidade de conviver até a idade adulta, nasceu em 1883. Além de ser ingênuo, por ter nascido após a Lei do Ventre Livre (1871), só teria vivido os primeiros anos na vigência da escravidão. Contudo, suas experiências na Fazenda de Diogo Amorim, que se estenderam aos anos seguintes à abolição, são suficientes para que seu neto o identifique como escravo ou alguém muito próximo dessa condição. A lógica adotada por ele, que está em concordância com o relato de sua irmã, Dona Neuma, parece simples. Ainda que fosse criança e realizasse atividades de acordo com a idade, o menino fazia trabalhos de escravo, trabalhos que os filhos oficiais do fazendeiro não faziam, daí sua conclusão: era “filho escravo”. Vale ressaltar que a opinião do Sr. Alecio, perfeitamente resumida nessa expressão, diverge da tendência, encontrada por Hebe Mattos e Ana Lugão Rios na região sudeste, de diferenciação entre as gerações que nasceram de “ventre livre” e aquela que nasceu antes da lei emancipacionista.<sup>138</sup> À semelhança do depoimento do senhor Alecio, não observei uma diferenciação sobre tais gerações nos depoimentos de moradores de Monte Alegre.

<sup>136</sup> Oficialmente, o casal Alecio Veridiano Ventura e Maria de Souza Ventura estava com 86 anos na data da entrevista.

<sup>137</sup> VENTURA, Alecio VERIDIANO; VENTURA, Maria de Souza; VENTURA, Leonardo Marcelino. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 24 de janeiro de 2019b.

<sup>138</sup> RIOS e MATTOS, 2005.

Diferentemente do pai, que se apoia (ainda que não exclusivamente) nas lembranças das histórias contadas pelo vovô Leonardo, o filho do sr. Alecio, nomeado em sua homenagem e a de outro avô, evidencia em suas narrativas o diálogo entre a memória familiar herdada e o conhecimento histórico aprendido ao longo de sua formação acadêmica, através das *mass media*<sup>139</sup> e nas pesquisas empreendidas por conta própria nas últimas duas décadas, que o consagraram como o “historiador da comunidade”. Suas intervenções na entrevista dos pais são no sentido de contextualizar seus relatos, situá-los cronologicamente, relacionar com outras histórias ouvidas na comunidade ou dos próprios pais em outros momentos, “preencher” as falhas da memória. Ao fazer esse exercício, Leonardo Marcelino estabeleceu um diálogo entre as gerações, que permitiu a ressignificação de alguns fatos, de maneira a positivar experiências doloridas, que até pouco tempo eram assunto proibido. Seu pai, confirmando sua fala e a de D. Neuma, foi enfático sobre a existência de limites do que se poderia conversar com os mais velhos sobre o tempo do cativo. A origem era um dos assuntos delicados: “Não, não, não podia tocar. Você não podia dizer ‘ah você diz que veio da onde, você veio corrido?’ Num podia não, era respeito.” Se no passado havia tais limites, o diálogo entre as gerações permitiu a seguinte reflexão:

*Alecio:* Tinha Merbuge e Daniel. Tinha Daniel e Merbuge e vovô Leonardo. São filhos da... A mãe deles como é que era...

*Leonardo Marcelino:* Raquel.

*Alecio:* Raquel. Que são três irmãos, filho dos... do dono da fazenda, que eles trabalhavam... A mãe deles trabalhava na fazenda. Como diz Leonardo, que ela devia ser uma crioula muito bonita, porque ela saiu daquela fazenda e foi pra outra, e também teve filhos, também. Foi o... dono da fazenda que pegou ela pra lá e... Como é que chama ele?

*Leonardo Marcelino:* Diogo.

*Alecio:* O Diogo levou e teve filho também. Então, Leonardo sempre falou, essa crioulinha devia ser muito...

*Leonardo Marcelino:* Porque deixar a mulher dele que era toda bonita, por essa crioula? Bonita assim, né, toda bem vestida, perfumada, pra se envolver com uma negra... Que era considerada objeto, essa negra tinha que ser no mínimo bonita, né?!

Mesmo sugerindo a ciência das inúmeras violências perpetradas contra Raquel – relações forçadas, filhos ignorados, falta de assistência, exploração do trabalho, imposição do silêncio sobre a própria vida –, a positivação de sua história destacou sua beleza. Apelar para os atributos físicos da escrava “considerada objeto”, alguém

<sup>139</sup> Jacques Le Goff chama a atenção para a importância dos *mass media*, ou seja, das mídias de massa, para a formação da cultura histórica, que conta ainda com a participação importante da escola na vulgarização do conhecimento produzido pelos historiadores profissionais. Cf. LE GOFF, 1990, capítulo um.

que poderia ser comercializada e sujeita a tantas violências por sua condição de nascimento, foi a maneira encontrada por Leonardo Marcelino – e seguida por seu pai – de expressar o *indizível*.<sup>140</sup> De que outra maneira se poderia reconhecer a violenta origem da própria família? Mais do que a generalização das narrativas sobre a violência,<sup>141</sup> os membros da comunidade de Monte Alegre adotaram a estratégia de posituação da experiência – tendência que deve ser acentuada com a luta pelo reconhecimento do direito à terra pelas comunidades quilombolas.

Após a abolição, a família de Raquel se estabeleceu na comunidade, mas isso não significou o fim das relações com os Amorim. Além de trabalhar em suas terras ou em suas casas, existiram relações de outros tipos. Vejamos o exemplo de seu filho Leonardo Veridiano.

Em 1906, Leonardo se casou com Flora Prates. De acordo com o conhecimento tradicional de seus descendentes, a mãe de sua esposa fora escrava dos Amorim na Fazenda Boa Esperança ou em Monte Legre. Já seu pai era um “fazendeiro escuro” ou “mulato” chamado Benedito Prates, ou o “véio Prasto”, e possuiria uma propriedade onde cultivava lavouras e criava gado em Duas Barras de Coutinho. Não se sabe o motivo exato, mas Flora teria ido ainda moça trabalhar na Fazenda de Monte Alegre, pertencente a Emiliano Amorim, onde cuidaria do filho do fazendeiro e futuro herdeiro, Décio Amorim.

Segundo os relatos mais antigos,<sup>142</sup> Flora teve um filho com o patrão Emiliano (sobrinho de Diogo Amorim), que foi batizado como Leonardo. Após o nascimento do menino, que ocorreu por volta de 1903, ela se casou com Leonardo Veridiano, com quem teria outros filhos e criaria o primogênito até 1918, quando ele foi vitimado pela gripe espanhola. Emiliano não reconheceu oficialmente esse filho, mas teria cedido dois alqueires de terra em Monte Alegre para o casal.<sup>143</sup>

Um século se passou desde o acontecimento, mas não foi tempo suficiente para que o caso deixasse de ser considerado delicado. Ele só foi mencionado, de forma

---

<sup>140</sup> POLLACK, 1989.

<sup>141</sup> RIOS; MATTOS, 2005.

<sup>142</sup> INCRA, 2006, p. 224.

<sup>143</sup> INCRA, 2006, p. 239.

cautelosa, fora das gravações.<sup>144</sup> Nos relatos dos netos de Leonardo Veridiano, que teria criado o filho do patrão, houve um esquecimento do personagem e a ênfase sobre outras versões para a aquisição da terra. Em 1920, o nome de Leonardo Veridiano e de seus irmãos Daniel e Venceslau aparecem na lista de proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados,<sup>145</sup> o que reforça a possibilidade de compra por parte de descendentes de escravos. Além dos dois alqueires, cuja explicação sobre a origem varia, o casal Flora e Leonardo adquiriu mais terras já que o tamanho total da propriedade chegou a cinco alqueires antes de sua expropriação.

Segundo os descendentes de Flora,<sup>146</sup> um fazendeiro local, para quem ela teria trabalhado antes de se casar e que a chamava afetuosamente de “madrinha”, teria oferecido ajuda no processo de aposentadoria. Se aproveitando do fato de ela estar idosa, viúva, ser analfabeta e estar se recuperando de um acidente de carro sofrido enquanto estava com ele, Flora teria “fichado” um documento (assinado com a digital) que oficializou a “venda” sobre dois alqueires de terra de sua propriedade. O fazendeiro teria justificado sua ação com base em uma antiga dívida realizada por um dos filhos de Flora, que migrara para o Rio de Janeiro. A dívida não é contestada pelos descendentes, mas o estratagema empregado para a cobrança,<sup>147</sup> que teria ocorrido em valor muito superior ao real, é apontado neste caso como um dos muitos meios de expropriação de terras, utilizados na região pelos fazendeiros.<sup>148</sup>

---

<sup>144</sup> Com Alistair Thompson, considero o trabalho da história oral o resultado de negociações entre entrevistados e pesquisadora. Sendo assim, esse caso não mencionado durante o período formal da entrevista só foi trazido para o texto por ter aparecido anteriormente no relatório de identificação da comunidade produzido pelo Projeto Territórios Quilombolas. Cf. THOMPSON, 1998; INCRCA, 2006, p. 239.

<sup>145</sup> BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos proprietários de estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Typ. da estatística, 1923.

<sup>146</sup> VENTURA; VENTURA, 2019b.

<sup>147</sup> Dona Maria Deolinda Alves narrou caso semelhante de tentativa de expropriação de terras que teria ocorrido com sua mãe, mas com final diferente. Nesse caso, o pai da narradora havia realizado uma dívida junto ao fazendeiro, mas não cumpriu o prazo de pagamento por ter ficado doente. Alguns empregados da fazenda apareceram na propriedade da família para cercar a terra que seria tomada como pagamento, mas sua mãe teria impedido e informado que a dívida seria paga em gêneros alimentícios como combinado. A ação enérgica da mãe, dona Lucira, ao desafiar o poder do fazendeiro local é apontada pelos descendentes como responsável pela manutenção do terreno. Dona Maria Deolinda e seus irmãos, Aguilar e Leni, também ressaltam que sua avó materna enfrentou e venceu tentativa semelhante de expropriação. ALVES, Maria Deolinda. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 29 de janeiro de 2019b. VENTURA; VENTURA, 2019a. BARBOSA, 2019.

<sup>148</sup> Há múltiplos relatos sobre trocas injustas de bens e/ou serviços, como energia elétrica, motocicletas e carros, por terra. Também há relatos sobre empréstimo de terras sem nenhuma documentação, que nunca foram devolvidas; vendas realizadas a preços muito inferiores ao de mercado; ocupação de terras através de cercamentos, etc.

A perda de parte da terra causa indignação nos descendentes de Flora e Leonardo, que ressaltam o papel da falta de acesso à educação e ao conhecimento sobre seus direitos para o acontecimento. Contudo, o evento não os impediu de permanecer na região ainda que tenha impactado suas vidas.

Retornemos à figura 19 para falar do enlace da família Veridiano com os demais troncos formadores da comunidade. A filha de Leonardo e Flora, Percília Veridiano, se casou com Antônio Ventura, filho de Marcelino Ventura e Matilde Adão. O casal se uniu matrimonialmente em 1929 e teve sete filhos. Cada um deles recebeu um pedaço de terra, que os descendentes lutam para conservar. Entre eles estão D. Neuma, que nunca saiu da comunidade, onde se casou com um rapaz de origem *italiana* de localidade próxima, e onde cria seus filhos. Já o Sr. Alecio, mantém a propriedade onde passa parte do ano, mas reside em Cachoeiro de Itapemirim, para onde migrou há mais de cinquenta anos em busca de uma vida melhor para si e para seus filhos. Por hora, interessa dizer que alguns de seus descendentes regressaram a Monte Alegre há algumas décadas, onde adquiriram pequenas propriedades e buscam conservar a memória e as tradições da família. Mais do que isso, os descendentes de Veridiana, bem como os herdeiros dos Ventura e Adão representam uma possibilidade de inserção social de descendentes de escravos no pós-abolição, que merece ser investigada de forma mais específica. É o que faremos no próximo capítulo.



## 4. A ESCRAVIDÃO, O 13 DE MAIO E O PÓS-ABOLIÇÃO NA MEMÓRIA DE DESCENDENTES DE ESCRAVOS

### 4.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Princesa foi-se embora, escreveu num papelão  
Princesa foi-se embora, escreveu num papelão.  
Quem quiser comer agora, trabalhe com as suas mãos  
Quem quiser comer agora, trabalhe com as suas mãos.<sup>1</sup>

Os versos acima são do jongo mais conhecido e cantado na Comunidade Quilombola de Monte Alegre. Ouvi-o na voz de idosos, adultos e crianças quando visitei a comunidade em algumas ocasiões durante o ano de 2019. A partir do conhecimento historiográfico sobre a abolição, minha atenção foi imediatamente capturada e me atrevi – mentalmente, é claro – a tentar *desatar* aquele ponto. Confesso que minha interpretação inicial, baseada nas discussões acadêmicas e políticas sobre o assunto, não coincidiu com aquela que apurei nas entrevistas com os moradores. Voltarei ao assunto ao longo deste capítulo, mas, neste momento, partindo do exercício de humildade intelectual, quero chamar a atenção para algumas questões que perpassam o quarto capítulo desta tese.

Como discutido no primeiro capítulo, o fim da escravidão no Brasil é fonte de estudos e interpretações desde, pelo menos, 1888. Enquanto a regente do trono imperial brasileiro assinava a áurea lei, já se organizavam festas e, também, explicações sobre o fato. Os jornais procuraram indicar desde o início os personagens que deveriam ser celebrados por tão momentoso acontecimento e a forma como a celebração deveria ocorrer. No município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, não foi diferente, porém, é bom enfatizar, houve mudanças nos personagens e, principalmente, nos papéis atribuídos a eles nos meses seguintes à abolição. A princesa Isabel, saudada pelo periódico conservador, e ignorada pelo concorrente de tendência republicana, passou a ser criticada pelo segundo como responsável pela forma “precipitada” da abolição logo nas primeiras edições posteriores ao evento.

Elogiada ou criticada, é a Princesa, como representante da monarquia, o principal nome mencionado pelos sujeitos com mais acesso à Imprensa até a Proclamação da República. É seu nome que aparece nas inúmeras comemorações locais e nacionais relacionadas ao 13 de Maio. O mesmo se repete nas reclamações frequentes sobre a

---

<sup>1</sup> ADÃO, 2019a.

precipitação da lei ou a falta de medidas subsequentes para amparar a lavoura. Todavia, vale perguntar, enquanto o debate sobre sua participação no evento acontecia nos periódicos, o que pensavam a seu respeito os recém-libertos? Se a visão negativa sobre a abolição predominou nos anos posteriores ao evento nos periódicos estudados, o que ela significou para os sujeitos que até então eram escravizados e para seus descendentes?

Ao acompanhar os periódicos após as edições comemorativas da abolição, notou-se a presença dos libertos em celebrações que, aparentemente, ocorriam de forma separada das outras manifestações da sociedade cachoeirense – a figura 10 no capítulo 2 permite visualizar essa afirmação. Todavia, a “cobertura” sobre suas comemorações se concentrava em seu comportamento, não sendo possível saber o que, de fato, comemoravam, quais personagens foram nomeados e celebrados, como compreenderam o processo da abolição.

O *Club dos Agradecidos* sugere que sua *gratidão* não estava limitada aos personagens mais frequentes dos periódicos. Todavia, além de João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista da Corte, outros abolicionistas foram saudados pelo grupo? Fora daquela associação, cujas publicações limitadas ao ano de 1888 parecem indicar vida efêmera, quais personagens foram celebradas pelos libertos? O que eles entendiam sobre a nova lei? Quais eram suas esperanças e projetos para a “Pátria Livre”?

As expectativas sobre os libertos são evidenciadas nos periódicos, como discutido no capítulo 2, bem como as interpretações sobre a abolição e seus impactos na sociedade, mas suas vozes não aparecem de forma clara. As fontes usadas neste trabalho, assim como em outros sobre a temática, não foram produzidas com esse intuito, nem voltadas para esse público. Ao contrário, como procuramos demarcar, o periódico se preocupava muito mais com o suposto “golpe” dado na lavoura no 13 de maio do que com a voz ou a inclusão dos libertos como “novos cidadãos”, ou sua percepção e projetos naquele novo contexto. A fim de nos aproximarmos do que apareceu apenas de forma marginal naquelas fontes, e diante da impossibilidade de ouvir diretamente os libertos, propomos ouvir seus descendentes.

Escutar as pessoas que possuem memória genealógica da escravidão oportuniza responder a algumas questões que não podem ser esclarecidas pelas fontes mais tradicionais na historiografia. É evidente que não estamos questionando a utilização

daquelas fontes, que, inclusive, foram empregadas neste trabalho. O que procuramos defender é que a utilização de fontes orais, focadas em grupos sociais não privilegiados em outros documentos, permite ampliar o conhecimento que possuímos sobre o período, bem como discutir a memória sobre a escravidão, a abolição e o pós-abolição a partir de sujeitos que preservaram uma ligação com a ancestralidade africana. É este o caso da Comunidade Quilombola de Monte Alegre.

A metodologia da História Oral, base para construção deste capítulo, permite explorar os objetivos apontados e colocar nome e rosto<sup>2</sup> naquelas estatísticas que negam a emigração em massa das pessoas de cor do Espírito Santo após a abolição. As entrevistas com os quilombolas de Monte Alegre revelam caminhos possíveis, dado que percorridos por personagens reais na escravidão e no pós-abolição. Os relatos e memórias contribuem para o atual debate sobre o 13 de Maio, seus personagens e as questões políticas e sociais envolvidas na celebração.

## 4.2 TEMPO DO CATIVEIRO

*Alecio:* [...] A gente sabe disso porque... sabe disso porque os antigos falam isso, que muitos vieram pra cá porque levavam os navios lá fora e comprava. Antigamente, as pessoas pretas, diz eles, que eram comprados. [...] cativoiro você sabe o que é que é, né?! É um negócio que você faz sem querer [risos]. Você num quer aquilo, mas você é obrigado, porque você está dentro daquilo... Então, vovô falava que ele... Ele saiu... Ele... Aqueles pessoal antigo, aqueles homens que eles arrumavam na senzala, eles trabalhavam o dia inteiro. [...]

Então, eu fico lembrando do cativoiro, do que eles passou mesmo, porque a comida era feita assim, toda em panelão grande. Então botava e eles comiam, que era mais ou menos isso, devia ser uns 30, 40, 50... Eu não sei quanto é. Aí eles acabava de comer e ia fazer milho pros capado. [...] Aí eles acabava de fazer o milho e aí eles iam entrar para send... senzala para dormir, que era um troço grande assim de tauba, eles entrava ali para dormir, para no outro dia estar pronto para trabalhar. Num tinha aquela liberdade em lugar nenhum.[...]

Eles chegavam da roça, tomavam banho e depois ia jantar e, depois faziam o milho pros capados, pras galinhas, que era muita galinha, muito capado, muita coisa... Depois eles iam dormir, para poder no outro dia... Para poder estar o dia todo em serviço. Diz eles que tinha um camarada, um tal de capatá...Capataz. [...]

Ele tinha um chicote e ficava em pé atrás de todo mundo. Se você não ficasse em pé ele metia o dado. "Oh, homem, vamos voltar a trabalhar!" [Risos] Mas, eles tinham muita saúde, né?! Graças a Deus, aguentavam trabalhar o dia inteiro. Mas ele ficava com o chicote, em pé, atrás do pessoal para na hora

---

<sup>2</sup> Nem todos os entrevistados se sentiram confortáveis para serem fotografados. Aqueles que permitiram e cujas entrevistas foram utilizadas, foram apresentados nos apêndices quando a qualidade do documento está razoável.

que você cansar eles puxar seu couro. [...] eles sofriam muito, muito mesmo, que eles só trabalhavam para arrebentar mesmo. Não era assim igual hoje não. Então não tinha aquela liberdade de passear, de jogar bola, de festa, de nada... Era só para trabalhar mesmo. Era só para trabalhar.<sup>3</sup>

O relato acima foi realizado pelo senhor Alecio Veridiano Ventura, nascido e criado na Comunidade Quilombola de Monte Alegre. O avô mencionado pelo senhor Alecio nesse texto é Leonardo, filho de Raquel Veridiano e neto dos africanos Veridiana e Joaquim, sobre os quais falamos no capítulo anterior. Além de herdar o sobrenome da tataravó, que foi transformado em sobrenome por sua bisavó, o senhor Alecio também herdou histórias do *tempo do cativo* que lhe foram confidenciais por seu avô Leonardo, pela vó Flora e por outros antigos moradores da comunidade que viveram no *tempo dos escravos*.

O detalhado depoimento do senhor Alecio abre possibilidades para discutirmos uma variedade de assuntos dentro da temática abordada. Primeiramente, destaco que a explicação minuciosa sobre a vida dos escravos fornece informações sobre sua rotina além dos cuidados com os cafezais, o que oferece nova perspectiva para o debate sobre a produtividade daquelas fazendas cafeicultoras em comparação com suas congêneres de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Já foi afirmado por Gilda Rocha, que as fazendas do sul do Espírito Santo, mesmo na última década da escravidão, possuíam uma produtividade “extremamente baixa em relação às outras províncias”, o que justificaria o argumento da falta de preocupação dos fazendeiros com a mão de obra e, portanto, sua indiferença com a introdução de estrangeiros no território até a abolição.<sup>4</sup> Com efeito, quando pensamos somente em números, a média da relação pés de café por escravo do sul do Espírito Santo era realmente inferior à média das demais províncias cafeeiras.<sup>5</sup> Aliás, algumas das antigas fazendas ao redor da atual Comunidade Quilombola de Monte Alegre – Santa Roza, Boa Esperança e Monte Alegre – origem de muitos de seus primeiros moradores, estavam entre as mais baixas médias dentro da região na amostra analisada em outro trabalho.<sup>6</sup> Todavia, como argumentado naquela ocasião, a partir da afirmação de Nara Saletto<sup>7</sup> sobre a maior tendência à autosuficiência das fazendas espírito-santenses

---

<sup>3</sup> VENTURA; VENTURA, 2019b.

<sup>4</sup> ROCHA, 2000, p. 59-60.

<sup>5</sup> Segundo os dados apresentados por Gilda Rocha, Santos (Oeste Paulista) possuía a média de 2.450 pés de café por escravo; Minas Gerais, a média de 3.705; o Rio de Janeiro, 3.513; São Paulo (Vale do Paraíba), 3.966; e o Espírito Santo (Itapemirim) 1.390. ROCHA, 2000, p. 59.

<sup>6</sup> Sobre a questão da produtividade na região sul do Espírito Santo e sua possível influência nas relações sociais dos escravos, cf. RIBEIRO, 2012.

<sup>7</sup> SALETTO, 1996, p. 39.

em relação às suas congêneres de outras províncias, não se pode desprezar as atividades realizadas pelos escravos fora das lavouras cafeeiras. A fala do senhor Alecio ilustra exatamente essa carga de trabalho que não pode ser medida matematicamente. É curioso, inclusive, que o café, o principal produto da região durante o século XIX nem apareça na sua entrevista.

A superexploração dos escravos, que trabalhavam para “arrebentar” está associada com a sujeição dos demais aspectos da vida. Não havia liberdade para ir a lugar nenhum, destaca ele, nem para fazer festa ou jogos, ou para dormir em casas próprias já que a maioria dos escravos eram trancados em senzalas após a extenuante jornada diária. A própria rotina de trabalho era vigiada de perto pelo capataz, portador do chicote que podia ser usado a qualquer momento contra “todo mundo”. A situação dos escravos era agravada pela humilhação da comida produzida e servida de forma coletiva em “panelões grandes”, como aquelas recuperadas nas redondezas pelo filho do entrevistado, Leonardo Marcelino, que as exhibe aos visitantes como vestígios do passado da comunidade quilombola.

As entrevistas com a irmã do senhor Alecio, dona Neuma Verediano Roque, indicam uma definição semelhante sobre a escravidão, que será completada em outro momento.

*Neuma:* [...] meu pai contava que eles dormiam, os homens dormiam amarrado no tronco. E tinha mais, né? Diz que de noite aquela turma de homens que trabalhava o dia inteiro, trabalhando pro fazendeiro, aí de noite não tinha liberdade não, dormia no tronco, dormia fechado na... eles falam tronco, fechado numa casa igual isso aqui, igual essa porta, dormia aí fechado dentro de uma cerca e o fazendeiro que abria pra eles sair. Não tinha liberdade, né? Por isso que eles falam que é escravo.

*Geisa:* Chamavam esses lugares de tronco? Essas casinhas fechadas? Trancadas?

*Neuma:* É fechada, ahan. Os homens dormiam fechado lá, mulher dormia com eles não, dormia em lugar separado.

*Geisa:* Nem os que eram casados?

*Neuma:* Só depois que casasse. Aí aquele casado era liberado pra ficar com as mulher, mas os outros não, dormia lá. Até que tinha um que diz que saía do tronco, acho que ele tinha uma reza forte, um santo, sei lá! Diz que ele saía do tronco, saía de lá da fazenda, vinha aqui de noite e dançava nos bailes tudo e depois ele voltava e voltava de novo pro tronco, entrava outra vez. Todo mundo conta isso.

E ainda tinha um atrás, pra tomar conta, pra não deixar parar. Até que os homens eram forte mesmo, aguentavam.<sup>8</sup>

De forma geral, é marcante, nos depoimentos de Alecio Veridiano e Neuma Roque, a violência como definidora do cativeiro. Nem mesmo os risos entre as confissões de

<sup>8</sup> ROQUE, Neuma Veridiano. Entrevista realizada na comunidade Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 28 de novembro de 2019b.

absurdos conseguiram amenizá-la. Seu conhecimento baseado na memória ancestral é coerente com a definição clássica da escravidão, merecendo destaques como marcos a ausência de liberdade, a exploração contínua do trabalho e os castigos físicos. Todavia, se a violência aparece de forma vibrante na narrativa, é importante que se perceba que os entrevistados utilizam a estratégia da positividade da experiência, ou seja, destacam algo que consideram positivo na vida de seus antepassados, algo que celebre sua (sobre)vivência, que ateste a preservação de suas humanidades. Embora fossem explorados e ameaçados pelo chicote, “eles tinham muita saúde, né?! Graças a Deus, aguentavam trabalhar o dia inteiro”, “eram fortes mesmo”.

Conforme já constatado por Ana Lugão Rios e Hebe Mattos<sup>9</sup>, ao trabalhar com descendentes de escravos na região sudeste do Brasil, não é fácil falar das experiências violentas sofridas pelos familiares escravos, daí muitas generalizações sobre esse aspecto da vida ou mesmo o silêncio. De fato, ao conversar com os entrevistados que aceitaram falar sobre o assunto, ainda que de maneira breve, percebe-se que é um processo doloroso pelas expressões faciais, pelo tom da voz, pela postura corporal. Há momentos em que os entrevistados parecem realmente “lembrar” daquele passado, conforme expressão usada pelo senhor Alecio Verediano, como se o tivessem vivido.

Em certos casos, como abordaremos mais à frente, a narrativa contempla o que Michael Pollak<sup>10</sup> chamou de acontecimentos “vividos por tabela”, isto é, eventos que os narradores nem saberiam dizer se participaram diretamente, mas cujo relevo social os colocou como elementos constitutivos da memória da coletividade. Todavia, em outros casos, não se trata exatamente disso, uma vez que os narradores diferem perfeitamente o tempo do cativo e o tempo deles, mas tal diferenciação não diminui a dor e a indignação pelo sofrimento imposto aos seus ancestrais.

Diante disso, não foi surpreendente que diversos entrevistados optassem por não falar da escravidão a partir de uma memória familiar, limitando-se a dizer que o caxambu guardado pela mestra local, dona Maria Laurinda Adão, é do tempo do cativo, bem como alguns dos jongs cantados na comunidade. Ainda nessas entrevistas que apenas tangenciaram a escravidão, verificou-se que a marca da violência não se restringe à narrativa do senhor Alecio Verediano. Dona Maria Deolinda Alves, embora

---

<sup>9</sup> RIOS; MATTOS, 2005.

<sup>10</sup> POLLAK, 1992.

não tenha se aprofundado no tema ao explicar a origem do jongo que abre este capítulo, informou-me que ele deve ter sido criado no tempo do cativo quando se “batia nos nego pra trabalhar de graça”.<sup>11</sup>

O trabalho não remunerado e imposto através da violência também foi abordado na entrevista com o senhor Sebastião Souza,<sup>12</sup> que ofereceu mais detalhes sobre o que aprendeu com os “antigos” – com o devido cuidado de proteger aquelas histórias que ainda estão na categoria de “segredo”.

*Sebastião:* [...] A minha avó num chegou a ser escrava não, mas ela ainda... ela lembra da escravidão. Porque a escravidão foi uma coisa muito difícil, né, muito. Judiava, muito judiado, né? [...]

E se o feitor, porque os feitor comia eles no couro né, batia. Batia quando tava trabalhando mais pouco, às vezes achava que num tava trabalhando bem, metia o couro, saía batendo. Pegava numa beirada saía na outra batendo. [...]

Botaram os escravos debaixo de uma roda cheia de chicote, tocada a água, quando eles ficavam com raiva deles e aquele couro comendo nas costas, ele pelado, sem camisa. É uma tristeza. [...]

Ah, isso aí é, isso aí é minha avó, é os que conheceram a escravidão contou...

A minha avó contava o caso da escravidão, falou que ninguém ganhava nada, trabalhava de graça, ganhava mesmo é o comer, e assim mesmo comia o que eles davam, não era uma comida boa. Num davam uma comida boa. Num tinha direito a nada, direito a nada. Só a roupinha pra trabalhar e dormir lá de qualquer maneira também. E trabalhar sem direito a nada. Esse senhor que... Além disso, as mulher dos escravos, eles faziam dela a peteca, né, era senhora deles, faziam delas uma peteca, pra eles não valia nada.

*Geisa:* Mas quando o senhor fala que fazia das escravas petecas, o que que o senhor quer dizer com isso?

*Sebastião:* Não, fazia delas o que queria. Fazia delas o que queria. Fazia delas mulher deles, fazia tudo, né, andava no domínio deles. Num tinha direito a nada também.

*Geisa:* Então, pras mulheres era um pouco pior?

*Sebastião:* Era pior, então.

*Geisa:* E eles costumavam ter filhos com as escravas?

*Sebastião:* Ah, tinha. Tinha.

*Geisa:* Por aqui tem caso de filho de fazendeiro com escrava?

*Sebastião:* Não, por aqui eu num sei, daqui eu num sei não. Isso acabou, né? Graças a Deus acabou. Mas antigamente... Num tinha lei, num tinha lei né, num tinha lei...<sup>13</sup>

O senhor Sebastião, assim como os moradores mais antigos da Comunidade Quilombola de Monte Alegre, destacou que suas narrativas se fundamentavam em pessoas que conheceram a escravidão, com quem conviveram e de quem aprenderam sobre o assunto. É a partir desse lugar que eles falam sobre os horrores

<sup>11</sup> ALVES, Maria Deolinda. Entrevista realizada na comunidade quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 24 de janeiro de 2019a.

<sup>12</sup> Registro minha homenagem póstuma ao senhor Sebastião, que faleceu no final do ano de 2020, aos 91 anos de idade. Ele era uma referência na comunidade e me impressionou por sua memória invejável e pela forma gentil com a qual a compartilhou comigo.

<sup>13</sup> SOUZA, Sebastião de. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 19 de março de 2019.

daquele período, sobre as experiências vividas ou observadas por seus antepassados, invocados como legitimadores de seu discurso. Em alguns casos, é difícil reconhecer que pessoas tão queridas e próximas vivenciaram atos tão bárbaros como aqueles descritos em seu relato. Daí a estratégia, já constatada por Rios e Mattos,<sup>14</sup> de generalizar partes constrangedoras ou muito doloridas para o entrevistado ou para sua família – além desses elementos, visivelmente presentes em muitas entrevistas, deve-se acrescentar o temor por retaliações e conflitos no presente com potentados locais. Nesse sentido, a narrativa do senhor Sebastião, ancorada na avó Inês Teresa, filha de um africano,<sup>15</sup> não omite a violência da escravidão, nem deixa de ressaltar indignação pela falta de direitos dos escravos ou a humilhação vivenciada por eles, mas opta pela discrição sobre os “segredos” daquela época.

A violência também é marcante nessa entrevista, que define o período da escravidão como um tempo sem lei, em que os senhores exerciam total poder sobre seus escravos. Nesse ponto, aliás, é importante destacar a diferenciação realizada entre os sofrimentos impostos a homens e mulheres no tempo do cativeiro: ambos padeciam com o trabalho não remunerado, com vestuário e alimentação inadequados, com castigos físicos, mas seriam afetados de formas distintas pela exploração sexual. Enquanto as mulheres eram submetidas ao domínio sexual dos senhores, os homens eram obrigados a aceitar a dominação de suas companheiras, transformadas em “petecas”, objetos para a diversão. Ainda que o viés masculino esteja presente e ressalte a humilhação dos maridos das escravas, o senhor Sebastião introduz perspectiva que considera a situação feminina naquele contexto. Trata-se de tema muito delicado, proibido e até perigoso no passado, que ainda evoca múltiplos sentimentos no presente. Em parte, deve ter sido por isso que o entrevistado, cunhado de Alecio Veridiano Ventura e igualmente contemporâneo de Leonardo Veridiano, optou por falar sobre o assunto de forma genérica, sem apontar exemplos de filhos gerados no relacionamento imposto pelos senhores às escravas, preferindo destacar o fim daquele tempo.

---

<sup>14</sup> RIOS; MATTOS, 2005.

<sup>15</sup> O senhor Sebastião afirmou que sua avó Inês Teresa, responsável pela criação de sua irmã mais nova, era filha de um africano, mas que não se recordava da mãe dela. Já sua irmã, dona Maria, confirmou que a avó nasceu no Espírito Santo e acrescentou que a mãe dela era de Angola.



Sebastião Souza não foi o único a adotar a discricção para se referir aos relacionamentos entre senhores e escravas. Outro depoimento a destacar isso de forma genérica, mas sob outro ângulo foi compartilhado pela mestra de caxambu, dona Maria Laurinda Adão. Já abordamos parte de sua entrevista no capítulo anterior, em que ela falou sobre a violência imposta ao seu bisavô que, rotineiramente, era aprisionado no tronco, mas que não se resignava à falta de liberdade e escapava (e retornava). Embora tenha traçado sua genealogia sem nenhum embaraço, positivando a experiência de seu ancestral, ela optou pela discricção para falar de outros grupos familiares da comunidade. Um dos jongs que ela cantou em sua entrevista foi: “Sinhá, eu já varri sua cozinha (bis) / Agora não varro mais (bis)”. Ele teria sido cantado pelas libertas por ocasião da abolição da escravidão. Espontaneamente, ela o contextualizou da seguinte forma:

*Maria Laurinda:* Naquele tempo, a sinhá não sabia botar um arroz no fogo pra alimentar os filhos e também, naquele tempo, a sinhá cortava até o bico do peito das negras pras negras não dar mamá a seus filhos. Então, o reis, disse que falou, falava assim pra ela, que a negra era boazinha. Dizem que tinha um poço d’água, naquele tempo tinha aqueles poço d’água, aqueles fundo, aí disse que as negras ia trabalhar deixava os filhotinhos dela lá na cama lá... cama não, né! Jogado lá naqueles panos, embrulhados nos panos. Dizem que nem esteira naquele tempo não tinha, era pano que jogava no chão, deitava, né? Aí dizem que a sinhá ia lá, mandava apanhar as criancinhas, botava dentro do poço d’água, as criancinhas ficavam tremendo com medo de morrer lá dentro do poço, né? Aí dizem que o reis falava com ela: “Ah, não judia com as criancinhas não”. Aí dizem que ela falava: “Ah, você tá falando isso porque você gosta das negras!” É, as negras foi muito sofridas, muito mal tratadas, mas depois, então, as negras tomou posse. Aí quem ficou na pior foi ela. Elas não sabiam botar um arroz no fogo pra alimentar os filhos. Quem fazia tudo era as negras. Negra lavava, negra cozinhava. Ela não fazia nada, era sinhá, né? [...] Porque as negras, justamente, tinha negro que disse que os reis gostavam mesmo da negra. Mas sem saber ela falava mesmo que, que, que judiava com as criancinhas porque o reis dava muita cobertura pras criancinhas. Mas disse que tinha criancinha, tinha criança que era filha do reis mesmo. Não era da negra só.<sup>16</sup>

No relato, feito do ponto de vista feminino, não é o senhor, aqui chamado de “reis”, que aparece como o principal responsável pelos atos mais violentos. Reconhece-se as relações entre senhores e escravas – sem mencionar a violência envolvida – e a geração de filhos, porém é introduzida nova personagem na história: a sinhá. Além de sofrer a exploração sexual e de realizar todas as tarefas domésticas, como cozinhar e lavar, as mulheres negras ainda tinham que lidar, segundo o depoimento, com os castigos impostos pelas esposas daqueles que as dominavam sexualmente. Na verdade, a exposição de dona Maria Laurinda Adão se concentra em demonstrar que

---

<sup>16</sup> ADÃO, 2019a.

os castigos às mulheres escravas ultrapassavam as barbaridades aplicadas em seus corpos, atingindo seus filhos. O fato de estes poderem ser resultado de relações com os senhores não seria suficiente para livrá-los da violência.

Talvez, esse seja um dos motivos pelos quais o senhor Alecio concluiu em sua reflexão sobre o avô Leonardo, nascido anos após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) e, segundo sua família, fruto de uma relação entre a escrava Raquel e o marido de sua senhora, que ele fora “filho escravo”.<sup>17</sup> Como dito no capítulo anterior, Alecio Veridiano Ventura e outros descendentes de Leonardo Veridiano, destacam em suas narrativas que seu ancestral não recebeu tratamento diferenciado por parte do fazendeiro que seria seu pai. Se ele dormiu na casa-grande foi por causa da mãe, que lá pernoitava para atender as necessidades dos senhores e sinhás, mas isso não o poupou de trabalhar desde cedo “como escravo”. Se houve vantagens naquela situação para alguns filhos de senhores, como não dormir na senzala, essa não parece ter sido a regra, nem impediu atos violentos contra eles e suas genitoras. Restou, de forma geral, na memória dos membros da comunidade quilombola de Monte Alegre, a violência na geração e na vida daquelas crianças e de suas mães.

Dona Neuma Verediano Roque, outra neta de Leonardo Veridiano, destacou em sua narrativa a situação especial das mulheres na escravidão, nomeando exemplos na própria família. Vejamos:

*Neuma:* Deus me livre! Não gosto nem de contar o que a minha mãe contava que a minha avó passava lá.

*Geisa:* Sua avó Raquel?

*Neuma:* É! Sendo escrava.

*Geisa:* A senhora não pode contar o que ela passava?

*Neuma:* É o que ela fazia mandada, menina! Eles dormia... não tinha banheiro, você sabe, né? Não tinha banheiro. Tinha aqueles urinol, escarradeira, tinha que ir, ela ia lavando aquilo tudo. Era escrava mesmo! Fazia muita coisa, minha mãe falava. Minha avó era escrava na fazenda, a mãe do meu avô Leonardo, ela fazia esses trabalhos na fazenda, nessa fazenda que eu falei pra você, que é do português, não é?

Então, por isso a gente sabe que eles era escravizado, né? Isso era serviço de escravo, não era de... Sem ganhar nada! À troco da comida?! Não tinha salário. Mas eles eram escravos. Como pode a pessoa ficar na fazenda, fazer aquele serviço todo na fazenda sem ganhar um salário?

*Geisa:* O serviço dela era dentro de casa? Mas não era um serviço...

*Neuma:* Cozinheira! Era tudo! Fazia era tudo!

*Geisa:* Então, não era leve o serviço?

*Neuma:* Não! Era serviço pesado. Ela fazia tudo! Partia com lenha, fazia tudo na fazenda, ué?! Era escravizada mesmo... e as madames, né? De tudo! Ela era uma boa cozinheira, fazia com tudo, cozinhava muito bem. Por isso que eu falo com você, que os descendentes de antigos escravos, todos eles, que

---

<sup>17</sup> VENTURA, VENTURA & VENTURA, 2019.

eu conheci, eles cozinhavam bem. Igual, como falamos da madeira que eles faziam, né. Como que eles fazia isso? Que inteligência!<sup>18</sup>

O processo de falar sobre essa parte do passado de seus ancestrais não foi fácil para dona Neuma. Esse ponto da entrevista foi um dos poucos em que afloraram emoções negativas, visíveis em seu semblante e na mudança de seu tom de voz e até na sua postura corporal. Todavia, enfrentando o desafio, ela encontrou uma forma de me contar o que a bisavó – chamada carinhosamente de vó – e outros familiares experienciaram na condição de escravos. O trecho em destaque complementa a definição do que a entrevistada considera trabalho escravo: o trabalho não remunerado – a falta de liberdade, como expresso anteriormente, é outra característica definidora da experiência da escravidão. Contudo, a riqueza de sua narrativa ultrapassa essa definição, associando o trabalho pesado e humilhante ao *ser escravo* naquela localidade, além de destacar algumas especificidades do serviço doméstico, predominantemente feminino.

Se todos os escravos trabalhavam pesado e sem salário, o que a deixa indignada, ela faz questão de lembrar que a avó Raquel fazia de tudo dentro da casa dos senhores. Suas atividades humilhantes, algumas das quais só puderam ser verbalizadas através da expressão “fazia de tudo”, e suas variações, parecem distinguir seu sofrimento dos demais companheiros de infortúnio, motivo pelo qual questionei se o serviço doméstico não seria mais leve que o da roça. A resposta incisiva de dona Neuma revelou de forma evidente a perspectiva de gênero.

O trabalho doméstico não seria mais leve que nenhum outro. Além das tarefas humilhantes já descritas, a bisavó tinha que cortar lenha, lavar, passar, limpar quintal, cuidar da horta, cozinhar – atividades que a entrevistada conhece por experiência própria –, e “fazer de tudo”. Reforça que ela “era escravizada mesmo” e lembra de outros personagens menos frequentes na narrativa dos homens, “as madames”, que eram poupadas pela exploração de suas ancestrais. Nesse contexto, ganha mais significado a lembrança do jongo já citado no início do capítulo, que também apareceu na entrevista de dona Neuma: “Princesa foi-se embora, escreveu no papelão / quem quiser comer, trabalhe com suas mãos”.

A interpretação é reforçada por entrevistas com outras mulheres da comunidade, como dona Maria de Souza Ventura, cunhada de dona Neuma, que me chamou a

---

<sup>18</sup> ROQUE, 2019b.

atenção quando conversava com ela e seu marido, Alecio Veridiano, para o fato de que cuidar da casa e de crianças em uma época em que não havia eletricidade, água encanada, banheiro nas residências, fogão a gás, sistema de transporte público, telefone e mil outras modernidades que chegaram na comunidade de Monte Alegre apenas nas últimas três ou quatro décadas, era serviço pesado. Aliás, conforme lembrado por Angela Davis<sup>19</sup>, as tarefas domésticas do período pré-industrial incluíam atividades produtivas fundamentais para a manutenção da família, como o cultivo de alimentos, a criação de animais e a produção de praticamente tudo o que era necessário para a sobrevivência da unidade familiar, como era o caso das fazendas de Cachoeiro de Itapemirim-ES, na segunda metade do século XIX, quando a vó Raquel e outras ancestrais da comunidade foram exploradas. Podemos reforçar a perspectiva, ao recordarmos o jongo cantado por dona Maria Laurinda Adão para ilustrar a alegria das libertas com a abolição: “Sinhá, já varri sua cozinha (bis) / Agora não varro mais (bis).”

É difícil ouvir os depoimentos dessas mulheres e sua indignação frente aos subestimados sofrimentos de suas ancestrais e não recordar as publicações exibidas no periódico *O Cachoeirano* sobre a carência de mão de obra para os serviços domésticos após a abolição. Consoante discussão realizada no capítulo 2, o tom das publicações era de revolta pela suposta resistência das libertas ao trabalho doméstico, o que motivou os editores e colaboradores a clamarem por medidas repressivas para obrigar essa “classe de gente” a trabalhar. Como demonstrado, lamentava-se predicados atribuído às ex-escravas e suas descendentes como a “falta de pudor”, a “preguiça” e a “petulância”, que geraram estereótipos negativos sobre elas.

Pode-se admitir que tais acusações contribuíram para o governo local se ocupar do assunto e aprovar nos primeiros meses de vigência da República um regulamento sobre o serviço de criadagem.<sup>20</sup> Curiosamente, a normativa foi elaborada pelo intendente municipal Diogo Pires de Amorim, o mesmo fazendeiro apontado como o pai de três filhos da escrava Raquel.<sup>21</sup> Não sabemos se o regulamento foi aprovado pelo governo estadual, mas podemos afirmar que, independentemente disso, alguma

---

<sup>19</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

<sup>20</sup> O CACHOEIRANO, n. 17, de 27 de abril de 1890, p. 1.

<sup>21</sup> INCRA, 2006; ROQUE, 2019a; VENTURA, 2019a.

forma de resistência das libertas a esse tipo de trabalho permaneceu. Nesse sentido, vale resgatar e complementar a publicação do “inteligente lavrador”.

Cozinheiras, então, não se fala mais; rara é a casa que tem uma alugada (isso é mesmo é para servir).

Hoje quem ocupa essa profissão são as donas de casa, sem distinção de classe. Vê-se mulheres de fazendeiros, de médicos, de advogados e de comerciantes, algumas doentes, abandonar seus filhos chorando, para irem aprontar almoço ou jantar.

E tudo caminha; tudo prospera? [...]

Quase que posso dizer que chegamos ao estado em que ficou o Paraguai depois de terminada a guerra com o Brasil.

Lá se via um oficial fardado em um dia e no outro estava puxando carroça.

Aqui vê-se juiz de direito presidindo a uma sessão do júri e depois o vemos rachando lenha para que sua mulher possa cozinhar.<sup>22</sup>

A utilização do periódico como fonte é profícua, como já argumentamos, mas possui limites. O ponto de vista senhorial predomina, abundando o registro de prejuízo com a perda da mão de obra escrava e da obrigação de pagar um salário para a realização de tarefas que abominavam. A razão da resistência de muitas libertas ao serviço doméstico – lembrando que ele ultrapassa as tarefas de dentro da casa – não foi questionada. A constatação simples, que não deve ser lida como exigência anacrônica, é importante para ampliarmos nosso conhecimento sobre o período e percebermos a necessidade de adotar outros tipos de fontes, que incluam diferentes perspectivas, neste caso, daquelas pessoas que foram escravizadas e seus descendentes.

Não estamos afirmando que o trabalho doméstico foi completamente rejeitado pelas libertas, como se constata do próprio testemunho de dona Neuma e de diversas outras mulheres da comunidade que vivenciaram, assim como suas ancestrais, trabalho nos antigos lares senhoriais. Embora não fosse desejável, por falta de outras oportunidades, como já ressaltado por George Andrews<sup>23</sup> ao estudar São Paulo, muitas mulheres negras continuaram no trabalho doméstico após a abolição. Assim, destacamos o ponto de vista daquelas mulheres que comemoraram, com esperança,

<sup>22</sup> O CACHOEIRANO, n. 31, de 9 de agosto de 1896, p. 2.

<sup>23</sup> ANDREW, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução: Magda Lopes; revisão técnica e apresentação Maria Ligia Coelho Prado. Bauru-SP: EDUSC, 1998.

a possibilidade de conquistar direitos e poder se afastar das *casas de família* e tudo que elas representavam.<sup>24</sup>

O que significava e custava para aquelas mulheres escravas, como Raquel Veridiano, fazerem *de tudo* na casa de seus senhores? Não é fácil colocar em palavras mesmo para seus descendentes. O assunto permaneceu na zona do não-dito, do silêncio e do esquecimento.<sup>25</sup> É por isso que dona Neuma aciona diversas vezes certa estratégia para expressar as memórias mais doloridas. Algumas coisas que a mãe e avó lhe revelaram são realmente indizíveis, apenas confidenciais por meio de expressões genéricas como “ela fazia tudo”. Todavia, há muitas histórias delas e sobre elas que dona Neuma faz questão de compartilhar, inclusive, quando trata dos assuntos mais difíceis. Ao fazer isso, ela utiliza a positivação da experiência, o que ocorre pela passagem da denúncia para a exaltação das qualidades da bisavó e de outros ancestrais.

Diante da indignação do trabalho não remunerado; das humilhações, que não gosta nem de contar, sofridas pela avó; do serviço pesado que era, e ainda é, subestimado; dona Neuma opta por enfatizar as qualidades de seus ancestrais. Não se trata de amenizar a violência da escravidão. De modo algum, ela faz isso. Aliás, confesso minha incapacidade de ficar apática diante de sua narrativa emocionada sobre a vida de seus antepassados escravos. Todavia, mais importante do que destacar a violência do regime escravista em sua narrativa, é lembrar que aquelas pessoas submetidas à escravidão não perderam sua humanidade. Apesar da escravidão, elas preservaram suas qualidades, construíram suas famílias e transmitiram heranças materiais e imateriais incalculáveis aos seus descendentes.

A memória de descendentes de escravos oferece nova perspectiva, que amplia a visão sobre a escravidão e lança olhar inédito a respeito dos últimos anos da escravidão no principal município cafeeiro do Espírito Santo no século XIX. A aplicação da história oral na Comunidade Quilombola de Monte Alegre corrobora o apego à escravidão por parte dos senhores de Cachoeiro de Itapemirim até a

---

<sup>24</sup> Vale lembrar que, no Brasil, os trabalhadores domésticos só conquistaram os mesmos direitos trabalhistas que as demais categorias com a Emenda Constitucional nº 72, de 2013, conhecida como “PEC das Domésticas”. Sobre o trabalho doméstico no Brasil e suas regulamentações, cf. SILVA, Deide Fátima; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. In: Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 17(32): 409-438, jan.-jun. 2017 • ISSN Impresso: 1676-529-X.

<sup>25</sup> POLLAK, 1989.

promulgação da Lei Áurea – medida pela ausência de fugas ou alforrias em massa. As entrevistas apresentam uma definição contundente de escravidão amparada na denúncia da violência, da falta de liberdade e das humilhações sofridas pelas pessoas escravas. Suas narrativas demonstram que o projeto de educação e “inserção” dos novos cidadãos à “Pátria Livre”, pensado pela sociedade representada pelo *O Cachoeirano*, não funcionou. Afinal, os moradores de Monte Alegre não esqueceram os “transes porque passaram seus progenitores”.<sup>26</sup> Frente ao abuso do esquecimento, imposto pelos detentores do poder, conforme definido por Paul Ricoeur,<sup>27</sup> cuja narrativa principal sobre o 13 de Maio enfatizou o “golpe” à lavoura, verifica-se, por parte dos descendentes dos libertos, o exercício da memória, que objetiva, justamente, a luta contra o esquecimento.<sup>28</sup>

Dito isso, como essas pessoas com memória genealógica da escravidão recordam a abolição? Vamos investigar essa questão no próximo tópico.

#### 4.3 O RAIAR DA LIBERDADE

A partir da década de 1980, no contexto da redemocratização vivenciado pelo Brasil, ganharam ênfase as críticas às comemorações do dia 13 de Maio, em parte, graças à ação dos movimentos negros brasileiros que lhe fazem dupla crítica: contra a ideia de dívida da abolição por parte da Princesa; e contra as limitações da Lei Áurea, por não prever a inserção dos libertos na sociedade ou qualquer forma de promoção da igualdade racial. Sua intensa movimentação, acompanhada por discussões acadêmicas em torno da atuação dos personagens envolvidos,<sup>29</sup> foi respondida pelo Estado em 1988, com o reconhecimento do direito à terra – com 100 anos de atraso e apenas para os remanescentes de quilombos – , com a validação dos saberes das populações afro-brasileiras e com a definição de suas manifestações como patrimônio

---

<sup>26</sup> O CACHOEIRANO, n. 21, 27 de maio de 1888, p. 1.

<sup>27</sup> RICOEUR, 2007, p. 93.

<sup>28</sup> RICOEUR, 2007, p. 48.

<sup>29</sup> Cf. capítulo 1 desta tese.

cultural.<sup>30</sup> Em 2003, houve a regulamentação daquele direito e a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares pela Lei nº 10.639/2003 (modificada pela Lei nº 11.645/2008), que, entre outras medidas, incluiu o dia 20 de novembro no calendário escolar como o “Dia Nacional da Consciência Negra”.<sup>31</sup> A data era uma reivindicação antiga dos movimentos negros por representar a luta dos escravizados – termo preferido pelo movimento social – contra o regime escravista, já que ela se refere a Zumbi, o mais famoso líder do Quilombo dos Palmares e herói nacional.<sup>32</sup> Nas palavras de Oliveira Silveira, um dos críticos do 13 de Maio e articuladores do Vinte de Novembro,

O treze não satisfazia, não havia por que comemorá-lo. A abolição só havia abolido no papel; a lei não determinara medidas concretas, práticas, palpáveis em favor do negro. E sem o treze era preciso buscar outras datas, era preciso retomar a história do Brasil. [...]

Circulava na época o fascículo Zumbi, o nº 6 na série Grandes Personagens da Nossa História, da Abril Cultural. Essa publicação fortaleceu no frequentador Oliveira Silveira a ideia de que Palmares fosse a passagem mais marcante na história do negro no Brasil. Um século de liberdade e luta contra o escravismo imposto pelo poder colonial português era coisa muito significativa e animadora. E lá estava o dia 20 de novembro de 1695, data da morte heroica de Zumbi, último rei e líder dos Palmares, marco assinalando também o final objetivo do Estado e país negro. [...]

Parece lícito dizer que estava delineada [em 1971] uma precária, mas deliberada ação política no sentido de apresentar, à comunidade negra e à sociedade em geral, alternativas de datas, fatos e nomes, em contestação ao oficialismo do 13 de maio, abolição formal da escravatura, princesa dona Isabel.<sup>33</sup>

As citadas leis causaram impacto direto na Comunidade de Monte Alegre que pode se autodefinir como remanescente de Quilombo e passou a explorar o turismo étnico a partir de 2005. Durante todo o ano letivo e, especialmente, no mês de novembro, escolas de Cachoeiro de Itapemirim e de municípios vizinhos realizam visitas previstas em projetos de ensino ligados à valorização da cultura afro-brasileira – foram essas

<sup>30</sup> A Constituição Federal estabelece: “**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” Disponível em:

<[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_03.07.2019/art\\_215\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_215_.asp)>. Acesso em 29 de agosto de 2019.

<sup>31</sup> A lei pode ser conferida em sua integralidade em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

<sup>32</sup> A Lei 9.315 de 20 de novembro de 1996 inscreveu o nome de Zumbi dos Palmares no “Livro de Heróis da Pátria”. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9315-20-novembro-1996-349074-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

<sup>33</sup> SILVEIRA, Oliveira. Vinte de novembro: história e conteúdo. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.s). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, pp. 24-27.



visitas que o líder comunitário, responsável por sua organização e execução, citou no capítulo anterior.<sup>34</sup> Se as mudanças de ordem prática na comunidade são visíveis, todavia, permanece a questão sobre a memória: a legislação teria provocado impacto também sobre ela?

O conceito de “memória dividida”, tal como usado por Alessandro Portelli,<sup>35</sup> nos mostra que é impossível estabelecer uma simples divisão entre memória oficial e memória subterrânea. Reconhecer a “multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas”<sup>36</sup> nos permite perceber que não existem apenas a gratidão à Princesa Isabel ou a exaltação a Zumbi dos Palmares. A memória subterrânea, também ela “ideológica e culturalmente mediada”, conforme ressaltado por Portelli, é igualmente diversificada.

Ao explicar a origem do caxambu de Santa Cruz, herança de seus ancestrais, dona Maria Laurinda ofereceu o seguinte relato sobre o fim da escravidão:

*Maria Laurinda:* Esse caxambu que tá aqui foi feito quando foi o raiar da liberdade. Naquele tempo não tinha, não tinha divertimento. Então, a Princesa Isabel pediu pro pai dela acabar com a escravidão senão ele também ia pro tronco igual os negros ia, né. Que os negros ficavam no tronco, então se o pai dela não acabasse com a escravidão, ele também ia para o tronco igual os negros ficava no tronco. Aí disse que quando foi um belo dia, um 13 de maio, aonde eu faço esse caxambu 13 de maio porque é o raiar da liberdade, então disse que, quando, chegaram na casa do rei, disse que era pra trabalhar. Aí ele pegou, escalou o serviço, uns foram matar porco, outros limpar galinha, foram capinar, foram roçar, cada um ele marcou uma escala. Ele tinha mandado fazer uma bandeira, mas ninguém era, assim, tudo no silêncio dele pra ninguém saber. [...] Aí quando foi nesse dia 13 de maio, que ele, foi raiar da liberdade, né, quando veio, chegou na varanda que tocou a corneta pra vir pra almoçar, quando chegou mais pra perto, aí disse que ele mesmo abriu uma bandeira na varanda, aí falou pros negros que daquele dia por diante, tinha raiar da liberdade, então não tinha mais escravo mais, não ia ter mais escravos. Aí o povo pegou todo... lá disse que quem vinha descendo no morro jogou, que estava carregando a... que aquele tempo carregava água em um cantil [...] então disse que jogou do morro abaixo e correndo, e outros com a lata, que pra vir cá, pra ver o que o rei estava falando, né?<sup>37</sup>

Segundo essa narrativa, que ressalta possíveis conflitos de interesses dentro da monarquia, os escravos parecem ter sido surpreendidos com a notícia da abolição, o que poderia ajudar a decifrar o jongo “Estava dormindo, senhor chamou / acorda

<sup>34</sup> Além do trabalho com as escolas e faculdades, Leonardo Marcelino e sua família também recebem visitas de outros grupos interessados na história e cultura da comunidade, bem como em sua relação com a natureza. Há trilhas ecológicas, por exemplo, criadas em parceria com os gestores da FLONA de Pacotuba.

<sup>35</sup> PORTELLI, 1998.

<sup>36</sup> PORTELLI, 1998, p. 106.

<sup>37</sup> ADÃO, 2019a.

negro, cativoiro acabou”, também cantado em outros lugares do Sudeste.<sup>38</sup> Como visto, os senhores do sul do Espírito Santo mantiveram-se, de forma geral, agarrados à escravidão até os instantes finais, utilizando a força física para manter o controle sobre a população escrava. Naquela região, portanto, a maioria dos escravos foram libertos por força da Lei de 13 de Maio, o que esclarece o fator surpresa do jongo citado, bem como indica o papel relevante dessa data para seus descendentes. Contudo, em relação à Princesa, é importante destacar que a mestra de Caxambu foi uma das poucas pessoas a estabelecer uma relação direta entre a personagem e a abolição. A outra entrevista que fez ligação semelhante foi concedida pelo senhor Sebastião de Souza:

*Sebastião:* A princesa Isabel gritou a liberdade. Diz que no dia que ela gritou a liberdade, o pessoal parece que, quando ela gritou a liberdade aqueles que tava na roça trabalhando de enxada e foice largou tudo as ferramentas tudo lá na roça, nem pra casa num trouxe mais. E se o feitor, porque os feitor comia eles no couro né, batia. Batia quando tava trabalhando mais pouco, às vezes achava que num tava trabalhando bem, metia o couro, saía batendo. Pegava numa beirada saía na outra batendo. No dia que a princesa Isabel gritou a liberdade, eles largaram as ferramenta tudo, e se o feitor ameaçasse dar uma courada eles matavam ele. Foi igual uma boiada quando sai do pátio que arrebenta a cerca, porque quando gritou a liberdade eles sabiam que tavam livre, né? Nosso pai do céu! Pulava e saltava. [...]

E aí eles acho que dançaram uns três dias, uns três dias. Aí que feitor que ia mais, eles num via nem ele mais, porque se visse eles matavam ele. É porque eles judiava, né, judiava. [...] É uma tristeza. Princesa Isabel só Deus que abençoa ela, que deve já morreu né, mas Deus deve ter abençoado ela porque ela deu a liberdade, né? [...]

E ela gritou a liberdade, ela gritou a liberdade porque ela tinha autoridade. Porque o rei, a ordem que ele desse tinha que ser feita, né? [...] Aí certamente ele mandou, né? Certamente ele mandou.

*Geisa:* Deve ter sido o pai, então? O rei que mandou ela gritar?

*Sebastião:* Ah, deve ser o pai dela que mandou ela gritar, né? E aí não tinha pra onde eles correr, nem escapulir, né. Porque ordem do rei, ninguém passa por cima, né. Então ela gritou e pronto, nunca mais teve escravidão.<sup>39</sup>

A maioria dos entrevistados não abordou a abolição de forma espontânea, como fizeram dona Maria Laurinda e o senhor Sebastião. Entretanto, o papel relevante do caxambu para a identidade da comunidade forçou os entrevistados a abordar o assunto, quando questionados se havia uma data específica para a realização das rodas. Além delas acontecerem em dias santificados, dias de festa e sob várias motivações ao longo do ano, foi indicado um dia especial para sua realização: 13 de maio. Perguntados sobre o motivo dessa data, os narradores concentraram-se nos

<sup>38</sup> Gustavo Pacheco notou a semelhança de uma versão desse jongo na Comunidade dos Arturos em MG para a gravação realizada por Stanley Stein, em Vassouras: “Tava dormindo Cangoma me chamou / Levanta povo que o cativoiro já acabou”. PACHECO, 2007, p. 27 e 28.

<sup>39</sup> SOUZA, 2019.

seus significados para os escravos e descendentes, mais do que na busca por responsáveis para o evento: “é o fim do cativeiro”,<sup>40</sup> “é o dia do raiar da liberdade”,<sup>41</sup> “é dia dos escravos”.<sup>42</sup>

Quando mudamos o foco para os significados da abolição para a população escrava – e para os descendentes – podemos entender sob outro aspecto o jongo sobre a Princesa. Uma das moradoras mais idosas da comunidade, dona Maria Deolinda Alves, cantou uma versão daquele jongo e, ao ser questionada sobre sua origem, explicou da seguinte forma:

*Maria Deolinda:* Diz mamãe que no dia que o cativeiro acabou ninguém sabia. Aí mandou juntar lenha, aí os nego juntou lenha, o dia inteiro. Quem sabia era as Sinhá né, a dona deles, de cativeiro, num sabia não. Aí nego juntou muita lenha, aí quando foi de noite, ia acabar com cativeiro ia acabar aquele dia, mas ninguém sabia. Aí fez o tambor, aí todo mundo juntou, aí fez aquela roda, aí diz que só se via dono de... As mulher brava que batia nos nego pra trabalhar de graça. Aí as mulher tudo cantando, aí gente ouvia “ih, gente num canta assim não que sinhá tá passando mal”, “tenho nada com isso, deixa passar”. Diz que tava caindo pra um lado, outro pra outro, vinha com botijão de água na cabeça, jogou tudo de morro abaixo e a gente falando pra não fazer aquilo, “ah num tenho nada com isso, quando a gente vê já acabou, eles num vão fazer mais nada com nós”. “Sinhá tá vendo, tá escutando”. “Que Sinhá o quê, agora acabou, agora nós num vamos trabalhar não, quem quiser comer trabalha com as suas mãos. Ninguém vai trabalhar de graça pra ninguém apanhando”. Aí acabou naquele dia, dia treze de maio. Aí foi que eles inventou moda.<sup>43</sup>

Dona Maria Deolinda foi a primeira pessoa que desatou para nós o jongo *da princesa*, aquele que abre este capítulo. Sua explicação revelou uma interpretação muito distante de todas as que eu arriscava (mentalmente) até aquele momento. O foco daquele jongo não é a assinatura da Lei Áurea, nem a Princesa, mas o significado da legislação para aquelas pessoas submetidas à escravidão: a esperança no fim da exploração do trabalho e das violências e humilhações – motivo de vergonha para muitos descendentes, conforme abordado anteriormente. Essa explicação não é isolada, sendo contada por outras pessoas da comunidade. Aliás, se dona Maria Laurinda citou a Princesa Isabel, ela enfatizou no restante da entrevista os significados da abolição para seus ancestrais. Sua narrativa também enfatiza a euforia com que eles teriam recebido a notícia sobre a liberdade. Ao pedido para apresentar alguns jongsos, ela respondeu com o seguinte relato:

<sup>40</sup> ALVES, 2019.

<sup>41</sup> ADÃO, 2019a.

<sup>42</sup> VERIDIANO, 2019.

<sup>43</sup> A mãe da entrevistada, Lucira Verediano Barbosa, faleceu no ano 2004 com 96 anos de acordo com o documento oficial. Ela era neta da escrava Raquel Veridiano, com quem conviveu e ouviu as histórias do tempo do cativeiro. ALVES, 2019a.

*Maria Laurinda:* Ah, tem muito jongo! Nosso Deus! É, tem um jongo que é mais cantado, porque a gente... quando raiou a liberdade, né, diz que foi cantado, as negras cantaram pra sinhá: “Princesa foi-se embora, escreveu num papelão. Princesa foi-se embora, escreveu num papelão. Quem quiser comer, trabalhe com as suas mãos. Quem quiser comer, trabalhe com as suas mãos”. Então, outra, que disse, que passou a mão na vassoura, ia lá, voltava cá, passava perto da sinhá e falava “Sinhá, eu já varri sua cozinha, agora não varro mais. Já varri sua cozinha, agora não varro mais” e ficava passando com a vassoura de lá pra cá e diz que a sinhá falava “não, vocês ficam que eu não sei”. Naquele tempo, a sinhá não sabia botar um arroz no fogo pra alimentar os filhos, e também naquele tempo, a sinhá cortava até o bico do peito das negras pras negras não dar mamã a seus filhos. [...] É, as negras foi muito sofridas, muito mal tratadas, mas depois, então, as negras tomou posse. Aí quem ficou na pior foi elas. Elas não sabiam botar um arroz no fogo pra alimentar os filhos. Quem fazia tudo era as negras. Negra lavava, negra cozinhava. Ela não fazia nada, era sinhá, né? Depois, então, que raiou a liberdade, aí pronto. Acabou a mordomia de sinhá. Sinhá teve que enfrentar igual as negras enfrentavam.<sup>44</sup>

Figura 21 - Maria Deolinda Alves



Fonte: Acervo da autora (2019).

---

<sup>44</sup> ADÃO, 2019a.

Dona Maria Laurinda reforça a explicação de sua prima, dona Maria Deolinda, sobre o jongo envolvendo a Princesa, e vai além, ao contar casos que representariam a violência experimentada no cativeiro, especialmente por mulheres – sujeitas à exploração do trabalho, ao abuso sexual pelos senhores e às torturas de sinhás – e crianças. Nesse sentido, o que os dois jongs cantados por ela enfatizam é o significado da liberdade que se expressaria no fim dos sofrimentos impostos pelo poder dos senhores aos corpos negros. Dona Neuma também apresentou uma versão similar sobre a abolição e destacou o que lhe pareceu mais relevante:

*Neuma:* Meu pai que contava que quando a, quando foi, como fala, quando que foi... quando foi liberto, né, da escravidão... diz que as mulheres na fazenda tava tudo trabalhando, aí quando chegou a notícia pra eles, eles cantaram... ai meu deus, como é que eles cantavam, um negócio engraçado pra fazendeiro, diz que todo mundo ficou alegre e falou: “agora nós pode trabalhar... nós pode ficar à vontade, não somo mandados mais por ninguém, não vamos ser presos mais”. Dormia cada um... aí não precisava ser trancado no curral, né?

Quem quiser trabalhar agora... que os escravos trabalhava e eles que não era escravo, era só fazendeiro, não trabalhava, eles ficavam só mandando. Tinha hora que... já pensou a pessoa trabalhar de seis e parar nove horas, nove e quarenta, pegava e só parava meio dia, tomava café e ia até cinco horas trabalhando direto?! [...]

É um jongo que eles cantam, não lembro como era o jongo que eles cantavam. Ah não, era o... na princesa Isabel, né? Era princesa Isabel que escreveu no papelão, quem quiser trabalhar, trabalhe... quem quiser comer trabalhe com suas próprias mão. Que eles tavam liberto, né?

[...] Aí soltava e não entrava mais pro tronco não. Aí dormia cada um em liberdade, liberdade. Tirou a chave. Que não foi a libertação dos escravos?! Aí soltaram os escravos e não prenderam mais não. Aí todo mundo dormiu, cada um caçou uma casa pra morar, fazer casa pra morar, pra ir. Mesmo que ficasse lá pra trabalhar, mas aí trabalhava, cada um foi tirar a sua madeira, aí a casa não demorava a fazer por que a casa era de barro, eles cortavam o cipó, amarravam, cortavam a madeira, fazia a casa, tapava com sapê não era telha comprada, aí com oito dias fazia uma casa que a madeira não era... podia tirar, fincava a madeira, arrancava um sapê, um mato chamado sapê, tapava com sapê, não era assim não, e as madeiras não precisava comprar nada pra fazer e fazia o barro, chamava os colegas, juntava e cada um fazia.

[...]

Mesmos fazendeiros, mesmo fazendeiros que tinha. Aí já era diferente, eles trabalhavam e tinha que pagar, que aí os fazendeiros dava comida pra eles e não pagava, aí já foi diferente, eles tiveram que trabalhar e eles pagarem eles [...].<sup>45</sup>

Embora tenha ancestrais jongueiros, como o avô Leonardo, Dona Neuma não é uma praticante. Ainda assim, ela inclui um jongo em sua história, posto que aprendido com seus familiares que narraram a abolição. Ela não se lembra de forma perfeita dele, não o canta, mas o invoca como marco diferencial entre o tempo do cativeiro e o tempo da liberdade. Ao fazer isso, ela reforça a inversão já realizada nas narrativas de dona

---

<sup>45</sup> ROQUE, 2019b.

Maria Deolinda e dona Maria Laurinda, de um dos estereótipos associados aos libertos muito presentes nos periódicos do pós-abolição: os preguiçosos não seriam os ex-escravos, que passariam a se sentir “à vontade” para trabalhar; mas os senhores e sinhás que desfrutavam a vida sem dedicação ao trabalho! A partir da lei de 13 de maio, os libertos poderiam até continuar trabalhando nas mesmas fazendas, mas a exploração do trabalho sem remuneração, a prisão em troncos, o controle integral sobre seu tempo, o abuso de mulheres e crianças e a privação da liberdade se tornaram ilegais.

Com efeito, diante de humilhações e violências tão extremas, marcas indissociáveis da memória da escravidão, é que se situa a celebração do dia 13 de Maio. Essa data sinaliza a expectativa pela liberdade, por autonomia sobre os corpos – ainda que marcados pelas “lambadas do tempo do cativo” –<sup>46</sup> e a possibilidade de trabalho para si. A abolição é sem dúvida um dos acontecimentos preponderantes na constituição da memória da comunidade, podendo ser caracterizada como uma “memória quase herdada”, ou seja, um processo de projeção ou de identificação de uma pessoa ou grupo com determinado passado, situado fora de seu espaço-tempo, por meio da socialização política ou histórica, segundo definição de Michael Pollak.<sup>47</sup>

É interessante notar que as ações dos recém-libertos, narradas com riqueza de detalhes nas entrevistas, provavelmente não ocorreram no dia 13 de maio, mas em data posterior, visto que a notícia da abolição foi divulgada em Cachoeiro de Itapemirim dois dias após a assinatura da Lei.<sup>48</sup> A constatação revela o trabalho de enquadramento da memória,<sup>49</sup> no qual a data oficial, celebrada desde seu acontecimento em outras localidades, foi recuperada em Monte Alegre, incorporada à sua memória e transmitida às gerações seguintes como o dia do raiar da liberdade. Novamente de acordo com Pierre Nora, percebemos a celebração do 13 de Maio, na ênfase de seus significados e na tentativa de “bloquear o trabalho do esquecimento”<sup>50</sup> das violências da escravidão – conforme proposto no início da República – como *lugar de memória*. A partir dessa perspectiva, que foca nas aspirações dos ancestrais e nas

<sup>46</sup> O trecho integra um dos jargões da comunidade: “Me dá licença pra eu correr seu corpo inteiro (bis) / Pra ver se tem lambadas do tempo do cativo (bis).” VENTURA, 2005. [material não publicado]

<sup>47</sup> POLLAK, 1989, p. 201.

<sup>48</sup> Cf. O CONSTITUCIONAL, n. 5, de 20 de maio de 1888; O CACHOEIRANO, n. 20, de 20 de maio de 1888.

<sup>49</sup> POLLAK, 1989, p. 206.

<sup>50</sup> NORA, 1993, p. 22.

próprias expectativas quanto ao acesso a direitos, eles escolheram demarcar a ruptura entre os dois tempos.

Diante da importância do 13 de Maio para a comunidade, as lideranças que tiveram acesso à educação formal, que conhecem e contribuem para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 junto às escolas visitantes, que possuem contato com o movimento negro e com o movimento quilombola, não modificaram a principal data comemorativa de Monte Alegre. Nos anos 2000, por incentivo daquela legislação e de alguns projetos governamentais a ela vinculados, chegou-se a realizar na comunidade algumas atividades festivas voltadas para a comemoração da Consciência Negra no dia 20 de novembro, mas não houve continuidade. Uma das razões é de caráter prático, já que as lideranças responsáveis pela implantação da nova comemoração se envolveram nas visitas escolares proporcionadas pela mesma legislação e entenderam ser mais produtivo fazer o trabalho de conscientização e educação ao longo de todo o ano,<sup>51</sup> de forma que extrapolasse os limites da comunidade e gerasse renda.<sup>52</sup> O segundo motivo está no próprio valor atribuído ao 13 de Maio: “quer queira, quer não, foi no dia 13 de maio que acabou a escravidão”.<sup>53</sup>

Em uma comunidade onde a memória da escravidão está ativa, alimentada por pessoas que conviveram com personagens do tempo do cativo, o marco legal atinge relevância muito maior do que possui para os demais brasileiros que reconhecem a ligação genérica com o passado escravista por meio do conhecimento historiográfico e/ou midiático. De fato, a solução-compromisso adotada por escravistas e abolicionistas, por intermédio do Governo monárquico, não estabeleceu medidas para a inclusão de milhares de libertos na sociedade livre, implicando uma série de problemas não resolvidos até a atualidade – daí as reivindicações de políticas públicas com o recorte “racial” – e que são reconhecidos pela Comunidade de Monte Alegre, como o racismo. Todavia, o reconhecimento sobre as limitações da lei não anula o especial significado atribuído a ela pelos descendentes de pessoas que foram beneficiadas pela abolição. Uma das lideranças da comunidade, Leonardo Marcelino Ventura, apresentou interessante reflexão sobre o assunto. Ainda que o texto seja longo para uma citação, entende-se que é importante reproduzi-lo:

---

<sup>51</sup> VENTURA, 2019a.

<sup>52</sup> As escolas visitantes pagam um cachê simbólico que é dividido entre as crianças do grupo de Caxambu Mirim.

<sup>53</sup> VENTURA, 2019a.

*Leonardo: O Raiar da Liberdade*, pra mim, assim, eu considero como um evento importante porque ele comemora claro, a abolição da escravidão e você tem assim vários posicionamentos de pessoas em relação a essa data. Mas pra mim, acima de tudo, se é pra comemorar, se a data de treze de maio, se ela é pra ser comemorada ou não, acima de tudo o que eu acho importante é que existe um dia em que se celebra a abolição da escravidão e também, e se isso é feito qual dia do ano, pra mim isso é indiferente. Primeiro, que isso ajuda a manter viva a cultura do Caxambu, que é uma cultura herdada dos nossos ancestrais; segundo que você mantém vivo também essa tradição da celebração dessa data, valorizando. Pra mim, isso é uma porta pra liberdade do negro, e que isso começa a mostrar pras pessoas, num segundo momento, as pessoas vão ter um outro entendimento ou ter uma outra interpretação de que treze de maio, talvez, não fosse uma data pra ser comemorada, porque a princesa Isabel simplesmente libertou os escravos, mas não... Tipo assim, não emancipou, não deu terra pra esses escravos, não deu a eles aquilo que era pra ser dado, ou seja, mais ou menos assim, a lei que acabou com a escravidão no Brasil extinguiu, diz mais ou menos assim: a partir dessa data está extinta a escravidão no Brasil, ponto. Mas aí a lei não diz pra onde esses escravos irão, se eles receberão terras, da forma de vivência deles entre família, a lei não fala sobre isso. Mas esse é um ponto de vista que deveria ter algo a mais, deveria ser dado terra pra esses negros, ainda que fosse uma terra pequena, porque o número de escravos era elevado. Por exemplo, na fazenda Monte Alegre você tinha quarenta e três cativos. Aí se você dá glebas de terra pra quarenta e três famílias, talvez seriam grandes, é um número grande de terra, mas ainda que fosse uma chácara, mais pra ele viver nessa terra, isso seria, do meu ponto de vista, isso seria legal. Mas você também tem o outro lado, que é o lado do negro que estava ali, digamos assim, gemendo por esse momento da libertação e pra aquele negro, no meu entendimento, tudo bem, se alguém propõe pra ele dizer: “olha, pode acabar hoje o seu sistema que você vive na escravidão, mas a gente tá fazendo um levantamento daqueles que preferem se tornar livre a partir de hoje mesmo sem terra ou daqueles que preferem esperar até que se defina por lei a quantidade de terra que vocês vão se tornar livres e junto com isso vai ter uma quantidade de terra pra vocês”. Eu acredito que por conta dos açoites, das humilhações e de tudo aquilo que o negro passava, eu acredito que a maioria deles, se eu tivesse lá, como negro, eu dizia: “não, acaba com isso hoje, e depois a gente vê essa questão da terra”. Então eu acredito que treze de maio é uma data pra ser comemorada sim, mas olhando sempre do ponto de vista do negro. A questão da terra pro escravo, isso aí é uma questão que se vê depois, o momento em que você, é um segundo momento em relação à abolição. Em relação também a questão de se isso é pra ser comemorado dia treze de maio ou não, não se está comemorando o ato da princesa Isabel, do ponto de vista dela, ninguém está exaltando e pra mim é menor a discussão do que ela fez. Pra mim, maior do ponto de vista quando essa notícia chega pro negro, quando o senhor da fazenda, parece que eu vejo isso, ele reunir todos os negros, mesmo em meio ao horário de trabalho e dizer – isso, a gente, assim, fontes dos nossos ancestrais que foram contemporâneos desses negros – e dizerem: “olha, a partir de hoje vocês não serão mais meus escravos, a partir de hoje, vocês vão pra onde vocês quiserem”. E um dos senhores ainda chega a dizer pra eles: “mas façam o seguinte, terminem o serviço hoje e amanhã vocês se tornam livres”. A história da comunidade diz que esses negros jogavam enxada pra cima, jogavam foice no mato, eles não esperaram terminar o dia do trabalho. Isso mostra que eles estavam satisfeitos com aquilo, eles nem perguntaram pra onde nós vamos, a terra que vamos ganhar, porque aquele sofrimento deles tem um fim, questão da terra num segundo momento. E aí quando a gente vai pra faculdade, nesse momento quando se cria o “Raiar da Liberdade”, quando se começa a comemorar, a preocupação é dessa questão. Quando a gente vai pra faculdade em dois mil e seis, um grupo de pessoas da comunidade, você começa a ter esse entendimento, esse entendimento



crítico de que os negros foram libertos, mas não tiveram compensação nenhuma e a gente começa a fazer uma reflexão em relação a isso. Os movimentos negros começam se aproximar da gente, o movimento negro faz um trabalho fenomenal em relação à questão do negro, dizem: “olha, a data pra ser comemorada é vinte de novembro”. Também concordo que é uma data pra ser comemorada, na verdade eu acho que existem tantas outras pra quem é de uma comunidade quilombola, ele tem outras datas a comemorar. Por exemplo, nós não temos mais os documentos das terras que os nossos avós adquiriram, mas, às vezes eu fico pensando, eu tenho um pedacinho de terra de três mil metros quadrados, eu sei a dificuldade que foi comprar três mil metros quadrados e ao mesmo tempo eu penso, como que o meu bisavô que acabou de sair de um momento de escravidão, menos de vinte anos depois, ele tá com o título de terra na mão, ele tá com uma escritura de uma terra de cinco alqueires, que hoje estaria avaliada aí perto de quinhentos mil reais, como é que ele tava com isso na mão? Então talvez também fosse digno da gente fazer um levantamento de que dia que ele adquiriu essa terra e isso se tornar um dia também a ser comemorado. Então eu acho que existem outras datas a serem comemoradas, mas essas, eu acho que elas são dignas disso sim.<sup>54</sup>

O trecho acima do relato de Leonardo Marcelino é fruto de uma longa trajetória de investigação e reflexão sobre o passado de sua família, que se confunde com a própria comunidade. Sua riqueza e densidade são tantas que é difícil dar conta de esgotá-lo neste trabalho, mas vamos abordar alguns dos principais pontos nele levantados. Primeiramente, destaco o reconhecimento da problemática relacionada às comemorações do 13 de Maio. A crítica do movimento negro à ideia de dádiva da abolição realizada pela Princesa Isabel e a denúncia da falta de políticas públicas para integração dos ex-escravos à sociedade livre são acolhidas por Leonardo Marcelino. Contudo, se o seu contato com o movimento social e com as produções acadêmicas sobre o tema embasam esse posicionamento, a memória genealógica da escravidão lhe impede de rejeitar a comemoração tradicionalmente realizada no 13 de Maio. Segundo os testemunhos dos “antigos” da comunidade, seus ancestrais comemoraram entusiasticamente a abolição em 1888 durante dias porque acreditavam ter motivos para isso. A lei não lhes ofereceu nenhum auxílio, mas decretou a ilegalidade das práticas bárbaras cometidas contra aquelas pessoas que (sobre)viviam sob o jugo da escravidão.

Em Cachoeiro de Itapemirim-ES, o último levantamento sobre a população escrava apontava cerca de 7.000 pessoas naquela situação em 1887 e, de acordo com o que vimos no primeiro capítulo, muitas delas deveriam estar na mesma condição na data da abolição já que não foram identificadas fugas ou alforrias em massa. A afirmação é sustentada pelo *O Cachoeirano* que afirma, em março de 1888, que “entre nós,

---

<sup>54</sup> VENTURA, 2019b.

falamos do município principalmente e da província, a grande massa produtora conserva-se na escravidão”.<sup>55</sup> Mesmo após o anúncio do gabinete Conservador sobre a realização da reforma do elemento servil, aliás, mesmo após a publicação da versão preliminar da lei que extinguiria a escravidão, os periódicos de Cachoeiro de Itapemirim defenderam a realização de medidas complementares para a limitação da liberdade dos *novos cidadãos* por parte do governo e elogiaram iniciativas locais com semelhante objetivo. A ausência de tais medidas por parte do Governo colaborou para as críticas à lei, ou melhor, à sua forma *precipitada*, e para a frieza das comemorações nos seus aniversários. Enquanto isso, as celebrações dos libertos e de seus descendentes continuaram, como indica a comunidade de Monte Alegre. Se o evento “Raia da liberdade” é algo relativamente recente, organizado no contexto da autoidentificação como quilombola e na esteira das políticas públicas voltadas para esse segmento da população, “esquecida” durante mais de um século, a celebração da liberdade dos ancestrais confunde-se com a abolição, como atestado pelos jongos. A afirmação dos editores *d’O Cachoeirano* sobre a lei áurea não ter beneficiado os libertos e seus filhos,<sup>56</sup> como visto no capítulo 2, é contrastada com o testemunho de seus descendentes, que reconhecem os desafios do passado e do presente, mas seguem celebrando o acontecimento.

Outro ponto relevante na entrevista de Leonardo Marcelino está diretamente relacionado à valorização de sua ancestralidade. O caxambu é percebido como marco identitário fundamental na constituição da comunidade, como ressaltado por Guimarães e Oliveira,<sup>57</sup> e está fortemente associado à abolição. É no 13 de Maio, independentemente do dia da semana, que a mestra de caxambu acende a fogueira para comemorar o fim da escravidão, para lembrar e honrar os antigos escravos junto da comunidade e dos visitantes que lá aparecem especialmente para a ocasião.<sup>58</sup> Nos jongos cantados, a Princesa é presença garantida, mas não é ela a principal homenageada.

O foco dos jongos e das celebrações do 13 de Maio na comunidade é a expectativa pelo fim do sofrimento dos negros que gemiam sob a escravidão, é a comemoração da vida e do começo da liberdade, pela qual continuariam lutando posteriormente. O

---

<sup>55</sup> O CACHOEIRANO, n. 9, de 4 de março de 1888, p. 1.

<sup>56</sup> O CACHOEIRANO, n. 29, 15 de julho de 1888, p. 2.

<sup>57</sup> GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2014, p. 2.

<sup>58</sup> ADÃO, 2019a.

evento é ressaltado e celebrado, pois ele é percebido como significativo na vida de quem estava sob o domínio de outra pessoa, como era o caso de Raquel Veridiano e seus filhos. Entre os últimos libertos pela legislação também estava Adão, o escravo que desafiava as regras senhoriais “cavando” brechas de liberdade por meio de sua oração e dos jongos. Para seus herdeiros, como Leonardo Marcelino e dona Maria Laurinda, ambos defensores e propagadores do caxambu,<sup>59</sup> ele é o ícone de resistência, de luta por liberdade, que, para outras pessoas, especialmente aquelas que não possuem memória genealógica da escravidão e da resistência a ela, é Zumbi. A comparação com o rei de Palmares, evidentemente, possui limites. Adão não representa a oposição aberta ao regime escravista, como é o caso de Zumbi na imaginação popular. O famoso ancestral da Comunidade de Monte Alegre representa muitos, possivelmente a maioria, dos escravos que resistiram à escravidão, mas em vez de guerra aberta ao sistema, forjaram espaços de liberdade na escravidão, procuraram melhorar suas condições de vida, estabelecer vínculos familiares e de companheirismo, de reproduzir sua cultura e religião, de expressar seus valores, enfim, de viver. O orgulho de seus descendentes testemunha seu êxito. Não há, portanto, uma oposição entre as personagens, como não há em relação às datas a serem comemoradas. A crítica do movimento negro à falta de medidas para a inclusão dos ex-escravos e de políticas públicas voltadas para a população negra, de uma forma ampla, o que foi chamado de “farsa da abolição”, ocupa lugar importante na história brasileira, bem como a iniciativa de pensar personagens alternativos à memória oficial que fossem congruentes com a resistência à escravidão. Fica evidente, pela fala da liderança quilombola envolvida no processo de autoidentificação da comunidade, a ciência e o acolhimento dessa visão, porém sua memória genealógica da escravidão lhe oferece outra perspectiva. Leonardo Marcelino não rejeita Zumbi como símbolo de luta, mas acrescenta outros nomes e, se possível, datas a serem comemorados.

Por fim, gostaria de chamar atenção para um questionamento repleto de admiração realizado por Leonardo Marcelino a respeito da aquisição de terras por seu bisavô

---

<sup>59</sup> Como dito anteriormente, a mestra do caxambu na comunidade de Monte Alegre é dona Maria Laurinda Adão, guardiã dos tambores do tempo do cativo e figura conhecida regionalmente por seu envolvimento tradicional com essa manifestação afro-brasileira. Leonardo Marcelino atua mais recentemente na defesa do caxambu por meio da criação e administração de um grupo mirim, que realiza apresentações para visitantes; bem como na desconstrução de estereótipos sobre a prática dentro e fora da comunidade.

algumas décadas após o fim da escravidão. Ao celebrar sua vitória, ele parece se inspirar em sua força para enfrentar os desafios de seu próprio tempo, no qual a antiga vergonha sobre o passado escravo se transforma em base para a exaltação de sua identidade e a reivindicação de direitos. O último tópico deste trabalho vai se dedicar a investigar esse processo por meio do acompanhamento da trajetória de vida de dois membros da Comunidade Quilombola de Monte Alegre.

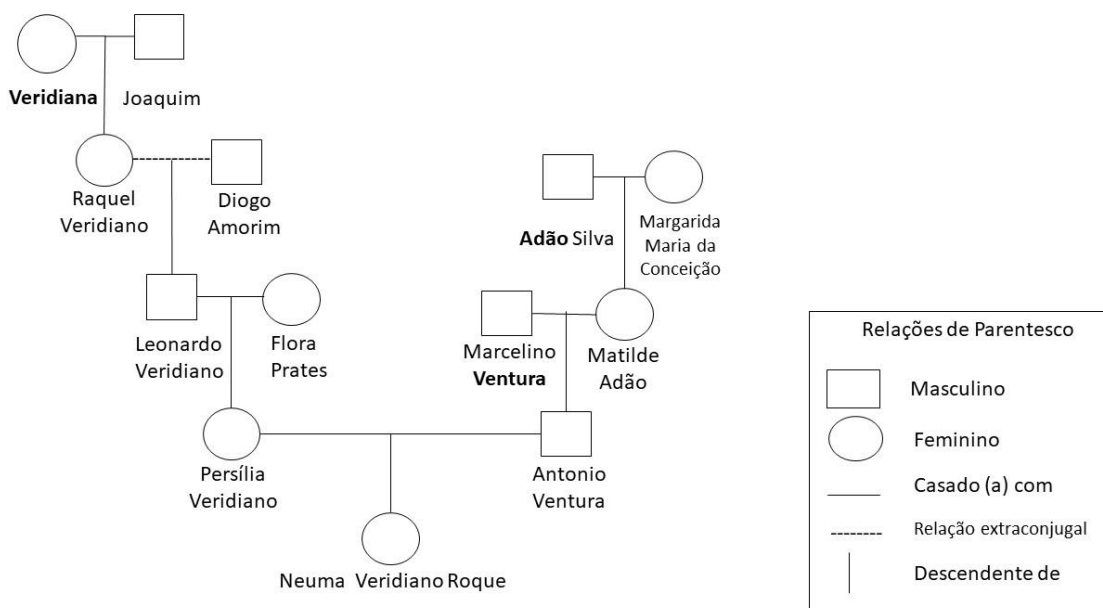
#### 4.4 TEMPO DOS QUILOMBOLAS

A história de vida dos entrevistados da comunidade quilombola de Monte Alegre é reveladora de rupturas e continuidades da escravidão. Desse modo, após falar da comunidade de uma forma geral e de sua abordagem sobre a escravidão e a abolição, este tópico se concentrará na história de vida de dois descendentes de escravos da região: dona Neuma Verediano Roque e o senhor Alecio Verediano Ventura. Se a comunidade é prova da permanência de, ao menos parte, dos ex-escravos após a abolição, a trajetória da vida destaca motivações para aquela escolha e estratégias de inserção na sociedade e de ascensão social. Mais do que isso, acompanhar essas trajetórias permite visualizar a transformação de descendentes de escravos em quilombolas.

##### 4.4.1 DONA NEUMA VEREDIANO ROQUE

Dona Neuma Verediano Roque (Figura 20) é uma das pessoas entrevistadas na Comunidade Quilombola de Monte Alegre ao longo do ano de 2019. Ela nasceu em 11 de setembro de 1943, ali mesmo em Monte Alegre, onde cresceu, casou-se, deu à luz a oito filhos, enviuvou e vive até hoje ajudando a cuidar dos netos e da comunidade. Dona Neuma é um dos dez filhos do casal Percília Veridiano e Antônio Ventura, sendo, portanto, descendente dos três principais troncos formadores da comunidade, como sintetizado na figura 22:

Figura 22 - Família de Dona Neuma Verediano Roque



Fonte: ROQUE, 2019a.

Dona Neuma faz parte dos descendentes de Adão que não seguiram sua religião, tendo crescido no catolicismo e se convertido a uma religião evangélica há algumas décadas. Ainda assim, ela ajuda a confirmar a importância do caxambu como manifestação da cultura local. Diferentemente de outros membros que abandonaram a prática por conta da idade avançada ou da conversão a alguma das religiões evangélicas que possuíam restrições quanto à participação de seus membros, dona Neuma informa que nunca gostou muito de caxambu, que o som dos tambores nunca a agradou. Além disso, embora seu avô materno fosse adepto, seu pai não acompanhava caxambu, nem gostava de festas noturnas ou de dança, o que impedia sua participação.

Afastada do caxambu e, aparentemente, sem interesse por ele na atualidade, inicialmente, ela disse não conhecer nenhum jongo. Contudo, quando narrou a abolição da escravidão de acordo com o que ouvira de seus pais, lembrou-se de uma música cantada pelos escravos nas fazendas onde os senhores seriam mais “rudes”. Trata-se do jongo mais conhecido na comunidade, sobre o qual já dissertamos: “Princesa foi-se embora/ escreveu no papelão / quem quiser comer, trabalhe com suas mãos.” Dona Neuma precisou se esforçar um pouco para se lembrar dessa música e não conseguiu recordar a sequência exata de palavras, especialmente da primeira parte. Ela sabia que se tratava da música da “princesa Isabel” que teria escrito no

“papelão”, mas a parte que realmente ficou marcada, aquela recitada várias vezes foi a seguinte: “quem quiser comer, trabalhe com suas mãos”. O destaque dessa parte não foi por acaso. Ela revela o mecanismo de construção da memória, da significação da lembrança a partir das experiências e valores pessoais. Além de reforçar a importância do caxambu, a recordação desse jongo específico ressalta a abolição da escravidão como um dos acontecimentos preponderantes na história da comunidade. Ao falar sobre o jongo, ela se recordou das condições de trabalho no cativeiro e revelou que havia senhores que eram muito “rudes”, muito rigorosos, que colocavam encarregados para vigiar de perto os escravos para que eles não parassem para nada. Ela emendou essa história afirmando que “o fazendeiro” e o “tal de José Cruz”, que era responsável por cuidar da turma de trabalhadores, eram muito rígidos. Vale a pena acompanhar esse trecho de sua fala:

*Neuma: ‘Quem quiser comer, trabalhe com suas mãos!’ Que eles eram muito escravizados, a pessoa ficava atrás olhando...a pessoa não podia parar um pouquinho nem pra... não podia parar um pouquinho nem pra coçar. Se parasse um pouquinho, vamos supor, uma formiga mordida né? Aí: ‘como é que é fulano? Tá parado ó?’ Aí mostrava o [incompreensível]. Diz que ele era muito rígido, o fazendeiro, e esse tal de José Cruz, que tomava conta da turma, todo mundo reclamava. Aí quando ele saía, eles gostavam que deixasse o meu pai, que meu pai era mais velho, eles respeitavam muito meu pai, que meu pai também era rígido, mas não era assim igual ele, de falar ‘tomara que ele saia!’ Aí se ele precisasse ir pra outro lugar, pra ver fazenda né, aí que eles faziam...aí botava meu pai, aí o pessoal falava: ‘graças a Deus, botou seu Antônio’. Aí os meninos tinham mais liberdade pra ficar. É muito ruim, né? Trabalhar com a pessoa sendo escravizada.<sup>60</sup>*

O pai de dona Neuma nasceu em 1903. Portanto, não poderia ter sido escravo já que, legalmente, a escravidão havia sido abolida em 1888, ou seja, 15 anos antes de seu nascimento. Ainda que tenha nascido livre, de fato, o senhor Antônio é da primeira geração a nascer após a abolição, é perceptível pela fala de sua filha algumas continuidades do tempo do cativeiro, como o trabalho em turmas sob vigilância. Interessa notar que a organização coletiva do trabalho, no regime de turmas no pós-abolição, que apareceu de forma consistente nos entrevistados da Comunidade de Monte Alegre, foi observado em outros lugares do Brasil e da América, sendo alvo de resistência entre os libertos justamente por ser identificado com o trabalho escravo e restringir sua autonomia.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> ROQUE, 2019b.

<sup>61</sup> Cf. FONER, 1988; MATTOS, 1998; MACHADO, 2010; RIOS; MATTOS, 2005; SOUZA, 2007.

A narrativa de dona Neuma, ao misturar acontecimentos de épocas diferentes, evidencia o trabalho de construção coletiva e social da memória, como alertado por Michael Pollak.<sup>62</sup> Nesse exemplo específico e em outros, é difícil para a pesquisadora, assim como para a própria narradora, distinguir os acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles, segundo expressão de Pollak, “vividos por tabela”, ou seja, vividos pelo grupo ao qual dona Neuma se sente pertencer. Por ter trabalhado junto aos pais em regimes de turmas, ela pode ter narrado um acontecimento do qual participou efetivamente, assim como pode ter narrado um acontecimento que ouviu dos mais velhos. Ou, o que acredito ser o mais provável, ela misturou as duas situações.

Esse fenômeno da memória é perceptível em outros momentos da narrativa, quando, por exemplo, ela informa que após a abolição, muitas pessoas que haviam sido escravas se dirigiram para a região onde a comunidade se formaria e passaram a construir suas casas em mobilizações coletivas conhecidas como mutirões, e com a utilização de materiais disponíveis na própria região, como barro, madeira e sapê. Ela detalha o processo de construção, destacando uma das principais diferenças, em sua opinião, em relação à escravidão: as pessoas dormiriam em liberdade. A partir da abolição, elas buscariam construir suas próprias casas, símbolo de suas liberdades – foi esse movimento, que conduzia à autonomia, que o fazendeiro Francisco de Salles Amorim condenou n’*O Cachoeirano* poucos anos após a abolição, como visto no capítulo 2. Graças ao esquema de mutirão e do uso de materiais disponíveis na natureza, a construção demoraria poucos dias, permitindo que grande número de casas fosse construído rapidamente.<sup>63</sup> Dona Neuma reforça sua narrativa, usando exemplos pessoais e personagens familiares: ela também morou em casa de barro; um tio contribuía para a construção das casas com caprichado trabalho com a madeira; seu pai morou em casa de tábuas a maior parte de sua vida. Os tempos e acontecimentos novamente se misturam nesse ponto da narrativa, insinuando a fusão das memórias vividas pessoalmente com as memórias “quase herdadas” do tempo do cativo.

Retornemos à genealogia de D. Neuma para falar dos ancestrais de sua mãe. Como visto, por parte do pai, Antônio Ventura, ela descende de dois importantes troncos da

---

<sup>62</sup> POLLAK, 1992.

<sup>63</sup> ROQUE, 2019a.

comunidade. Entretanto, seu nome é Neuma Verediano Roque. Ou seja, ela usa o sobrenome materno e o sobrenome do marido. É interessante notar isso já que há uma tradição patriarcal de preferência por manter o sobrenome do pai em caso de modificação pelo casamento. Durante as entrevistas, ela se refere ao pai sempre de maneira positiva, orgulhosa, saudosa. Aliás, ele é mencionado de maneira até mais frequente que a mãe – igualmente recordada em tom amoroso. Aparentemente, não há uma motivação para a preservação do nome materno em detrimento do paterno, podendo ser uma intervenção dos tabeliães.

Segundo D. Neuma, sua mãe, Percília Veridiano nasceu em 1913. Ela era filha de uma mulher indígena do povo Puri – ou de uma descendente – que se chamava Flora Prates. Seu pai era Leonardo Veridiano Silva, mais conhecido na comunidade como Leonardo Veridiano.

A ascendência de Flora é menos conhecida que a de Leonardo, mas sabe-se que ela trabalhou em uma das fazendas da região desde criança. Às vezes, ela aparece na narrativa como “filha de criação” do fazendeiro, mas dona Neuma faz questão de destacar que ela trabalhou “muito” na fazenda, onde ela fazia “de tudo” e não recebia salário – marcadores importantes na definição de escravidão estabelecida por ela e outros membros da comunidade quilombola. No momento de seu casamento com Leonardo, Flora teria recebido um pedacinho das muitas terras do fazendeiro uma vez que “ele não tinha dinheiro para dar a ela”. Como visto no capítulo anterior, há outra versão para a aquisição da terra, mas a narrativa de dona Neuma foca na exploração do trabalho da ancestral, que não está ausente na anterior, e silencia sobre a existência de um suposto filho com o patrão. De uma forma ou de outra, os dois alqueires de terra, cobertos por mata virgem, foram somados aos três alqueires comprados pelo casal Flora e Leonardo. Este, vale lembrar, seria o “filho ignorado” da escrava Raquel com o senhor, nascido na última década da escravidão. Após a abolição, sua mãe permaneceu na região onde ela e sua família foram escravizados. Seus pais, Joaquim e Veridiana, eram africanos, mas ela deve ter nascido ali mesmo na fazenda ou para ali se mudado ainda na infância já que é registrada no inventário de Joaquina Margarida da Silva Lima, que a deixa como herança para sua filha Leocádia, com três anos de idade, em 1864. A família de Raquel, como informamos anteriormente, não se restringia aos pais, envolvendo pelo menos três irmãos, cujas idades variavam entre 8 meses e 20 anos na ocasião da abertura do inventário.



Portanto, estamos diante de uma família estabelecida há pelo menos duas décadas e que vivia em uma fazenda onde 70% dos 65 escravos estavam envolvidos em laços de parentesco no auge da expansão cafeeira no sul do Espírito Santo. Em 1888, Veridiana estava liberta pelo Fundo de Emancipação – aliás, por um valor acima da média para a idade dela –<sup>64</sup> há mais de sete anos. Todavia, de acordo com a memória da comunidade quilombola, ela não abandonou a região onde criou sua família e onde sabemos que, pelo menos, parte dela permanecia na escravidão. Portanto, é mais do que plausível imaginar que esses laços, de parentesco e de amizade, construídos no tempo do cativeiro influenciaram a decisão por permanecer na região após a abolição, como já fora sugerido por Ana Rios e Hebe Mattos.<sup>65</sup> Já sabemos que não houve migração em massa da população negra no Espírito Santo após o 13 de Maio, com base nas análises demográficas. A história dos descendentes de Veridiana e Raquel colocam nomes naqueles números e ajudam a entender a motivação da permanência, bem como as estratégias adotadas para a (re)construção da vida na “Pátria Livre”.

O depoimento de dona Neuma indica que, além da importância fundamental da família e da rede de amizades construídas por décadas no cativeiro, o conhecimento da região e até mesmo as relações com os fazendeiros pode ter contribuído para a decisão de permanência. Em um mundo que está se reestruturando após a “avalanche” do 13 de Maio, no qual parte da sociedade livre discutia medidas regulatórias sobre os “novos cidadãos”, e o temor de uma revanche<sup>66</sup> persistiu juntamente com o temor da reescravização, as relações com os antigos senhores, ainda que permeadas pela violência, poderiam ser consideradas úteis. Afinal, como João José Reis e Eduardo Silva<sup>67</sup> já demonstraram e as entrevistas com os quilombolas reforçam, a negociação e o conflito já constituíam a base dos relacionamentos entre senhores e escravos muito antes da abolição. A limitada lei de

---

<sup>64</sup> O trabalho de Rafaela Lago demonstra que o valor gasto para libertar escravos no município de Cachoeiro de Itapemirim por meio do Fundo de Emancipação, estabelecido pela Lei Rio Branco/Lei do Ventre Livre, estavam muito acima da média provincial e até mesmo de outras regiões do Centro-Sul do país. Cf. LAGO, 2018, capítulo 1.

<sup>65</sup> RIOS; MATTOS, 2005, p. 220.

<sup>66</sup> Vale lembrar aqui a declaração d' *O Cachoeirano* sobre a necessidade de proporcionar aos filhos dos libertos uma educação que apagasse o passado escravo de seus pais. O revanchismo e o medo da reescravização estão presentes na denúncia realizada contra o antigo abolicionista João Paulo Ferreira Rios, acusado de tentar armar uma sedição, com a participação de libertos pela lei de 13 de maio, contra as autoridades, em dezembro de 1891, pois estas “estavam tratando de reduzi-los novamente a cativeiro”. O CACHOEIRANO, n. 1, 10 de janeiro de 1892; O CACHOEIRANO, n. 9, 6 de março de 1892.

<sup>67</sup> REIS & SILVA, 1989.

1888, ao restringir o poder dos senhores, não alteraria essa situação senão para aumentar a capacidade de barganha dos libertos, como indicado pela memória dos seus descendentes.

Voltando às terras da família de dona Neuma, ela explica como foi o processo de aquisição por seus avós. Os três alqueires comprados por seu avô foram negociados com o fazendeiro. A terra adquirida era coberta de mata virgem, que fora derrubada e a madeira comercializada com o mesmo fazendeiro que a teria vendido a prazo.

Os esforços dos avós, que combinaram o trabalho em sua roça própria e nas fazendas vizinhas, garantiram a propriedade da terra onde dona Neuma nasceu, cresceu, criou seus filhos e ajuda criar os netos. Em suas palavras, trata-se de uma herança para usufruto: seu avô usou, seus pais usaram, o marido e ela usaram, os filhos devem usar depois dela e dar continuidade à transmissão dentro da família. É uma herança que ela não quer que se venda.

*Neuma: Recomendo meus filhos a não venderem, falei com eles: 'ó não quero que vende tá. Tô passando pra vocês igual meu pai fez comigo; é pra vocês usufruir. [...] Vocês tem filhos, amanhã vocês tem neto, tem bisneto'. Aí eles falam: 'mas se morrer, se a comida acabar?' Aí eu falo: 'não tem problema, vocês não precisam, mas deixa aí, enquanto existir mundo pra nós viver deixa a terra aí não quero que vende também.'*<sup>68</sup>

Dona Neuma demonstra muita vitalidade e, de fato, reconhece sua “resistência”, já que cuida dos afazeres domésticos, incluindo o amplo quintal onde possui alguns cultivos, banha-se no rio próximo de sua casa, pesca, cuida de um neto que necessita de tratamento especializado na cidade. Sua disposição ficou evidente na nossa primeira entrevista, realizada em seu quintal, quando fomos interrompidas algumas vezes porque ela, literalmente, precisou correr atrás do neto que andava de bicicleta. Contudo, ela afirma já estar cansada e, portanto, reflete sobre a transmissão da herança. Nesse processo, ela demonstra um pensamento geracional que parte do presente, projeta-se para o futuro através dos virtuais bisnetos de seus filhos e retorna ao passado, até seu avô Leonardo, para reforçar a origem da herança, justificar a viabilidade da transmissão e estabelecer uma conexão entre as diversas gerações. Neste processo, ela reflete sobre a própria ideia de geração e demonstra que a terra é mais do que um recurso material – que já não é a base da fonte de renda da família

---

<sup>68</sup> ROQUE, 2019b.

–, constituindo-se um lugar da memória no sentido atribuído por Michael Pollak,<sup>69</sup> isto é, um espaço que está intimamente ligado às lembranças:

*Neuma:* Ah, a terra é uma coisa que...vamos supor, hoje tem meu bisneto, que eu já tenho bisneto, eles estão pequenininhos, mas amanhã faz igual eu faço, ah: 'diz que minha avó...' Mesmo que eles não vão conhecer agora, que eles não vão ter a lembrança, tem um que tá com um aninho. 'Isso aqui foi minha avó', pode falar, 'foi minha bisavó que deixou. Era da minha bisavó essa terra, ela dizia que era dos bisavós dela'. Não é tão importante? Uma geração.

Uma das bisavós a qual ela se refere é Raquel Veridiano, mãe do avô Leonardo, com quem ela conviveu na infância e adolescência. Dona Neuma não foi contemporânea de Raquel, mas sente que a conheceu por meio das histórias contadas pelo avô Leonardo e pela mãe, dona Percília. A presença dessa personagem é tão marcante na memória de dona Neuma, que Raquel é colocada ao lado da avó Flora, com quem ela realmente conviveu. A bisavó Raquel, chamada na maior parte do tempo de avó, foi escrava na fazenda de Diogo Pires de Amorim, apontado como pai de Leonardo. Essa informação foi confidenciada pela avó Flora, que exigira sigilo. Segundo dona Neuma, no passado, não se poderia falar publicamente a respeito desse assunto. Todos saberiam, mas “Deus me livre! Não podia contar”.<sup>70</sup> Afirma ela que os “os fazendeiros eram portugueses” e “você sabe como é português, né?” Hoje, se pode falar abertamente, já que esconder “é até crime”, mas essa revelação demarca uma mudança dos últimos anos envolvida no processo de reconhecer-se quilombola.

Dona Neuma usa a expressão “filho ignorado” para se referir ao seu avô Leonardo e seus tios que também seriam filhos do fazendeiro “português”. Segundo ela, a diferença em relação aos filhos oficiais seria enorme, já que enquanto estes puderam estudar, o acesso à educação formal foi negado a seu avô, que morreu sem saber assinar o nome. Além disso, o “filho ignorado” teve que trabalhar “igual escravo” na fazenda até casar e comprar a terra, onde ela mora atualmente. Em todas as conversas, dona Neuma ressalta o valor da educação e lamenta o fato de os avós não terem tido a oportunidade de frequentar a escola, uma vez que a falta de instrução teria impactado a família de diversas formas. Entre elas está a perda de terras para pessoas de má-fé que se aproveitaram da condição de analfabetismo de sua avó Flora e da falta de informações sobre acesso a direitos básicos, conforme discutido no capítulo anterior.

---

<sup>69</sup> POLLAK, 1992, p. 202.

<sup>70</sup> ROQUE, 2019a.

É interessante observar que a avó Flora não possui nenhum ancestral apontado como escravo. As informações sobre ela são limitadas, prevalecendo como destaque sua ascendência indígena. No entanto, dona Neuma relaciona a vida dessa avó a de Raquel, chegando a confundi-las.

Dona Neuma afirma que Raquel nasceu escrava “por causa da Veridiana”. Embora essa figura seja menos conhecida – algo que, aliás, pode mudar no futuro próximo devido à busca pelas origens travada pela comunidade na atualidade – sua presença se impõe por meio de seu prenome transformado em sobrenome, prática outrora comum entre ex-escravos no Brasil e que aparece em pelo menos dois casos na comunidade de Monte Alegre, como temos visto. A nomeação, conforme defendido por Rodrigo Weimer, aparece no pós-abolição como um espaço de disputa fundamental para a “definição das características desejáveis na vida em liberdade, ou mesmo para o estabelecimento de um distanciamento ou aproximação simbólica do cativo”.<sup>71</sup> Não havendo soluções únicas para a questão, como ressaltado pelo autor, é válido destacar que alguns dos principais troncos formadores da comunidade de Monte Alegre não adotaram sobrenomes senhoriais, algo muito comum entre os ex-escravos nas primeiras décadas após a abolição.<sup>72</sup> A conversão de Veridiana e Adão em sobrenomes demarca a importância da família como referencial para a vida dos libertos que fundaram a comunidade e para seus descendentes, semelhante ao que Ana Lugão Rios havia percebido em seu estudo sobre Paraíba do Sul.<sup>73</sup>

Diante da constatação de que o nome da tataravó virou sobrenome da família, dona Neuma explicou que é comum homenagear ancestrais através da nomeação. Usou como exemplos seu sobrinho Leonardo Marcelino, que herdou os nomes do avô paterno e do materno; e uma de suas filhas, a Raquel. Mesmo não tendo conhecido pessoalmente a avó Raquel, ela afirma que colocou o nome na filha para ter uma “lembrança”, já que a mãe falava muito sobre ela.

Interessa notar a frequência do nome de Raquel na narrativa de dona Neuma. Sua bisavó nasceu na década de 1860, durante o período de expansão da economia

---

<sup>71</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. 2007. 336f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007, p. 35.

<sup>72</sup> Cf. WEIMER, 2007, capítulo 4.

<sup>73</sup> RIOS, Ana. *Família e transição* (famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920). Dissertação, 1990. Apud WEIMER, 2007, p. 207.

cafeicultora na região e, portanto, de fortalecimento do regime escravista. O avô Leonardo, filho de Raquel, nasceu na década de 1880, período no qual a escravidão era reduzida em muitos lugares do Brasil, mas se encontrava estável no município de Cachoeiro de Itapemirim, que passara a concentrar metade da população escrava do Espírito Santo nos últimos anos do regime. Para se ter uma noção da força da instituição escravista na principal região cafeicultora capixaba daquele período, é válido recordar a discussão realizada nos capítulos anteriores, na qual pontuamos a ausência de sociedades abolicionistas atuantes naquele município, em contraste com a presença em outras localidades capixabas e do sudeste de forma geral. O abolicionismo local, a exemplo do provincial, defendia a legalidade, pautando-se em ações para a compra e incentivo de alforrias, no acolhimento e na defesa de escravos em conflitos judiciais com os senhores, na sensibilização popular por meio da divulgação das “cenas da escravidão”, e na denúncia de escravização ilegal promovida pelos fazendeiros supostamente acobertados por autoridades. A leitura dos periódicos nos derradeiros anos da escravidão não indica fugas nem alforrias em massa em todo o município, mas uma campanha por parte de um dos órgãos de imprensa local para divulgar os benefícios da generosidade de proprietários que libertavam seus escravos. Às vésperas da abolição, apenas um distrito havia declarado a alforria de sua população, mas ainda assim de forma limitada e com medidas restritivas da liberdade. O abolicionista mais atuante n’*O Cachoeirano*, vale lembrar, era João Paulo Ferreira Rios, que aparece no mesmo periódico como senhor de um escravo até o ano anterior à abolição. Para resumir, os senhores de Cachoeiro de Itapemirim se esforçaram até a promulgação da Lei Áurea para manter a população escrava sob seu domínio e, de acordo com os periódicos, após o *raiar da liberdade*, ainda investiram em tentativas de controle sobre os trabalhadores.

O avô materno de dona Neuma, Leonardo, nasceu durante a vigência da escravidão, porém na condição de “ingênuo”, já que vigorava a Lei nº 2.040, de 1871, que declarou livre o ventre das mulheres escravas, impedindo a continuidade da escravidão por meio da reprodução endógena, que no caso do Espírito Santo, parecia ser fundamental para a manutenção da escravidão.<sup>74</sup> Poucos anos após seu nascimento, ocorreu a abolição definitiva da escravidão no Brasil, liberando-o da prestação de serviços até os 21 anos de idade aos senhores de sua mãe, conforme

---

<sup>74</sup> CAMPOS; MERLO, 2011; RIBEIRO, 2012.

previsto pela legislação mencionada. Segundo dona Neuma, que não está familiarizada com tais fatos históricos, isso não o poupou de trabalhar “como escravo”, ou “tipo escravo”, até adquirir sua própria terra.

Quando criança, dona Neuma conseguiu frequentar a escola, ainda que tivesse que dividir o tempo com as tarefas domésticas que incluíam as atividades produtivas da família. Com pesar, ela informa que não pôde concluir os estudos – situação bastante comum entre as pessoas de sua geração na comunidade –, porém contribuiu quando adulta para manter a escola próxima a sua casa em funcionamento, ao ser voluntária na preparação da merenda ou na supervisão dos estudantes na ausência da professora – o que costumava acontecer em épocas chuvosas que dificultavam a mobilidade em Monte Alegre. Já idosa, ela retomou os estudos quando foi oferecido ensino noturno para o público adulto em sua comunidade. Ela fala com muito orgulho e gratidão sobre esses três momentos, que lhe permitiram avançar na leitura de textos e na matemática, confessando que gostaria de continuar os estudos, caso houvesse nova oportunidade na escola local.

O breve histórico escolar de dona Neuma é interessante para contextualizar sua narrativa sobre a escravidão e a abolição. Trata-se de uma mulher com ensino formal limitado, que afirma ler bem as coisas simples, mas possui dificuldade para as “palavras grandes”. Ela é alfabetizada, muito curiosa e interessada em aprender tudo que pareça ser útil para ela ou para as pessoas a sua volta. Em nossas conversas, ela destacou as palestras que frequenta e como procura incentivar a participação dos outros moradores da comunidade para se informar sobre sindicato, aposentadoria, câncer de mama, alimentação saudável, artesanato... Ela não apenas mencionou esses e muitos outros temas, mas dissertou sobre cada um deles, apontando as principais questões para ela e para a coletividade.

Dona Neuma possui conhecimento sobre suas origens, embora não se trate de um conhecimento historiográfico. Ela não organiza os fatos em ordem cronológica, não emprega os conceitos comuns à historiografia, nem estrutura sua narrativa com base em datas históricas. É curioso observar, por exemplo, o emprego do termo “fazendeiro” para se referir aos proprietários de escravos: ela conhece os proprietários das fazendas para as quais ela e seus familiares trabalharam e a quem chamam de “fazendeiros”; ciente de que seus ancestrais escravos também trabalharam em fazenda, ela utiliza o termo conhecido para se referir ao passado.

Posto isso, é possível considerar sua afirmação de que o avô Leonardo trabalhou “como escravo” não como erro histórico, mas como resultado do seu processo de interpretação do acontecimento. Em outras palavras, dona Neuma é portadora de uma consciência histórica no sentido apontado por Amos Funkestein,<sup>75</sup> ou seja, uma construção heurística dinâmica, um degrau de liberdade criativa no uso e interpretação de conteúdos da memória coletiva.<sup>76</sup> Tal constatação, aliás, não se limita a dona Neuma, mas é válida de forma geral para o grupo entrevistado a exemplo do que já fora verificado por Rodrigo Weimer, ao pesquisar uma comunidade também formada por descendentes de escravos no Rio Grande do Sul.<sup>77</sup> Como enfatizado pelo autor, os entrevistados não possuem uma postura passiva diante das lembranças. As entrevistas, mesmo realizadas com pessoas com limitada educação formal e que, portanto, não possuem “as ferramentas críticas do historiador”, não se caracterizam como simples ato de rememoração, mas de indagação, questionamento e problematização do passado –<sup>78</sup> invocado no presente para a reivindicação por direitos.<sup>79</sup>

O conhecimento de dona Neuma sobre suas origens, base para o desenvolvimento da consciência histórica, é exibido no destaque dos personagens, acontecimentos e lugares<sup>80</sup> integrantes da memória da comunidade a que ela se sente pertencer e, em sua operação, a partir da conjuntura dos anos 2000, para a articulação entre o reconhecimento da ascendência escrava e o autorreconhecimento como quilombola. Diante do questionamento sobre o que é ser quilombola, dona Neuma ofereceu uma resposta complexa, resultado de sua interpretação das narrativas sobre a criação da comunidade com acontecimentos vivenciados por ela. Vale a pena ler um trecho de sua resposta.

*Neuma:* Ah quilombola é ser... eu acho que eles estão querendo relembrar o tempo dos escravos, né? Aí eles deram o nome de quilombola que eles... porque aqui eles consideravam um quilombo, né? Os escravos foram pra um lugar chamado quilombo, né? Então, eu acho que é relembrar, relembração da pessoa que é escravo. Acho que é uma relembração, né? Daí deu o nome de território quilombola. Ganhou esse nome agora por causa de alguns direitos, que alguns escravos, por causa do sofrimento dos escravos, então você vê que aqui os quilombolas têm vários direitos: escola, um curso escolar

<sup>75</sup> FUNKENSTEIN, 1989.

<sup>76</sup> FUNKESTEIN, 1989, p. 10.

<sup>77</sup> WEIMER, 2015.

<sup>78</sup> WEIMER, 2015, p. 60.

<sup>79</sup> WEIMER, 2015, p. 214-215.

<sup>80</sup> Os personagens, acontecimentos e lugares são pensados como elementos constitutivos da memória, conforme proposto por Michael Pollak. Cf. POLLAK, 1992.

como tem lá em Alegre, aqui nós tivemos pessoas que teve o direito de estudar lá na São Camilo, formou em... na comunidade aqui, formou em, como que fala, formou em História, quatro em História, Pedagogia e deixa eu ver... enfermeira? Parece que teve uma enfermeira também, então nós tivemos vários alunos formados tudo através do quilombola porque teve os direitos e tem muito mais direitos também, teve direito nas casas... você vê que a pessoa... quantas casas nós tivemos aqui? Porque é direito do quilombo, do quilombola. [...]

*Geisa:* Todo mundo hoje aqui da comunidade...

*Neuma:* Tem direito! Igual a máquina chegou agorinha mesmo. É um direito que a gente tem. Igual, a gente precisava de uma máquina pra ampliar o lugar, a gente teve esse direito, né? Muito além das casas, pessoas que não tinham casa igual a minha tia, já tá morando na casa. [...] É muito benefício por aqui que tem, tem bastante benefício mesmo. Horta, muitas pessoas que ganhou um kit de horta de cinco mil reais pra fazer horta, pra galinheiro pra criar galinha, aí o quilombola ele tem muito benefício, não sei agora talvez com esse governo como que vai ser, mas até aqui, até um ano atrás a gente teve muito benefício por aqui.<sup>81</sup>

Primeiramente, dona Neuma informa que o nome “quilombolas foi dado” porque o local era considerado um quilombo. Essa é a única parte da resposta em que ela não é específica, depositando a veracidade da informação à autoridade de sujeitos designados por um pronome de terceira pessoa sem mais explicações: “eles” consideravam, “eles” deram o nome de quilombolas.

A relação entre quilombos e quilombolas, que os sujeitos descritos como “eles” parecem ter realizado, é ancorado em uma leitura influenciada pela ideia de “remanescentes” de quilombos, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, os quilombos seriam reuniões de escravos que resistiram à escravidão por meio da fuga. Portanto, os quilombolas seriam os herdeiros daquela resistência e se manteriam nos mesmos territórios desde o fim da escravidão. Embora o decreto federal nº 4.887 de 2003 tenha reformulado o conceito, persiste a ideia mais clássica de “resistência” como enfrentamento direto e fuga, que pode influenciar algumas interpretações.

Em nenhum momento das entrevistas, dona Neuma cita os quilombos existentes na região onde seus ancestrais foram escravizados<sup>82</sup> ou menciona Zumbi dos Palmares, líder do mais famoso quilombo do Brasil e principal símbolo da resistência à escravidão no país. As vitórias do movimento negro nas últimas décadas, ao conquistar a modificação da legislação nacional para incluir no Ensino Básico a história e cultura africana e afro-brasileira e instituir o dia da Consciência Negra, impactaram a Comunidade de Monte Alegre, conforme discutimos no capítulo 3. Logo

---

<sup>81</sup> ROQUE, 2019b.

<sup>82</sup> OLIVEIRA, 2011.



após a aprovação da Lei nº 10.639/2003, iniciou-se o processo de reconhecimento dos remanescentes de quilombos. O debate sobre o tema e seus possíveis impactos nessas comunidades chegou a Monte Alegre e seu potencial foi percebido pela comunidade, que se movimentou para obter a certificação como quilombola pelo órgão responsável, a Fundação Cultural Palmares.<sup>83</sup> Conforme apontado anteriormente, a nova conjuntura proporcionou oportunidade de reflexão sobre o passado da comunidade e atraiu o interesse de pessoas e instituições interessadas em histórias do tempo da escravidão. O sobrinho de dona Neuma, que cursou Turismo e foi uma das lideranças atuantes no processo de autorreconhecimento da comunidade, passou a receber regularmente visitas escolares estimuladas por essa legislação. Trabalhando junto com a família, ele organiza a apresentação de um grupo de caxambu infantil, administra o restaurante “Cozinha de Senzala”, fala sobre a história e cultura local, faz trilhas nas matas para explicar sua importância para a comunidade e para o planeta. No mês da Consciência Negra, a agenda fica ainda mais concorrida. Todavia, o herói de Palmares não recebe nenhum destaque na narrativa de Leonardo Marcelino ou de dona Neuma, o que demonstra a dificuldade de inserção artificial de qualquer personagem no processo de construção da identidade, nesse caso, quilombola. Personagens, acontecimentos e lugares – reais ou frutos de projeção, como ensinado por Pollak –<sup>84</sup> precisam estar conectados para dar sentido à memória. Daí receberem destaque os personagens locais, como Adão, cuja história de resistência é coerente com os valores da comunidade: ele fugia do tronco para se divertir à noite em bailes e caxambus, mas sempre retornava para trabalhar no dia seguinte. Em contraste com Zumbi, não houve um rompimento brusco com a sociedade livre uma vez que Adão e vários outros personagens locais permaneceram na escravidão, resistindo no cotidiano através da busca por melhores condições de vida, até a abolição – o que ressalta a importância do acontecimento a nível local e, portanto, a comemoração do 13 de Maio.

Ao insistir na questão quilombola para compreender a visão da entrevistada sobre a formação da comunidade e a possível existência da relação com escravos fugitivos, dona Neuma afirmou que Monte Alegre era considerada quilombo porque os escravos teriam ido para esse lugar. Ou seja, a ideia de quilombos não está apenas limitada a

---

<sup>83</sup> A certificação ocorreu em 2005, como resultado do processo iniciado no ano anterior por Leonardo Marcelino Ventura e Arilson Ventura.

<sup>84</sup> POLLAK, 1989.

uma denominação por terceiros. Como visto, uma das versões da chegada dos irmãos Ventura – um dos quais é avô da entrevistada – à região afirma que eles fugiram da escravidão em Campos dos Goytacazes e procuraram a ajuda de um familiar em Monte Alegre, o que poderia levar à compreensão da afirmativa, mas não é essa a versão compartilhada por Dona Neuma, que afirma que o avô veio como escravo e durante a infância.<sup>85</sup> Por mais contraditório que possa parecer, o estabelecimento de ex-escravos, no imediato pós-abolição, nas terras que formariam a atual comunidade, é invocada para explicar a designação de quilombo. A aparente contradição, que será retomada mais adiante, está alinhada com a narrativa de dona Neuma, centrada na abolição como fonte de expectativa por direitos, no passado e no presente, e em sua interpretação do evento que não se limita à cronologia oficial.

O segundo ponto que precisa ser destacado na resposta de dona Neuma é a relação que ela estabelece entre o desejo de lembrar do tempo dos escravos e o objetivo dessa lembrança. O lugar recebeu o nome de território quilombola para “relembrar” a pessoa que foi escrava, relembrar o sofrimento dos escravos. A lembrança serve para justificar os direitos dos quilombolas. Ela enumera melhorias na comunidade ou benefícios para seus integrantes nos últimos 15 anos que estariam relacionados ao processo de identificação como quilombola, como oportunidades na educação básica e superior, participação em projetos sociais de construção de casas populares, participação em projetos governamentais de desenvolvimento local (agroindústria, piscicultura etc.), recuperação do acesso ao cemitério local, entre outros. Em resumo, para dona Neuma há uma relação entre possuir uma memória relacionada ao sofrimento dos escravos e ser portadora de direitos, embora haja preocupação com a manutenção e ampliação desses direitos diante do atual cenário político do país. O fato de alguns dos “direitos” citados por ela não serem políticas públicas, mas frutos de políticas de governo (municipal, estadual e federal) ou de parcerias com instituições privadas<sup>86</sup> justifica sua apreensão, que é ampliada pela paralisação do processo de

---

<sup>85</sup> ROQUE, 2019a.

<sup>86</sup> Leonardo Marcelino Ventura, sobrinho de dona Neuma e uma das lideranças locais, realizou um pedido de bolsas ao Centro Universitário São Camilo, localizada em Cachoeiro de Itapemirim-ES, para ele e membros da comunidade, em 2004. Foram concedidas bolsas para os cursos de Turismo e de Pedagogia. Uma das filhas de dona Neuma, que já era professora, mas não possuía curso superior, foi uma das beneficiadas. A geração de sua filha e sobrinho foi a primeira na comunidade a ter acesso à educação superior. Pouco depois dessas concessões, surgiram outras oportunidades que foram aproveitadas na comunidade, como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), responsável pela concessão de bolsas integrais ou parciais em faculdades privadas a estudantes com baixa renda; e a implantação de cotas raciais nas instituições públicas de ensino superior da região (IFES e UFES).

titulação do território quilombola pelo qual a comunidade luta desde sua certificação, em 2005.

O passado “muito sofrido” dos ancestrais escravos é apresentado como justificativa para os “direitos” dos quilombolas no presente, porém é necessário ressaltar que dona Neuma não permite que esse sofrimento seja a totalidade de sua narrativa. Como visto na seção anterior, além do silenciamento sobre histórias que “Deus me livre! Não gosto nem de contar...”, a entrevistada emprega as estratégias da positivação e da generalização, para verbalizar as histórias mais duras, do tempo do cativeiro ou do período após o raiar da liberdade, que precisam ser ditas. Não repetiremos essa argumentação, mas retornaremos a um trecho de sua entrevista a respeito do trabalho doméstico da bisavó escrava para abordar nova questão:

*Neuma: Não! Era serviço pesado. Ela fazia tudo! Partia com lenha, fazia tudo na fazenda, ué?! Era escravizada mesmo... e as madames, né? De tudo! Ela era uma boa cozinheira, fazia com tudo, cozinhava muito bem. Por isso que eu falo com você, que os descendentes de antigos escravos, todos eles, que eu conheci, eles cozinhavam bem. Igual, como falamos da madeira que eles faziam, né. Como que eles fazia isso? Que inteligência! Que ninguém ensinava eles. Hoje pra gente cozinhar a gente tem que olhar na internet se você quer fazer uma comida melhor, né? E eles tiravam da cabeça deles. O meu pai dava um ponto numa rapadura que você comia, a coisa macia, a coisa era uma delícia.<sup>87</sup>*

Além de ressaltar as qualidades pessoais de seus ancestrais, apesar do sofrimento da vida em cativeiro, dona Neuma distingue no trecho acima a geração de seu pai e a dos “antigos escravos”. Importa fazer essa observação, pois como visto em outros momentos, ela parece confundir os períodos anterior e posterior à abolição. Todavia, o que parece ser confusão é sua observação sobre a continuidade de determinadas práticas do período da escravidão e a sua interpretação dos casos que ouviu dos mais “antigos” a partir de sua própria experiência.

A efeméride de 13 de Maio é celebrada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, segundo explicação de dona Neuma, porque é a data na qual “os escravos foram libertos”. Assim como outras pessoas de sua geração, dona Neuma possui uma narrativa detalhada sobre os acontecimentos do dia da abolição e a reação dos escravos da região diante da notícia, mas como o conhecimento não é de base historiográfica, o ano do evento não é recordado. Nem lhe parece fundamental. Tampouco importa que a notícia sobre a abolição tenha chegado em Cachoeiro de

---

<sup>87</sup> ROQUE, 2019b.

Itapemirim no dia 15 de maio de 1888. Para ela, é importante destacar as expectativas de seus ancestrais em relação à liberdade: os trabalhadores deveriam receber pagamento por seu trabalho; homens e mulheres não dormiriam no tronco, mas em suas casas; o trabalho não seria tão duro e constantemente vigiado; não haveria proibição do acesso à educação; e os fazendeiros não poderiam submeter as pessoas a fazerem “de tudo”.

Os cinco pontos destacam-se na distinção entre escravidão e liberdade que dona Neuma construiu ao longo de sua narrativa. É com base neles, que definem seu entendimento do que é a escravidão, que ela compara a vida da avó Flora e da avó Raquel e conclui que “Todas as duas foram escravas em fazenda.”

A avó Raquel, filha de Veridiana, realmente nasceu durante a vigência legal do regime escravista no Brasil no qual a condição escrava da mãe era herdada pelos filhos – a doutrina do *partus sequitur ventrem*.<sup>88</sup> Enquanto isso, a avó Flora, com quem dona Neuma conviveu, nasceu, provavelmente, no último ano da escravidão. Considerando que na data de seu nascimento vigorava a lei do Ventre Livre (1871), apelidada por uma de suas mais impactantes determinações, ela não pode ter nascido escrava, independentemente do pouco conhecimento sobre sua origem. Porém, segundo os critérios de dona Neuma para definir escravidão, Flora foi “escrava em fazenda” tanto quanto Raquel. Ela pode ter sido “filha de criação”, mas cresceu trabalhando para a família do fazendeiro e, o mais importante, sem salário. Diferentemente dos filhos do patrão, ela não pôde estudar, tendo morrido sem saber assinar o nome. Em sua época, também não havia banheiros dentro das casas, o que a sujeitava às atividades domésticas semelhantes ao de sua sogra Raquel; enquanto vivia na fazenda, antes de se casar, Flora teve que fazer “tudo” o que lhe mandavam.

A doação do pequeno pedaço de terras que ela recebeu na ocasião de seu casamento não é suficiente para mudar a visão de dona Neuma sobre a condição da avó. Afinal, a ancestral trabalhou sem salário até se casar e recebeu uma pequena parcela de terras (dois alqueires) em mata virgem, sem nenhum cultivo e com pouco valor para o fazendeiro porque este “não tinha dinheiro para dar a ela”. Logo, em sua percepção, não se trata de uma doação, mas de uma espécie de indenização pelos serviços

---

<sup>88</sup> Cf. Santos, Martha S. Slave Mothers, Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil. *Tempo* [online]. 2016, v. 22, n. 41 [Accessed 5 July 2021], pp. 467-487. Available from: <<https://doi.org/10.20509/TEM-1980-542X2016v224106>>. ISSN 1413-7704. <https://doi.org/10.20509/TEM-1980-542X2016v224106>.

prestados. Vale lembrar que doações de terras de fazendeiros para determinados trabalhadores não eram incomuns durante o regime escravista, nem cessaram após a abolição. Conforme observado por Sônia Maria de Souza,<sup>89</sup> o período de transição da escravidão para a liberdade, foi marcado por uma tendência à restrição ao acesso à terra, o que aumenta a relevância de sua aquisição. Ainda que em caráter precário, muitas vezes sem a titulação, a posse da terra garantia a sobrevivência dos libertos e certa autonomia em relação às classes proprietárias.<sup>90</sup>

De acordo com pesquisas recentes sobre o período do pós-abolição no Brasil, a lei de 13 de maio não teve efeito instantâneo em todo o país. Para além do atraso na divulgação da notícia por conta dos limites do sistema de comunicação da época, houve resistência para a aceitação da nova realidade pela classe proprietária, especialmente fazendeiros. O trabalho de Rafaela Domingos Lago já demonstrou que, no Espírito Santo, assim como em outros lugares do Sudeste que eram dependentes da mão de obra escrava, houve a continuidade de práticas do período escravista nos anos imediatamente posteriores a 1888.<sup>91</sup> A narrativa de dona Neuma é coerente com o período de adaptação, de transição entre a escravidão e a liberdade, que ultrapassa marcos legais, conforme observado por Lago.

Cientes desse período de transição, é mais fácil entender o trecho destacado anteriormente, no qual dona Neuma realiza a distinção entre a geração de escravos e a geração dos descendentes dos antigos escravos, e ainda perceber a emergência de uma nova distinção: a geração dos quilombolas. Enquanto sua tataravó Veridiana, sua bisavó Raquel, sua avó Flora e seu avô Leonardo foram escravos ou trabalharam “como escravos”, seus pais, mesmo trabalhando sob austeras condições, pertenceriam a outra geração, sendo “descendentes de escravos”. Nessa qualidade, herdaram a memória das violências praticadas contra seus ancestrais, mas também receberam heranças positivas, como sua inteligência, habilidades, valores sociais e, em alguns casos, um pedaço de terra. Já a geração de dona Neuma, que na infância experimentou alguns desafios comuns à geração anterior, está participando ativamente de um movimento de ressignificação da memória da escravidão como base para a construção da identidade quilombola. Ela não deixa de se reconhecer

---

<sup>89</sup> SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

<sup>90</sup> SOUZA, 2007, p. 121.

<sup>91</sup> LAGO, 2018.

orgulhosamente como descendente de Adão, Veridiana, Raquel, Marcelino, Flora e Leonardo, mas o fundamento de sua identidade está na consciência dos direitos de sua comunidade e na luta por eles. Dona Neuma conta com satisfação que participou do processo de certificação da comunidade como quilombola, tanto nas reuniões locais quanto na capital do Estado, Vitória. Em sua narrativa, ela relaciona ação política e conquista de direitos, que fazem com que ela mantenha seu título de eleitora atualizado para participar das decisões políticas locais e nacionais, mesmo que não seja obrigada por lei há anos. Pelo mesmo motivo, participa de movimentos que fazem reivindicações à Prefeitura Municipal para realizar as obras necessárias na comunidade, e não perde a chance de divulgar suas necessidades<sup>92</sup> em todos os veículos possíveis, como a imprensa local ou a entrevista que resultou neste trabalho.

É importante frisar que essa identidade em construção não é forjada para o simples aproveitamento das circunstâncias, sendo baseada na consciência histórica de dona Neuma. Se o termo “quilombolas” é novo e passou a ser adotado devido ao contexto atual, no qual a ascendência escrava aliada a outras características se torna a base para a reivindicação de direitos, a consciência de pertencer a determinado grupo – que hoje se reconhece com nome específico – é antiga. Além de a genealogia de dona Neuma não deixar dúvidas sobre suas origens e, portanto, ser perfeitamente compatível com o conceito de quilombolas estabelecido pela legislação vigente, sua narrativa reforça seu pertencimento a esse grupo.

Ao se referir ao fazendeiro que teria engravidado a avó Raquel, dona Neuma me explicou que o “pessoal dele era português”. De fato, a família de Diogo Pires de Amorim era de origem portuguesa. Ele nasceu na localidade, mas seu pai, que chegou à região por volta da década de 1840, era estrangeiro. O fato de Diogo ter nascido na região não o torna próximo de Raquel, a escrava que nasceu na região e que teria concebido três filhos dele. Após sua morte, as filhas oficiais teriam reconhecido extraoficialmente, segundo dona Neuma, que eram irmãs de Leonardo e passado a agir com respeito e consideração. O reconhecimento limitado não se traduziu no fim da distinção entre “eles”, descendentes dos portugueses, e “nós”, descendentes de

---

<sup>92</sup> Na segunda entrevista, realizada em novembro de 2019, uma das sobrinhas de dona Neuma fazia tratamento de hemodiálise fora da comunidade. Em épocas de chuva intensa, o tráfego de carros é interrompido, o que não causa apenas transtornos aos moradores, mas pode ter consequências graves e irreversíveis.

Raquel. Vale ressaltar que “eles” e “descendentes de portugueses” são expressões intercambiáveis com “fazendeiros” e “madames” em sua fala.

A fim de entender melhor a distinção que dona Neuma faz entre os fazendeiros/madames/descendentes de portugueses e seus familiares, perguntei a ela, na segunda entrevista que realizamos, sobre uma frase que me despertou atenção no primeiro encontro. Ao falar que o avô Leonardo era “filho ignorado” e que, no passado, havia proibição de tocar no assunto, ela disse que não havia relação com a família Amorim, pois “eles eram portugueses, sabe como é português, né?” Na nossa segunda entrevista, questionei sobre a interação com os supostos portugueses, de forma geral, e sua resposta se concentrou na área trabalhista: “eles [portugueses] trabalhavam bem, que eles trabalhavam com Cachaça Moça, dava serviço pros daqui, a gente diz, pros negros daqui, né?”<sup>93</sup>

A resposta de dona Neuma continua, de forma a detalhar que os portugueses “não eram tão ruins de combinar serviço”, pois “eles pagavam pouco, mas pagavam direitinho”. Todavia, mais importante do que o detalhamento das relações trabalhistas e das estratégias utilizadas pelos patrões para controle da mão de obra, como o pagamento em forma de vales (ou “orelhas de burro”) que deveriam ser usados na mercearia<sup>94</sup> do próprio empregador, e a diferenciação dos salários entre homens, mulheres e crianças,<sup>95</sup> é o uso do termo “negros” utilizado para se referir a determinados moradores da comunidade. Ele serve para demarcar uma distinção entre os descendentes de Raquel e dos demais escravos das fazendas da região em relação aos “portugueses”, mas também alerta para o fato de que não havia apenas negros naquela comunidade. Se a própria existência de Monte Alegre combate a ideia da substituição dos ex-escravos por estrangeiros após a abolição, a narrativa de dona Neuma não apenas confirma tal denúncia, como aponta a convivência com europeus

---

<sup>93</sup> ROQUE, 2019b.

<sup>94</sup> Os relatos, tanto de Dona Neuma quanto de outras pessoas de sua geração, questionam a qualidade dos produtos oferecidos na mercearia do patrão e mencionam os preços das mercadorias como mais altos do que os praticados em outras regiões.

<sup>95</sup> Dona Neuma e outros entrevistados informaram que as mulheres, recebiam diárias menores que os homens até pouco tempo. Pelos relatos, pode-se inferir que as mulheres recebiam cerca de 60% do que era pago aos homens. As crianças também recebiam menos, em geral, um terço do salário dos adultos. A diferença salarial apontada na comunidade está alinhada com o que foi apurado por Ana Lugão Rios e Hebe Mattos ao analisar a região sudeste de uma forma geral. As autoras constataram que as mulheres receberiam cerca de 30 a 40% menos que os homens. A diferença mais significativa está em relação às crianças, já que em seu estudo elas apareceram com um salário 50% menor do que os homens. Cf. RIOS; MATTOS, 2005, p. 244.

na localidade. Além dos portugueses, descendentes dos antigos senhores, outros imigrantes aparecem em seu relato.

Por mais de duas décadas, dona Neuma foi casada com o senhor Nildo Roque. Ela estava com 22 anos e ele com 33 quando se aproximaram nas antigas festas que aconteciam nos arredores do cemitério local, um dos *lugares de memória*<sup>96</sup> mais importantes para a comunidade. Marco testemunha de outra era, conforme definição de Pierre Nora, o cemitério constitui-se como um sinal de reconhecimento e de pertencimento do grupo,<sup>97</sup> que batalhou pelo seu resgate e reativação após décadas de impedimento de uso pela proprietária da fazenda onde ele está localizado.<sup>98</sup> Segundo dona Neuma, o Dia de Finados já foi uma das datas mais celebradas na comunidade, sendo equivalente à comemoração do 7 de Setembro que se realizava de forma solene na cidade de Cachoeiro de Itapemirim e à copa do mundo de futebol. Todos se preparavam para a festa: algumas pessoas, como seus tios, produziam doces e refrescos para serem vendidos para os moradores e para os ex-moradores que retornavam ao local para prestar suas homenagens aos ancestrais e para rever os familiares e amigos; alguns produziam e vendiam coroas de flores; senhoras idosas se organizavam para rezar nos túmulos e acender velas; já os mais jovens e solteiros preocupavam-se com o vestuário para usar no dia da festa, pois era uma oportunidade para “arranjar namoro”. A satisfação provocada por essas recordações sinaliza a íntima relação entre a lembrança e o lugar. Tal relação foi percebida por Paul Ricoeur, para quem os lugares de memória “funcionam à maneira dos *reminders*, dos indícios de recordação, ao oferecerem alternadamente um apoio à memória que falha, uma luta na luta contra o esquecimento, até mesmo uma suplementação tácita da memória morta”.<sup>99</sup>

Juntamente com os jogos de futebol realizados na comunidade, essa era a diversão preferida de dona Neuma. Com a aproximação do evento, a mãe permitia que ela e os irmãos vendessem parte do café produzido pela família com o objetivo de custear gastos, como, por exemplos, a aquisição de roupa nova ou a compra de guloseimas nas barracas montadas nas imediações do cemitério.

---

<sup>96</sup> NORA, 1993.

<sup>97</sup> NORA, 1993, p. 12.

<sup>98</sup> ROQUE, 2019b.

<sup>99</sup> RICOEUR, 2007, p. 57.



Ao narrar aquele período de sua juventude, com forte saudosismo, dona Neuma contou que foi nele que conheceu o senhor Nildo. Ele havia se mudado para Monte Alegre junto com sua família. Originalmente, eles seriam de Burarama, uma comunidade próxima, conhecida em Cachoeiro de Itapemirim por ser formada por italianos.

Usando o mesmo raciocínio empregado para se referir ao pai e irmãos “portugueses” do avô Leonardo, dona Neuma explicou a origem do marido da seguinte forma:

*Neuma:* O avô dele era italiano. O avô...o pai dele, era italiano.  
*Geisa:* O pai dele era italiano?  
*Neuma:* O pai dele era, olho verdinho...eu nem entendia bem o que ele falava. Aí a mãe dele era mineira. Mas ele era italiano mesmo.  
*Geisa:* A mãe era mineira?  
*Neuma:* Era mineira, ela era bem morena.  
*Geisa:* O pai foi pra...  
*Neuma:* Ele era da descendência da região de Burarama. De imigrantes, né? Mesmo. Ele fazia parte de família de imigrantes.<sup>100</sup>

O sogro de dona Neuma conheceu a esposa, que era de Minas Gerais, ali mesmo na região, e depois o casal se mudou com a família para Monte Alegre, onde “fez uma mistura com os nossos”. Aliás, várias irmãs de seu marido casaram-se com tios de dona Neuma, “misturando” as famílias.

Embora afirme que seu marido era italiano, d. Neuma informa que a “mistura” começou antes de sua geração já que sua sogra era “bem morena” – expressão usada para se referir à cor da pele, que seria intermediária entre branca e preta. Mesmo admitindo isso, ela apresenta o marido, nascido no Brasil e filho de uma mulher brasileira “bem morena”, como italiano. Durante nossa conversa, os moradores da comunidade descendentes de italianos são apresentados como um grupo distinto dos demais. Isso acontece, por exemplo, quando ela reflete sobre as mudanças na comunidade e no mundo, proporcionadas pelo avanço na ciência nas últimas décadas. Ela deu à luz a todos os oito filhos em casa, como era costume, mas ressaltou os perigos da falta de assistência médica. Em meados dos anos 1950, a esposa de seu irmão mais velho sofreu muito no trabalho de parto e quando se percebeu que as parteiras não poderiam lhe ajudar, os familiares pegaram emprestado o “caminhão dos italianos”, seus vizinhos, para levá-la ao hospital, onde, infelizmente, morreram mãe e bebê. Considerando que as principais correntes

---

<sup>100</sup> ROQUE, 2019b.

imigrações italianas para o Espírito Santo foram encerradas no final do século XIX,<sup>101</sup> é mais provável que os proprietários do caminhão que socorreu a família não fossem imigrantes, mas descendentes, assim como seu marido.

A distinção estabelecida por dona Neuma entre o seu grupo e aquele dos “italianos”, “portugueses” e até mesmo de migrantes, como é o caso do grupo de mineiros integrado por sua sogra, evidenciam a noção de uma identidade com características específicas, baseadas na memória familiar da escravidão vivenciada em um determinado território. Ainda que a mãe de seu marido possuísse uma ascendência negra, ela não pertencia ao lugar, não compartilhava os mesmos valores, nem possuía os mesmos marcos constituintes da memória da comunidade de Monte Alegre.

O exemplo do marido de dona Neuma, por um lado, ilustra o mito da italianidade,<sup>102</sup> já que a narrativa foca em sua origem italiana, em detrimento da mãe mineira “bem morena”. Por outro lado, serve para desmistificá-lo, ao demonstrar a possibilidade de parte dos “italianos” serem descendentes não apenas de estrangeiros, mas resultado da “mistura” com brasileiros que, por variados motivos, enfatizam apenas uma de suas origens. É difícil ter certeza se dona Neuma chama o marido e os demais moradores “italianos” da localidade dessa forma por uma antiga exigência deles, que teria se perpetuado, ou espontaneamente. O certo é que ela reconhece diferenças entre os vários grupos que coabitam o local, tendo bem definido quem é morador de Monte Alegre e quem é quilombola. A distinção, amparada na memória da escravidão, aponta a possibilidade de uma narrativa que seja mais complexa, que considere a diversidade étnica, cultural, geográfica e histórica em Cachoeiro de Itapemirim e no Espírito Santo.

#### 4.4.2 SENHOR ALECIO VERIDIANO VENTURA

O senhor Alecio Veridiano Ventura é uma das pessoas mais idosas com quem tive a oportunidade de conversar na Comunidade de Monte Alegre, em 2019. Ele é um dos nove irmãos de dona Neuma, com quem compartilha muitos casos ouvidos dos mais

---

<sup>101</sup> ROCHA, 2000.

<sup>102</sup> DADALTO, 2008.

antigos e, evidentemente, a origem. No entanto, enquanto ela permanece no lugar onde nasceram até hoje, a trajetória do senhor Alecio inclui a migração.

O registro civil marca a data de cinco de fevereiro de 1932 como o nascimento do senhor Alecio, mas ele informa que nasceu dois anos antes – em sua geração e na posterior, era muito comum o registro com atraso de meses e até anos. Assim como dona Neuma, ele nasceu em Monte Alegre, onde trabalhou no campo até a idade de 15 anos, junto dos irmãos e dos pais. À exemplo do que se verificou em outros lugares do Brasil e da América,<sup>103</sup> sua família combinava o trabalho no terreno próprio com a prestação de serviço para os fazendeiros da região, alguns deles, descendentes dos antigos senhores escravistas, como os Amorim. A remuneração, como comentado por dona Neuma, era feita por meio de vales, conhecidos na comunidade como “orelhas de burro”. O pagamento era realizado ao final de cada semana e deveria ser gasto, preferencialmente, na mercearia do patrão. O que sobrava, graças à produção da roça familiar, era entregue ao pai, responsável por negociar a força de trabalho de todos os filhos, que recebiam, de vez em quando, um trocado para gastar no futebol, nas vendinhas<sup>104</sup> ou na festa de finados.

O trabalho desde a infância prejudicou os estudos, que receberam destaque em sua narrativa. Quando criança, ele frequentou a escola, que ficava na fazenda do Mutum (mesma fazenda onde sua bisavó Raquel Veridiano foi escrava), mas “chegava lá cansado. Trabalhava desde cinco, seis, sete horas da manhã até nove hora. Chegava lá e ia estudar. Que criança que aprende desse jeito?”<sup>105</sup> Além disso, não havia incentivo por parte do pai, que interpretaria a falta de dedicação aos estudos como ausência de interesse por parte de uma força de trabalho importante para o sustento da família. Na verdade, isso era um costume dos “antigos”, explicou. Seu avô Leonardo não frequentou escola, pois era “filho ignorado”, “filho escravo”, portanto, teve que trabalhar enquanto os “filhos legítimos” estudavam. A sua mãe, filha do avô Leonardo, não teria frequentado a escola porque o pai dela não queria que ela aprendesse a escrever carta para namorado. No que pese a adição do elemento de

---

<sup>103</sup> RIOS; MATTOS, 2005; SOUZA, 2007; COSTA, 2013;

<sup>104</sup> Refiro-me ao comércio de variedades, fixo ou provisório, realizado pelos próprios membros da comunidade. Poderiam ser organizados para vender lanches e guloseimas aos frequentadores que compartilhavam seus “causos” no “pau da mentira”, assim como montava-se nas celebrações de finados para a venda de vestuário, alimentos e itens específicos para o evento – como velas, coroas de flores etc.

<sup>105</sup> VENTURA, Alecio Veridiano. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 31 de janeiro de 2019c.

gênero, o destaque de sua narrativa se concentra na falta de oportunidade e condições para estudar na sua geração e nas anteriores. Ele mal aprendeu a escrever o nome na infância. Na vida adulta, quando trabalhava fora da comunidade, conseguiu avançar um pouco nos estudos, por meio do MOBREAL,<sup>106</sup> mas foi limitado ao primário devido à natureza itinerante de seu trabalho.

O breve histórico escolar do senhor Alecio é importante pelo mesmo motivo apontado no caso de sua irmã: seu conhecimento sobre o passado da comunidade não é de base historiográfica, mas genealógico. Sua narrativa sobre o passado, parte da qual apresentada nos tópicos anteriores, é baseada na memória coletiva da escravidão e das primeiras décadas posteriores à abolição, acessada por meio das histórias dos antepassados – e de sua própria vida – que são recordadas e interpretadas à luz do presente.

Um dos contrastes mais marcantes entre o *tempo do cativo* e o atual, na fala do senhor Alecio e de outras pessoas de sua geração, é o acesso a direitos. O cativo era uma época sem direitos, sem liberdade, sem diversão. O *tempo dos quilombolas*, ou seja, o seu tempo, é o tempo da lei baseada no (re)conhecimento sobre o passado. Entre um e outro, há uma mudança significativa, provocada pela abolição, mas não se trata de uma ruptura total. Afinal, como já alertou Rafaela Domingos Lago, o imediato pós-abolição no Espírito Santo constituiu-se como um período “entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade”, no qual os significados da cidadania e da própria liberdade foram disputados.<sup>107</sup> Se a análise dos periódicos, realizada no segundo capítulo, conduz à concordância com Lago, o relato do senhor Alecio e dos demais entrevistados, especialmente em relação à dificuldade de acesso a direitos básicos e às práticas dos fazendeiros em relação ao controle dos trabalhadores, permite estender sua afirmação para décadas após a Lei Áurea.

Seria a busca por direitos e melhores condições de vida que conduziram o senhor Alecio, em meados da década de 1940, a deixar Monte Alegre. Primeiramente, ele dirigiu-se para Burarama, uma comunidade vizinha, conhecida pela ascendência

---

<sup>106</sup> O MOBREAL, sigla para Movimento Brasileiro de Alfabetização, foi um programa para alfabetização de adultos, criado na década de 1960, durante o regime militar. Sobre o assunto, cf. Martins, Éder, & Guerra, T. C. (2019). Mobral, tecnocratas e educadores: trajetões de uma experiência de alfabetização no Brasil. *Revista Cantareira*, (29). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/30765>.

<sup>107</sup> LAGO, 2018, p. 186-189.

italiana, onde trabalhou como servente. Em seguida, fez trabalhos em um município próximo, Alegre, e depois retornou a Burarama, na esperança de ter a carteira de trabalho assinada, porém, afirma ele, “naquele tempo o pessoal não gostava de assinar a carteira”. Isso era visto como um grande problema pelo senhor Alecio, que conviveu por muitos anos com o avô Leonardo, nascido no regime escravo, que precisou trabalhar até idade avançada, ainda que fosse em seu próprio terreno. Essa convivência, além de despertar afetos transbordantes em seu relato, produziu reflexões sobre o tema. Vejamos o que ele fala sobre o avô:

*Alecio:* Ele chegava de tardinha com a enxadinha, um fexinho de cana nas costas, nós tinha que ajudar moer ainda no engenho para no outro dia ele beber garapa ou comer, né? Mas quem ficava encarando o vô, ficava dando aquela olhadinha. “Ah, meu Deus! Será que se eu chegar lá, será que eu vou aguentar igual o vovô chegar...” de tarde eu ia lá conversar com ele, ele tinha tudo, tinha arroz, tinha feijão, tinha porco, ele tinha galinha, tinha a vaquinha dele aqui, tinha um pasto que ia lá em cima, tinha a vaquinha, tinha tudo. Mas eu ficava perguntando se eu precisasse trabalhar, pra mim, eu era criança, não sei se eu ia chegar esse tempo que eu cheguei hoje perto dos 88, fiz agora 89, né?<sup>108</sup>

Pensando de forma especial na estabilidade financeira e na aposentadoria, o senhor Alecio passou a considerar a carteira de trabalho assinada como direito fundamental e, como acreditava que seu objetivo não seria alcançado na região, partiu em meados da década de 1950 rumo ao norte do estado do Rio de Janeiro, terra de seu avô Marcelino. Conseguiu emprego com ajuda de familiares que haviam migrado anteriormente numa empresa de curtume, mas não se adaptou e retornou ao sul do Espírito Santo, onde voltou a prestar serviços esporádicos nas redondezas de Monte Alegre.

A trajetória do senhor Alecio não foi singular na comunidade. Ele não foi o primeiro nem o último morador de Monte Alegre a buscar melhores condições de vida fora da comunidade, ou a retornar. Todos os entrevistados da comunidade<sup>109</sup> possuem parentes que saíram de Monte Alegre em busca de trabalho, frequentemente na área urbana do município de Cachoeiro de Itapemirim ou na região norte fluminense. Contudo, tal movimento não se caracteriza como migração em massa no pós-abolição por parte dos ex-escravos. Os familiares identificados como os migrantes mais antigos

---

<sup>108</sup> VENTURA, 2019c.

<sup>109</sup> Também entrevistei pessoas que não são quilombolas, mas que ofereceram informações importantes sobre a comunidade, como a secretária escolar Fátima Busatto, que me falou sobre o projeto Som de Monte Alegre e, gentilmente, me forneceu cópia da compilação dos jongos realizada por Leonardo Marcelino Ventura.

pertencem à primeira geração nascida livre, como alguns tios do senhor Alecio. Deve-se ressaltar que essas migrações acontecem de forma pontual e por motivações diversificadas – que vão desde a busca por um emprego até questões de ordem privada – e são apoiadas em parentes moradores dessas regiões, como nos lembra um dos jongos da comunidade: “Em Monte Alegre tem um pé de cajueiro (bis) / A raiz dele tá lá no Rio de Janeiro (bis)”.<sup>110</sup> Muitos dos migrantes organizaram a vida e por lá permanecem até a atualidade, mas outros retornaram para a comunidade, pois, como demarca outro jongo: “O Monte Alegre foi feito de ouro em pó (bis) / Andei, andei não achei lugar melhor (bis).”<sup>111</sup> O retorno foi feito, algumas vezes por falta de adaptação; em outros casos ocorreu após a aposentadoria; ou ainda, nos anos mais recentes, a motivação foram as oportunidades de trabalho e geração de renda, abertas após a certificação como quilombola, como nos casos de dois entrevistados, Lúcia de Souza Veridiano e Lair Barbosa.<sup>112</sup>

Embora não tenha conseguido se adaptar ao trabalho no curtume, a viagem do Senhor Alecio ao RJ não foi perdida:

*Alecio:* [...] eu voltei com pessoa que trabalhava na Leopoldina, eu ainda tava novo, jogava bola. Aí time, um time de Leopoldina lá em Vitória, eles estavam precisando de pessoas pra jogar, igual hoje compra, né? Aí pediu se eu não queria ir pra lá jogar no time, trabalhar e jogar. Eu falei: “Eu aceito.” Trabalhava aqui, aí ia me dar o trabalho na Leopoldina, me dava o trabalho, aí eu fui pra lá. Aí eu fiquei lá em Cachoeiro.<sup>113</sup>

O futebol aparece nas entrevistas como uma das principais formas de diversão na comunidade de Monte Alegre. É uma paixão e motivo de orgulho! Mulheres e homens destacaram o esporte como forma de entretenimento, contando histórias sobre as animadas reuniões ao redor do campo, as torcidas entusiasmadas contra times visitantes, as viagens para partidas em outros lugares do Espírito Santo e no Rio de

---

<sup>110</sup> VENTURA, 2005.

<sup>111</sup> VENTURA, 2005.

<sup>112</sup> Lúcia e Lair, com seus respectivos cônjuges, saíram da comunidade para tentar uma vida melhor na área urbana de Cachoeiro de Itapemirim, mas retornaram nos últimos anos para a terra de suas famílias, que apresentam mais oportunidades a partir da certificação como quilombola. VEREDIANO, Lúcia de Souza. Entrevista realizada na comunidade Quilombola de Monte Alegre, em 29 de janeiro de 2019; ALVES, Lair Alves. Entrevista realizada na comunidade Quilombola de Monte Alegre, em 31 de janeiro de 2019b. Lúcia estava com 44 anos na data da entrevista e Lair com 47 anos.

<sup>113</sup> VENTURA, 2019c.

Janeiro, a alteração de resultados de jogos por poderoso mandingueiro local,<sup>114</sup> etc. As narrativas sobre esse assunto foram sempre acompanhadas de empolgação que parecia transportar os narradores para uma partida decisiva de campeonato regional, diversos dos quais vencidos pelo time da comunidade. Além do entretenimento e motivo de orgulho, o futebol também significou uma oportunidade de mobilidade social. Não se trata dos astronômicos salários atuais de um pequeno percentual de jogadores profissionais, mas sim da chance real de emprego com carteira assinada. Conforme demonstra o trabalho de Fernando da Costa Ferreira, a criação de times de fábricas no Brasil nas primeiras décadas do século XX, representou um

processo de proletarização do futebol brasileiro com a aceitação de membros das camadas sociais menos favorecidas inclusive a população negra, que passaram a ter no futebol a partir do surgimento da figura do operário-jogador (precursor do atual atleta profissional) uma chance de ascensão social.<sup>115</sup>

Além do senhor Alecio, conversei com mais duas pessoas que conquistaram empregos por conta do futebol e que demonstram que essa possibilidade permaneceu aberta nas gerações seguintes. Um deles é Jadir Veridiano, conhecido como Didico, que conseguiu pelo menos dois empregos no setor de rochas ornamentais por ser “bom de bola”.<sup>116</sup> Jogando por diversão na comunidade e na região, foi “descoberto” na década de 1970 por olheiros que, nesses casos, eram de empresas locais preocupadas com os campeonatos de indústrias. No início da década de 1990, Lair Alves (filho de outra entrevistada, a dona Maria Deolinda Alves) praticamente fugiu de casa para tentar uma vida melhor em Cachoeiro de Itapemirim, onde pudesse aprender uma profissão. A oportunidade veio a convite de um colega para um teste em empresa do ramo de granito que dava preferência para jogadores de futebol. Ele ficou por lá até 2006 quando, por uma conjuntura mais favorável à geração de renda, estabeleceu-se na comunidade, após a certificação como quilombola.<sup>117</sup>

---

<sup>114</sup> O senhor Lauro Veridiano, falecido em 1997, é lembrado de forma respeitosa na comunidade, como um poderoso mandingueiro ou macumbeiro, antes de sua conversão a uma religião evangélica. Nascido no início do século XX, o senhor Lauro era conhecido em toda a região do sul do Espírito Santo por suas habilidades na oração, que atraíam gente com interesses diversificados, desde a cura para males espirituais até o sucesso em partidas de futebol, cujo resultado poderia ser modificado até mesmo durante a partida. Apesar de muitas de suas façanhas terem sido comentadas fora das gravações, seus filhos abordaram algumas delas em entrevista. VERIDIANO; VERIDIANO, 2019.

<sup>115</sup> FERREIRA, Fernando da Costa. Futebol de classe: a importância dos times de fábrica nos primeiros anos do século XX. In: *Revista Digital*, Buenos Aires, Año 10, n. 90, nov. 2005. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd90/times.htm>>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

<sup>116</sup> VERIDIANO; VERIDIANO, 2019.

<sup>117</sup> ALVES, 2019b.

O senhor Alecio é muito enfático ao afirmar que conseguiu o emprego na Companhia Estrada de Ferro Leopoldina por conta de suas habilidades futebolísticas, ainda que seu encarregado em Cachoeiro de Itapemirim tivesse decidido, posteriormente, não o liberar para o posto na capital do Estado, Vitória, onde integraria o time. Ele lamenta a retenção, pois adorava jogar, mas enfatiza a esperança que acalentou de obter a carteira assinada com a oportunidade. Levaria cerca de quatro anos para alcançar a tão desejada estabilidade, em 1959. Durante esse período e após assinar a carteira, ele trabalhava na manutenção da estrada, no posto de servente, “serviço pesado”, mas muito melhor do que ficar “roçando pasto”, em sua opinião. Aos 29 anos, após atingir esse objetivo perseguido por mais de uma década, chegou à conclusão: “agora eu posso casar”. Ele já namorava dona Maria Souza há anos, mas só se sentiu preparado para constituir família após a assinatura da carteira.

O casamento foi realizado no civil como era costume na comunidade naquela época. Às vezes, os noivos se deslocavam até o cartório, outras vezes – como no caso de sua irmã – recebiam o tabelião em casa, onde era organizada uma festa pela família. A cerimônia religiosa na Igreja Católica aconteceria apenas anos depois, quando já moravam na área urbana do município de Cachoeiro de Itapemirim com todos os sete filhos; e ainda mais uma vez, após a conversão à religião evangélica. A cerimônia religiosa do casal é uma exceção na comunidade, pois os entrevistados da geração do senhor Alecio, de forma geral, disseram que não se pensava, naquela época, na bênção da Igreja sobre os enlaces matrimoniais: em Monte Alegre, “ninguém ligava” para isso. Ele e seu filho Luís, que estava presente na ocasião da entrevista, refletiram sobre a afirmação e chegaram à conclusão de que não havia muita assistência religiosa na comunidade, motivo pelo qual não se conhecia a importância do casamento religioso e não se estudava a Bíblia – aliás, andar com o livro sagrado dos cristãos poderia até gerar algum tipo de conflito com o padre, em sua visão. Desse modo, a aguardada ocasião para o casamento era o registro civil e a festa que costumava segui-lo, momento de fartura, preparado durante meses pela família e, com frequência, com a ajuda da vizinhança. Os famosos bailes, tão presentes nas narrativas dos entrevistados, contribuía para a alegria da festa.

Os bailes eram uma das formas de diversão do senhor Alecio e da comunidade. São lembrados sempre de forma empolgada, com indicações e detalhamento sobre como e onde ocorriam, bem como os nomes dos tocadores – alguns dos quais pertencentes



a sua família. Geralmente, eles faziam parte da programação dos finais de semana, assim como os caxambus, mas também poderiam ocorrer durante os dias úteis, podendo se estender até a madrugada. É interessante notar que as narrativas sobre os bailes sempre são acompanhadas por afirmações sobre a responsabilidade com o trabalho. O senhor Alecio destaca que ia a bailes apenas na comunidade, nunca gastou dinheiro com isso quando morou no Rio de Janeiro ou em Vitória, e sempre comparecia pontualmente ao trabalho no dia seguinte. Com efeito, o trabalho ocupa parte importante da narrativa do senhor Alecio, que detalha as atividades que exercia, bem como conta com orgulho sua atuação exemplar na Leopoldina. É com indignação que ele fala sobre o único dia de seus trinta anos na empresa que foi “cortado” por falha de comunicação entre os superiores, todavia ressalta que seu histórico lhe valeu como base para reivindicar seus direitos e, ainda que não tenha obtido êxito total na retificação, sua postura lhe garantiu a admiração do encarregado.

A preocupação em falar sobre o trabalho, sempre que se mencionam formas de diversão e entretenimento, especialmente os bailes, é congruente com os personagens constituintes da memória da comunidade, especialmente Adão, que fugia do tronco à noite cavando brechas de liberdade, porém retornava todas as manhãs. As entrevistas demarcam a importância do trabalho como um valor significativo para a comunidade e sua explicitação pode estar ancorada na necessidade de combater os estereótipos negativos atribuídos aos ex-escravos e descendentes após o 13 de Maio. É difícil ouvi-los fazer esses relatos, conjugando diversão e responsabilidade, e não se lembrar das acusações presentes nos periódicos dos primeiros anos do pós-abolição, acusando os libertos de serem preguiçosos, vadios, dedicados a divertimentos como a música e dança, de constituírem maus exemplos para seus filhos. Recusando aqueles adjetivos, os entrevistados fazem questão de ressaltar que são trabalhadores, assim como seus ancestrais o eram, mas não se limitam a essa dimensão. A liberdade conquistada pela lei também deveria ser aproveitada para momentos de lazer, como demarcado pelas narrativas sobre a abolição. Ainda sobre esse tópico, observa-se que a valorização do trabalho e da reputação não aparecem de forma isolada na comunidade de Monte Alegre, tendo sido notada por Ana Rios e Hebe Mattos entre os descendentes de escravos que conheceram a liberdade na região Sudeste.<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> RIOS; MATTOS, 2005, p. 175.

Voltando ao casamento, o senhor Alecio se uniu matrimonialmente, em 1959, a dona Maria de Souza. Com a permissão do vovô Leonardo, o casal construiu uma casa no terreno ao lado dos pais do senhor Alecio e ali tiveram seis dos seus sete filhos. Na época, como já dito, seu posto de trabalho era em Cachoeiro de Itapemirim, mas ele era deslocado para realizar atividades em outros municípios do Espírito Santo, cortados pela estrada de ferro. Embora seu trabalho estivesse fora da comunidade de Monte Alegre, ele e sua esposa permaneceram como moradores até que as condições para os descendentes os motivassem a se mudar.

*Alecio:* Aí meus filhos, o Luís, eu falei: “Ó, não vou deixar meus filhos aqui roçando pasto pra ninguém não. Eu hein! roçando pasto para os outros toda vida! Todo mundo tem... os fazendeiros, os filhos deles estão tudo estudando, e os meus vai ficar aí? Quer saber, eu vou mudar pra Cachoeiro – que aquela casinha ali era minha, era minha que eu fiz novinha, novinha mesmo, bonitinha. Eu vou mudar pra Cachoeiro e dar estudos aos meus filhos, que amanhã eles pode ficar roçando pasto para os outros. Terra aqui não dá pra nós trabalhar.” Que a terra era pouca pra nós todos, dois alqueires de terra, os outros também tinham direito. Eu falei: “Vou mudar pra Cachoeiro e dar profissão para os meus filhos”. Aí mudei pra Cachoeiro. Luís, graças a Deus, botei no SENAI, fez SENAI, fez curso. Graças a Deus trabalha de eletricitista. [...]

Teve a Lúcia que, graças a Deus, depois que está aqui através do quilombola fez negócio de curso de... negócio de... como é que é? Esse curso que Lúcia fez mais Leonardo lá... [...]

Pois é, faculdade de Turismo Leonardo fez. Tem a Neide que dá aula aqui também, tem o Alcino que fez torneiro lá também nesse SENAI. Quer dizer que todo mundo pra viver tem, né? Ninguém precisa roçar pasto de ninguém, ninguém trabalha na roça pra ninguém, graças a Deus! Queria isso. Que Alcino é torneiro, fez SENAI, fez tudo, só não exerce a profissão. Mas Leonardo também vive muita luta, você vê como é o movimento na casa dele, né? De gente através dessas coisas todo... que eles vivem na casa dele. Tem a Neide ali também com ele. Graças a Deus! O que eu queria era isso, eu não queria vê eles trabalhando na casa de ninguém, batendo coisa pra ninguém, porque o pouco que eu não aprendi a ler, Maria não aprendeu, porque não tivemos leitura.<sup>119</sup>

O senhor Alecio e dona Maria são enfáticos ao explicar o principal motivo para sair da comunidade: fornecer condições de estudos para os filhos. O primogênito, Luís, já estava no último nível de ensino da escola local, que só oferecia até o antigo quarto ano primário. Mudar-se para a área urbana, oportunizaria aos descendentes a educação que os pais não tiveram e que também fora negada aos seus ancestrais. A esperança do senhor Alecio ao estabelecer uma residência fora de Monte Alegre era garantir que, por meio dos estudos formais, seus filhos não tivessem que trabalhar na área rural em subempregos mal remunerados e sem direitos trabalhistas, situação que se mantinha na região, mesmo oito décadas após a abolição. O contraste entre a

---

<sup>119</sup> VENTURA, 2019c.

previsão para o futuro dos filhos dos fazendeiros e de seus próprios filhos dialoga diretamente com a narrativa sobre o avô Leonardo, “filho escravo”, e os “filhos legítimos” do fazendeiro, demarcando uma das continuidades do *tempo do cativo*.

A propósito das motivações para a mudança, a pesquisa de Carlos Eduardo Coutinho da Costa já ressaltou que

As migrações quase sempre são explicadas por motivações econômicas dos indivíduos, e pouca ou quase nenhuma atenção é dada para as características sociais e culturais desse processo. Ao observar sociedades pré-industriais, como é o caso do Brasil, as migrações do período pós-abolição também podem ter motivações não-econômicas. Em primeiro lugar, nada deve ter incentivado mais a migração do que o desejo de muitos escravos em reunir famílias separadas há muito tempo pelo flagelo da época da escravidão. Para esse grupo inicial, em virtude da recém promulgada Lei Áurea, muitos antigos senhores devem ter resistido a essa possibilidade. Uma segunda característica que incentivou a migração pode estar na busca de uma maior e melhor acesso à educação. Desde o período da escravidão, como já ficou constatado, muitos cativos na hora da conquista de sua alforria preferiram trocar o cativo por 30 ou mesmo 40 anos de serviço obrigatório. Contudo, em suas cartas de alforria solicitavam em troca alguns pedidos não tão econômicos, como o dever do patrão em lhe assistir em caso de doença e, principalmente, em dar educação aos seus filhos. Efetivamente pouco ainda se estudou sobre o acesso da população preta e parda às escolas de ensino básico no início da Primeira República, principalmente no Vale do Paraíba. Sendo assim, por ser um projeto de liberdade, desde o período da escravidão é lícito supor que boa parte dos jovens optou por migrar em busca de um acesso à educação, pois provavelmente viam nela uma possibilidade de ascensão social.<sup>120</sup>

A família do senhor Alecio e dona Maria ilustra a afirmação de Costa sobre a importância de considerar fatores não econômicos dentre as motivações para os migrantes, neste caso, de forma especial os descendentes de escravizados. Vale lembrar que o marido já trabalhava fora da comunidade há mais de duas décadas quando migrou para a cidade. Não foi nem a busca por estabilidade econômica nem a dificuldade imposta pela falta de transporte para sua comunidade<sup>121</sup> os fatores apontados como determinantes para a decisão da mudança, mas sua percepção da educação como instrumento de ascensão social. Em Monte Alegre, não ouvi relatos sobre pessoas da geração do senhor Alecio deixando a comunidade para estudar,<sup>122</sup>

<sup>120</sup> COSTA, 2013. p. 167-168.

<sup>121</sup> Até a mudança para Cachoeiro, não havia transporte público que atendesse a comunidade. Assim, para chegar em casa em suas folgas quinzenais, o senhor Alecio precisava caminhar cerca de uma hora dentro de uma floresta a partir da rodovia mais próxima para alcançar seu destino. Ele fez isso por 10 anos até se mudar para a área urbana. A comunidade passou a dispor de uma linha de transporte público na década de 1990, que roda apenas duas vezes ao dia.

<sup>122</sup> A situação é bem diferente hoje. Na família de Leonardo Marcelino Ventura, por exemplo, os quatro filhos (Sara, Juliana, Filipe e Isabel) saíram da comunidade, temporariamente, para realizar o ensino médio, técnico e/ou superior. Em 2019, duas delas estavam fora de casa: Sara realizava o mestrado em etnobotânica em Recife-PE; e Isabel fazia a graduação em Letras Inglês-Português em Vitória-ES.

tendo os entrevistados relacionado seus deslocamentos com a busca por empregos que proporcionassem melhores salários e direitos trabalhistas, ainda ausentes na região, ou com a diminuição de postos de trabalho a partir de meados do século XX – relacionada com a mecanização do campo e o avanço da pecuária. Todavia, se sua geração se deslocou em busca de trabalho em sua juventude, concluiu o projeto de liberdade por meio da educação, como assinalado por Costa,<sup>123</sup> através de seus filhos.

A decisão de sair da comunidade se revelou bem-sucedida para a família do senhor Alecio, que descreve orgulhosamente a formação profissional dos filhos. Nenhum deles precisa trabalhar “roçando pasto para fazendeiro”. O problema, como notado em seu lamento sobre a incapacidade de o terreno do avô sustentar a todos os herdeiros, não era o serviço agrícola, mas as relações de dependência estabelecidas com os proprietários das fazendas da região. Na geração do senhor Alecio, a terra conquistada por Leonardo e Flora e utilizada para garantir o sustento da família, já não era suficiente para atender as necessidades de seus netos e bisnetos – além do crescimento do número de membros, vale lembrar, também houve redução da propriedade. Diante dessa constatação e dos outros fatores apontados, ocorreu a decisão da mudança para a área urbana, uma estratégia utilizada por camponeses no Brasil há muito tempo, especialmente diante da impossibilidade de reproduzir o estilo de vida da geração anterior, como já observado por Carlos Eduardo Coutinho da Costa.<sup>124</sup>

O sucesso da família no que tange à educação dos filhos – e a muitos outros aspectos – é inegável. O reconhecimento, porém, deve destacar os caminhos não lineares dessa trajetória. O senhor Alecio, dona Maria e alguns dos filhos moram até hoje na área urbana de Cachoeiro de Itapemirim, embora estejam com frequência na propriedade em Monte Alegre, onde concederam a maioria das entrevistas. No entanto, alguns de seus filhos regressaram para a comunidade ao longo das últimas décadas. Na verdade, os vínculos nunca foram rompidos, tendo as crianças crescido em contato com os familiares que permaneceram em Monte Alegre. Um deles, Leonardo Marcelino, cujo nome homenageia os dois avôs paternos, retornou na década de 1990 junto com a esposa Luzia e três dos quatro filhos – a caçula nasceria

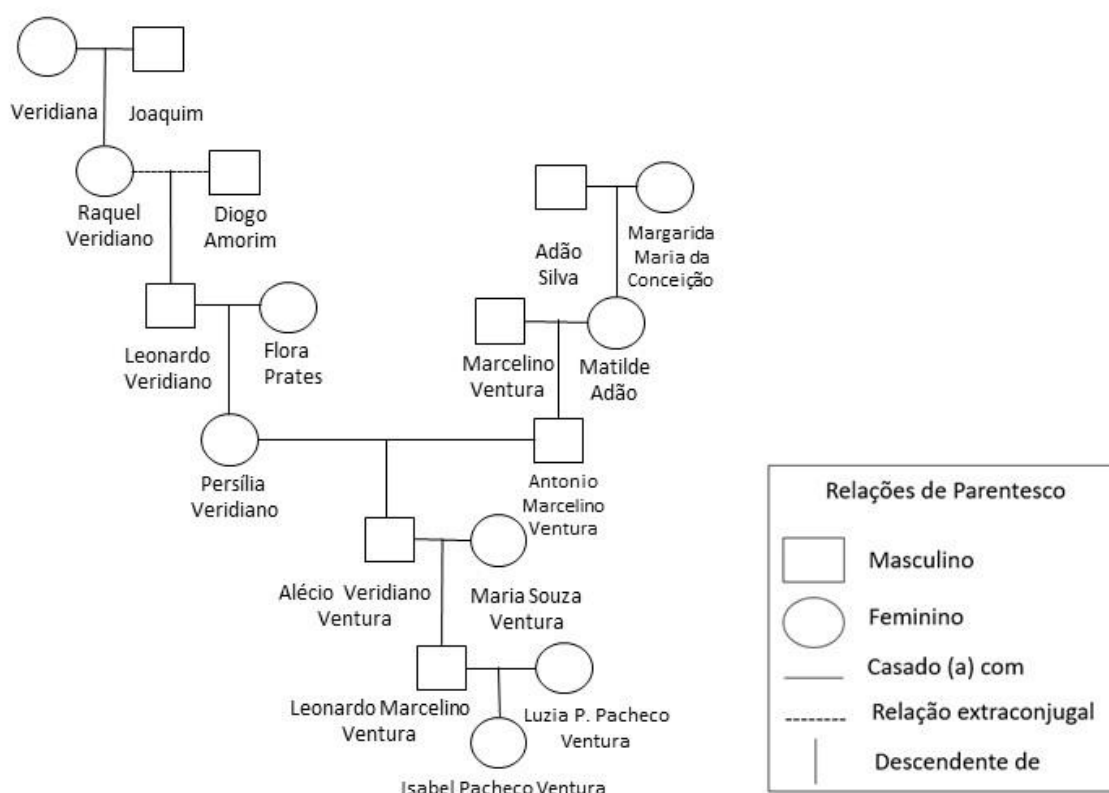
---

<sup>123</sup> COSTA, 2013.

<sup>124</sup> COSTA, 2013, p. 166.

na comunidade.<sup>125</sup> Ele foi uma das lideranças do processo de certificação da comunidade como quilombola, o que abriu possibilidades para reivindicação de direitos e construção de parcerias – apontado na narrativa do senhor Alecio como “através do quilombola”. Foi graças às bolsas de estudo, solicitadas por Leonardo a um centro universitário local, que ele, Neide, Lúcia e outros moradores de Monte Alegre se tornaram as primeiras pessoas de suas famílias a cursar o ensino superior. Para entender melhor esse processo de autoatribuição, acionador de mudanças importantes em Monte Alegre, é importante reforçar uma questão. Acompanhe a figura 23, uma versão simplificada<sup>126</sup> de algumas das uniões familiares realizadas na comunidade.

Figura 23 - Enlaces familiares em Monte Alegre



Fonte: Entrevistas diversas realizadas na comunidade.

A figura acima exibe sete gerações da comunidade de Monte Alegre, desde o casal africano formado por Veridiana e Joaquim, até a geração de Isabel – a filha caçula de

<sup>125</sup> VENTURA, 2019c.

<sup>126</sup> A simplificação do diagrama (figura 23), por não apresentar todos os descendentes de cada família, facilita sua leitura e contempla o meu objetivo argumentativo.

Leonardo Marcelino e Luzia nascida na comunidade de Monte Alegre. Mais de 150 anos separam a primeira geração, escrava, e a sétima geração, autointitulada quilombola. Nesse período, a família recebeu integrantes de origens distintas, inclusive de pessoas que não (re)conhecem ascendência africana e/ou ligada à memória genealógica da escravidão, como dona Maria de Souza Ventura, avó paterna de Isabel e esposa do senhor Alecio.

O senhor Alecio e dona Maria informaram, inicialmente, que ela era cearense. Todavia, dona Maria nasceu em uma comunidade próxima a Monte Alegre, assim como seus pais. Na verdade, explicou-me, é neta de Miguel de Souza, “cearense legítimo”, que veio com 15 filhos do Ceará para o território capixaba – embora não soubesse precisar a data, podemos estimá-la no final do século XIX, período no qual o sul do Espírito Santo recebeu diversas levas de migrantes daquela província/estado. Na região, a família se estabeleceu em Conduru, nas proximidades de Monte Alegre, onde o sr. Miguel se uniu a Inês Teresa, com quem teve mais 15 filhos. Dona Maria perdeu os pais na infância, sendo criada por essa esposa de seu avô e por uma das filhas dela, a tia Esmeraldina. Seu irmão, Sebastião Souza, que também se considera como cearense, se recordou do pai da avó Inês Teresa como sendo africano. Já dona Maria enfatizou que a mãe dela era uma “negra da Angola”, sendo até difícil para os filhos compreender sua língua.

A família de dona Maria, além de apontar para a diversidade de origens na região, reforça a ligação entre a memória da escravidão, vivenciada pelos ancestrais no território de Monte Alegre, e a identidade quilombola. Ela se considera cearense e tem orgulho dessa origem, ainda que reconheça uma “mistura” com outros grupos. Por isso, ela afirma não saber muito sobre “esse negócio de quilombola”, pois diz respeito à família do senhor Alecio e de seus próprios filhos que são, segundo suas palavras, “tudo quilombola”. Aliás, trata-se de um assunto relativamente novo, apareceu “de poucos tempos pra cá”. Nas palavras do entrevistado,

*Alecio:* O Lula que foi mexer com isso e deu esse direito. Do Lula pra cá. Do Lula pra lá ninguém pa... nem sabia que nós éramos...

*Maria:* Eu também num conhecia.

*Alecio:* Sabia que nós éramos descendentes do pessoal lá de fora, mas num sabia que tinha problema quilombola, nem sabia falar. Depois que o Lula entrou, aí sim, aí então que Lula entrou, reviveu isso e deu o direito pras pessoas de cor, né? [...]

*Alecio:* Eu só sei que... que esse Luís, o Lula, deu esses direitos pra pessoas de cor, de quilombola. Eles falam, eles falam assim que os quilombolas são as pessoas que os antigos vieram, tinha terra aqui. Trabalhavam de

escravos... trabalhavam de escravos. Então, hoje em dia, por esse motivo que o pessoal trabalhava de escravo... As pessoas escuras, como todo mundo sabe, não têm direito a nada no Brasil. Num é só emprego. Você sabe que emprego se tiver 10, por exemplo, no Banco do Brasil, se você vê 10 trabalhando, você vai ver um ou dois, no máximo, de pessoa escura, preto mesmo trabalhando lá. Se você ver trabalhando é na cozinha, é varrendo, lavando banheiro, mas lá na frente na... na, isso aí falo à vontade porque qualquer um sabe disso. [...]

A gente sabe que... a gente vê falar, os antigos falar que... eles levavam navio lá fora e trazia as pessoas escuras pra trabalhar aqui... pra negócio de mandioca, negócio de fazer farinha, negócio de engenho de cana. A gente sabe disso porque... sabe disso porque os antigos falam isso, que muitos vieram pra cá porque levavam os navios lá fora e comprava. Antigamente, as pessoas pretas, diz eles que eram comprados. Então tinha lá, tinha uns pessoal bom... preto, bom de serviço, trazia pro... mas trabalhava em serviço pesado aqui, não era pra fazer garfe, dividir mamona... era pra trabalhar pesado, é trabalhar em man... engenho de cana, mandioca, que tinha naquele tempo, fazia isso. Num tinha outras coisas igual hoje em dia, algodão, mexer com essas coisas. Mas e depois então, eles foram ampliando aquilo, eles foram ficando. Aí os fazendeiros foram querendo tomar a terra. Então, o Lula falou: "Não, essa terra... os quilombolas e os antigos deles..." Não é igual os meus avós, que meu avô comprou. "Eles ficaram aqui, então essa terra é deles". Tanto é que quando eles vieram fazer esse negócio lá, eles passaram aqui em casa, Leonardo mandou aqui em casa, né? Mandou uma pessoa acompanhada, eu até assinei, mas num gosto de assinar qualquer coisa não. Então, Leonardo passou por mim e disse: "Ó, esse rapaz aí com negócio de quilombola, negócio de terra de vocês, e agora aqui... a terra aqui vai ser assim: um motivo dos nossos pais morarem aqui vai ser... a terra vai ser... vai pertencer aos quilombolas, vai ter direito disso, direito daquilo, direito daquilo... vai ter uma porção de direito. Que vai ter, vai ter casa, vai ter isso, vai ter aquilo, vai ter engenho de mandioca, vai ter até um coiso pro pessoal plantar mandioca... que o governo vai dar." O Governo de Lula! Agora acabou tudo. [...]

Então, ele deu esse direito, mas, eles não são muito de apoio disso, tanto é que parou, tá parado... Isso aí é muito bom para nós que ficamos, né?! Porque sabemos que nossos avós sofreram muito. Nossos bisavôs, vovô não, bisavô sofreram muito.<sup>127</sup>

Como visto no capítulo anterior, o Estado Brasileiro reconheceu – com um século de atraso em relação à abolição da escravidão – por meio do artigo 68 da Constituição Brasileira de 1988, o direito das “comunidades dos quilombos” que estivessem ocupando suas terras. No entanto, esse artigo só foi regulamentado em 2003, com instruções normativas em 2004 e 2005, após intensa luta do movimento negro e do movimento quilombola nos anos 1990. É sobre esse contexto, no qual o próprio conceito de quilombola foi ressignificado, que o senhor Alecio discorre. A discussão teórica e legal sobre os “remanescentes das comunidades de quilombo” era desconhecida em Monte Alegre e pelos seus ex-moradores, que foram compelidos pelas circunstâncias a se mudar para a região urbana. O que o senhor Alecio conhecia, e pode reafirmar após a ciência sobre o tema, é que ele descende do

<sup>127</sup> VENTURA; VENTURA, 2019.

pessoal que foi trazido de fora, lá da África, para ser vendido como escravo nas terras do Espírito Santo; sabe que o serviço era pesado, que não havia liberdade e que o sofrimento dos “antigos” era grande; também sabe que alguns de seus ancestrais, como seu avô Leonardo, conseguiram adquirir terra, mas os descendentes tiveram dificuldade para protegê-las dos ataques dos fazendeiros; sabe também que, se a terra é fundamental para a comunidade garantir sua sobrevivência, especialmente aqueles membros que não a herdaram ou não conseguiram preservá-la, a luta não se limita à questão econômica, já que o racismo<sup>128</sup> afasta as “pessoas escuras” de seus direitos. Todo esse sofrimento presente em sua memória genealógica da escravidão, bem como a resistência de seus ancestrais e da sua própria família no presente, justificam os direitos dos quilombolas na atualidade, segundo sua visão.

A partir do relato do senhor Alecio, é interessante lembrar, junto com Michael Pollak, que a memória, enquanto fenômeno construído, é organizada em função das preocupações pessoais e políticas do presente.

Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.<sup>129</sup>

A relação entre a memória e o sentimento de identidade ocorre, segundo Pollak, à medida em que ela, a memória, é “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.<sup>130</sup> Esse processo é evidenciado na fala do senhor Alecio que, através de sua memória genealógica da escravidão, passa a se identificar como quilombola. É importante frisar que essa operação que “transforma” descendentes de escravos em quilombolas apoia-se nos elementos constitutivos da memória, isto é, nos acontecimentos, personagens e lugares, que não podem ser inventados ou

---

<sup>128</sup> A denúncia de racismo apareceu também, em maior ou menor grau, em outras entrevistas. Na maioria dos casos, o tema foi citado no contexto do futebol, quando torcidas de times de fora utilizavam xingamentos racistas para se referir aos jogadores ou às mulheres da torcida. Um dos episódios mais detalhados foi narrado pelo senhor Jonaci Ventura e ocorreu fora da comunidade. Na juventude, ele migrou para o Rio de Janeiro em busca de trabalho. Um dia, após assistir ao time do Flamengo jogar no Maracanã, na década de 1970, foi impedido de entrar em um baile onde torcedores comemoravam a vitória, pois, segundo o segurança, o baile era “só para brancos”. O episódio o marcou de uma forma que ele queimou a camisa do time na mesma noite, deixou de torcer para o Flamengo e nunca mais teria participado de baile. VENTURA, 2019e.

<sup>129</sup> POLLAK, 1992, p. 204.

<sup>130</sup> POLLAK, 1992, p. 204.



adicionados ao sabor das demandas presentes, ainda que estas estimulem a revisão e seleção daqueles elementos. Se o tempo dos quilombolas é o tempo dos direitos, isso não transformou a todos os moradores ou ex-moradores de Monte Alegre em quilombolas. Dona Maria, criada por uma descendente de escrava e casada com um, não se reconhece como quilombola. Já seus filhos, segundo ela, são “tudo quilombola”,<sup>131</sup> uma vez que são herdeiros da memória de escravos ancestrais do pai; nasceram em Monte Alegre e mantiveram vínculos com o território mesmo depois de sair da comunidade; e enfrentam as dificuldades impostas pelo racismo.

A construção da identidade quilombola, portanto, é marcada na fala do senhor Alecio como um lugar de direitos, ainda que entre eles haja políticas de governo e até mesmo parcerias com instituições privadas e que, portanto, não estejam garantidos, conforme reconhecido por ele. Vários dos benefícios citados,<sup>132</sup> por exemplo, foram descontinuados nos últimos anos. Além disso, o principal deles, ou seja, a titulação da terra, que deve ser responsável pela “garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”, conforme preconizado pelo Decreto nº 4.487/2003, é aguardada desde a certificação da comunidade em 2005.

O senhor Alecio e os demais quilombolas entrevistados não acreditam que a titulação do território ocorrerá em breve, mas testemunham as mudanças ocorridas na comunidade a partir da legislação vigente e sinalizam a importância das políticas públicas para satisfazer as expectativas geradas pelo 13 de Maio – no passado e no presente. A explicação de Leonardo Marcelino, filho do senhor Alecio diretamente envolvido no processo de reconhecimento da comunidade, ilumina a questão:

*Leonardo:* Estava-se criando um circuito turístico, que pegaria várias comunidades inclusive Monte Alegre, aqui com meu espaço aqui, que seria um espaço pra alimentação e pra trilha na mata. Participei durante acho que uns dois anos, depois acabei desistindo disso, mas em uma dessas reuniões eu conheci uma moça, que ela trabalhava no INCRA, e ela disse... Ela falou pra mim: “Leonardo, no dia que vocês se reconhecerem como quilombolas, você vai ver que a comunidade de vocês vai avançar muito nas políticas”. Até então não se falava de quilombolas, e nós sabíamos, todo mundo aqui sabia claramente na comunidade de que éramos descendentes de escravos, mas o termo quilombola ele não era utilizado. E também na cabeça dos moradores da comunidade ser descendente de escravos era uma coisa que não satisfazia a eles porque a concepção que tinha de ser descendente de escravo te ligava a você ser descendente de um alguém que não sabia ler,

---

<sup>131</sup> VENTURA, 2019a.

<sup>132</sup> Leonardo Marcelino detalhou melhor alguns dos programas/iniciativas citados pelo pai: Minha Casa Minha Vida – Habitação Rural; Compras Diretas de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Programa de Aquisição de Alimentos; Bolsas de estudo no Centro Universitário São Camilo; PROUNI; Cotas raciais nas instituições federais de ensino.

que não sabia escrever, de que a sua ancestral ela foi abusada pelos senhores, então pras pessoas isso não era legal, você tá ligado a essa pessoa de que trabalhou sem nunca ganhar nada, então em parte entendia assim, o escravo ele era uma pessoa que não tinha escolaridade nenhuma, a mulher dele foi abusada, ele apanhou, e ele não tinha nada, então não era compensador você ligar a sua história a história dessa pessoa, principalmente do lado pejorativo de que o escravo qualquer atividade que ele, qualquer coisa que ele fazia que desagradava o senhor, ele era levado pro tronco e chicoteado. E as pessoas não queriam estar associados a ser parente desse tipo de pessoa, diríamos assim. E aí quando essa moça me falou dessa questão de quando a gente se reconhecesse como quilombola, políticas avançariam aqui dentro, eu e Arilson que estávamos nessa reunião, Arilson se tornou uma grande liderança quilombola, não só na comunidade, mas no estado e no Brasil inteiro [...].<sup>133</sup>

A consciência histórica, no sentido adotado por Funkestein,<sup>134</sup> é evidente no relato de Leonardo Marcelino, bem como no de seu pai, que interpretam a memória coletiva dos descendentes de escravos de Monte Alegre, outrora motivo de vergonha e humilhação, como base para reivindicação de direitos. A dor e a indignação causadas pelas memórias “quase herdadas” não desapareceram, mas ela é contornada com a ajuda de estratégias, como a positivação da história dos ancestrais, para lembrar que seu sofrimento é digno de reparação para seus descendentes, ainda que com mais de um século de atraso. Ao estabelecer essa relação e reivindicar seus direitos, os quilombolas de Monte Alegre contribuem para a escrita de uma história local mais rica e dinâmica, uma vez que demarcam sua secular existência e persistência no Espírito Santo, assentada em laços familiares construídos naquele território desde o tempo do cativo. Aliás, é uma luta que se une a milhares de outras comunidades, oficialmente reconhecidas ou não, em todo o Brasil.

---

<sup>133</sup> VENTURA, 2019a.

<sup>134</sup> FUNKENSTEIN, 1989.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Áurea foi comemorada desde sua assinatura, como se procurou demarcar nesta tese. Festas ocorreram na Corte e nas diversas cidades do país, que receberam telegramas com a notícia no mesmo dia de sua assinatura, 13 de maio de 1888. Em Cachoeiro de Itapemirim-ES, aonde a notícia chegou com atraso de dois dias, também houve manifestações nas ruas, com passeata animada por banda de música, foguetório, iluminação de diversos edifícios e muitos discursos saudando a “gloriosa lei”. A alegria, contudo, não foi geral como os periódicos locais se esforçaram para demonstrar.

As edições comemorativas de *O Cachoeirano* e de *O Constitucional*, publicadas no dia 20 de maio, embora concordassem no tom festivo, já delineavam diferenças sobre o evento, que seriam intensificadas nos meses seguintes. A análise de conteúdo dos dois periódicos, ao ultrapassar a edição especial, revelou a disputa narrativa sobre os significados do 13 de Maio, bem como os personagens responsáveis por ele e suas consequências. Inicialmente aclamado como “glorioso ato”, acolhido “entre flores e sorrisos” por ser o resultado da vontade geral da nação, ele passa a ser definido pelo periódico de tendência republicana como “golpe” motivado por interesses políticos da monarquia, especialmente da Regente, para se perpetuar no poder. O jornal do Partido Conservador local, que só se manifestou favorável à abolição após o Gabinete de João Alfredo declarar publicamente seu objetivo em relação à questão servil, variou sua posição entre louvores à Monarquia, ao Gabinete e à defesa da inevitabilidade de um longo e legal processo que conquistara a nação. Após a Proclamação da República e o desaparecimento do periódico concorrente, a ênfase sobre o papel da Princesa se reduz drasticamente, mas a associação da abolição a um duro e repentino golpe sobre a lavoura permanece durante todo o período, inclusive nos aniversários da abolição.

O entusiasmo em relação à lei logo arrefeceu em Cachoeiro de Itapemirim. Após a comemoração inicial, descrita como algo quase espontâneo, o convite da imprensa para a organização de festas “à altura” do evento não logrou êxito. Nos anos seguintes, com exceção de 1893 quando o jornal *O Cachoeirano* esteve sob a

responsabilidade de editores cearenses recém-chegados à região, as celebrações coordenadas pelas autoridades e/ou pela Imprensa minguaram. Em geral, o periódico se contentou em registrar e avaliar algumas iniciativas por parte dos libertos, e as festas ou sua ausência em outras províncias.

As críticas ao caráter repentino da lei e a falta de medidas correlatas para garantir a proteção da lavoura destacaram-se no periódico que fora simpatizante da abolição nos últimos anos da escravidão. Até o final de 1887, enquanto o jornal conservador seguia a direção partidária e criticava todas as medidas relacionadas à campanha abolicionista, até mesmo o uso da palavra “escravizado”, *O Cachoeirano* publicava notícias sobre alforrias locais e nacionais, elogiando o espírito filantrópico dos envolvidos para incentivar seus leitores a seguirem o exemplo. Outras movimentações da campanha abolicionista mereceram estampar as suas páginas, como editoriais, notícias e textos de colaboradores sobre as tristes *cenar da escravidão*. Personagem assíduo n’ *O Cachoeirano* desse período foi o advogado João Paulo Ferreira Rios, único abolicionista autodeclarado pardo na região. Membro honorário da Confederação Abolicionista, ele é o nome que mais aparece no jornal local envolvido no movimento. As ações contemplam denúncias contra a escravização ilegal, arrecadação de dinheiro para alforrias, defesa e tutela de escravizados em disputa por sua liberdade com os proprietários, até mesmo a conversão do funeral de uma ingênua em oportunidade de sensibilização da sociedade sobre a escravidão. Seu nome merece destaque por seu reconhecimento no período, tendo recebido louvores e saudações na festa da abolição por parte de livres e libertos, e por ser representativo das características marcantes do abolicionismo capixaba: a legalidade e a moderação. É interessante destacar que não se constatou o envolvimento de abolicionistas com fugas, aliás, as fugas em massa registradas em outras províncias não foram verificadas na documentação analisada em Cachoeiro de Itapemirim.

A observação dos últimos anos da escravidão no município com a maior concentração escrava do Espírito Santo é suficiente para despertar, no mínimo, a curiosidade em relação às edições comemorativas da abolição, publicadas pelos dois periódicos locais e, desta forma, evitar a surpresa que tiveram os editores forasteiros com a frieza da sociedade em relação ao 13 de Maio nos anos seguintes. Concentrando a metade da população escravizada da província, cerca de sete mil pessoas, os fazendeiros e as autoridades se esforçaram até a abolição oficial para mantê-la no cativeiro. Alforrias

incondicionais e condicionadas a trabalho por mais alguns meses e até anos aconteceram, como já registrado pela historiografia, mas não contemplaram a maioria da população no cativeiro. As publicações sobre o tema até o final de 1887 não são alardes sobre fugas em massa e revoltas generalizadas, mas anúncios de senhores oferecendo recompensas para a recuperação dos fugitivos. Mesmo no ano de 1888, há notícias sobre a venda de pessoas e os periódicos constatam, em tom crítico, a manutenção da “grande massa produtora” na escravidão, apelando aos fazendeiros para se anteciparem às medidas do Governo sobre a questão servil. Aliás, a postura do periódico favorável à abolição de manter os anúncios sobre fugas e vendas de escravizados enquanto seus pares de Vitória os rejeitaram desde 1885, contribui para destacar a força da escravidão e entender parte das críticas após a abolição, bem como o maior entusiasmo dos “novos cidadãos” em relação à lei.

O apego da sociedade livre à escravidão até seu desmoronamento manifestou-se até mesmo entre aqueles que se intitulavam “avançados” sobre o tema. Em abril, quando já se conhecia o objetivo do Governo de abolir a instituição, *O Cachoeirano* comemorou a libertação de um distrito do município, sem manifestar-se sobre a notícia, publicada na mesma edição, de um regulamento que visava ao controle dos libertos. Na verdade, esse tipo de iniciativa, longe de suscitar a crítica, foi elogiada e incentivada pelos dois periódicos. A defesa da lavoura, considerada por ambos como a fonte da riqueza local e nacional, foi o principal ponto em comum entre ambos. Ainda que suas narrativas sobre a abolição fossem distintas, tendo *O Constitucional* se negado a culpar a Monarquia pelo evento, os dois defenderam medidas governamentais no pós-abolição para controle dos ex-escravos e para a salvação da grande lavoura.

A defesa da imigração, especialmente europeia, recebe relevância a partir desse objetivo de assegurar a mão de obra para a cafeicultura e oferecer “exemplo” para os trabalhadores nacionais. O discurso da falta de mão de obra e desorganização do trabalho provocada por uma suposta incapacidade dos negros de se submeterem ao trabalho livre promoveu a exaltação dos imigrantes italianos (predominantes no Espírito Santo), vistos como os principais “operários do progresso” capixaba. Ao mesmo tempo, os estereótipos de vagabundagem foram atrelados à população liberta, ainda que as notícias do próprio periódico sobre o emprego de ex-escravos em diversas áreas do município contrariassem o discurso. Há que se ressaltar que a

reclamação sobre a carência de mão de obra não foi restrita à lavoura, e apareceu com um corte de gênero específico, ao criticar a resistência de mulheres a empregarem-se nos serviços domésticos. O governo republicano local não ignorou as queixas e elaborou em seus primeiros meses um projeto de serviço de criadagem. A organização dos demais trabalhadores também foi considerada e manifestou-se por meio do Código de Posturas Municipais, aprovado em 1893, que estabelecia regras para limitar a liberdade dos trabalhadores.

A defesa da imigração, o discurso pejorativo em relação aos libertos e a defesa de medidas de controle dessa população são reveladoras do projeto pensado para os libertos pela elite local. Soma-se a isso, a persistência de termos distintivos desses “novos cidadãos”, demarcadores de seu passado escravo, ao mesmo tempo que se clamava por uma educação para seus filhos que os fizessem esquecer os “transes” vividos por seus pais para não suscitar mágoas e vinganças.

Mais de 130 anos após a abolição, a celebração do 13 de Maio por descendentes de pessoas que foram escravizadas na região, e atualmente integram a Comunidade Quilombola de Monte Alegre, mostra que o projeto de esquecimento das elites não funcionou.

A memória da escravidão ganhou força e foi ressignificada no contexto do avanço legal relacionado à reparação histórica (Decreto nº 4.887/2003) como base para a construção de uma nova identidade – processo ainda em curso – e reivindicação de direitos. A antiga vergonha ligada aos maus tratos e humilhações sofridos por seus ancestrais cedem lugar ao orgulho pelo trabalho e riqueza por eles produzidos, o que é demonstrado pela preservação e/ou recriação de tradições, como o caxambu; a abertura da comunidade para visitantes e a exploração do turismo étnico; o resgate de lugares de memória, como o cemitério e o 13 de Maio – o “raiar da liberdade”.

A certificação como comunidade remanescente de quilombo, em 2005, e a Lei nº 10.639/2003 impactaram a comunidade em diversos aspectos, além da ressignificação de sua memória. Monte Alegre recebeu diversos programas sociais (federais, estaduais e municipais), costurou parcerias com entidades privadas, estabeleceu alianças e colaborações com movimentos sociais (notadamente, coletivos ligados aos direitos dos quilombolas), passou a receber grupos escolares de forma regular e transformou isso em fonte de renda. As influências externas contribuíram para uma releitura e problematização da memória, mas não alteraram

seus principais elementos constitutivos. Isso fica muito evidente quando se observa a ausência de Zumbi dos Palmares e do 20 de Novembro como, respectivamente, personagem e acontecimento, nas narrativas. Para a comunidade, com memória genealógica da escravidão, os personagens exaltados são locais: Raquel Veridiano, escrava de beleza singular, mãe de antigos moradores de Monte Alegre que foram contemporâneos de atuais residentes; José e Marcelino Ventura, irmãos que vieram do Rio de Janeiro, e encontraram na comunidade espaço acolhedor para recomeçar a vida ao lado de familiares; Adão, o escravo símbolo da resistência negra, que cavava brechas de liberdade no cativeiro com sua especial “oração”, embora retornasse todos os dias para o trabalho. Nos primeiros anos após a certificação como quilombola, houve um movimento para celebrar o 20 de Novembro na comunidade, mas ele não se perpetuou, embora se reconheça a importância atribuída à data e a reflexão proporcionada por ela. Segundo a liderança local, isso é explicado por questões práticas. Acreditamos que vai além disso. Para os descendentes dos últimos escravos de Cachoeiro de Itapemirim, que foram mantidos em cativeiro até a promulgação da Lei Áurea, o 13 de Maio possui um significado que não pode simplesmente ser substituído. Isso não implica afirmar que elementos não possam ser revistos, incluídos e excluídos, como é próprio da memória. Sabemos que a história dialoga com a memória e temos exemplo prático na comunidade: até 2016, não se sabia exatamente quem era Veridiana e qual a relação dela com outros moradores, mas a pesquisa de uma das lideranças o conduziu a trabalho historiográfico e a comprovação documental de que Raquel Veridiano era filha da africana Veridiana. A verificação ampliou a árvore genealógica da família, iluminou a origem do sobrenome e destacou a importância desse personagem na narrativa.

As entrevistas com os moradores mais idosos descortinam as motivações dos ancestrais para a permanência na região após a abolição, sua interação com outros grupos (notadamente, “italianos” e “portugueses”) e algumas estratégias adotadas por eles e pelos próprios entrevistados para a inserção na sociedade livre e para a mobilidade social. Primeiramente, o elemento que se destaca é a família e a rede de solidariedade formada na vigência do sistema escravista, como se observa nos mitos de origem. De fato, na região havia um significativo percentual de escravizados envolvidos em relações familiares em meados do século XIX. A família dos africanos Veridiana, Joaquim e seus quatro filhos exemplifica isso. Sua filha mais conhecida na

comunidade, Raquel, nasceu no início da década de 1860, quando seus pais já estavam juntos há pelo menos 17 anos. Raquel Veridiano, como a maioria dos escravos da região, foi liberta pela Lei Áurea, quando já era mãe de três crianças (Daniel, Merburgues e Leonardo), tendo vivido sua vida inteira na área, onde certamente construiu redes de solidariedade. Após a abolição, ela se mudou para Monte Alegre, se uniu a outro ex-escravo (Manoel Cambão) e teve mais um filho (Venceslau Manoel Veridiano), que como os demais, herdou o nome da avó africana como sobrenome.

As narrativas também destacam a possibilidade de construção de casas próprias com recursos extraídos das matas e mão de obra coletiva nessa região onde se formaria a comunidade. A aquisição de terras por meio da negociação da mão de obra e da venda da madeira para os fazendeiros foi outro fator importante. As terras, em áreas de mata virgem, possuíam pouco valor para os fazendeiros, mas garantiam estabilidade para as famílias dos libertos e seus descendentes, que poderiam combinar o cuidado em suas roças com o trabalho nas fazendas.

A organização em turmas, sob a vigilância de encarregados, foi uma continuidade do tempo do cativo vivenciada pelos entrevistados da segunda geração livre. Essa geração, nascida nas décadas de 1930 e 1940, viu a terra de suas famílias se tornar cada vez menos capaz de garantir o sustento de todos, motivo pelo qual a busca por melhores condições de vida fora da comunidade se intensificou. O Rio de Janeiro e a área urbana de Cachoeiro de Itapemirim aparecem como alternativas para os que buscavam direitos trabalhistas não disponíveis na região. Para os homens jovens, que são os principais migrantes, jogar futebol poderia ajudar a garantir a vaga com carteira assinada, como aconteceu com alguns dos entrevistados. A educação aparece nessa mesma geração de uma forma marcante. Enfatiza-se que a última geração nascida na escravidão, ainda que tenha sido formada por ingênuos, foi tratada como escrava. Afirma-se, com indignação, que mesmo os supostos filhos do fazendeiro com a escrava Raquel morreram sem saber assinar o nome. A respeito de sua própria geração, lamenta-se a limitação do acesso à educação, provocada pelas imposições do mundo do trabalho desde a infância, bem como o desejo e iniciativas, inclusive de migração, para garantir aos filhos essa oportunidade. A educação é vista como forma de garantir autonomia em relação aos fazendeiros e possibilitar ascensão social.



É interessante notar um fenômeno que ocorre na invocação da memória familiar da escravidão. Certos acontecimentos parecem ser “vivididos por tabela”, tamanha a indignação e sofrimento causados nos entrevistados. Alguns, inclusive, são indizíveis. Estratégias são acionadas para comunicar o que não pode ser verbalizado, entre as quais, destaca-se o uso enfático de termos genéricos, a atribuição de histórias a personagens não nomeados e, especialmente, a posituação da experiência. Não se trata de esquecer ou minimizar os sofrimentos dos ancestrais, mas de enfatizar aspectos positivos de sua vida, de modo a demarcar sua humanidade apesar da violência do cativo.

Aos horrores da escravidão, contrapõe-se a narrativa da abolição com uma leitura própria sobre o evento que marca uma ruptura com o tempo do cativo. O “raiar da liberdade” representa para os entrevistados a inauguração de um tempo de possibilidades e de expectativas que passam pelo fim da exploração do trabalho sem remuneração, da prisão em troncos, do controle (quase) total sobre o tempo, do abuso de mulheres e crianças, dos castigos físicos, da privação da liberdade. O tempo do cativo era o tempo sem lei, sem diversão, sem descanso. A narrativa, que envolve alguns jogos do *tempo do cativo*, inverte o estereótipo atribuído aos negros como preguiçosos e os direciona para aqueles que desfrutavam a vida sem trabalhar e explorando a vida dos outros, ou seja, os senhores e sinhás. A narrativa, especialmente feminina, vai ao encontro da versão apresentada nos jornais da época sobre a resistência das mulheres negras ao serviço doméstico no imediato pós-abolição, mas oferece uma explicação bem diferente: o esforço para impedir a violência contra si e contra seus filhos. O serviço doméstico das escravas, além de ser “serviço pesado”, enfatizam as entrevistadas, colocava as mulheres em situações de maior vulnerabilidade onde eram obrigadas a “fazer de tudo”.

A memória genealógica da escravidão explica, portanto, a relevância do 13 de Maio na comunidade. Foi a Lei Áurea que libertou a maioria de seus ancestrais e inaugurou um campo de possibilidades, exploradas por eles, que se alarga na atualidade com a construção da identidade quilombola em substituição a de descendentes de escravos. Operada a partir das demandas do presente, essa memória não ignora algumas continuidades com o período anterior, mas concentra-se nos elementos que sustentam a reivindicação de direitos e positivam a identidade quilombola.

Por fim, esperamos que o diálogo desenvolvido nesta tese entre as fontes escritas tradicionais e as entrevistas sobre a memória da escravidão e da abolição contribua para a reflexão a respeito de algumas questões sobre a história do Espírito Santo e possa fomentar sua participação no debate nacional sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### I. RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Comendador, José Francisco de Andrade e Almeida e Monjardim, segundo vice-presidente, em 13 de fevereiro de 1857. p. 13. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 07 de agosto de 2020.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Relatório o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. José Fernandes da Costa Pereira Jr., dirigiu a Assembléia Legislativa na Sessão Ordinária de 23 de maio de 1862. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em 25 de junho de 2020.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil, em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprimerie du Bureau de Estatistique, 1898.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos proprietários de estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Typ. da estatística, 1923.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Vol. IV: População do Brazil por estado e municípios segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typ. da estatística, 1926.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comissão Censitária Nacional. Recenseamento Geral do Brasil. 1º de Setembro de 1940. Sinopse do Censo Industrial

e do Censo de Serviços. Dados Gerais. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. Série Nacional. Volume 1. Censo Demográfico. Dados Gerais. Rio de Janeiro: 1956.

## II. LEGISLAÇÃO

PLANALTO, Legislação Histórica. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio-1>>.

PLANALTO, Legislação Histórica. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio-1>>.

PLANALTO, Legislação Histórica. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio>>.

PLANALTO, Legislação Histórica. Lei nº 3.263, de 28 de setembro de 1885. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio-1>>.

PLANALTO, Legislação Histórica. Lei nº 3.310, de 15 de outubro de 1886. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio-1>>.

PLANALTO, Legislação Histórica. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM3353.htm).

PLANALTO, Constituição Federal. 1988. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_03.07.2019/art\\_215\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_215_.asp)>. Acesso em 29 de agosto de 2019.

PLANALTO. Lei nº 9.315 de 20 de novembro de 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9315-20-novembro-1996-349074-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

PLANALTO, Lei nº 10.639/2003. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

## III. REGISTROS CARTORÁRIOS

Inventário de Francisco Simião da Fraga. Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Ano 1865, maço 1.

Inventário de Joaquina Margarida da Silva Lima. Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Ano 1864, maço 1.

Inventário de Joaquina Maria de Amorim. Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Ano 1856, maço 1.

Inventário de José Barboza de Lima. Cartório do 3º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Ano 1867, maço 2.

#### IV. HEMEROTECA DIGITAL

O Cachoeirano.

O Constitucional.

#### V. ENTREVISTAS

ADÃO, Maria Laurinda. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 30 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 26 de novembro de 2019.

ALVES, Maria Deolinda. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 24 janeiro de 2019a.

\_\_\_\_\_. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 29 janeiro de 2019b.

ALVES, Lair Alves. Entrevista realizada na comunidade Quilombola de Monte Alegre, em 31 de janeiro de 2019b.

BARBOSA, Aguilar. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 28 de janeiro de 2019.

FELIPE, Adevalmira Adão. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 31 de janeiro de 2019.

ROQUE, Neuma Veridiano. Entrevista realizada na comunidade Quilombola Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 31 de janeiro de 2019a.

\_\_\_\_\_. Entrevista realizada na comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 28 de novembro de 2019b.

SOUZA, Sebastião. Entrevista realizada na comunidade quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 19 de março de 2019.

VENTURA, Alecio Veridiano. Entrevista realizada na comunidade Quilombola de Monte Alegre, em 31 de janeiro de 2019c.

\_\_\_\_\_; VENTURA, Maria de Souza; VENTURA, Leonardo Marcelino. Entrevista realizada na comunidade Quilombola de Monte Alegre, em 24 de janeiro de 2019.

VENTURA, Alecio Veridiano; VENTURA, Maria de Souza. Entrevista realizada em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 27 de novembro de 2019b.

VENTURA, Arilson. Entrevista realizada na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 19 de março de 2019d.

VENTURA, Jonaci. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 21 de março de 2019e.

VENTURA, Leonardo Marcelino. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 30 de janeiro de 2019a.

\_\_\_\_\_. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 31 de janeiro de 2019b.

VENTURA, Leni Barbosa; VENTURA, Sebastião Marcelino. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 29 de janeiro de 2019a.

VERIDIANO, Jadir; VERIDIANO, Paulo Cesar. Entrevista realizada na comunidade Quilombola de Monte Alegre, em 01 de fevereiro de 2019.

VEREDIANO, Lúcia de Souza. Entrevista realizada na comunidade Quilombola de Monte Alegre, em 29 de janeiro de 2019

## VI. OUTRAS FONTES

BRASIL. Jongo no Sudeste. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística* (1879). Vitória: Secretaria do Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

MARQUES, Cezar de Augusto (org). *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*. Arquivo Público da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, caixa 72-itens gerais 67, 1876.

## OBRAS

ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 13-31.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 2004

\_\_\_\_\_. "A vala comum da 'raça emancipada'": abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In: *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.

ALCÂNTARA, Maurício Henrique Miranda de. *As Falas do Trono entre o ritual e o discurso: analisando a Lei do Ventre Livre pelo discurso de D. Pedro II (1867-1872)*. In: *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, 2013.

ALENCAR, José (organização Tâmis Parron). *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: spdc/ufes, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. In: *Novos estudos*, 100, nov. 2014, pp. 115-137.

\_\_\_\_\_. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDRADE, Patricia Gomes Rufino. *Olhares sobre Jongos e Caxambu: Processos educativos nas práticas religiosas afro-brasileiras*. Tese (Doutorado). Vitória: PPGE/UFES, 2013.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Trad. Magda Lopes; Revisão técnica e apresentação Maria Ligia Coelho Prado. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

BARBOSA, João Paulo. *O pós-abolição no Rio de Janeiro: representações do negro na imprensa (1888-1910)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARTOLOMEY FILHO, Fernando. As festas em memória da abolição: comemorações cívicas do feriado de 13 de maio na capital e no interior do estado de Santa Catarina (1890-1915). In: *Memórias Rurais e Urbanas* – v. 28, n. 42 (Jun/2015).

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência, 1880-1905. In: *Estudos Avançados*, vol.23, n. 65, São Paulo, 2009.

BERLIN, Ira. *Gerações de Cativo*. Uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CAMPOS, Adriana. Abolicionistas, negros e escravidão. In: *Dimensões*, n. 10, jan./jul. 2000, pp. 31-45.

\_\_\_\_\_. Campos, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. In: *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez 2011, p. 84-96.

\_\_\_\_\_; MERLO, Patrícia M. da Silva. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. *Topoi: Revista de História*, vol. 6, nº 11, p. 326-360, 2005.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Geisa L; SIQUEIRA, Karulliny Silverol; MOTTA, Kátia Sausen da (Organizadoras). *Entre as províncias e a nação: os diversos significados da política no Brasil do Oitocentos*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

CANDAU, Jorge. *Memória e identidade*. São Paulo: Ed. Contexto. O jogo social da memória: fundar e construir.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPRINI, ALDIERIS BRAZ AMORIM. *O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, PPGHIS, Vitória, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1988.

\_\_\_\_\_. "IV. A brecha camponesa no sistema escravista". In: \_\_\_\_\_. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 133-154.

\_\_\_\_\_. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados. Escritos de história política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed. 2008a.



\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

CASTRO, Hileia Araujo de. *Luiz Gama e André Rebouças: negros livres no Brasil Imperial*. Vitória: IHGES, 2012.

CELIN, José Lazaro. *Imigração italiana no Espírito Santo: aspectos históricos e sinais contemporâneos*. In: *Revista GeoNordeste*, São Cristóvão, Ano XXX, n. 3, p. 56-75, jul./dez. 2019. p. 57.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CICALO, André. Campos do pós-abolição: identidades laborais e experiência "negra" entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 69, p. 101-130, jun 2015.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão*. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos*. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940). Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 2008.

\_\_\_\_\_. *De pé calçado: Família, trabalho e Migração no Pós-abolição da Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: IFCS, 2013.

\_\_\_\_\_. Migrações negras no pós-abolição. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015.

\_\_\_\_\_. O registro civil como fonte histórica: contribuições e desafios dos registros civis nos estudos do pós-abolição, Rio de Janeiro (1889-1940). In: *Veredas da História*. V. 9, n. 1, 2016, p. 117-139.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Global Ed, 1988.

\_\_\_\_\_. *Da senzala à Colônia*. 4ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

COSTA, Iraci Del Costa; SLENES, Robert. SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena. *Estudos Econômicos*. 17 (2): 245-295, maio/ago. 1987.

COSTA, Michel dal Col. *Caminhos da emancipação: redes solidárias de libertação dos escravos na região central do Espírito Santo oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2013

\_\_\_\_\_. *Rastros da sociedade senhorial: senhores, negócios, redes sociais e relações de trabalho nos últimos anos da escravidão capixaba (1871-1888)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

DADALTO, Maria Cristina. Vestígio de estrangeiros e nacionais na mídia do Espírito Santo. BOCC. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, v. 1, 2011.

\_\_\_\_\_. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. In: *SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n. 1, v.1, Abril, 2007. pp.57-74.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopese e estatística*. [Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves]. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política racial e social no Brasil (1917-1945)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. *TOPOI*, v. 12, n. 23, 2011, p. 118-139.

\_\_\_\_\_. “A redempção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48 – 2011.

p. 21.

DRESCHER, Seymour. A abolição brasileira em perspectiva comparativa. In: *História Social*, Campinas-SP, n. 2, 115-162, 1995.

\_\_\_\_\_. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. Trad. Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DUTRA, Thiara Bernardo. *Autoridades coloniais e o controle dos escravos: Capitania do Espírito Santo, 1781-1821*. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2016.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, Jonh L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FAVREET-SAADA, Jeanne. Bein affected. Translated from the French by Mylene Hengen and Matthew Carey. In: *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 2012, v. 2 (1): 435–445.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978. Vol. 1.

FERREIRA, Fernando da Costa. Futebol de classe: a importância dos times de fábrica nos primeiros anos do século XX. In: *Revista Digital*, Buenos Aires, Año 10, n. 90, nov. 2005. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd90/times.htm>>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

FERREIRA, Heloísa de Souza. *Ardis da sedução e estratégias da liberdade: escravos e senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888)*. Dissertação (mestrado). Vitória: PPGHIS-UFES, 2012.

FONER, Eric. O significado da Liberdade. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 9-36, mar.88/ago.88.

FUNKENSTEIN, Amos. Collective Memory and Historical Consciousness. *History and Memory*, vol. 1, no. 1, 1989, pp. 5–26. JSTOR, [www.jstor.org/stable/25618571](http://www.jstor.org/stable/25618571).

FLORENTINO, Manolo. & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856). In: *Almanack*. Guarulhos, n. 07, p.117-136, 1º semestre de 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Mercado historiográfico e troca desigual. In: \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil, 1989.

GOMES, Angela de Castro. Entre apropriações e circularidades: Memórias do cativo e política cultural na Era Vargas. In: *História Oral*, n. 1, junho de 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. 1992. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279293>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. *Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

\_\_\_\_\_. No meio das Águas turvas – racismo e cidadania no alvorecer da república – a Guarda negra na Corte (1888-1889). *Estudos Afro-asiáticos*, n. 21, 1991.

\_\_\_\_\_; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1930)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

\_\_\_\_\_. Quilombos e pós-emancipação: caminhos da cidadania e usos do passado no Brasil contemporâneo. In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Org.). *Golpes na História e na Escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Cortez: ANPUH SP – Associação Nacional de História – Seção São Paulo, 2017, pp. 156-176.

\_\_\_\_\_. “O ‘campo negro’ de Iguaçu: escravos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812 – 1883)”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25, dez. de 1993 – CEAA, Rio de Janeiro, 1993. p. 43-72.

\_\_\_\_\_; YABETA, Daniela. Memória, cidadania e direitos de Comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). In: *Afro-Ásia*, 47 (2013), 79-117.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27 (2002), 121-160.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, 27 (2002), 121-160.

GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, vol. I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Jongueiros e caxambuzeiros no espírito santo - pesquisa, extensão e políticas de salvaguarda do patrimônio cultural. V *Seminário Internacional – Políticas Culturais – 7 a 9 de maio/2014*. Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil.

\_\_\_\_\_. *Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo*. Vitória, ES: UFES, Pró-Reitoria de Extensão, 2017.

GURGEL, Argemiro Eloy. *A lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na cidade de Valença (1870 a 1888)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2004.

GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, PP.161-188, mar.88/ago.88.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HAUTEQUESTT FILHO, Genildo; COSTA, Maria Alvira Tavares (Orgs.). *Todas as faces de Maria*. Histórias de Maria Laurinda Adão. Mestra do caxambu Santa Cruz, Comunidade Quilombola de Monte Alegre – Cachoeiro de Itapemirim. Cachoeiro de Itapemirim-ES: Gracal, 2012.

\_\_\_\_\_; VOLPATO, Luan Faitanin. *Fésta: fé e festa*. Cachoeiro de Itapemirim-ES: Gracal, 2018.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Trad. De Altiva Pilatti Balhama e Jayme Antonio Cardoso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

HOCHMAN Gilberto, LIMA, Nísia T (Orgs.) *Médicos Intérpretes do Brasil*. São Paulo, Editora Hucitec, 2015.

\_\_\_\_\_; Armus, Diego (orgs). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio: Editora Fiocruz, 2004.

IANNI, Octavio. *Raças e classe sociais no Brasil*. Editora Brasiliense, 3 ed. 1987.

INCRA. *Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Remanescente de Quilombos de Monte Alegre*. Projeto Territórios Quilombolas no Espírito Santo-UFES Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Vitória, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico; QUEIROZ, Suely. Robles Reis de. (1988). Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo: (projeto de pesquisa). *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (28), 77-89.

\_\_\_\_\_; ROSA, Zita de Paula. Transmissão da memória sobre a escravidão. In: *História*, São Paulo, n. 14, 1995.

LAGO, Rafaela Domingos. *Aos olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo*. Dissertação (mestrado) – UFES, 2013.

\_\_\_\_\_. *Entre a escravidão e a Liberdade em Vitória/ES (1871-1920)*. Tese (doutorado) – UFES, 2018.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. O trabalho sob contrato: a lei de 1879. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, mar./ago. 1986, pp. 101-124.

LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*. Trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-oeste do Paraná. Curitiba: Tetravento, 2005.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da escravidão em Itapemirim: uma análise das famílias escravas entre 1831 e 1888*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MACHADO, *Maria Helena Pereira Toledo*. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. 2. ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MACIEL, Cleber da Silva. *Negros em Campinas (1888-1926): alguns aspectos*. Dissertação (mestrado). Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 1985. 199 f.

\_\_\_\_\_. *Origens de uma possível cultura afro-capixaba*. *Dimensões: Revista de História*, Vitória, nº 03, 1992.

\_\_\_\_\_. *Negros no Espírito Santo*. Organização de Osvaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MAESTRI FILHO, Mário José. *Depoimentos de escravos brasileiros*. São Paulo: Ícone, 1988.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*, vol. I, 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARQUES, João Pedro. *Who abolished slavery? Slave revolts and abolitionism*. A debate with João Pedro Marques. Edited by Seymour Drescher & Pieter C. Emmer. Berghan Books. *European expansion & Global Interaction*, 2010.

MARQUESE, Rafael Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. *Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão*. In: *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no*

sertão cearense. Dissertação apresentada ao ICHF da Universidade Federal Fluminense, 2012.

MARTINS, Robson Luís Machado. *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo 1884-1888*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão fora das grandes unidades agro-exportadoras. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e abolição: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Memórias do cativo: narrativas e etnotexto*. In: *Revista de História Oral*, v. 8, n. 1, p. 43-60, jan.-jun. 2005.

\_\_\_\_\_. *Marcas da Escravidão: Biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil*. TESE apresentada como parte dos requisitos para o concurso de Professor Titular de História do Brasil. Niterói: 2004.

\_\_\_\_\_; ABREU, Marta. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. In: *Revista Habitus*, Goiânia, v. 7, n.1/2, p. 265-288, jan./dez. 2009.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscência dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MERLO, Patrícia M. da Silva. *À sombra da escravidão: negócios e família escrava (Vitória/ES, 1800-1830)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2003.

\_\_\_\_\_. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Tese (doutorado): Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.



MEIHY, José Carlos Sabe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2.ed, 5º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. Tradução de James Emanuel de Albuquerque. In: *Revista Tempo*, 14 (28) Jun. 2010, pp. 223-237.

MORAES, Daniela Paiva Yabeta de. *Marambaia*. História, memória e direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro (c. 1850 - tempo presente). Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2014.

MORAES, Evaristo. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. 2 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, ca. 1986.

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. 2012. 325 f. Tese (doutorado) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. Os diferentes 13 de maio. História, memória e festa da abolição. In: *OP/SIS*, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.

\_\_\_\_\_. A República e as festas da abolição Resistência e liberdade no pós-abolição. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 40-62, jan./abr. 2020.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MOTTA, Kátia Sausen da. *Eleições do Brasil do Oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidade política (1822-1881)*. Tese (doutorado). UFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2018.

MOURA, Clóvis. Cem Anos de Abolição do Escravismo no Brasil. In: *Revista Princípios*, n. 15, maio, 1988, pp. 5-10.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. Ser camponês, ser “remanescente de quilombos”. In: *ILHA Revista de Antropologia*, v. 7, n. 12, 2005, pp. 29-43.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

\_\_\_\_\_. *Minha formação*. Ministério da Cultura / Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro, [s.d]. p. 49. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2108](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2108)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*. São Paulo (10), dez, 1993.

NOVAES, Maria Stella de. *A abolição e a escravidão no Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras*. Teses (doutorado). Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), 2005.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. *Ruris*, v. 5, n. 2, set./2011.

PACHECO, Gustavo. Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo. (Orgs.) *Memória do Jongo: as gravações de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

PARRÓN, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

PASSERINI, L. Feridas da memória: Identidade feminina e violência política. In: \_\_\_\_\_. *A memória entre a política e a emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 33-91.

PEREIRA, Antonio Celso Alves. A diplomacia portuguesa no Congresso de Viena – 1815. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, jan./mar. 2016, pp. 77-96.

PERROT, Michele. A força da memória e da pesquisa histórica. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, n. 17, p. 351-360, nov. 1998.

PÍCOLI, Mariana. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)*. Dissertação (mestrado). Vitória: PPGHIS-UFES, 2009.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PIROLA, Ricardo F. O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil: Justiça, imprensa e política no século XIX. In: *Revista de História* (São Paulo), n.176, 2017, pp. 1-34.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, vol 1, n. 2, 1996, p. 59-72. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-3.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf)>. Acesso em 28/10/2019.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitela Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944). In: AMADO”, J.; FERREIRA, M. M. (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2007.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado). Vitória: Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2012. 201 f.

\_\_\_\_\_. Retratos da família escrava no Espírito Santo (1790-1871). *Revista Ágora*, [S. l.], n. 21, p. 203–230, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/11254>. Acesso em: 6 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. As disputas de narrativas sobre o “glorioso ato de 13 de Maio de 1888” nos jornais de Cachoeiro de Itapemirim-ES (1888-1889). *Revista Ágora*, [S. l.], v. 31, n. 2, p. e–2020310208, 2020. DOI: 10.46812/e-2020310208. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/31098>. Acesso em: 5 ago. 2021.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Iain François [et al.]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

\_\_\_\_\_. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

ROCHA, Haroldo; CASSETI, Maria da Penha. *Dinâmica Cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo (1850-1930)*. Vitória: Núcleo de Estudos e Pesquisas / Departamento de Economia / UFES, 1983.

ROCHA, Karolina Fernandes. *Mensageiras da liberdade: Mulheres, abolicionismo e recrutamento militar (Província do Espírito Santo, 1836-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Vitória: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

RODRIGUES, Antonio Coelho. *Manual de um subdito fiel, ou cartas de um lavrador a sua majestade o Imperador sobre a questão do elemento servil*. Rio de Janeiro, Typ. e Lith. De Moreira, Maximo & C., 1884.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira (Org.). *Exercícios de indiciário*. Vitória: UFES / PPGHis, 2006.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

SALETO, Nara. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Edufes: Vitória, 1996.

\_\_\_\_\_. Sobre a composição étnica da população capixaba. *Dimensões - Revista de História da UFES*, Vitória, ES, v. 11, 2000, p. 99-109.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). In: *Revista de Índias*, v. LXXI, n. 251, 2011, pp. 259-284.

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *A Convenção de 1817: debate político e diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Martha S. "Slave Mothers", Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil. *Tempo* [online]. 2016, v. 22, n. 41 [Accessed 5 July 2021], pp. 467-487. Available from: <<https://doi.org/10.20509/TEM-1980-542X2016v224106>>.

SCOTT, Rebecca J. Fronteiras móveis, "linhas de cor" e divisões partidárias. In: COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca J.; HOLT, Thomas. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Tradução Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 133-200.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

\_\_\_\_\_; MACHADO, Helena P. T. (Org.). *Emancipação, inclusão e exclusão. Desafios do passado e do presente*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Deide Fátima; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. In: *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 17(32): 409-438, jan.-jun. 2017 • ISSN Impresso: 1676-529-X

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. Domingo, dia 13: o underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. *Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de novembro: história e conteúdo. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.s). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SILVA, José Bonifácio d'Andrade. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Typografia de Firmin Didot, Paris, 1825. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/518681>>. Acesso em 21 de Agosto de 2018.

SIMONATO, Juliana Sabino. *Fazenda Santa Helena: escravidão, bastardia e poder*. Dissertação (Mestrado). Vitória: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O império das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016, 313 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

SLENES, Robert. Escravidão e famílias: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, p. 2119-2134, 1984.

\_\_\_\_\_. SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: famílias escravas no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, pp.189-203, mar.88-ago.88.

\_\_\_\_\_. *Na senzala, uma flor*: Esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. “Eu venho de muito longe, eu venho cavando”: jogueiros cumba na senzala centro-africana. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo. (Orgs.) *Memória do Jongo: as gravações de Stanley J. Stein*. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

SOARES, Geraldo Antonio. Os escravos como protagonistas de sua própria liberdade: lutas, famílias, religião e ascensão social. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan da. (Orgs.). *O sistema escravista lusobrasileiro e o cotidiano da escravidão*. Vitória: GM, 2011.

SOPRANI, Joel. *Laboriosos e morigerados ou indolentes e vadios: as múltiplas imagens do imigrante e do trabalhador livre nacional nos relatórios governamentais entre 1847 e 1882 no Espírito Santo*. Dissertação apresentada ao PPGHIS/UFES, 2015.

SOUZA, Ednélia Maria Oliveira. História Oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. In: *Revista de História Oral*, v. 16, n. 2, 2013.

SOUZA, EMÍLIO Petri de. *Imigração italiana em Anchieta-ES: caracterização e contribuições para o desenvolvimento local*. Dissertação (mestrado em Geografia). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014. p. 22.

SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

STEIN, Stanley. *Memória do Jongo: As gravações históricas de Stanley Stein*. Vassouras, 1949. Organização Silva Hunold Lara, Gustavo Pacheco. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas-SP: CECULT, 2007.

THOMSON, A. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional. *Proj. História*, São Paulo, n. 16 p. 277-296, fev. 1998.

VANGELISTA, Chiara. (Auto)Biografia de um bairro rural paulista: mistérios, olvidos, segredos. In: *Educação*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 123-136, maio/ago. 2011.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília - DF. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. 2007. 336f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007

\_\_\_\_\_. *Felisberta e sua gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

\_\_\_\_\_. O meu avô me contava: dinâmicas de circulação da memória do cativo entre descendentes de escravos. In: *História Oral*, v. 13, n. 2, p. 65-87, jul.-dez. 2010.

\_\_\_\_\_. O que se fala e o que se escreve: Produção de presença e consciência histórica em uma família negra no litoral norte do RS. *Varia Historia*, v. 31, n. 55, já./abr.2015.



ZEQUEIRA, María Del Carmen Barcia. *La otra familia: parientes, redes y descendência de lós esclavos em Cuba*. Instituto Cubano Del libro / Editorial Oriente. Santiago de Cuba, 2009.

## **ANEXO A – JONGOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE**

Os jongos abaixo foram recolhidos em 2004 como atividade do projeto Nossa Criança coordenado por Leonardo Marcelino Ventura.

Princesa foi-se embora, escreveu no papelão (bis)

Quem quiser comer, trabalhe com suas mãos (bis)

Na mata tem, oh! Gente, na mata mora (bis)

Peixinho dourado, lambari que puxa tora (bis)

Fui pro forró e levei minha viola (bis)

Quando cheguei em casa minha mulher tinha ido embora (bis)

Lagarto escuta pouco seus olhos se abriu

Coloquei cachorro no mato, lagarto saiu a mil (bis)

Cheguei agora, se deixar eu fico (bis)

Caxambu é bom embaixo do pé de angico (bis)

À meia-noite Catarina deu um berro (bis)

Vaca danada rebentou o portão de ferro (bis)

À meia-noite o avião partiu (bis)

Mataram meu carneiro, ninguém sabe ninguém viu (bis)

Mataram meu carneiro, cortaram os quatro pé (bis)

Não quero saber de nada, quero meu carneiro em pé (bis)

Plantei, oh! Gente nasceu guiné (bis)

Tem homem sem vergonha que não trata da mulher (bis)

Atirei na jararaca, pegou na surucucu (bis)

Na casa que não tem homem, cachorro não come angu (bis)

Cortei um pau, mas não pode carregar (bis)  
No meio tem marimbondo, na ponta tem mangangá (bis)

Lamparina de um bico não ilumina dois salões (bis)  
Como é que uma morena pode amar dois corações (bis)

Oh! minha gente, eu já vou embora (bis)  
Vocês ficam Deus que eu vou com Nossa Senhora (bis)

Benção mamãe, benção papai (bis)  
Deus te abençoe meu filho por aonde vai (bis)

Saí de casa, minha recomendou (bis)  
Brinca direito menino, na roda deste tambor (bis)

Chamei Clóvis, Clóvis aqui não veio (bis)  
Tá com dor de dente e reumatismo no joelho (bis)

Pacotuba vale um ponto, Burarama vale cem.  
Monte Alegre vale mais pelo caxambu que tem. (bis)

Lagoa já secou, jacaré tá de carreira (bis)  
Lambari tá pelejando, pra subir na cachoeira (bis)

Em Monte Alegre não dá chuva, não dá vento (bis)  
Aqui no nosso meio tem negro do pé cinzento (bis)

Galo cantou no terreiro de Alexandre (bis)  
Nunca vi galo pequeno cantar em terreiro grande (bis)

Plantei café, oh! Gente nasceu guiné (bis)  
Cemitério pegou fogo, caveira deu no pé (bis)

Saí de casa no dia de sexta-feira (bis).  
 Não brinca com tambor que tambor não é brincadeira (bis)

Tatu tá cavucando, a terra tá sumindo (bis)  
 Pergunte ao mestre jongueiro pra onde a terra está indo (bis)

No pasto de Santana tinha dois quero-quero (bis)  
 Eu vi, Eu vi, não falo porque não quero (bis)

Passei na ponte, a ponte estremeceu (bis)  
 Não sou mais do que ninguém, ninguém é mais do que eu (bis)

Fazenda boa é a fazenda São Vicente (bis)  
 Comprei um boi bonito, me entregaram um boi doente (bis)

Em Monte Alegre não tem vaca não tem boi (bis)  
 Nasceu bezerro novo, me conta como é que foi (bis)

Oh! Abre roda deixa a ema passear (bis)  
 Peito de rola, coração de sabiá (bis)

oh! Pai, Filho, Espírito Santo, na hora de Deus Amém (bis)

Tava dormindo, o senhor me chamou (bis).  
 Acorda negro, o cativoiro se acabou (bis).

Saí de casa no dia de sexta-feira (bis).  
 Minha mãe morreu domingo, eu nasci segunda-feira (bis).

Caxambu morreu, mandaram enterrar  
 Cheguei na porteira, caxambu tá lá (bis)

No campo de aviação mataram meu quero-quero  
 Eu vi, eu vi, não falo porque não quero (bis)

Oh! Minha gente, Oh! Gente vamos brincar (bis)  
Nelson morreu, acabou nosso lugar (bis)

Oh! Minha gente tenho pena tenho dó (bis)  
O galo preto apanhou do carijó (bis)

Em Monte Alegre tem um pé de cajueiro (bis)  
A raiz dele tá no Rio de Janeiro (bis)

Tatu tá cavucando a sepultura de meu pai (bis)  
Pergunte ao mestre jongueiro pra onde esta terra vai (bis)

Eu vim porque mandaram me chamar (bis)  
Vou deixar recordação pro povo deste lugar (bis)

Saí de casa dia de sexta-feira (bis)  
Pica-pau furou braúna, quebrou bico em bananeira (bis)

Saí de casa minha mãe recomendou (bis)  
Trata todo mundo bem, sim senhora e sim senhor (bis)

Eu vim de Minas e trouxe muita lembrança (bis)  
Tem homem velho com juízo de criança (bis)

Tava dormindo, sonhando no travesseiro (bis)  
Caxambu tá me chamando pras bandas de Cachoeiro (bis)

Seu Esmael é um homem muito bão (bis)  
A gente pede uma garrafa, ele manda um garrafão (bis)

Oh! Leonardo eu não quero o seu dinheiro (bis)  
Você me dá licença pra eu brincar no seu terreiro (bis)

Quando matar seu boi o mocotó é meu (bis)

pra pagar a carreira que esse boi me deu (bis)

Me dá licença pra eu correr seu corpo inteiro (bis)  
Pra ver se tem lambadas do tempo do cativo (bis)

Doutor Abel é um homem predileto (bis)  
Ele está cuidando das crianças do Projeto (bis)

Em Monte Alegre eu perdi minha aliança (bis)  
Chorei, chorei, parecendo uma criança (bis)

Na minha casa não falta pimenta do reno (bis)  
Toma vergonha na cara e faz um pasto pra Sereno (bis)

Dr. Abel, eu não falto à escola (bis)  
Chega de K-suco, mande agora coca-cola (bis)

Dr. Abel, ele mora Cachoeiro (bis)  
Ele é muito legal, Ele é muito maneiro (bis)

Leonardo é um homem muito bão (bis)  
O defeito que ele tem, é ter um bigodão (bis)

Matei meu boi no dia de natal (bis)  
Quando foi no ano novo, o boi tava no curral (bis)

O Monte Alegre foi feito de ouro em pó (bis).  
Andei, andei não achei lugar melhor (bis).

## APÊNDICE A – JONGOS DE MONTE ALEGRE (PARTE II)

Os jongos citados nas entrevistas realizadas para esta tese e que já estavam na lista produzida por Leonardo Marcelino (Anexo A) não foram incluídos neste apêndice para evitar repetição. Versões diferentes foram mantidas.

Cheguei agora meu pai que me preparou (bis)  
eu vou correr sem rede, eu vou topar com esse beirador (bis)

Plantei café, colhi guiné (bis)  
Tô chegando no cemitério, defunto tem que dar no pé (bis)

Cheguei agora, agora que eu quero ver (bis)  
que eu tô com setenta anos, ainda tem dente pra nascer (bis)

Você tá cantando, mas num é nada disso (bis)  
que eu ando a noite inteira já tô no serviço (bis)

Lagarto num tem ouvido, mas seus olhos sempre abriu (bis)  
caçador pisou na folha lagarto saiu a mil (bis)

Cheguei agora, num quero choro (bis)  
eu vou matar essa onça, tio Nelson você tirou couro (bis)

Lagarto num tem ouvido, mas seus olhos sempre abriu (bis)  
caçador pisou na folha, lagarto saiu a mil (bis)

Em Monte Alegre eu perdi minha aliança (bis)  
sou dono dela eu choro que nem criança (bis)

Monte Alegre era feito de ouro em pó (bis)  
andei o mundo inteiro nunca achei lugar melhor (bis)

A rainha foi embora, escreveu no papelão (bis)

quem quiser comer trabalha com a sua mão (bis)

Plantei café, ô gente nasceu guiné (bis)  
tem homem sem vergonha que não quer trazer a mulher (bis)

Aê, aê, aê. Eu vim aqui, aê que mandaram me chamar (bis)  
aê vou deixar recordação pro povo desse lugar (bis)

Eu vou embora, minha mala fica aí (bis)  
gente dono do remo toma conta dela aí (bis)

Sinhá, eu já varri sua cozinha (bis)  
agora não varro mais (bis)

Fica miudinho todo mundo come (bis)

Eu vim de Cachoeiro, passei em Boa esperança (bis)  
cheguei em Monte Alegre, eu perdi minha aliança (bis)

Eu vim de Boa Rama, passei em Vieira Souto (bis)  
guarda suas cabrita, que meu bode tá solto (bis)

Eu fui no mar, eu fui tarrafear (bis)  
Pesquei baleia, tubarão mandou soltar (bis)

Pacotuba vale um ponto, Burarama 1.100 (bis)  
Monte Alegre vale mais pelo Caxambu que tem (bis)

O seu Ratinho era o dono do dinheiro (bis)  
Vendeu Pacotuba para comprar o Rio de Janeiro (bis)

Mamãe me deu um machucador (bis)  
Eu não sou pimenta, mas mamãe me machucou (bis)



## APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu \_\_\_\_\_, CPF\_ \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, endereço \_\_\_\_\_

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade da cessão do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados neste Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos, AUTORIZO, a pesquisadora Geisa Lourenço Ribeiro, estudante do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo a realizar a gravação de imagens e de áudio que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, autorizo a utilização destas imagens, áudio e/ou depoimentos para fins acadêmicos e científicos presentes e futuros.

---

Data e local da entrevista

---

Geisa Lourenço Ribeiro

---

Entrevistado (a)

---

Responsável Legal pelo (a) entrevistado (a)